



A mulher brasileira nos espaços público e privado

EDITORIA FUNDACÃO PERSEU ABRAMO

FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG

MARGARETH RAGO • HELEIETH I. B. SAFFIOTI • ANA MARIA COSTA • ROSA MARIA SILVESTRE
• ALESSANDRA SAMPAIO CHACHAM • MÔNICA BARA MAIA • MATILDE RIBEIRO • BILA SORJ
EMMA SILIPRANDI • MARTA PORTO • TATAU GODINHO • VERA SOARES • ALCILENE CAVALCANTE
GUSTAVO VENTURI • MARISOL RECAMÁN • SUELY DE OLIVEIRA (ORGs.)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

*A mulher brasileira nos espaços público e privado / Gustavo Venturi,
Marisol Recamán e Suely de Oliveira, organizadores. – 1. ed. – São Paulo: Editora
Fundação Perseu Abramo, 2004.*

ISBN 85-7643-98-X

1. Discriminação contra mulheres 2. Mulheres – Brasil – Condições
sociais 3. Mulheres – Comportamento sexual 4. Mulheres – Direitos 5. Mulheres
– Socialização 6. Mulheres – Trabalho – Brasil I. Venturi, Gustavo. II. Recamán,
Marisol. III. Oliveira, Suely de.

0 4 - 0 5 9 9 C D D - 3 0 5 . 4 0 9 8 1

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Mulheres como grupo social : Sociologia 305.40981

A MULHER BRASILEIRA NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Hamilton Pereira (presidente)
Ricardo Azevedo (vice-presidente)
Selma Rocha (diretora)
Flávio Jorge Rodrigues da Silva (diretor)

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenador Editorial: Flamarion Maués
Editora Assistente: Candice Quinelato Baptista
Assistente Editorial: Viviane Akemi Uemura

Rua Francisco Cruz, 224
CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5571-0910
Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br>
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Revisão: Maurício Balthazar Leal – Márcio Guimarães Araújo

Capa: Eliana Kestenbaum

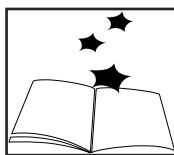
Imagem da capa: *Abigail*, Di Cavalcanti

Editoração Eletrônica: Enrique Pablo Grande

Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira
(organizadores)

Margareth Rago, Heleieth Saffioti, Ana Costa,
Rosa Silvestre, Alessandra Sampaio Chacham,
Mônica Bara Maia, Matilde Ribeiro, Bila Sorj;
Emma Siliprandi, Marta Porto, Tatau Godinho,
Vera Soares e Alcilene Cavalcante

A MULHER BRASILEIRA NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO



EDITORIA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

SOBRE OS ORGANIZADORES

Gustavo Venturi é doutor em ciência política e mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo. É diretor da Criterium Assessoria em Pesquisas e coordenador do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo desde 1997. Trabalhou 11 anos no Instituto de Pesquisas Datafolha (1985-1996), dirigindo-o por quatro anos. É membro do Conselho Orientador do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop). Publicou diversos artigos em jornais, revistas especializadas e coletâneas, entre eles “Opinião pública, legislação eleitoral e democracia” (In: VANNUCHI, Paulo; BENEVIDES, Maria Victoria e KERCHE, Fábio [orgs.] *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003).

Marisol Recamán é socióloga, formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e sócia-diretora da Criterium Assessoria em Pesquisas. Co-implantou e é coordenadora-assistente do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo desde seu início, em 1997.

Suely de Oliveira é psicóloga, formada pela Universidade Federal de Pernambuco desde 1985, com especialização em Implementing AIDS Prevention and Care Programs pelo International Health Programs/Western Consortium For Public Health (Santa Cruz, Califórnia, Estados Unidos), em 1995, e em Gestão de Serviço Social e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2000. Entre 1997 e 2003 foi secretária de Desenvolvimento Social e Econômico da Prefeitura de Camaragibe. Faz parte do Conselho Consultivo da Fundação Perseu Abramo. Exerce desde 2003 o cargo de subsecretária de Monitoramento e Ações Temáticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

AGRADECIMENTOS

Por sua valiosa participação nos seminários de planejamento da pesquisa, realizados em 2001, contribuindo para a definição das prioridades temáticas e para a elaboração conceitual das questões tratadas, agradecemos a Albertina Costa (Fundação Carlos Chagas), Conceição Nascimento (Secretaria Nacional de Mulheres do PT), Dida Pinho (Fala Preta), Maria Ednalva Bezerra de Lima (Comissão Nacional de Mulheres da CUT), Eleonora Menicutt (Unicesp), Felícia Madeira (Fundação Seade), vereadora Ivete Garcia (Santo André-SP), Jovelita Maria de Almeida Stédile (Secretaria Nacional de Mulheres do PT), Maria Luíza Costa (Coordenadoria Especial da Mulher de São Paulo), Nalu Faria Silva (SOF e Conselho Curador da FPA), Suely de Oliveira (secretária de Desenvolvimento Social e Econômico da Prefeitura de Camaragibe-PE e Conselho Curador da FPA), Tatau Godinho (Coordenadoria Especial da Mulher de São Paulo), Vera Soares (Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais – CECAE-USP) e Louise Lullier (Instituto Ethos), aqui citadas segundo sua filiação institucional à época dos seminários.

Por sua contribuição no debate, sobretudo metodológico, a respeito do enfoque e da formulação das perguntas mais adequadas para a abordagem dos temas selecionados, agradecemos a Anilu Ferreira Souto, Raquel Moreno, Tarson Nunes, André Singer e Jorge Almeida, membros do Comitê de Opinião Pública, órgão consultivo do NOP-FPA. Pela parceria profissional na coordenação das equipes de coleta e checagem dos dados em seus estados ou regiões, agradecemos a Américo Canto (Instituto Acertar, PA/MA/TO), João Alves (AM), Marivaldo Nascimento de Souza (AC), Socorro Freitas (Referencial Pesquisa,

MS/MT), Nilva (Vida Ser Consultoria e Projetos Ltda., GO/DF), Carlos Roberto (Check Informações Mercadológicas, PE/MA/PB/PI/RN), Joana D’Arc L. Melo (CE), José Renato Melo (Opinião, AL/SE/BA), José de Matos (Cemop, MG), Duna (Enquête, RJ), Wagner Rebouças (WM Pesquisas, SP), Flávio Silveira (Meta Instituto de Pesquisa de Opinião, RS), Antonio Toso (Instituto Ethos de Pesquisa Aplicada, PR) e Ana Kaiser (Prespem, SC/RS).

Ao “exército” de entrevistadoras, supervisoras de campo, codificadores das perguntas abertas e digitadores, somando mais de 300 pessoas, nosso agradecimento. Pelo trabalho dedicado e de qualidade, agradecemos ainda à equipe interna do NOP-FPA, em especial a Rita Dias pelo processamento criterioso dos dados; a Vilma Bokany pela análise posterior e por todas as tarefas executadas desde o planejamento da pesquisa até o preparo deste prefácio; a Alcilene Cavalcante pelo trabalho paciente de envio dos dados, contato com as autoras e resumo dos textos. E, por fim, um agradecimento especial às 2.502 mulheres que abriram suas casas e seus sentimentos às entrevistadoras, dedicando seu tempo e sua atenção a manifestar suas opiniões e a relatar aspectos reveladores de seu cotidiano.

SUMÁRIO

- 11 Prefácio
- 15 Introdução: As mulheres brasileiras no início do século XXI
- 31 Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria
MARGARETH RAGO
- 43 Gênero e patriarcado: violência contra mulheres
HELEIETH SAFFIOTI
- 61 Uma reflexão sobre poder, mulher e saúde: dilemas para a saúde reprodutiva
ANA MARIA COSTA E ROSA MARIA SILVESTRE.
- 75 Corpo e sexualidade da mulher brasileira
ALESSANDRA SAMPAIO CHACHAM E MÔNICA BARA MAIA
- 87 Relações raciais nas pesquisas e processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras
MATILDE RIBEIRO
- 107 Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado
BILA SORJ
- 121 Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer
EMMA SILIPRANDI
- 137 Em busca de *Kairos*
MARTA PORTO
- 149 Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras
TATAU GODINHO
- 161 O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras
VERA SOARES
- 183 Bastidores da pesquisa: revelações de identidades de gênero
ALCILENE CAVALCANTE
- 191 Anexo

PREFÁCIO

A pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado” surgiu de uma iniciativa da Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com a Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT). Trata-se de um estudo que seguiu dois preceitos que têm se tornado praxe nas investigações desenvolvidas pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo (NOP-FPA): de um lado, teve como fim aprofundar o conhecimento do imaginário social brasileiro sobre um tema relevante – neste caso, de extrema importância, como é a questão das desigualdades de gênero, presente em inúmeras instituições e esferas da nossa sociabilidade –, com o propósito de contribuir para atualizar e ampliar o debate a seu respeito; de outro, adotou, para sua elaboração e seu planejamento, o método de consultar atores sociais mobilizados pelo problema em foco, tendo contado com ampla e fundamental colaboração de representantes de diversas organizações e militantes comprometidas com a causa da mulher.

A primeira divulgação pública desta pesquisa ocorreu em Porto Alegre em janeiro de 2002, na segunda edição do Fórum Social Mundial, em oficina concorrida, com a presença de cerca de 300 pessoas. Desde então, seus principais resultados têm estado à disposição na página da FPA (www.fpabramo.org.br), foram parcialmente publicados nos principais jornais do país, repercutidos em uma dúzia de entrevistas a emissoras de rádio e TV e apresentados dezenas de vezes em vários municípios de todas as regiões do Brasil – em eventos realizados com intensidade até 2003, mas ainda neste ano de 2004. Tanto interesse e tanta longevidade justificam-se pela combinação, ainda única, da amplitude temática com a abrangência do universo investigado: trata-se de um

estudo representativo do conjunto das brasileiras acima dos 14 anos de idade, residentes nas áreas urbanas e rurais de todo o país, cujo foco não foi tanto mensurar suas condições objetivas de vida, ainda que também o tenha feito, mas conhecer suas percepções, seus anseios e suas expectativas, construindo um mosaico do que pensam as mulheres brasileiras, no início do século XXI, sobre os diversos aspectos de suas vidas.

Aos resultados desse trabalho soma-se agora esta publicação, que traz, sob o pretexto da análise dos dados obtidos, a rica reflexão de dez autoras, muitas das quais colaboradoras da pesquisa desde seu planejamento, selecionadas por seu reconhecido saber, teórico e prático, nas diferentes áreas temáticas em que a investigação foi recortada. Como não podia deixar de ser, longe de esgotar a discussão, a leitura do texto de cada autora antes instiga novas interpretações sobre os resultados que abordam, atendendo plenamente à intenção original do projeto de contribuir para elevar a qualidade e o volume social do debate sobre os temas em questão.

Margareth Rago apresenta a mudança social ocorrida na segunda metade do século XX no que se refere à ocupação do espaço público pelas mulheres, deslocando o eixo da concepção de ser mulher, antes atrelada à maternidade, à esfera privada e ao casamento, para o contexto da modernização socioeconômica que levou as mulheres ao mercado de trabalho – movimento reconhecido hoje como de fundamental importância, ainda que não sem tensões e conflitos, sobretudo impostos pela dupla jornada de trabalho. Em uma leitura otimista da tendência contemporânea, vislumbra uma sociedade que se feminiza.

Tatau Godinho discute as percepções e tendências a partir dessa presença crescente das mulheres no mundo público, em contraponto com o mundo privado, analisando o âmbito específico da política e sua influência na vida das mulheres. Registra o interesse em temas recorrentes no debate nacional e a participação das mulheres em atividades e entidades organizadas, atuantes na sociedade brasileira, e a ampliação da presença das mulheres nos espaços parlamentares e do Executivo, ainda insatisfatória. Considera preocupante, no entanto, taxas altas obtidas de negação do debate, no que se refere a novas questões. Sustenta que a avaliação positiva das transformações na vida das mulheres aponta o que ainda pode ser mudado, porém o desafio da igualdade, proposto pelo feminismo, encontra um muro de resistência que só poderá ser derrubado com persistência e ampliação do debate.

Vera Soares discute as percepções do feminismo e do machismo na sociedade, analisando o quanto estes conceitos estão presentes e influem na percepção da condição de ser mulher na atualidade. Parte do conceito de feminismo como ação política das mulheres, que engloba teoria, prática e ética, tomando

as mulheres como sujeitos históricos da transformação da sua própria condição social. Ressalta a relevância do movimento feminista no Brasil, em sua busca por promover mudanças nos comportamentos, nas mentalidades e na estrutura social do país, mantendo as mulheres organizadas, fortalecendo suas formas de articulação e organização e ampliando a agenda de reivindicações e espaços de intervenção com transformações políticas amplas e significativas.

Matilde Ribeiro enfatiza a necessidade de dar visibilidade às relações raciais dentro da perspectiva das relações de gênero, fazendo um breve retrospecto da ocupação de espaço pelas mulheres negras. Enfoca o preconceito e a discriminação presentes não apenas nos ambientes de trabalho e lazer, mas também nas relações interpessoais, reforçando a exclusão social, e critica a ausência do recorte racial na maioria dos estudos de gênero disponíveis.

Por meio de outro recorte bastante inédito, Emma Siliprandi discorre sobre semelhanças e diferenças entre as mulheres do campo e da cidade quanto ao universo do trabalho remunerado e doméstico, à cultura e ao lazer, demonstrando o quanto as condições de vida das mulheres rurais são, em geral, ainda piores do que as das mulheres urbanas.

Bila Sorj dialoga com os estudos de gênero e do feminismo para explicar como o trabalho doméstico passou a ser compreendido como dimensão do trabalho social. Aponta como tanto as obrigações domésticas quanto as (más) oportunidades de trabalho impõem limites às mulheres de modo a procurar mantê-las na esfera privada. Ressalta que, quanto menor seu preparo e sua qualificação, mais difícil é para elas negociarem as tarefas domésticas, levantando a questão de uma participação diferenciada de mulheres no mercado de trabalho.

Marta Porto trabalha o tema da cultura e do lazer, contrapondo as atividades de consumo de espetáculos àquelas que nascem do seio de manifestações espontâneas e criativas do uso do tempo livre das mulheres. Propõe que o não-acesso aos produtos da indústria cultural deve ser entendido como uma impossibilidade e não como uma não-opção, reiterando a urgência de se pensar políticas culturais no Brasil. Conclui seu texto evocando a busca de *kairos* – um tempo qualitativo –, não como imposição alienada, mas como opção consciente do espaço de lazer.

Heleieth Saffioti explora o conceito de patriarcado, baseado na dicotomia dominação-exploração. Demonstra por meio dos dados da pesquisa como, sob diferentes aspectos, esta discussão se apresenta ainda hoje, sobretudo expressa na forma da violência de gênero. Chama a atenção para o tripé “relações de gênero com primazia masculina, racismo contra o negro e exploração-dominação de uma classe sobre outra” para demonstrar como a sociedade brasileira se esta-

beleceu, detendo-se principalmente na análise da violência contra a mulher.

Alessandra Sampaio Chacham e Mônica Bara Maia discorrem sobre corpo e sexualidade, questionando a homogeneidade das respostas das mulheres no que concerne à satisfação quanto à vida sexual. Relacionam dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo com os do estudo do Ministério da Saúde sobre Comportamento Sexual e Percepções da População Brasileira sobre HIV/AIDS, discutem a fragilidade dos direitos individuais e problematizam a visão do corpo feminino como objeto de desejo e violência, expressão do sistema patriarcal da sociedade.

Ana Maria Costa e Rosa Silvestre discutem o conceito de integralidade na saúde, adotado por importantes expressões do feminismo. Convocam o(a) leitor(a) a realizar uma reflexão crítica sobre conceitos fundamentais da saúde reprodutiva, destacando a morte materna, os métodos contraceptivos e o aborto. Analisam como a ocupação dos espaços públicos pelas mulheres se reflete na saúde feminina, ressaltando o quanto a integralidade deve ser perseguida na formulação das políticas na área da saúde.

Antecede os textos citados uma introdução à pesquisa de Gustavo Venturi e Marisol Recamán, coordenadores do Núcleo de Opinião Pública da FPA, ressaltando a transversalidade de uma identidade de gênero – sobreposta às diferenças de classe, raciais e regionais – caracterizada por três elementos: a participação e a discriminação das mulheres no mercado de trabalho, a dupla jornada do trabalho remunerado e doméstico e a exposição à violência conjugal.

Por fim, o Anexo com as tabelas e gráficos dos principais resultados da pesquisa é antecedido por um interessante texto de Alcilene Cavalcante, que traz os bastidores dos trabalhos de campo por meio de um relato qualitativo de ocorrências e da experiência das quase 200 pesquisadoras que aplicaram longos questionários, em entrevistas pessoais, nos domicílios das mulheres que participaram da investigação.

Os objetivos deste livro serão tanto mais alcançados quanto mais sua leitura provocar a continuidade do debate dos temas aqui tratados. Busca-se estimular a ampliação, a adoção e a criação de novas políticas públicas voltadas para as necessidades das mulheres, que contribuam para alterar positivamente suas condições de vida, para superar a desigualdade de gênero e das diferentes formas de discriminação das mulheres brasileiras, fortalecendo assim a cidadania de mais da metade da população.

Os organizadores

INTRODUÇÃO

AS MULHERES BRASILEIRAS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI¹

GUSTAVO VENTURI

Doutor em ciência política, diretor da Criterium Assessoria em Pesquisas e coordenador do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo

MARISOL RECAMÁN

Socióloga, sócia-diretora da Critérium Assessoria em Pesquisas e coordenadora assistente do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo

Em outubro de 2001 o Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo foi a campo investigar “A mulher brasileira nos espaços público e privado”. Quase 200 pesquisadoras entrevistaram 2.502 mulheres, com 15 anos de idade ou mais², sobre temas variados: de suas percepções sobre as mudanças na condição da mulher nas últimas décadas a expectativas pessoais e políticas; de sua relação com o trabalho remunerado e com o trabalho doméstico a hábitos de lazer; de contracepção e aborto à sexualidade e à violência contra a mulher. A íntegra dos dados obtidos – disponíveis no *site* da Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br) e resumidos no Anexo deste livro – forma um amplo retrato de como vivem e o que pensam 61,5 milhões de brasileiras. Esta introdução traz uma síntese dos principais resultados desse estudo.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS: O PERFIL DA DESIGUALDADE SOCIAL

Os traços que definem o perfil sociodemográfico da mulher brasileira logo desautorizam o uso do singular, uma vez que os indicadores médios, em si ruins, tornam-se dramáticos em alguns segmentos da população feminina. Se

1. Uma versão anterior e mais sintética deste texto foi publicada na revista *Teoria e Debate*, nº 50, fev-abr/2002, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, sob o título “Afinal, o que querem as mulheres?”.

2. Ver *Box metodológico*, p. 30.

no momento da coleta dos dados³ três quartos das brasileiras (75%) viviam em domicílios com renda mensal até 5 salários mínimos (sendo 41% com até 2 S. M.) e somente 8% passavam dos 10 salários; entre as residentes no Nordeste 86% viviam em famílias com até 5 salários e em apenas 5% dos casos a renda mensal ultrapassava os 10 salários (ver tabela abaixo); entre as mulheres que cresceram e ainda viviam no campo, 93% tinham renda familiar até 5 S. M. e só 1% acima de 10 S. M. Se entre as brasileiras com ascendência racial branca dois terços tinham renda familiar até 5 salários (66%), entre a maioria com ascendência negra e branca ou só negra, respectivamente 82% e 87% viviam em domicílios com até 5 salários/mês. Se entre as mulheres brancas 10% tinham renda familiar acima de 10 salários, entre as brasileiras negras apenas 2% chegavam a essa faixa de renda por domicílio (ver Anexo, quadro 7).

**Renda familiar mensal, segundo macrorregião,
local de crescimento e moradia (em %)**

Renda familiar mensal	Total	N/CO	NE	S	SE	Mora na cidade			Mora no campo		
						TT	Cresceu na cidade	Cresceu no campo	TT	Cresceu no campo	Cresceu na cidade
Peso do segmento	(100%)	(13%)	(27%)	(15%)	(45%)	(84%)	(52%)	(32%)	(16%)	(13%)	(3%)
Até 2 S. M.	41	40	63	37	31	38	31	48	65	67	57
+ de 2 a 5 S. M.	34	36	23	36	38	35	35	35	27	26	30
+ de 5 a 10 S. M.	12	11	6	15	15	14	16	9	3	2	6
+ de 10 a 20 S. M.	6	5	4	6	7	7	9	3	1	1	3
+ de 20 S. M.	2	3	1	*	4	3	4	*	-	-	-
Não sabe/ não respondeu	5	5	2	6	5	5	6	5	4	3	4

Base: Total da amostra

* não atingiu 1%

Fonte: NOP-FPA

Nacionalmente, dois terços das mulheres não passaram do ensino fundamental (66%), mas entre as brancas essa taxa é de 62%, contra 82% entre as negras e 84% entre as mulheres que cresceram e vivem no campo; se apenas 7% das brasileiras chegaram ao ensino superior, entre as brancas 9% atingiram o 3º grau, contra 5% das que têm ascendência branca e negra, somente 2% das

3. Em que pese a distância de quase dois anos e meio entre a coleta dos dados e a redação desta introdução, os resultados aqui analisados mantêm essencialmente sua atualidade, posto que refletem traços estruturais da realidade da condição feminina no Brasil e as percepções das mulheres sobre essa realidade, pouco alterada nesse período. Optamos, assim, como regra geral, por manter as conjugações verbais do texto no tempo presente, excetuando-se a referência a dados sensíveis a mudanças conjunturais, a exemplo da precisão da distribuição da renda familiar medida em salários mínimos ou do acesso ao computador e à internet.

negras e 1% das que moram no campo (ver tabela abaixo). No Nordeste, 43% das mulheres não passaram da 4^a série fundamental e apenas 4% chegaram ao ensino superior, enquanto no Sudeste essas taxas são, respectivamente, de 37% e 7% (ver Anexo, quadro 2).

Grau de escolaridade, segundo ascendência racial
(em %)

Escolaridade	Total	Branca	Branca, indígena e negra/ Branca e indígena	Negra e branca	Negra
Peso do segmento	(100%)	(29%)	(21%)	(38%)	(6%)
FUNDAMENTAL OU MENOS	66	62	59	68	82
Nunca foi à escola	7	5	8	7	10
Até 3 ^a série	18	16	18	17	24
4 ^a série – primário completo	13	15	9	13	21
5 ^a a 7 ^a série	18	14	17	21	21
8 ^a série – fundamental completo	10	12	7	10	6
MÉDIO	27	28	31	26	15
1 ^a ou 2 ^a série	11	10	15	11	9
3 ^a série – médio completo	16	18	16	17	6
SUPERIOR	7	9	10	5	2
Superior incompleto	3	4	5	2	2
Superior completo	2	4	3	2	-
Base: Total da amostra	1	1	2	*	-

* não atingiu 1%

Fonte: NOP-FPA

Outra evidência da desigualdade que demarca fortes diferenças entre as brasileiras pode ser observada no acesso ao computador e à internet. Ao final de 2001, 28% das mulheres já tinham usado computador – 9% afirmaram usar sempre e 19% disseram ter usado algumas vezes –, contra 72% que nunca tinham usado, sendo que 10% não tinham sequer visto um computador de perto. Em relação à rede mundial, apenas 14% já tinham usado (9% algumas vezes, 5% usavam sempre), sendo que 30% afirmavam ainda não saber o que é a internet.

Trata-se, naturalmente, de fenômeno que apresenta claro contraste gacional: entre as adolescentes (15 a 17 anos), embora metade nunca tivesse usado um computador (48%) e três quartos nunca tivessem acessado a internet (77%), apenas 5% nunca tinham visto um computador de perto (13% usavam sempre)

e 21% não sabiam o que é a internet – taxas gradualmente piores a cada faixa etária seguinte. Mesmo no segmento entre 35 e 44 anos, que apresenta o maior índice de inserção de mulheres na População Economicamente Ativa (67% na PEA), 77% nunca tinham usado um computador (9% ainda não tinham visto um de perto, apenas 8% usavam sempre) e 29% não sabiam o que é a rede mundial. E, entre as brasileiras mais velhas (60 anos ou mais), 98% nunca tinham usado um computador, 23% nem sequer tinham visto um de perto e 57% não sabiam o que é a internet (ver Anexo, quadros 3 e 4).

Mas, gerações à parte, as desigualdades regionais, de raça/cor e de classe social outra vez se fazem presentes: o uso freqüente do computador atingia 11% das mulheres no Sul do país e 15% das residentes nas capitais, contra 5% das mulheres no Nordeste e 2% das residentes no campo; chegava a 12% das mulheres com ascendência branca e a 39% das brasileiras com renda familiar mensal acima de 10 salários mínimos, contra 7% das mulheres com ascendência branca e negra e 5% só negra, e a apenas 1% das mulheres com renda familiar até 2 salários. Em outubro de 2001, já tinham navegado alguma vez pela internet 16% das mulheres do Sudeste, 24% das residentes nas capitais, 17% das brancas e 60% das brasileiras com renda familiar acima de 10 salários; contra 8% das mulheres do Nordeste, 3% das residentes no campo, 4% das negras e 2% das mulheres com renda familiar até 2 salários.

Em suma, mais que a mulher brasileira, os dados de perfil das entrevistadas logo evidenciaram que existem *mulheres* brasileiras, oriundas de – e vivendo em – realidades sociais bastante distintas. Herdeiras de quinhões muito desiguais de recursos materiais e simbólicos, era de esperar que tanto sua leitura do passado e do presente quanto suas opções de vida e expectativas em relação ao futuro estivessem influenciadas por visões de mundo muito diferentes. De fato estão, mas, como se verá, partilham também fortes traços de uma identidade comum de gênero.

TENSÃO ENTRE BALANÇO POSITIVO E REIVINDICAÇÕES

Vividas com intensidade e freqüência diferentes, conforme os cortes de classe e de raça/cor, a denúncia da discriminação e da opressão de gênero aflorou logo no início das entrevistas, ainda que perpassada por um balanço e por expectativas positivas.

Duas em cada três brasileiras (65%) avaliam que a vida das mulheres melhorou “nos últimos 20 ou 30 anos”, percepção que cresce com o aumento da renda familiar (chega a 82% no segmento com renda acima de 10 salários) e da escolaridade (91% entre as que chegaram ao 3º grau). Para um quarto, porém (24%), a vida piorou, avaliação que atinge 29% das que têm renda fa-

miliar até 2 salários, 40% entre as que não foram à escola e 35% das mulheres acima dos 60 anos – as quais tiveram menos oportunidades de desenvolvimento, mas falam por experiência própria. Não observam mudanças 10% delas (ver Anexo, quadro 18).

Solicitadas a definir “como é ser mulher hoje”, a maioria associa *espontaneamente* a condição feminina à possibilidade de inserção no mercado de trabalho e à conquista da independência econômica (38% e 12%); à liberdade e à independência social de agir como quer, de tomar as próprias decisões (33%), ou ainda a direitos políticos conquistados e à igualdade de direitos em relação aos homens (3% e 8%) – taxas que atingem, respectivamente, 50%, 41% e 10% entre as que consideram que a vida das mulheres melhorou.

Os papéis tradicionais de mãe e de esposa também aparecem na definição de ser mulher, mas em grau menor, tanto como fatores positivos (16% e 15%) quanto como elementos negativos de sua condição – o primeiro pelo acúmulo de responsabilidades na criação dos filhos (4%), o segundo pela falta de autonomia decorrente do vínculo com o marido (3%).

Como componentes negativos que definem a situação atual da mulher, destacam-se dificuldades e excesso de responsabilidades, atribuídas principalmente à dupla jornada de trabalho, o doméstico e o remunerado, lembrados por 10% (16% entre as que dizem que a vida piorou); as discriminações no mercado de trabalho, tanto de funções como de salários (7% do total, 10% entre as que acham que a situação da mulher está pior), o preconceito social que reserva às mulheres discriminações e um lugar inferior em relação aos homens (5% e 7%, respectivamente) e maior exposição à violência (2% e 4%).

Perguntadas, logo em seguida, sobre o peso das coisas boas e ruins em ser mulher, três de cada cinco brasileiras (58%) disseram que há mais coisas boas na condição feminina. Uma em cada cinco (21%) avalia que há mais coisas ruins (entre as negras, 28%) e também para um quinto há coisas boas e ruins, na mesma proporção (ver Anexo, quadro 19). Embora predominante em todos os segmentos, a percepção positiva novamente cai com a diminuição da renda familiar e da escolaridade (chega a 44% entre as que não freqüentaram escola), ou com o aumento da idade (de 67% entre as adolescentes de 15 a 17 anos, cai para 50% entre as que chegaram à terceira idade).

Como exemplos das melhores coisas de ser mulher, temas relacionados ao mundo privado foram espontaneamente mencionados por duas de cada três entrevistadas (65%), puxados pela experiência ou expectativa da maternidade (55%) – ainda que mais por seu aspecto biológico, ligado à possibilidade de gestação, dando continuidade à vida (48%), que pelo papel social de cuidar e educar os filhos (20%). Referências ao mundo público foram citadas por 31%,

lideradas por menções à liberdade e à capacidade da mulher de tomar decisões, à possibilidade de estar no mercado de trabalho e à independência econômica conquistada pelas mulheres (13% e 9%). Características tidas como mais femininas, tais como ser mais sensível, carinhosa, solidária, forte, guerreira, foram apontadas por 23% como principais virtudes de ser mulher.

Mas o mundo privado é também o espaço onde as brasileiras identificam as piores coisas da condição feminina. Enquanto referências ao mundo público, como a discriminação social machista (18%), a discriminação no mercado de trabalho (14%) e outras, foram citadas por um terço das mulheres, 61% deram exemplos referidos às suas principais experiências privadas: o peso das tarefas domésticas (11%), o acúmulo de responsabilidades na criação dos filhos (9%), a violência conjugal (11%), a saúde (14%), o casamento e a relação com o marido (16%), enfim, o conjunto complexo de tarefas e obrigações que socialmente as mulheres têm em relação à instituição familiar ou inseparáveis da condição ou expectativa da maternidade (ver Anexo, quadro 20).

Essa percepção crítica, no entanto, não deve ser lida como uma desvalorização da família. Ao contrário, essa instituição é considerada satisfatória pela maioria (70%), constituindo-se em uma dimensão importante de suas vidas. A idéia de ter um núcleo familiar harmonioso é um desejo para a maioria – um objetivo a ser alcançado ou mantido se já conquistado. A ambigüidade da valorização/rejeição da família apenas denuncia a situação de exploração vivida pelas mulheres, refletindo a contradição de ter o olhar voltado para o mundo público e, ao mesmo tempo, ter de assumir as responsabilidades e cumprir os papéis marcados por uma divisão sexual do trabalho ainda acentuadamente desigual.

DISCRIMINAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, DUPLA JORNADA E VIOLÊNCIA CONJUGAL: A IDENTIDADE DE GÊNERO

Transversais às diferenças resultantes das desigualdades regional, de classes e racial que estruturam as relações sociais no país, as experiências cotidianas de discriminação e opressão que as mulheres brasileiras compartilham conferem-lhes uma identidade de gênero comum a sua condição feminina – experiências presentes tanto nos espaços públicos do mercado de trabalho e da política quanto na vida privada, onde se desvendam as faces mais violentas do machismo enraizado na cultura nacional.

De fato, as conquistas inerentes à participação crescente das mulheres no mercado de trabalho remunerado – positiva ao refletir avanços em sua busca por autonomia – têm sido relativizadas por três fatores: a qualidade dessa inserção, a fraca contrapartida da participação masculina na divisão do trabalho

doméstico e, muitas vezes, a reação masculina violenta à desestabilização – ou ameaça de – do modelo do pátrio poder nas relações conjugais.

No momento da coleta dos dados, pouco mais da metade das brasileiras (53%) pertencia à População Economicamente Ativa: 41% estavam fazendo algum trabalho remunerado e outras 12% estavam desempregadas. Das que estavam fora da PEA (59%), a maioria já tinha trabalhado remuneradamente (31%) e apenas 17% nunca tinham entrado no mercado (ver Anexo, quadro 8).

Indagadas se pudesse escolher livremente, se prefeririam “trabalhar fora e dedicar-se menos à casa e à família”, ou “dedicar-se mais à casa e à família, deixando o trabalho fora de casa em segundo lugar” (ver Anexo, quadro 28), a maioria optou pela autonomia (55%), em detrimento do papel de gênero tradicional (38%). Essa opção majoritária pelo trabalho remunerado ocorre tanto entre as que estão na PEA (59% a 34%, chegando a 65% a 30% entre as desempregadas), quanto entre as que estão fora da PEA (51% a 42%), inclusive entre as que nunca trabalharam remuneradamente (59% a 35%); é majoritária ainda não só entre as mulheres sem filhos (72% a 22%), solteiras (71% a 24%) ou descasadas (59% a 30%), mas também entre as que têm filhos (50% a 43%), ainda que morem com parceiro e filhos menores de 18 anos (51% a 43%). A opção pelo papel tradicional da mulher aumenta com a idade, como era de esperar, atingindo a maioria apenas entre as mulheres com 60 anos ou mais (37% a 52%), as aposentadas (37% a 53%) ou as que não freqüentaram escola (39% a 54%) – que são segmentos superpostos, em boa medida coincidentes.

Portanto, a experiência da maioria das brasileiras no mundo público do trabalho, por um lado, é a expressão da vontade dessa maioria. Mas a pesquisa também confirmou a predominância do caráter precário da inserção das brasileiras na PEA (ver Anexo, quadro 9). Das que estavam exercendo trabalho remunerado (41%), quase três quintos (57%) estavam no mercado informal, sobretudo como autônomas irregulares (35%) ou como assalariadas sem registro profissional (15%), enquanto menos da metade (42%) estava no mercado formal, principalmente como assalariadas registradas (22%) e funcionárias públicas (15%).

Com jornada média de 33 horas e 41 minutos na semana que antecedeu a pesquisa (38h55min no mercado formal, 29h49min no informal), cerca de dois terços declararam trabalhar com regularidade, enquanto um terço fazia bicos ou trabalhos temporários (ver Anexo, quadro 12). Somada a outras rendas eventuais, com seu trabalho remunerado dois terços tiveram renda individual até 2 salários mínimos no mês anterior à coleta de dados (65%), sendo 40% um salário ou menos (ver Anexo, quadro 13) – faixa em que estavam 59% das trabalhadoras no mercado informal, 62% das residentes no Nordeste, 75% das

adolescentes, 76% das que não freqüentaram escola, ou 60% entre as que não passaram da 4^a série fundamental; 47% das trabalhadoras negras e 45% das com ascendência negra e branca, contra 33% das brancas.

Além desse retrato ruim – pior que o dos homens, qualquer que seja o segmento focado, como demonstram dados do Censo 2000, do IBGE –, a segunda questão a relativizar a conquista obtida pelas brasileiras com sua participação crescente no mercado de trabalho é a debilidade da contrapartida masculina na divisão do trabalho doméstico.

Resultado de sua participação na PEA, cerca de um terço dos domicílios (32%) tem uma mulher como principal responsável pelo sustento da casa⁴, enquanto em dois terços o principal responsável é um homem (66%). No momento da coleta dos dados, 21% das entrevistadas eram as principais provedoras, em 7% dos domicílios suas mães e em 4% outras mulheres residentes (em 12% dos domicílios não havia nenhum homem, incluindo 3% que moravam sozinhas).

Entre as casadas ou amigadas (57% das brasileiras; ver Anexo, quadro 14), 87% residem em domicílios em que o principal provedor é um homem (em 83% são seus parceiros) e 12% em que a principal responsável pelo sustento é uma mulher (em 9% dos casos, a própria). Outras 36% são provedoras auxiliares, o que totaliza a participação na renda familiar de 45% das mulheres com parceiro. Uma vez que entre os parceiros outros 10% são provedores auxiliares, chega-se a 93% de participação masculina, contra 45% de participação feminina, como responsáveis pelo sustento nos domicílios brasileiros em que há casais coabitando (ver Anexo, quadro 31).

E como é a divisão no trabalho doméstico? Em 96% dos domicílios em que residem mulheres, uma mulher é a principal responsável pela execução ou orientação dos afazeres domésticos. Três em cada quatro entrevistadas (75%) informaram ser as principais responsáveis pelo trabalho não-remunerado (em 14% dos domicílios são suas mães) e 18% declararam-se auxiliares, atingindo 93% de participação nas tarefas domésticas (ver Anexo, quadro 30). Entre as 43% brasileiras sem cônjuge, 54% são responsáveis diretas pelos trabalhos domésticos (em 30% dos casos suas mães) e 35% são auxiliares, somando 89% de participação. Entre as que coabitam com marido ou parceiro, 91% são as principais responsáveis e 6% são auxiliares, subindo a participação para 97%.

Em contrapartida, em apenas 2% dos domicílios em que há mulheres o trabalho doméstico é chefiado por algum homem (1% o parceiro, 1% outro

4. Não confundir com a totalidade dos domicílios brasileiros, uma vez que, sendo as mulheres o universo desta pesquisa, ficaram de fora os domicílios em que não há mulheres.

residente) e em apenas 19% os homens auxiliam nessas tarefas (sendo 10% os parceiros). Nas unidades familiares em que casais coabitam, 2% dos parceiros são os principais responsáveis pelo trabalho doméstico e 18% auxiliam. Temos então uma participação masculina em apenas 19% dos casos, contra a participação feminina quase absoluta (96%) na execução dos afazeres domésticos.

Em suma, entre os casais brasileiros, se quase a totalidade dos homens são provedores (93%) e praticamente a totalidade das mulheres executa ou chefa as tarefas domésticas (96%), quase a metade das mulheres também é provedora (45%), contra apenas um quinto dos homens que participam do trabalho doméstico (19%). Esse grau de desigualdade na divisão sexual do trabalho social torna evidente como o peso da dupla jornada, com o acúmulo dos trabalhos remunerado e não-remunerado, tem recaído sobre as mulheres que, por vontade ou necessidade, avançaram em direção a sua autodeterminação.

E qual seria o tamanho da dupla jornada? Indagadas sobre o tempo dedicado aos cuidados da casa e da família na semana que antecedeu a coleta dos dados, as entrevistadas informaram uma jornada semanal média de 39 horas e 45 minutos (23h52min nas tarefas de limpar a casa, cozinhar, lavar e passar roupas; 13h57min no cuidado de filhos e 1h47min no cuidado de idosos e doentes). A média cai para 27h42min entre as mulheres não casadas e sobe para 48h19min entre as que moram com cônjuge – contra, segundo estas, apenas 5h32min de seus parceiros (ver Anexo, quadro 32). Para as que estavam fora da PEA, a média atinge 43h42min, caindo para 35h48min entre as da PEA – sendo 27 horas para as que estavam no mercado formal, 35h24min para as do mercado informal (51 horas entre as desempregadas). Somadas às horas de trabalho remunerado, a dupla jornada aferida foi de, respectivamente, 66 horas para as mulheres na PEA formal e 65 horas para as na PEA informal.

Como todo fenômeno de opressão, no entanto, sua reprodução social não ocorreria se não contasse com a internalização dos valores e práticas dominantes por parte dos(as) oprimidos(as). Assim, mesmo tendo como maior reclamação a exploração vivida no mundo doméstico, as mulheres não deixam de expressar opiniões hegemônicas da sociedade da qual fazem parte. Se por um lado a maioria das brasileiras (87%) concorda que “homens e mulheres deveriam dividir igualmente o trabalho doméstico” (71% de concordância total, 17% em parte), ao mesmo tempo esta maioria acha que a mulher deve ter a palavra final ao definir como ele deve ser feito (71% de concordância, 47% total e 24% em parte) e acredita que, “mesmo que queiram, os homens não sabem fazer o trabalho de casa” (55%, 35% e 20%, respectivamente). Essas atitudes podem revelar uma (auto)valorização de um conhecimento adquirido no mundo feminino, um elemento importante nesse momento de transição

do papel social da mulher – mas podem também contribuir para reproduzir a baixa participação dos homens nas tarefas domésticas (ver Anexo, quadro 29). Confirmado ainda a força da reprodução desigual dos papéis na sociedade, a pesquisa revela que, nos domicílios pesquisados com filhos menores de idade, filhas aparecem como 29% dos auxiliares, contra 9% de filhos; e mesmo entre as que não vivem com parceiro, filhas e irmãs auxiliam mais (11% e 15%, respectivamente) que filhos e irmãos (3% cada).

A TRANSVERSALIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A outra faceta do padrão machista que caracteriza as relações de gênero predominantes em todo o país se expressa nos dados, pela primeira vez aferidos nacionalmente, referentes à violência conjugal contra as mulheres – um fenômeno cuja existência é conhecida, mas sobre o qual se fala pouco, contribuindo para que se reproduza sob o sigilo e em nome de uma privacidade criminosa.

Cerca de uma em cada cinco brasileiras (19%) declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem: 16% relatam casos de violência física, 2% citam alguma violência psíquica e 1% lembra do assédio sexual. Porém, quando estimuladas pela citação de diferentes formas de agressão, o índice de violência sexista ultrapassa o dobro, alcançando alarmantes 43%. Um terço das mulheres admite já ter sido vítima, em algum momento de sua vida, de alguma forma de violência física (24% desde ameaças com armas ao cerceamento do direito de ir e vir; 22% de agressões propriamente ditas e 13% de estupro conjugal ou abuso); 27% sofreram violências psíquicas e 11% afirmam já ter sofrido assédio sexual, 10% dos quais envolvendo abuso de poder, recentemente tipificado em lei⁵ (ver Anexo, quadro 59).

Dentre as violências mais comuns destacam-se a agressão mais branda, sob a forma de tapas e empurrões (sofrida ao menos uma vez por 20%), e a ameaça mediante coisas quebradas, roupas rasgadas, objetos atirados etc. (15%); as violências psíquicas, como xingamentos e ofensas à conduta moral (18%), críticas sistemáticas à atuação como mãe (18% entre as que têm ou tiveram filhos) e a desqualificação constante do seu trabalho, dentro ou fora de casa (12%). Mas 12% também declararam ter sofrido ameaça de espancamento a si próprias e aos filhos e 11% chegaram a sofrer espancamento, com cortes, mar-

5. Lei 10.224, de 15 de maio de 2001, que introduziu no Código Penal a seguinte redação: “Assédio sexual – art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”.

cas ou fraturas. Há ainda 11% que viveram relações sexuais forçadas (em sua maioria, o estupro conjugal, ainda inexistente na legislação penal brasileira); 9% já ficaram alguma vez trancadas em casa, impedidas de passear ou trabalhar; 8% foram ameaçadas por armas de fogo e 6% sofreram abuso, forçadas a práticas sexuais que não lhes agradavam (ver Anexo, quadro 60).

A projeção da taxa de espancamento (11%) para o universo investigado (61,5 milhões) indica que pelo menos 6,8 milhões, dentre as brasileiras vivas, já foram espancadas ao menos uma vez na vida. Considerando-se que 31% declararam que a última ocorrência foi no período dos 12 meses anteriores à pesquisa (ver Anexo, quadro 71), chega-se ao escândalo de cerca de 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano no país, 175 mil/mês, 5.800/dia, 243/hora ou 4/minuto – uma a cada 15 segundos (ver Anexo, quadro 72).

**Violências sofridas, segundo macrorregião,
local de crescimento e moradia
(em %)**

MODALIDADES DE VIOLÊNCIA	Total	Macrorregião				Renda familiar mensal (em S. M.)				Ascendência racial			
		N/CO	NE	S	SE	Até 2	+ de 2 a 5	+ de 5 a 10	+ de 10	Branca	Branca, indígena e negra	Negra e branca	Negra
Peso do segmento	(100%)	(13%)	(27%)	(15%)	(45%)	(42%)	(34%)	(12%)	(8%)	(29%)	(21%)	(38%)	(6%)
SOFREU VIOLÊNCIA	43	57	42	33	43	49	41	37	42	33	50	45	54
FÍSICA	33	42	32	27	33	39	31	27	26	26	38	34	43
Ameaças/ cerceamento	24	28	23	21	25	29	22	20	16	19	28	24	31
Impedida de sair	9	10	8	9	9	10	8	7	6	7	9	9	11
Estupro/ Abuso Sexual	13	13	15	10	14	17	12	8	10	9	14	15	19
Relações sexuais forçadas	11	11	13	7	12	14	10	7	9	8	11	13	17
Agressão	22	28	19	19	23	27	19	17	14	17	23	23	31
Espancamento	11	12	10	12	12	14	11	9	4	8	13	12	17
PSÍQUICA	27	36	24	23	27	30	26	24	21	20	32	28	33
Insinuações e xingamentos, com ofensas à conduta sexual	18	23	15	16	18	20	16	18	15	14	20	18	21
ASSÉDIO SEXUAL	11	16	8	9	12	12	9	9	16	8	14	11	12

Base: Total da amostra

Fonte: NOP-FPA

Entre as mulheres que declaram já ter sofrido espancamento, 32% afirmam que isso só aconteceu uma vez, mas outras 20% dizem ter ocorrido duas ou três vezes, e 11% foram espancadas mais de dez ou “várias vezes”, além de 15% que não sabem dizer a quantidade, mas o tempo em que ficaram expostas a esse tipo de violência – dentre elas, 4% espancadas por “mais de dez anos”, ou “durante toda a vida” (outras 4%). Naturalmente, estamos falando das sobreviventes. E, se somamos a isso o fato de que, a despeito dos procedimentos metodológicos adotados para gerar um clima de confiança nas entrevistas, certamente uma parcela das entrevistadas não deve ter superado o medo ou o constrangimento da confissão, pode-se concluir que o índice de *uma mulher espancada a cada 15 segundos no Brasil* ainda oculta parte da real extensão do problema.

O mesmo pode-se dizer sobre as demais expressões da violência contra a mulher que foram investigadas, as quais apontaram índices igualmente obscenos: a cada 15 segundos uma brasileira é impedida de sair de casa, também a cada 15 segundos outra é forçada a ter relações sexuais contra sua vontade, a cada 9 segundos outra é ofendida em sua conduta sexual ou por seu desempenho no trabalho doméstico ou remunerado. Esses dados evidenciam que a violência contra a mulher no Brasil, longe de ser um problema que deva estar restrito ao âmbito privado dos casais, constitui um fenômeno social de grande alcance, a requerer políticas públicas de ampla difusão e acesso – uma demanda a que a criação da Secretaria Especial da Mulher, por parte do governo Lula, e o programa de combate à violência doméstica anunciado no início de 2004 vêm mais que oportunamente ao encontro.

A responsabilidade do marido ou parceiro como principal agressor varia entre 53% (ameaça à integridade física com armas) e 70% (quebradeira) das ocorrências de violência em qualquer das modalidades investigadas, excetuando-se o assédio. Outros agressores comumente citados são o ex-marido, o ex-companheiro e o ex-namorado, que somados ao marido ou parceiro constituem sólida maioria (ver Anexo, quadro 70). O ciúme (muitas vezes da mulher) desponta como a principal causa aparente detonadora da violência, assim como o fato de o homem estar alcoolizado no momento da agressão – ambos mencionados espontaneamente por 21% (ver Anexo, quadro 68).

Atestando a transversalidade do fenômeno, de modo geral as violências declinam com o aumento da renda familiar e da escolaridade, mas estão longe de desaparecer: sob a forma explícita de agressão, caem de 27% contra as mulheres com renda familiar até 2 salários para 14% contra as com renda superior a 10 salários; sob formas sexuais (estupro conjugal e abuso) variam de 17% a 10%, nesses mesmos segmentos, e sob a forma de ameaças e cerceamento vão de 29%

a 16%; e a violência psíquica pouco cai, indo de 30% para 21%, considerando-se os extremos da escala de renda familiar (ver Anexo, quadro 61).

Em quase todos os tipos de violência, mais da metade das mulheres não pede ajuda. Somente em casos considerados graves, como ameaças com armas de fogo e espancamento, pouco mais da metade das vítimas (48% e 46%, respectivamente) recorreu a alguém para ajudá-las – pedido dirigido, via de regra, a outra mulher da família, mãe ou irmã, ou a uma amiga próxima (ver Anexo, quadro 73). Os casos de denúncia pública são ainda menos freqüentes, ocorrendo mais diante de ameaça à integridade física por armas de fogo (29%), espancamento (21%) e ameaças de espancamento (19%). O órgão público mais utilizado para denúncias é a delegacia de polícia comum. A Delegacia da Mulher recebe 5% das denúncias nos casos de espancamento (ver Anexo, quadro 74).

Dentre seis propostas para uma política pública de combate à violência contra a mulher sugeridas na pesquisa, a criação de abrigos para mulheres agredidas e seus filhos foi a que mereceu maior adesão (43% na primeira escolha, 74% na soma de três respostas). A criação de Delegacias Especializadas no atendimento às vítimas apareceu como segunda principal medida (21% e 60%, respectivamente), seguida por serviços de atendimento psicológico (12% e 51%), por um serviço telefônico gratuito, do tipo sos Mulher (13% e 44%), e por serviços de orientação jurídica para as mulheres agredidas (5% e 40%). Em último lugar ficou a proposta de campanhas na TV e no rádio contra a violência sofrida pela mulher (5% e 26%), curiosamente a única de caráter preventivo, entre as medidas investigadas, uma vez que as demais só intervêm depois do fato ocorrido (ver Anexo, quadro 75).

É certo que outras propostas poderiam ter sido testadas, como a abordagem do problema nas escolas, desde o ensino fundamental, seja em disciplina específica sobre direitos humanos e cidadania, seja transversalmente em outras disciplinas. Mas o fato de campanhas educativas na mídia terem sido a última escolha das entrevistadas parece refletir não só a legítima dramaticidade que o fenômeno desperta (ao menos quando suscitado), favorecendo a opção da opinião pública por alternativas “curativas”, como também a pouca maturidade da discussão do problema em nossa sociedade. A dimensão do fenômeno captada na pesquisa indica que, por necessárias e importantes que sejam, as medidas de acolhimento das vítimas, mesmo se implementadas em larga escala, serão insuficientes se não for combatida a base moral que legitima e confere naturalidade à violência contra a mulher, o que demanda uma política educacional ativa de desconstrução/construção de valores.

UMA VOZ DIFERENTE⁶

Em suma, erra muito quem, ao pensar nas mulheres brasileiras hoje, visualiza a dona-de-casa, conformada e satisfeita com sua dependência e submissão ao marido, ou à espera de um. Não é assim que elas se vêem, não é assim que elas vivem. A inserção no mercado de trabalho, conquista ou meta da maioria das mulheres, é valorizada sobretudo por possibilitar a construção de sua autonomia, ou ao menos por trazer independência econômica em relação aos (seus) homens. Mas também erra quem pensa só na trabalhadora, ou seja, na condição da mulher apenas do ponto de vista das classes sociais. Como vimos, já no mercado ou buscando nele entrar, a maioria das brasileiras acumula o trabalho fora, remunerado, ao trabalho doméstico não pago, a contragosto suportando a experiência estafante da dupla jornada – um dos traços mais característicos de sua identidade de gênero.

Indagadas, ainda no início da entrevista, sobre a primeira coisa que fariam para que a vida de todas as mulheres melhorasse (ver Anexo, quadro 20), despontaram como principais respostas espontâneas o fim das discriminações no mercado de trabalho (47%), a igualdade de direitos (10%), o combate à violência contra as mulheres (9%), maior liberdade (6%), menos machismo e mais reconhecimento por parte dos homens (4%). Essas respostas constituem uma pauta específica de preocupações, trazendo uma combinação de demandas que a visão masculina hegemônica, vinda de outro lugar, tem dificuldade de enxergar – demandas que só a experiência concreta do universo feminino, em que cotidianamente se entrelaçam um mundo público restrito e um mundo privado opressor, poderia expressar.

O fato de que o movimento intenso das mulheres em direção ao mercado de trabalho, constituindo-se como (co)provedoras das famílias, não tem encontrando a contrapartida da equivalência masculina na divisão do trabalho doméstico, bem como a permanência de estigmas que reforçam a idéia de inferioridade/incapacidade da mulher em diferentes âmbitos do espaço público, sugerem que o conjunto da sociedade brasileira e suas instituições não têm caminhado com a mesma intensidade que (parcelas amplas da) sua metade feminina. Nesse sentido as mulheres têm sido o sujeito ativo da mudança nas relações de gênero, beneficiárias privilegiadas de suas conquistas, ao mesmo tempo que arcaram com os principais custos que ela implica – a exemplo da violência conjugal sofrida,

6. Título de livro da psicóloga social norte-americana Carol Gilligan, *In a Different Voice* (Harvard Univ. Press, Londres, 1982), publicado no Brasil pela Editora Rosa dos Tempos.

muitas vezes claramente uma reação masculina à perda de poder no âmbito da família.

Se a pesquisa mostra que as brasileiras estão decididas a não voltar atrás, recolhendo-se de novo em suas casas, também indica que o horizonte do mundo público das mulheres tem muito a ser ampliado. A inserção no mercado de trabalho ainda é o principal caminho que leva às experiências públicas, quando não o único, sendo caracterizado pela precariedade (vínculo informal e baixos salários). O mundo do poder político, mesmo o das artes e do conhecimento, são pouco citados como espaços concretos de ação feminina, ainda distantes da realidade da maioria das mulheres no Brasil, ainda que os dados indiquem disposição em conquistá-los. A concentração de obrigações e responsabilidades no mundo privado, repostas a cada dia, certamente dificulta a que se aventurem por outros caminhos públicos, que exigem dedicação e experiência. Para que as mulheres possam exercer sua cidadania com igualdade de condições, portanto, ainda há muito que percorrer e romper.

Ao perseguirem sua autonomia, o respeito a sua dignidade e a sua integridade física; ao tentarem rearticular os espaços privado e público em outros termos, transformando o primeiro e ampliando sua inserção no outro; em suma, ao reivindicarem o fim da opressão de gênero, sendo esta tão onipresente, certamente as mulheres apontam não só para uma sociedade em que *elas* possam viver melhor, mas para um Brasil potencialmente menos injusto *no conjunto* de suas relações sociais. Quanto aos homens, sobretudo como principais responsáveis pela maioria das instituições sociais, podem optar pelo *status quo* ou contribuir para acelerar essas mudanças. O que os dados sugerem é que não conseguirão resistir às transformações nas relações de gênero que as mulheres brasileiras têm conquistado e provavelmente consolidarão muito antes de acabar o século que se inicia.

BOX METODOLÓGICO

Universo: mulheres brasileiras, com 15 anos de idade ou mais (61,5 milhões, *Censo IBGE 2000*).

Abordagem: aplicação de questionário estruturado, por meio de entrevistas pessoais e domiciliares, realizadas por equipes compostas exclusivamente por pesquisadoras. Checagem posterior, com retorno aos domicílios, de 25% a 30% das entrevistas.

Amostra: 2.502 entrevistas estratificadas em cotas de idade e em áreas urbana e rural, distribuídas geograficamente em 187 municípios de 24 estados das cinco macrorregiões do país (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste). Capitais e municípios com mais de 500 mil habitantes tiveram inclusão obrigatória, com peso auto-representativo, e os demais municípios foram selecionados para representar seus pares, segundo controle de porte e mesorregião, conforme sua distribuição em tercis macrorregionais (municípios grandes, médios e pequenos).

Fontes: *Contagem Populacional*, IBGE, 1996, para a distribuição das cotas de idade e agrupamento dos municípios em tercis, e *Censo IBGE 2000* para a ponderação urbano-rural (84% e 16%, respectivamente).

Margens de erro: \pm dois pontos percentuais para os resultados com o total da amostra; três pontos para os resultados das perguntas aplicadas apenas nas subamostras A ou B (1.254 e 1.248 entrevistas, respectivamente), com intervalo de confiança de 95%.

Data do campo: outubro de 2001.

Núcleo de Opinião Pública – FPA: sociólogos Gustavo Venturi (coordenador), Marisol Recamán (coordenadora-assistente) e Vilma Bokany (analista). Rita Dias: processamento de dados.

NOTAS: (1) em razão do arredondamento dos percentuais, suprimindo a casa decimal, as somas podem não totalizar exatamente 100%, sem que isto constitua erro de cálculo; (2) para consultar a íntegra dos resultados, acessar www.fpabramo.org.br.

SER MULHER NO SÉCULO XXI

OU CARTA DE ALFORRIA

“Nós podemos ir a qualquer lugar, menos para casa”

Abena Busia, poetisa africana

MARGARETH RAGO

Departamento de História – Unicamp

Se as palavras indicam muito das mudanças sociais e culturais de uma época, pois são carregadas de historicidade, a expressão “mulher pública” é reveladora de uma longa história de constantes exclusões e humilhações ostensivas para as mulheres, mas também de profundos deslocamentos, conquistas e inovações realizados pelas mulheres. Basta lembrar que, apenas 30 anos atrás, esse termo designava um setor social condenado, estigmatizado e marginalizado, ligado à comercialização sexual do corpo, nos bairros do submundo das cidades. “Mulheres públicas”, até então, era sinônimo de “mulheres alegres” ou de “mulheres da vida”, e todas essas expressões, apenas sussurradas, longe de remeter às imagens positivas que insinuam, nomeavam as prostitutas, “esgotos seminais”, na triste e misógina definição de Santo Agostinho.

Ser mulher, até aproximadamente o final dos anos 1960, significava identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um “bom partido” para um casamento indissolúvel e afeiçoar-se a atividades leves e delicadas, que exigissem pouco esforço físico e mental. Do outro lado, situavam-se as que podiam circular livremente por ruas, praças e bares, pagando, contudo, o alto preço da condenação moral, da perseguição policial e de outras formas de violência física.

É que, até então, reinavam no imaginário social as definições construídas pela medicina do século XIX sobre a identidade feminina¹. Segundo esta,

1. A bibliografia sobre o tema é vasta. Vejam-se, por exemplo, KNIBIEHLER, Yvonne e FOUQUET, Catherine, *La femme et les médecins* (Paris, Hachette, 1983); RODHDEN, Fabíola, *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* (Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001).

as mulheres deveriam desejar ser mães, acima de tudo, como se sua suposta essência se localizasse num órgão específico – o útero, capaz de responder por todos os seus bons e maus funcionamentos fisiológicos, psíquicos e emocionais. Nada melhor do que o filme *As horas*, de Stephen Daldry, construído a partir do romance de Virginia Woolf, *Mrs. Dalloway*, exibido em 2003 nas telas de nossos cinemas, para documentar as dimensões do sofrimento psíquico que muitas mulheres deveriam suportar para corresponder ao ideal romântico masculino projetado sobre suas vidas.

Essas exigências normativas não significavam, porém, que as condições para sua realização fossem plenamente oferecidas; basta lembrar que, assim como na atualidade, uma grande porcentagem de mulheres pobres constituiu o proletariado brasileiro desde os inícios da industrialização, no final do século XIX, e que, de modo geral, as trabalhadoras sempre foram alocadas em atividades muito menos valorizadas e mais mal remuneradas do que os homens, como conta a história do trabalho, em qualquer país do mundo, até os nossos dias.

Embora as mudanças culturais e mentais sejam muito difíceis e custosas, esse regime de verdade foi questionado e derrubado, à medida que a acelerada modernização socioeconômica, desde a década de 1970, no Brasil, levou milhares de mulheres ao mercado de trabalho e que o feminismo emergente passou a pressionar incisivamente por uma redefinição de seu lugar na sociedade. A mudança foi tão radical que, hoje, dificilmente alguém ousaria afirmar, como outrora, que a mulher não tem capacidade mental ou condições físicas para ser uma boa governante, dirigente política, empresária, engenheira, juíza, médica, delegada ou esportista, para ater-me às profissões tidas como tipicamente masculinas. Além do mais, as pesquisas acadêmicas têm trazido à tona uma longa história de lutas, resistências e profunda determinação, desfazendo as imagens da passividade e da submissão atribuídas também às mulheres brasileiras².

Um rápido olhar sobre as ruas e praças de várias cidades no mundo pode ser revelador de sua crescente e colorida presença no espaço público, marcando uma forte diferença em relação ao passado. Em postos de gasolina, restaurantes, bares, cinemas, lojas, bancos, empresas, escolas e universidades, ou ainda nas delegacias e em outras instituições, o fato é que as mulheres de todas as classes, etnias e gerações invadiram o mundo público, mesmo que,

2. Também aqui a bibliografia é vasta, incluindo, no Brasil, livros bastante conhecidos, como *Mito e realidade: A mulher na sociedade de classes*, de Helelith Saffioti (Rio de Janeiro, Quatro Artes, 1969); *Cotidiano e poder*, de Maria Odila Leite da Silva Dias (São Paulo, Brasiliense, 1984). Vejam-se, ainda, as coleções: PERROT, Michelle e DUBY, George (org.), *Histoire des femmes en Occident* (Paris, Plon, 1991) e PRIORE, Mary del (org.), *História das mulheres no Brasil* (São Paulo, Contexto, 1998).

na maior parte das vezes, não ocupem postos de comando. Mesmo assim, uma mulher é hoje, em 2004, prefeita da maior cidade do país e as negras começam a compor o ministério do governo de esquerda, no Brasil.

A pesquisa “A mulher brasileira nos espaços públicos e privados”, realizada pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, em outubro de 2001, que entrevistou 2.502 mulheres, residentes em 187 municípios de 24 estados das cinco macrorregiões brasileiras, revela que a maioria considera de fundamental importância a inserção no mercado de trabalho, a independência econômica, a possibilidade de tomar decisões e agir livremente, dissociando, pois, sua definição de gênero da idéia da maternidade. Ser mulher, no século XXI, deixou de implicar necessariamente gravidez e parto, o que traduz uma enorme ruptura com a ideologia da domesticidade.

A pesquisa constata, ainda, que a maioria das entrevistadas, entre jovens acima de 15 anos e mais velhas, demonstra ter clara consciência da subversão da tradicional divisão das esferas sexuais, tanto ao perceberem a enorme mudança em sua própria existência como mulheres, quanto ao avaliarem esta mudança como positiva. No início do século XXI, as mulheres estão se valorizando bem mais. Aliás, até mesmo intelectuais pouco atentos às questões de gênero não podem deixar de reconhecer que a única revolução que realmente vingou, no século XX, foi a feminista, provocando não apenas o acesso das mulheres à *cidadania*, mas acentuando um fenômeno igualmente profundo, embora menos perceptível, pelo menos até recentemente: *a feminização da cultura*³.

Isto significa que as mulheres não apenas entraram no mundo da cultura, dos negócios e da política, ou seja, conquistaram o *direito à vida* – o que não ocorre sem acirrados conflitos, dificuldades e tensões –, mas também têm continuamente feminilizado as próprias formas da existência social, a partir de suas práticas e de seus olhares diferenciados, trazendo perspectivas promissoras, embora não exclusivas, de construção de um novo mundo.

No que tange ao primeiro ponto, a cidadania, vale lembrar as considerações de uma importante pensadora, Hannah Arendt, que, no famoso livro intitulado *A condição humana*, desmistifica a representação da esfera da vida privada como o lugar aconchegante da privacidade e da intimidade, em oposição ao mundo público, considerado bélico e hostil, desde o século XIX. Segundo ela, o privado define-se melhor como o lugar da privação de luz, da invisibilidade, isto é, da inexistência social. Vale escutar suas próprias palavras:

3. Refiro-me, principalmente, às conhecidas afirmações de Eric Hobsbawm em *Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991* (São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 304 e seguintes).

“Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação ‘objetiva’ decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatividade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse”.⁴

Recolhidos no mundo privado e submetidos à esfera da necessidade, lugar privilegiado da violência, onde se travava a luta pela sobrevivência biológica imediata, as mulheres e os escravos não participavam das atividades da pólis grega e, de certo modo, respeitando-se as diferenças, o mesmo sucede com as “minorias” e outros milhões de excluídos em nosso mundo ainda hoje.

Embora tenhamos aprendido a ler a divisão das esferas da vida social e sexual com as lentes masculinas, elitistas e brancas do século XIX, que definiu o espaço privado como o lugar natural das mulheres, enquanto o público caberia aos homens, as instigantes reflexões da filósofa alemã são muito mais iluminadoras das formas sutis da exclusão social, de gênero e étnica então realizadas e referendadas pela ciência burguesa.

Em outras palavras, até recentemente, de modo geral, as mulheres não tinham direito à vida pública, o que significava a impossibilidade não apenas do acesso aos negócios, aos cargos políticos e de direção, à cultura e à educação, como também a do desfrute da sociabilidade dos bares, restaurantes, cafés e de determinados espaços de lazer ou prazer, pelo menos não nas mesmas condições que os homens. Além de serem consideradas incapazes de governar a si mesmas e aos outros, devendo, portanto, submeter-se à autoridade masculina, em casa e fora dela, eram também excluídas do direito ao corpo e ao prazer sexual, sob pena de serem olhadas como anormalidades ou monstruosidades. A dicotomia Eva/Virgem Maria já foi questionada à exaustão para ser retomada aqui. Portanto, a grande conquista feminina e feminista do chamado “século das mulheres”, o XX, foi o *direito à existência*, sem o que é impossível começar, se queremos um mundo fundado na justiça social, no respeito e na liberdade.

Antes de relativizar essas afirmações, discutindo as inúmeras controvérsias e polêmicas que podem suscitar, gostaria de comentar o segundo ponto

4. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro/São Paulo, Forense Universitária/Editora Universidade São Paulo, 1981, p. 68.

anteriormente referido: a *feminização da cultura*⁵. Nesta direção, vale atentar tanto para o novo lugar que o feminino vem progressivamente conquistando no imaginário social, na medida em que deixa de ser inferiorizado em relação ao masculino, como para as inovações nas formas de expressão construídas pela cultura feminina na contemporaneidade⁶.

As mulheres desconstruíram na prática e na teoria as tradicionais associações do feminino com a natureza, a emotividade e a irracionalidade, em oposição ao masculino, e, num outro extremo, com a imagem da fúria de uma sexualidade transbordante, perversa e incontrolável, no estilo tão bem representado pela *femme fatale*, cuja figura logo evoca a encenação de Marlene Dietrich no filme *O anjo azul*. Vale notar que a primeira onda do feminismo, não apenas no Brasil, ocorre num momento, os anos 1920, em que as poderosas e sexualizadas figuras de Salomé, Lulu, Thaís, Circe fazem sucesso nos romances, nas peças teatrais e nas telas dos cinemas, representadas por atrizes como Theda Bara e Louise Brooks, no cinema norte-americano, para citar alguns nomes famosos⁷.

As mulheres criticaram, ainda, a rígida separação das esferas sociais e sexuais, revelando que o lar não é o “ninho” aconchegante e tranquilo das folhinhas dos calendários ou das propagandas das revistas femininas, mas, tanto quanto o público, é lugar da competição acirrada, do exercício da violência de gênero e da “constipação simbólica”, como afirma Rose Braidotti, convidando-nos a abandonar o lar: “porque o lar é freqüentemente local do sexism e racismo [...] local sedentário, que produz paixões reativas tais como ganância, paranóia, ciúme edipiano [...]”⁸.

Ao mesmo tempo, as mulheres têm inovado profundamente nas atividades que desenvolvem e nos espaços que ocupam, não importa se públicos ou privados, marcando uma forte diferença em relação aos homens, mesmo que também sejam muitas as que apenas reproduzem as estratégias masculinas de ação, copiando as tecnologias do poder de um mundo já muito criticado. Se a construção de novas

5. São vários os autores que problematizam a modernidade como processo de feminização da cultura. Vejam-se, por exemplo: LE RIDER, Jacques, *A modernidade vienense e as crises de identidade* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992); BIRMAN, Joel (org.), *Feminilidades* (Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2002).

6. Veja-se HOLANDA, Heloísa Buarque. “Novos Tempos”. *Labrys, estudos feministas*, n. 3/4, jan-jun. 2003, site: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/>.

7. Sobre as fantasias sexuais masculinas dessa época, indico: DIJKSTRA, Bram, *Idols of Perversity. Fantasies of Feminine Evil in Fin-de-Siecle Culture* (New York/Oxford, Oxford University Press, 1986); GRONEMAN, Carol, *Ninfomania: história* (Rio de Janeiro, Imago, 2001).

8. BRAIDOTTI, Rose. “Diferença, diversidade e subjetividade nômade”. *Labrys, estudos feministas*, n. 1-2, jul.-dez. 2002, site: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/>.

subjetividades pelo feminismo, mais integradas e complexas, marca um grande avanço na luta pela construção de novas formas de solidariedade e de amizade, não há como negar o fato de que a “mulher cordial”, isto é, o contraponto feminino do “coronel”, repõe uma pesada herança de nossa tradição.

Aqui gostaria de incluir alguns breves esclarecimentos. Em sua pioneiríssima obra *Raízes do Brasil*, de 1936, Sérgio Buarque de Holanda criticava o “homem cordial” como uma subjetividade privatista e narcisista, que se manifesta por meio de comportamentos e práticas de apropriação do mundo público e de sobreposição do privado no público, fazendo deste o “quintal da própria casa”, numa expressão bastante conhecida entre nós⁹. Para o autor, a cordialidade era um empecilho para a modernização do país, para a profissionalização e para a construção de um mundo público democrático.

Sem entrar nas questões que afetam suas concepções políticas, em nosso caso a modernização conservadora promovida desde a década de 1970 no país favoreceu também a emergência de mulheres que, à semelhança de muitos homens, se tornaram “coronelas” – palavra que ainda não consta de nossos dicionários, pois o fenômeno é recente –, em suas instituições, casas, escolas, escritórios, universidades e organizações não-governamentais (ONGs) de uma maneira profundamente nociva, pois reproduzem as relações de poder, especialmente com as próprias mulheres, que o feminismo veio combater.

Contudo, numa avaliação mais otimista e mais atenta às mudanças do que às permanências, observa-se que são muitos os efeitos da contundente crítica que o feminismo realizou, nos últimos 30 anos, ao falocentrismo, isto é, às formas masculinas de organização social e de codificação da experiência, tanto ao desnudar sua dimensão sexista e misógina como ao propor a des hierarquização do modo cêntrico de pensar, em que o universo feminino era inferiorizado. As oposições binárias construídas pelas categorias masculinas do pensamento, que desqualificavam as dimensões consideradas características da mulher – suas palavras, seus gestos, seus atos, suas práticas –, foram vigorosamente desestabilizadas pela epistemologia feminista, na teoria, e pela prática das mulheres em geral.

Tudo isso indica, a meu ver, que o mundo tem se tornado muito mais feminista e aberto para as mulheres, de modo que, no início deste século, já se pode visualizar a emergência de uma cultura filógina, isto é, amiga das mu-

9. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26^aed. São Paulo, Ed. José Olympio, 1982. Vejam-se ainda as reflexões de SENNETT, Richard, *O declínio do homem público* (São Paulo, Companhia das Letras, 1989).

lheres, em oposição à conhecida misoginia¹⁰. Vale observar a etimologia desta palavra, bastante eloquente por si só: *filoginia*, do grego *philos*, amigo + *gynē*, mulher – amor às mulheres; antônimo: *misoginia*, aversão às mulheres¹¹.

Se a receptividade atual ao feminino pode ser considerada resultante da invasão do mundo público pelas mulheres, ou melhor, da dissolução das fronteiras simbólicas construídas entre público e privado, das pressões do feminismo e da diminuição do medo que causava, assim como da própria mudança da consciência de gênero das mulheres, pode-se notar que se deve ainda, em parte, à própria falência dos modos masculinos de organizar e gerir a vida social, num mundo marcado pela violência, pela desagregação social, pela atomização do indivíduo e por uma profunda crise nas formas da sociabilidade, incluindo-se as de gênero. Sabe-se que uma grande quantidade de mulheres, nas diferentes classes que constituem a sociedade brasileira, tornou-se chefe de família porque os maridos, companheiros e amantes desertaram, não conseguindo se ressituar e interagir na nova ordem familiar descentralizada e des-hierarquizada.

Independentes econômica mas também emocional e sexualmente, as mulheres, no século XXI, deixam de acreditar que deveriam dedicar-se exclusivamente a promover o crescimento profissional do parceiro/marido ou ainda que deveriam contentar-se em satisfazê-lo sexualmente, a despeito de seu próprio desejo. Novamente, a pesquisa da Fundação Perseu Abramo revela que das 2.502 entrevistadas, com idade acima de 15 anos, 74% discordam de que a mulher deveria satisfazer sexualmente o marido, mesmo sem ter vontade (ver Anexo, quadro 24), como estipulava o código moral dominante até recentemente, enquanto 86% declararam possuir experiência sexual, independentemente da condição de casadas (ver Anexo, quadro 38).

As inúmeras e ainda pouco comentadas inovações éticas, estéticas e políticas que vêm sendo construídas pelas mulheres em suas múltiplas áreas de atuação – nas universidades, na ciência, na educação, nas artes, na saúde, no trabalho e na casa – têm revelado a emergência de novos modos de ver, de novas possibilidades de interpretação, de ressignificação e de problematização que, sem dúvida, não beneficiam apenas as mulheres, como afirma a feminista Sandra Harding, já que forçam também os homens a se perceberem como sujeitos particulares e socialmente localizados¹².

10. RAGO, Margareth. “Feminizar é preciso. Por uma cultura filógina”. *Revista do SEADE*, São Paulo, 2002.

11. Veja-se o *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa* (São Paulo, 1999), p. 432.

12. HARDING, Sandra. *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Ithaca/New York, Cornell University Press, 1991.

É verdade que ainda hoje, no Brasil, muitas mulheres não se identificam claramente com o feminismo, desconhecendo-o ou conservando uma imagem confusa e restritiva desse movimento e de seus agentes, como mostra a pesquisa citada. Entretanto, isto não indica que, em suas práticas e interpretações, não sejam feministas. Mesmo porque para fazer valer suas idéias, seus pontos de vista, suas interpretações e simbolizações num mundo que ainda é acen-tuadamente masculino as mulheres precisam agir e justificar-se com muita competência, pois contrariam e subvertem as disposições instituídas.

Isto também não quer dizer que muitas não copiem a cultura masculina, como já mencionei, mas que, tendo sido alijadas do poder, da política e dos centros de decisão por séculos, aprenderam a desenvolver estratégias de ação mais integradas e humanizadas, foram formadas em contextos sociais e culturais diferenciados dos masculinos, sofreram outras exigências morais e corporais, tendo, portanto, experiências completamente diferenciadas e, muitas vezes, incompreensíveis no vocabulário masculino, como bem observaram as próprias mulheres e alguns homens mais sensíveis já no início do século passado¹³.

O sociólogo alemão Georg Simmel, por exemplo, reconhecia então que as mulheres desenvolviam um contato muito mais direto com o corpo e um olhar muito mais atento à preservação da vida, pela própria experiência cotidiana que tinham, o que lhes conferia uma capacidade especial para o exercício de certas profissões, como a medicina, especialmente a ginecologia, ou as artes¹⁴. Concordo, portanto, com muitas feministas quando afirmam que as mulheres estão aprendendo a criar sua própria linguagem, já que nasceram num mundo conformado pelas categorias e interpretações masculinas, ao qual tiveram de se moldar e do qual agora se libertam.

Assim, um enorme espaço de atuação se abre às mulheres neste século que se inicia e, de certo modo, paira no ar uma grande expectativa e ansiedade para saber quais serão suas invenções éticas e suas criações em relação a novos estilos de vida e a novas formas de produção da subjetividade e da sociabilidade.

De outro lado, não há como negar que essa reconfiguração positiva das formas de percepção e recepção das mulheres e da cultura feminina tem uma pesada contrapartida, que se evidencia, por exemplo, no grande aumento das

13. Cito, como exemplo, as libertárias Maria Lacerda de Moura, Luce Fabbri e Federica Montseny, as escritoras brasileiras Carmen Dolores e Lola de Oliveira, entre outras, e Georg Simmel.

14. SIMMEL, Georg. “Cultura feminina”. In: *Filosofia do amor*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1993.

exigências pessoais e sociais sobre elas. Segundo os resultados da já citada pesquisa da Fundação Perseu Abramo, há um consenso entre as entrevistadas de que, se a situação da mulher brasileira melhorou muito nas últimas décadas, também cresceram enormemente seus encargos e atribuições, com a duplicação da jornada de trabalho e o aumento das pressões por excelentes resultados em seu desempenho profissional, intelectual e pessoal, muito acima do que se exige dos homens. Chefes de família, mães, trabalhadoras, estudantes ou desempregadas, as mulheres substituem os homens também ao se tornarem provedoras do lar, ao mesmo tempo que devem se responsabilizar pelo próprio orgasmo ou por sua gravidez. Aliás, os desencontros nas relações de gênero parecem se aprofundar num momento em que as mulheres assumem a própria sexualidade, deslocando-se do lugar tradicionalmente instituído, e em que lutam pelos direitos reprodutivos, entre os quais o aborto. A “falta de homens” é matéria recorrente nas grandes revistas comerciais, ou nos programas de televisão, assim como tema favorito nas conversas entre as mulheres.

Para Ivonne Kniebheler, no contexto europeu, a situação das mulheres se complicou profundamente nas duas últimas décadas, pois a “revanche” masculina se traduziu pelo recuo e pelo distanciamento em relação a elas, pela intensificação de sua transformação em mero objeto sexual e pelo aumento da prostituição forçada¹⁵. “A cada ano, cerca de 50.000 mulheres de 20 a 59 anos são vítimas de estupro na França e uma mulher em cada dez reclama da ‘violência conjugal’”, constata a historiadora francesa¹⁶. Além do mais, numa época em que as práticas abortivas se diversificam e se tornam cada vez mais acessíveis, com o surgimento de novas pílulas e novos métodos contraceptivos, a gravidez deixa de ser uma preocupação para os homens como fora no passado, afirmam as feministas francesas.

Coincidemente, no caso brasileiro, a pesquisa da Fundação Perseu Abramo revela que a violência sexual em relação às mulheres, especialmente as mais jovens, tem aumentado. Alguns dados fornecidos pela pesquisa são ilustrativos: a taxa de espancamento da população feminina é da ordem de 11% (ver Anexo, quadro 60), indicando que cerca de 6,8 milhões de mulheres, num universo de 61,5 milhões, já foram espancadas ao menos uma vez (ver Anexo, quadro 72), na maioria dos casos pelos próprios parceiros/maridos. Isso sugere que se, por um lado, as mulheres passaram a usufruir do prazer sexual, a exprimir seus desejos, a conhecer o próprio corpo, a ler seus sinais

15. KNIBIEHLER, Ivonne. *La sexualité et l'histoire*. Paris, Éditions Odile Jacob, 2002.

16. Idem, *ibidem*, p. 11.

e a interpretar suas mensagens, escapando à normatividade das interpretações masculinas que anulavam sua sexualidade e desconheciam seu corpo, por outro essas mudanças de comportamento têm provocado muitas tensões e conflitos de gênero, pois ferem o código moral hegemonic masculino, bastante rígido e autoritário.

Nesse sentido, as mulheres brasileiras continuam a reclamar do machismo, expresso em inúmeras formas de humilhação social, assédio sexual, violência doméstica, estupro e discriminação no trabalho, da fábrica à universidade. Novamente vale citar os dados da referida pesquisa, segundo a qual uma em cada cinco brasileiras relata algum caso de violência sofrida por parte de um homem (ver Anexo, quadro 59), sendo que a grande maioria, como se sabe, não busca nenhum tipo de ajuda, a não ser entre amigas ou parentes muito próximos.

Seja como for, é importante refletir sobre o constatado aumento da carga de trabalho sobre as mulheres, especialmente sobre as menos favorecidas economicamente. Como entendê-lo senão pelo aumento da competição masculina, que inviabiliza a solidariedade e a colaboração para com elas? É inegável que muitos homens continuam fortemente abalados e irritados com o sucesso feminino, seu ressentimento explodindo em reações violentas quando as acusam pela dissolução da família ou, ainda, com o fim dos matrimônios logo que as mulheres se tornam doutoras, atingem postos mais importantes ou melhores salários do que os maridos.

Isto evidentemente sem me referir ao rancor expresso tanto em relação às feministas, que, paradoxalmente, ganham cada vez mais adesões, como às lésbicas, que conquistam uma tímida visibilidade, sobretudo se comparadas aos homossexuais masculinos. Enfim, é visível que a guerra entre os sexos não terminou e que se acentua nos novos *fronts*: o profissional e o afetivo, o que explica em grande parte a “solidão feminina” das que hoje atingem a faixa etária dos 50/60 anos, entre ricas e pobres, brancas e negras.

Outra questão bastante problemática a ser destacada consiste na situação das mulheres negras, já que estas têm sido as principais vítimas das discriminações e violências que pesam sobre as mulheres, às vezes pelas próprias mulheres. A herança colonial escravista, a mistificação da sexualidade das negras e mulatas no imaginário social, o mito da democracia racial brasileira, mascarando as violentas e dissimuladas formas de discriminação contra elas, são problemas que apenas começam a ser discutidos e trabalhados na sociedade brasileira. Assim como as questões da prostituição, do tráfico internacional de mulheres, do turismo sexual e da exploração sexual da infância, que crescem com grande velocidade, demandam debates sociais e políticas públicas urgentes.

Apesar de tudo, no entanto, é possível afirmar que foram conquistadas as condições de possibilidade para a construção de um mundo filógino e de novas relações de gênero não-assimétricas. Condições que, bem entendido, apenas permitem começar, pois são pontos de partida, não de chegada. No entanto, de certo modo, possibilitam entender as motivações que levam a maioria das mulheres brasileiras a afirmar conviver bem com sua condição feminina, como conclui a pesquisa da Fundação Perseu Abramo, apesar dos inúmeros problemas e das queixas que também registram.

Se, de um lado, as mulheres se fortalecem, se passam a construir uma auto-estima positiva, se é visível que a sociedade se feminiza cada vez mais, de outro não há garantias de que os homens mudarão no sentido de se tornarem mais sensíveis, muito embora seja notória a diferença entre os homens nascidos antes e depois do feminismo. Aqui também os efeitos do movimento feminista devem ser notados. A invenção da masculinidade tornou-se um tema cada vez mais presente nas pesquisas acadêmicas ou nas revistas comerciais, para não dizer nas próprias práticas sociais e individuais, revelando o desconforto dos mais jovens com as definições de virilidade construídas com base na figura do guerreiro ou na de Tarzan.

Contudo sabemos que as conquistas sociais e sexuais são sempre instáveis e dependem da continuidade, da firmeza e da intensidade da pressão dos grupos envolvidos, assim como da potencialização das políticas reivindicadas pelo feminismo e pelas mulheres em geral. Afinal, como diz a poetisa Adélia Prado, respondendo femininamente a Drummond:

“Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou”.¹⁷

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, Hannah. (1981). *A condição humana*. Rio de Janeiro/São Paulo, Forense Universitária/Editora Universidade São Paulo.
- BASSANEZZI, Carla e PRIORE, Mary del (orgs.). (1998). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto.

17. A poesia de Adélia Prado se chama “Com licença poética” e a de Carlos Drummond de Andrade, “Poema de sete faces”, e diz: “Quando nasci, um anjo torto/ desses que vivem na sombra/ disse: Vai, Carlos! Ser *gauche* na vida [...]. In: MORICONI, Ítalo. *Os cem melhores poemas brasileiros do século*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001, p. 29 e 247.

- BIRMAN, Joel. (2002). *Feminilidades*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria.
- BESSE, Susan. (1996). *Restructuring Patriarchy. The Modernization of Gender Inequality in Brazil, 1914-1940*. The University of North Carolina Press, (já traduzido no Brasil).
- BRAIDOTTI, Rose. (2002). “Diferença, diversidade e subjetividade nômade”. *Labrys, estudos feministas*, n. 1-2, jul.-dez.. Revista digital internacional editada por Tânia Navarro Swain, Marie France Dépêche e Margareth Rago, site: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/>.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. (1984). *Cotidiano e poder*. São Paulo, Brasiliense.
- DIJKSTRA, Bram. (1986). *Idols of Perversity. Fantasies of Feminine Evil in Fin-de-Siecle Culture*. New York/Oxford, Oxford University Press.
- HAHNER, June E. (2003). *Emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil – 1850-1940*. Florianópolis, Editora Mulheres/EDUNISC.
- HARDING, Sandra. (1991). *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Ithaca/New York, Cornell University Press.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). (1994). *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco.
- KNIBIEHLER, Ivonne e FOUQUET, Catherine. (1983). *La femme et les médecins*. Paris, Hachette.
- KNIBIEHLER, Ivonne. (2002). *La sexualité et l'histoire*. Paris, Éditions Odile Jacob.
- LE RIDER, Jacques. (1992). *A modernidade vienense e as crises de identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. (1981). *Família e feminismo: reflexões sobre os papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo, FFLCH/USP (tese de doutorado).
- PERROT, Michelle e DUBY, George (orgs.). (1991). *Histoire des femmes en Occident*. Paris, Plon.
- RAGO, Margareth. (1991). *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (2002). “Feminizar é preciso. Por uma cultura filógina”. *Revista do SEADE*, São Paulo.
- RODHEN, Fabíola. (2001). *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- SAFFIOTI, Heleieth. (1996). *Mito e realidade: A mulher na sociedade de classes*. Rio de Janeiro, Quatro Artes.
- SENNETT, Richard. (1989). *O declínio do homem público*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SIMMEL, Georg. (1993). *Filosofia do amor*. São Paulo, Martins Fontes.

GÊNERO E PATRIARCADO: VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

HELEIETH I. B. SAFFIOTI

Professora de sociologia do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Como a teoria é muito importante para que se possam operar transformações profundas na sociedade, constitui tarefa urgente das teóricas feministas a indagação: *a quem serve a teoria de gênero utilizada em substituição à do patriarcado?* A urgência desta resposta pode ser aquilatada pela premência de situar as mulheres em igualdade de condições com os homens. O concurso dos homens é fundamental, uma vez que se trata de mudar a relação entre homens e mulheres. Todavia, é a categoria dominada-explorada que conhece minuciosamente a engrenagem patriarcal, no que ela tem de mais perverso. Tem, pois, obrigação de liderar o processo de mudança. Recusando-se, no entanto, a enxergar o patriarcado ou recusando-se a admiti-lo, a maioria das teóricas feministas dá alguns passos para trás.

Ainda que as teóricas feministas também desejem construir uma sociedade igualitária do ângulo do gênero (será possível restringir as transformações apenas a este domínio?), o resultado da interação de todos os agentes sociais (negros, pobres) será necessariamente diverso de suas intenções, lembrando Luckács. É necessário precaver-se no sentido de impedir que a resultante da ação coletiva fique aquém, ou muito aquém, do fim posto. E a teoria desempenha papel fundamental neste processo. *Não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro.* Exatamente

em razão de sua generalidade excessiva, apresenta alto grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. *O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixa propositalmente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se, assim, no reino da História.* Trata-se, pois, dos regimes políticos tais como a *falocracia*, o *androcentrismo*, o *viriarcado*, a *primazia masculina*. É, por conseguinte, um conceito de ordem política. E poderia ser de outra ordem se o objetivo das(os) feministas consiste em transformar a sociedade, eliminando as desigualdades, as injustiças, as iniquidades, e instaurando a igualdade?

(SAFFIOTI, 1997a).

A Fundação Perseu Abramo trabalhou com o universo de mulheres de 15 anos ou mais, ou seja, 65,5 milhões de almas (Censo IBGE, 2000). Com uma equipe constituída por pesquisadoras, houve um retorno aos domicílios, no qual foram entrevistadas entre 25% e 30% das mulheres. Optou-se por uma amostra estratificada, a mais adequada, em geral, para pesquisas de médio e grande portes. Neste caso, sem dúvida, este era o esquema mais competente e indicado de amostragem. Trabalhando com as cinco macrorregiões do Brasil (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste) e o universo estratificado por faixas etárias e por tipo de área, urbana e rural, realizaram 2.052 entrevistas, mapeando, via questionários, mulheres distribuídas por 187 municípios, situados em 24 estados da nação. A inclusão das capitais de estado e dos municípios com mais de 500 mil habitantes foi uma deliberação prévia. Seu peso foi tomado como auto-representativo. Os demais municípios foram classificados em grandes, médios e pequenos, levando-se em conta também a mesorregião¹. O trabalho de campo foi realizado em outubro de 2001.

Do ângulo étnico-racial, as brasileiras assim se distribuíam: ascendência branca e negra: 38%; exclusivamente branca: 29%; só negra: 6%; branca, negra e indígena: 12%; e branca e indígena: 9% (ver Anexo, quadro 6). Quanto à distribuição etária, 9% estavam entre 15 e 17 anos; 20%, entre 18 e 24; 24%, entre 25 e 34; 19%, entre 35 e 44; 16%, entre 45 e 59; e 12% com 60 anos ou mais. Com relação ao estado civil, 26% eram solteiras (12% virgens e 15% não-virgens); 57% casadas (36% legalmente casadas e 21% vivendo em união consensual); 8% separadas; e 9% viúvas (ver Anexo, quadro 14). A maioria das mulheres (57%),

1. A *Contagem populacional*, IBGE, 1996, foi utilizada para a distribuição de cotas de idade e municípios em tercis, e o Censo IBGE 2000 para a ponderação urbano-rural (84% e 16%, respectivamente). O intervalo de confiança é de 95%.

presumindo-se que quase a totalidade, vive sob o jugo do cônjuge, embora tais criaturas possam nem tomar consciência deste fato, exatamente por se tratar de fenômeno muito familiar. Quanto mais familiar, mais desconhecido é o fato, deixando sequer de ser percebido. “Foi assim com minha avó, com minha mãe, há de ser assim comigo”, em geral afirmam quando perguntadas sobre isto. Três quartos destas mulheres tinham filhos e um quarto delas não tinha filhos (ver Anexo, quadro 11). Seu grau médio de escolaridade é bastante baixo, pois 7% jamais freqüentaram escola; 66% ostentavam apenas o ensino fundamental (18% não chegaram a concluir o primário; 13% o terminaram; 18% não completaram o ginásio; e 10% o concluíram). Alcançaram o hoje chamado ensino médio: 27% (11% não chegaram a concluir o ensino médio e 16% fizeram-no integralmente). Tão-somente 6% obtiveram alguma formação superior: 3% incompleta; 2% alcançaram a graduação; e 1% exibiu pós-graduação (ver Anexo, quadro 2). Há de se convir, já que a escola dos pobres, a pública, é de muito má qualidade, que as concluintes do ensino fundamental (oito anos de escolaridade) não podem ser consideradas, em sua maioria, alfabetizadas. O critério para se aferir se uma pessoa é efetivamente alfabetizada consiste em sua capacidade de ler, entendendo-o, um bilhete simples, e de saber redigir um de igual dificuldade. Há que se reconhecer, também, que um país com tão-somente 2% de sua população feminina, em faixa etária condizente, graduada pela universidade classifica-se como um país de baixíssima educação formal. Nem há o que dizer de uma nação com 1% de suas mulheres com pós-graduação.

No que tange ao trabalho remunerado, 53% das mulheres integram a População Economicamente Ativa (PEA), das quais somente 17% encontravam-se no chamado mercado formal de trabalho; 23%, no informal; e 12% estavam desempregadas. Como já há mais de uma década o país vem enfrentando o desemprego de longa duração, é bem provável que as desempregadas em 2001 continuem nesta condição, fazendo quitutes para vender como forma de sobrevivência. Reitera-se, aqui, o que se redigiu em 1966 e publicou-se em 1969: o capitalismo alija força de trabalho – sejam homens ou mulheres, mas maiores contingentes destas últimas – do mercado de trabalho. Muitas feministas contrapõem-se a esta assertiva, mostrando que a participação das mulheres na PEA ocupada ultrapassa ou está por volta de 40%. Trata-se de uma ilusão, na medida em que apenas 17% das trabalhadoras têm empregos diretamente em empresas capitalistas, quando, em 1872, momento do primeiro Censo brasileiro,

2. Não concordo com esta nomenclatura: setores formal e informal do mercado de trabalho. Prefiro atividades especificamente capitalistas, assalariadas, e atividades desenvolvidas fora do modo de produção capitalista.

45,5% estavam em ocupações assalariadas. No mercado de trabalho informal, a Fundação Perseu Abramo encontrou 23%². Fora da PEA ocupada encontravam-se 47% de mulheres, sendo 8% de aposentadas, 9% de estudantes e 30% de donas-de-casa. Com o advento do capitalismo, criam-se duas categorias sociais necessárias e anteriormente inexistentes: os proletários e as donas-de-casa. O século XIX foi, por excelência, o da domesticidade. Com a alta taxa de desemprego masculino, é possível que estas últimas, assim como os 17% das que nunca exerceram nenhuma atividade remunerada, estejam lançando mão do que sabem fazer para sobreviver, de quitutes a crochê, tricô, bordados etc. A renda familiar de 41% destas mulheres chegava a dois salários mínimos (na época, 360 reais); 34% mais de dois a cinco S. M.; 12% de cinco a dez S. M.; 6% mais de dez a 20; e somente 2% acima de 20 S. M. (ver Anexo, quadro 7).

Praticamente a totalidade das mulheres investigadas só vê a chamada violência urbana e, nem mesmo neste domínio, distingue sua vulnerabilidade quando crianças, adolescentes, jovens e idosas, como mulheres sozinhas, separadas, divorciadas e viúvas, quando dirigindo um automóvel, sobretudo à noite, quando, de carro, mesmo durante o dia, paradas num semáforo etc. A violência de gênero, a violência contra mulheres, a violência doméstica e a violência intrafamiliar (SAFFIOTI, 2001) passam despercebidas. Será que as próprias mulheres concebem a maioria das violências domésticas cometidas contra si próprias por seus companheiros como “crimes de menor potencial ofensivo”, como o faz a Lei 9.099/95, lei federal que liberou os delitos perpetrados por homens contra mulheres, substituindo as penas de privação de liberdade por penas alternativas sem o menor caráter pedagógico, como pagar uma pequena multa ou entregar uma cesta básica a uma instituição de caridade? Afinal, a implantação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMS), por mais precárias que sejam estas, desmistificou o caráter sagrado da família, a ela atribuído pela sociedade, tornando visível a violência contra mulheres, sobretudo a doméstica. Estranha-se, pois, que apenas 3% das mulheres entrevistadas se sintam mais expostas à violência do que os homens (ver Anexo, quadro 20), assim como só 14% delas percebiam as discriminações que sofrem no mercado de trabalho, aí inclusas as diferenças de salários femininos e masculinos para trabalhadoras e trabalhadores que desempenham idênticas funções, sendo que as mulheres que trabalham fora apresentam, em média, um grau de escolarização mais elevado que o de seus colegas. O estranhamento é ainda maior quando se considera que tão-somente 5% das investigadas se dão conta de que sobre elas pesam numerosas e agudas discriminações e a elas é reservado um lugar inferior ao dos homens na sociedade (ver Anexo, quadro 20). Que lástima que, em pleno século XXI, tantas mulheres ainda sejam portadoras de “consciências domina-

das”, para usar a expressão de Mathieu (1985). Sandra Bem (1993) mostra que as mulheres vêm com lentes do gênero. Obviamente, não se trata de uma matriz subversiva de gênero, mas da dominante, da aceita pela maioria dos membros da sociedade, da matriz “oficial”, isto é, a *ordem patriarcal de gênero*, concebida e pactuada entre os homens. Lembrando um pequeno mas extraordinário livro da década de 1960, de Albert Memmi, *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, as mulheres parecem haver absorvido a consciência do colonizador e, por comodismo, embora repelente, mantiveram suas condutas de colonizadas.

Apenas 55% das entrevistadas valorizavam a maternidade. Entretanto, 48% destas valorizavam a maternidade mesma, isto é, o fato biológico, pois só 20% mencionaram o prazer enorme propiciado pela maternagem (BADINTER, 1980). Vale dizer, provavelmente, que as demais não encontravam prazer em cuidar com afeto de seus filhos, sentindo tão-somente esta atividade como um fardo. Em vez de se apurar um desejo de que aos homens fosse oferecida a possibilidade de desenvolver sua *anima* (sensibilidade, afetividade, solidariedade etc.), somente 13% das mulheres pesquisadas apontaram tais qualidades, tidas como tipicamente femininas (ver Anexo, quadro 20), como “a nata de ser mulher”. Isto pode ter um grande significado negativo, ou seja, a valorização da amputação da personalidade dos homens, que os impede de desenvolver sua *anima*, em benefício do falo, representação máxima das assim vistas como dimensões da virilidade. Em última instância, em vez de defenderem para homens e mulheres o direito de serem socializados para seu crescimento integral, desenvolvendo ambos *anima* e *animus* (JUNG, 1982), nem sequer reivindicam este equilíbrio para si próprias. O uso da razão, por parte das mulheres, e a paternagem, por parte dos homens, certamente permitiriam tal equilíbrio.

BAIXA AUTO-ESTIMA

Comenta-se, oralmente e por escrito, que as mulheres possuem *baixa auto-estima*, que aderiram à *ordem patriarcal de gênero*, que são comodistas (geralmente, quando casadas com homens perpetradores de violência contra elas, preferem suportá-los em troca das mordomias propiciadas por altas rendas, pagando, assim, o conforto com a infelicidade), que não se lançam à luta e assim por diante. É verdade que as mulheres, em geral, apresentam baixa auto-estima, sobretudo aquelas que têm seus direitos humanos violados com freqüência. Também é verdade que muitas mulheres casadas com homens de elevado poder econômico tendem a suportar por mais tempo as violências contra elas cometidas por seus parceiros, porque desejam oferecer educação de bom nível aos seus filhos e, obviamente, também em razão do desfrute de

um alto padrão de vida que, na maioria das vezes, perderiam com a separação. Há, efetivamente, maneiras variadas de “esconder” bens destinados à partilha, em caso de separação judicial ou divórcio. E esta constitui uma prática comum entre homens, mormente se a iniciativa da separação foi da esposa e/ou se ela ou ele já houverem iniciado uma relação amorosa com outra pessoa. O patrimônio, indubitavelmente, constitui um mecanismo relevante para o homem manter em sua casa seu “saco de pancadas”. Patrimônios respeitáveis, via de regra, são o caldo de cultura de conflitos e até impasses. Este fato, porém, não é privilégio dos casais que gozam de excelente padrão de vida, atingindo as camadas médias e mesmo casais relativamente pobres, que possuem apenas uma modesta casa para seu uso. É evidente, contudo, que a “tolerância” de mulheres agredidas por seus parceiros varia em razão direta da magnitude de seus bens. Esta é a regra e, como em todas elas, há exceções: mulheres com muitos filhos que preferem ir à luta sozinhas a suportar maus-tratos.

Memmi captou, argutamente e com muita sagacidade, o imo do colonizador, resultante do desempenho de seu papel e necessário para desincumbir-se dele, assim como percebeu, com muita inteligência, as transformações íntimas sofridas pelo *explorado-dominado*, isto é, o colonizado. Tem-se a impressão, vez por outra, de que a situação colonial não apresenta alternativa. À medida que se chega ao fim da leitura, percebe-se que há revolta por parte do *dominado-explorado*, que o colonizado passa a reagir de outra maneira, a fim de livrar-se daquela condição, banindo o colonizador. Quantas semelhanças há entre o colonizado sob o jugo do colonizador e a categoria social *mulheres* sob a dominação-exploração da categoria social *homens*! No que tange à *ambigüidade*, as mulheres são socializadas para a conduta ambígua. Elas querem, mas não querem; elas sabem, mas não sabem; elas são fortes, mas são frágeis, e assim por diante. E muitas mulheres sobrevivem graças às contradições presentes na *ordem patriarcal de gênero*, mesmo fora da situação colonial, mas também nela; outras vivenciam a impotência e, nesta, o fracasso; outras, ainda, soçobram.

Para a *ordem patriarcal de gênero*, é importante socializar as mulheres na ambigüidade. Como elas são, potencialmente, todas presas, e os homens, os caçadores, o jogo da conquista acaba por se tornar fundamental no seio do *quero, mas não quero, do estou a fim, mas não estou, enfim, não sou tão fácil assim, exijo ser conquistada*. Isto dá às mulheres a ilusão de que escolhem seus parceiros, quando, na verdade, são muito mais escolhidas do que exercem seus desejos. Há, sem dúvida, uma endogamia de classe e étnico-racial, que pode ser vista a olhos nus, observando-se os distintos lugares que negras(os) e brancas(os) freqüentam, de uma parte, como também mulheres e homens

pobres e mulheres e homens ricos, de outra parte, que propiciam encontros, com altas probabilidades de se transformar em laços amorosos. Sobretudo nas camadas abastadas, há um evidente interesse em não dispersar a riqueza. A concentração de patrimônio, a fusão de empresas constam da agenda do momento socioeconômico atual. Ainda com relação à ambigüidade, é preciso conhecer, pelo menos em parte, a *ordem patriarcal de gênero*, a fim de poder entender por que, antes da Lei 9.099/95, as vítimas, mormente de violência doméstica, levavam a queixa a uma delegacia e, no dia seguinte, lá voltavam, solicitando sua retirada. Embora esta figura jurídica jamais houvesse existido no país, a autoridade policial traduzia-a por engavetá-la. Logo, nada se fazia contra o agressor. Violência numa relação afetiva mescla amor com ódio, o que torna o casal infeliz, neste vai-e-vem de separação e nova tentativa de reconstrução de uma boa relação.

Paulatinamente, espera-se, as pessoas irão comprehendendo que a sociedade brasileira repousa sobre um tripé contraditório, que inclui relações de gênero com primazia masculina, racismo contra o negro e relações de exploração-dominação de uma classe social sobre outra, em detrimento dos menos privilegiados, e que estes fatos são antidemocráticos. Somente a igualdade social entre todos merece o título de democracia. Quando inquiridas sobre as mais importantes diferenças³ entre homens e mulheres, 34% destas referem-se ao mercado de trabalho, 13% especificando os diferenciais salariais para a mesma função, 13% apontando as discriminações que pesam sobre elas e 7% reclamando dos efeitos destas discriminações, de sua desvalorização, ou seja, de um mercado de trabalho mais aberto aos homens.

O conceito de liberdade de 11% das entrevistadas é bastante pobre: conquistar um lugar no mercado de trabalho e ser independente socialmente, sendo possível desfrutar de capacidade decisória. As duas interpretações de liberdade apareceram na mesma proporção: 11%. O machismo e as discriminações contra as mulheres são mencionados por 18% delas como as piores dimensões da situação feminina, quando da coleta de dados, em outubro de 2001 (ver Anexo, quadro 20). Segundo a postura aqui assumida, só se pode falar em liberdade tratando homens e mulheres como duas categorias sociais (JOHNSON, 1997). Individualmente, centenas de mulheres obtêm independência econômica, social e, mais raramente, emocional. Assim, casais, poucos é

3. As mulheres informantes falaram de desigualdades quando perguntadas sobre diferenças. Estas provêm da natureza e da cultura, enquanto as desigualdades são construídas exclusivamente pela sociedade. Diferença não encontra seu par na igualdade, mas na identidade. O par da igualdade é, evidentemente, a desigualdade. Igualdade social é um conceito político e, substantivamente falando, o grande objetivo do feminismo, em todas as suas vertentes.

verdade, conseguem construir uma relação igualitária. O problema reside nas relações entre as categorias sociais *mulheres* e *homens*. A categoria *homens* pode realizar o que bem entender, dentro de certos limites. As transgressões de certas normas sociais, tenham sido elas violadas por elementos de qualquer categoria de sexo, são punidas por se situarem no extremo, fora do que a sociedade pode suportar para evitar a entropia: o homicídio, a corrupção de menores, o furto, o roubo, o latrocínio etc. E são, via de regra, homens, membros do parlamento, que introduzem transformações no ordenamento jurídico do país. É verdade que o *lobby do batom*, constituído por participantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e suas simpatizantes, durante a gestão de Jaqueline Pitanguy, no período da Assembléia Nacional Constituinte, logrou introduzir na Constituição Federal (CF) seja emendas populares, seja propostas do próprio CNDM, direitos que não se acreditava poder obter. Tal CF é das mais avançadas do mundo. Contudo, na prática, as relações são distintas das previstas na Carta Magna. No domínio do gênero, e mesmo além dele, os homens não transgridem. Ora, se as leis foram elaboradas principalmente (antes, exclusivamente) por eles, eles mesmos não podem violá-las. Quem faz a lei não a faz para si mesmo, mas para seus dominados-explora-dos. No caso específico deste texto, trata-se de dominadas-exploradas. Logo, as únicas pessoas que podem desrespeitá-las são as mulheres. Estritamente no terreno do gênero, e também um pouco além dele, a transgressão é sempre feminina. Um homem pode ter uma ou mais amantes, pode se casar, sucessivamente, com quatro, cinco, seis mulheres. Este fenômeno, tão comum num país monogâmico por ordenamento jurídico, não constitui transgressão. O todo-poderoso macho arroga-se este direito, negado às mulheres. Mesmo assim, há muitas mulheres que o transgridem e, assim, vão introduzindo cunhas no *patriarcado*, atualmente já *mitigado* e não mais tão semelhante, *mutatis mutandis*, à situação de colonizador e colonizado. Tampouco os homens têm certos direitos de que gozavam na Roma Antiga: direito de vida ou morte sobre esposas e filhos. É claro que como a sociedade sofre, permanentemente, transformações, o *patriarcado* também processa as suas. Não há fenômeno social estático. Por que haveria de sê-lo a *ordem patriarcal de gênero*?

No campo do gênero, os *homens como categoria social* têm liberdade quase absoluta, desfrutam de *autonomia*, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as *mulheres como categoria social* precisam solicitar autorização à primeira categoria. Isto reforça o argumento de que a independência pessoal, ainda que importante, não é suficiente para transformar a *ordem patriarcal de gênero* em uma *ordem igualitária de gênero*. Se a

autonomia é privilégio de apenas uma categoria social de sexo, fica patente a hierarquia e, portanto, a desigualdade. A igualdade só pode ser obtida por meio da conquista da autonomia por parte das mulheres.

AS TRÊS HASTES DO TRIPÉ

Cabe lembrar e frisar que as três hastes do tripé têm, cada uma, sua própria ideologia: de gênero, de raça/etnia, de classe social. Burgueses, brancos e homens necessitam de suas ideologias e de uma mais global, do tripé como um todo, para convencer seus *explorados-dominados* da legitimidade da ordem social implantada. Em virtude da polissemia do conceito de ideologia, explicita-se aqui a acepção considerada mais pertinente à temática tratada. A ideologia constitui um mecanismo de mistificação e, por conseguinte, de alienação. Cabe esclarecer o leitor quanto à capacidade dos que desfrutam de autonomia para determinar o destino de outros, fazendo-os crer numa realidade não-existente, mas imaginada por eles. Não resta dúvida de que o imaginário faz parte do real. Entretanto, apresenta distorções que favorecem os poderosos, em detrimento dos subjugados. Para estes últimos, o real é aquele apresentado por seus quase-proprietários. Assim, crêem naquilo que não lhes convém. Mas a realidade palpável e o real imaginário não se apresentam apartados de forma estanque. Tanto assim é que a ideologia contém conhecimentos verdadeiros, assim como conhecimentos falsos. Isto confunde aqueles nos quais se incute a ideologia. Para simplificar, ora as mulheres se vêem como incapazes, culpadas (que será que eu fiz para ele me bater?), ora como vítimas capazes de escapar ao jugo de seus opressores⁴, de criticar o regime sob o qual vivem, de ir à luta sozinhas e alcançar a vitória. Não há vítima passiva. É verdade que o medo paralisa, mas também é verdade que as vítimas reagem mesmo no período de relativa “parálisia”, ainda que seja por meio da vingança, da sabotagem e de outras condutas infantis. A ideologia constitui um relevante elemento de reificação, de alienação, de coisificação. Também constitui uma poderosa *tecnologia de gênero* (LAU-

4. Ouve-se e lê-se, com freqüência, a palavra opressão. Marx construiu uma teoria da opressão dos trabalhadores. Nunca, entretanto, ocorreu o mesmo por parte de quem quer que seja com relação à opressão das mulheres. Jamais li uma definição de opressão. Decidi, então, construir minha própria caracterização, presente em vários trabalhos meus. Trata-se do seguinte: como meu campo epistêmico privilegia a totalidade, não admitindo que uma dimensão do real seja trabalhada isoladamente das demais (desde meu primeiro livro sobre este assunto, sempre considerei a totalidade; quem tiver interesse pode consultar um livro que redigi em 1966, defendi como tese de livre-docência em 1967 e foi publicado, pela primeira vez, em 1969), concebo *opressão das mulheres* como um processo de dupla face: *exploração e dominação*. Não são dois processos, mas um único. Esta acepção de *opressão* evita que se pense a exploração situada no domínio econômico e a dominação, no terreno político, segundo o pensamento de Weber, que muitos incorporaram, sem mesmo conhecer a epistemologia do mencionado autor.

RETIS, 1987), assim como “cinema, discursos institucionais, epistemologias e práticas críticas” (p. IX), estas últimas entendidas como as mais amplas práticas sociais e culturais. A alienação, em sua acepção de cisão, é alimentada pelas tecnologias de gênero, aí inclusas as ideologias. É muito útil a concepção de sujeito, de Lauretis, pois ele é constituído em gênero, em raça/etnia, em classe, não se tratando de um sujeito unificado, mas múltiplo, “não tão dividido quanto questionador” (p. 2). Importa reter na memória que não apenas as ideologias atuam sobre os agentes sociais subjugados, mas também outras múltiplas tecnologias sociais de gênero, de raça/etnia e de classe. *Não obstante a força e a eficácia política de todas as tecnologias sociais, especialmente das ideologias, a violência ainda é necessária para manter o status quo.* Isto não significa adesão ao uso da violência, mas uma dolorosa constatação. No caso específico do gênero, é a própria relação que é violenta, tornando-se imprescindível para os dois pólos. Não é que a mulher goste de apanhar, mas, numa relação conjugal violenta, provocar uma cena de violência pode constituir-se na única forma de ser notada.

Segundo as respostas obtidas das informantes, 20% delas não vêem distinções de direitos entre homens e mulheres (ver Anexo, quadro 20). Proporção semelhante (23%) aponta o autoritarismo do homem e sua pretensa superioridade, concebendo-o como “machão”. A carência da visão da totalidade induz as pessoas a pensar qualquer fenômeno, quase sempre, situado no indivíduo. O inimigo das mulheres não são Pedro, João, Francisco, mas a *ordem patriarcal de gênero* (DELPHY, 1998), inventada e implantada por seus ancestrais. Como se trata de um esquema de relações que atribui privilégios aos homens, é óbvio que eles, como categoria social, não têm o menor interesse em alterá-lo em direção à igualdade social entre as duas categorias de sexo. Sucesso em pequena parcela das uniões conjugais não é satisfatório, uma vez que, para a maioria, o desencontro amoroso está marcado. Para que se inverta a situação, isto é, para que a maioria dos casais alcance o encontro amoroso, é preciso que as duas categorias sociais, ainda que ambas sejam extremamente heterogêneas em seu interior, desfrutem de autonomia. Isto não é possível numa sociedade racista e dividida em classes sociais. A dificuldade em se lidar com esta temática reside no entrecruzamento das três contradições sociais básicas. O conceito de *sujeito múltiplo* (LAURETIS, 1987) auxilia, e muito, a análise. Não se trata de patologia dos sujeitos. Trata-se, lembrando, também aqui, Guattari, de múltiplas subjetividades. Embora considerando o conceito de identidade muito fechado, ele é útil quando pensado no campo social. Todos os membros da sociedade, adultos e normais, têm três *identidades sociais* que devem ser mencionadas: a de gênero, a étnico-racial e a de classe. Isto não é imutável e

nem é necessário que cada um se identifique com as identidades sociais inscritas em seu destino ao nascer.

Uma mulher ou um homem que tenham nascido muito pobres e galgado posição de realce, assim como os que trabalharam muito e enriqueceram, são mulheres-álibi ou homens-álibi, no campo das classes sociais, sobretudo para os meios de comunicação. Estes afirmam, assim procedendo, que as oportunidades são iguais para todos, inclusive para os pobres. Uma negra ou um negro, em virtude de seu prestígio e/ou de sua fortuna, se torna branco, podendo freqüentar círculos antes para ele interditados. Isto divulga a ilusão de que não há racismo no Brasil. A revista *Veja* chegou a publicar matéria mostrando que negras e negros compareciam no ápice da pirâmide ocupacional. A capa foi transformada em cartaz, que inundou a cidade. Fim do racismo? Não, meras negras-álibi e meros negros-álibi. Basta examinar as estatísticas oficiais para verificar que negras e negros estão, majoritariamente, na base da pirâmide ocupacional, em termos de qualidade de seus postos de trabalho, de seus salários, de seus graus de escolaridade etc. Racismo é racismo: inclui discriminações violentas, no Brasil, contra negros, de modo a fechar-lhes portas de acesso a determinadas posições sociais, preservando, assim, privilégios das brancas e dos brancos. Na ordem social das bicadas, a última posição é sempre ocupada por uma mulher negra e pobre. Em primeiro lugar, situa-se o macho branco e rico. A primeira e a última posições nunca apresentaram mudanças. A segunda e a terceira, vez por outra, sofrem trocas. Durante muito tempo, os homens negros ocuparam a segunda posição, enquanto as mulheres brancas estavam na terceira. No momento atual, estas posições inverteram-se, as mulheres brancas ocupando o segundo lugar na ordem das bicadas do galinheiro humano, sobrando o terceiro para os homens negros. Deve-se esta troca de lugares sociais aos movimentos feministas? Embora não se possa afirmar que a ascensão de mulheres brancas se deu cem por cento graças a tais movimentos, na falta de pesquisa, pode-se asseverar que as lutas feministas desempenharam papel relevante neste processo. Esta é a primeira vez, na história do capitalismo, em que os homens estão perdendo seu lugar na estrutura ocupacional, passando a integrar a categoria de desempregados em ritmo mais veloz que as mulheres. Não é gratuito o fato de mais de 30% das famílias brasileiras serem sustentadas por mulheres, haja ou não a presença de homem. Anteriormente, os sindicatos se opunham à contratação de mulheres, porque, a seu ver, elas roubavam as ocupações dos homens. As circunstâncias atuais mostram um sindicalismo fragilizado pelas consequências da globalização nos países pobres. A luta dos trabalhadores sempre foi por melhores condições de trabalho, por maiores salários, pela redução da jornada de trabalho. Hoje, diante da gigantesca crise de superprodução, a

grande luta é pela não-dispensa, pela preservação do emprego. Obviamente, quando as circunstâncias o permitem, a luta por reajustes salariais volta à ativa. A situação dos trabalhadores é extremamente difícil, pois só em 2003 a massa salarial sofreu uma queda de cerca de 17%, o que repercute, de forma negativa, no consumo dos trabalhadores. De outra parte, a situação de muitas indústrias e de certos setores do comércio não é nada fácil. As facilidades de importação de produtos de excelente qualidade a preços mais baixos do que os brasileiros, ou seja, a abertura ampla, geral e irrestrita da economia, assim como a política de taxação de produtos importados por parte do IMPÉRIO, trouxe a eliminação de muitas empresas, quer industriais, quer comerciais.

A violência contra mulheres sempre existiu no Brasil. Aliás, é um fenômeno mundial, que independe da riqueza e do grau de desenvolvimento da nação, do nível de escolaridade dos envolvidos, do tipo de cultura – ocidental ou oriental –, da religião dominante⁵ etc. Até 1995, todos os crimes, mesmo os apenados com até um ano de detenção, eram julgados, no Brasil, segundo os dispositivos do Código Penal. A Lei 9.099/95 trouxe alterações do rito de julgamento, passando o réu a ser chamado de acusado, sendo as penas de privação de liberdade substituídas por penas alternativas etc. para os crimes considerados “de menor potencial ofensivo” e cuja pena não ultrapassasse um ano. Tal lei é muito complexa, abrangendo também crimes combinados com mais de um ano de detenção. Entretanto, isto será deixado de lado, uma vez que a maioria dos crimes, não os cometidos contra mulheres, mas os de violência doméstica, eram apenados pelo Código Penal com até um ano de detenção. Anteriormente à Lei 9.099/95, as condenações eram poucas e menor ainda o cumprimento da pena. Em nome do congestionamento da Justiça com milhares de processos, da celeridade do processo, do espírito de conciliação, foi promulgada a Lei 9.099/95. Em si mesma, já não apresenta boas qualidades para lidar com a violência doméstica, sendo sua implementação ainda pior. Muitas audiências são feitas no corredor, por mesárias que, além de não deter os conhecimentos jurídicos necessários, são tão ou mais machistas que juízes e promotores. As penas praticamente não variam: pagamento de uma pequena multa, entrega de uma cesta básica a uma instituição de caridade e, raramente, a prestação de serviços à comunidade. Dependendo do caráter desta última, ela pode ensinar algo de direitos humanos ao agressor. As duas primeiras, mais utilizadas, são inócuas na re-socialização do acusado. Sobretudo considerando as condições dos presídios do país, as penas alternativas fazem muito mais sen-

5. Todas as religiões, em maior ou menor grau, inferiorizam e reprimem as mulheres. Nos cultos afro-brasileiros, elas ganham certas liberdades.

tido se a intenção for reintegrar o acusado na sociedade. As duas primeiras não re-socializam o agressor. Pesquisa recém-concluída, em São Paulo, revelou que tais penas são para as mulheres vítimas de violência (SAFFIOTI, 2003), e não para os acusados. Estes, ainda dentro do fórum, dizem a suas companheiras: “Agora você terá de fazer quatro faxinas por semana em vez de duas, porque, passando a dar-lhe duas surras em vez de uma, terei de pagar duas cestas básicas”. Mais humilhação para a mulher provocada pelo sexismo dos juízes, já que são eles que deliberam sobre as penas. Desta sorte, a pancadaria está liberada. A situação das vítimas piorou muito e nem sequer a lei atendeu ao princípio da celeridade do processo, uma vez que cada um leva de seis a oito meses para encontrar solução, que pode ser provisória: esperar seis meses e verificar se o acusado reincidiu na prática da violência doméstica. *Pena alternativa tem a obrigação de apresentar caráter pedagógico.* Sua eficácia e seu sentido dependem desta qualidade.

Falando espontaneamente, 19% das entrevistadas declararam ter sofrido alguma modalidade de violência perpetrada por algum homem. Destas, 16% narraram casos de violência física; 2% lembraram de ter sofrido violência psicológica; e 1%, de ter sido vítima de assédio sexual. A coisa muda de figura quando as mulheres são estimuladas pela menção de diferentes tipos de violência: 43% afirmaram ter sido vítimas de alguma forma deste fenômeno. Um terço (33%) referiu-se a episódios de violência física; 24% alegaram ter tido seu direito de ir e vir cerceado, sob a ameaça de uma arma. As agressões propriamente ditas foram confirmadas por 22% das mulheres; 13% tendo sofrido estupro conjugal ou outra forma de abuso sexual; 27%, violências psíquicas; e 11%, assédio sexual (ver Anexo, quadro 59). As modalidades mais freqüentes de violência são as físicas leves, sofridas por 20% das mulheres; 18% havendo vivenciado violência psíquica sob a forma de ofensas a sua conduta moral; e 15% tendo relatado quebra de objetos, roupas rasgadas. Ainda, 12% foram ameaçadas diretamente e ouviram ameaças a seus filhos. A mesma proporção (12%) relatou violência psicológica por meio do desrespeito e da desqualificação permanentes, com referência ao trabalho exercido pelas mulheres, seja fora, seja dentro do lar. Espancamentos mais graves, com cortes, deixando marcas ou fraturas, ocorreram a 11% das mulheres. Pouco mais de um décimo (11%) delas reclamou de relações sexuais forçadas, 11% sofreram assédio sexual e 11% ouviram críticas sistemáticas com relação ao seu desempenho do papel de mãe. Cárcere privado foi imposto a 9% das mulheres; ameaças com arma de fogo atingiram 8% delas; e 6% foram obrigadas a desempenhar práticas sexuais não-usuais, que as desagradavam (ver Anexo, quadro 60).

A projeção realizada para a população indica que 6,8 milhões de mulheres (11%), dentre as brasileiras vivas, já sofreram, no mínimo, um espancamen-

to. Destas, 31% mencionaram que a última vez que um espancamento havia ocorrido tinha sido no período dos 12 meses anteriores à coleta de dados (ver Anexo, quadro 71). Se o ano de 2001 for semelhante aos demais, anteriores ou posteriores, têm-se 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano no Brasil. Isto significa 175 mil por mês; 5,8 mil por dia; 240 por hora ou 4 por minuto. Disto resulta uma mulher espancada a cada 15 segundos (ver Anexo, quadro 72).

Quanto ao estupro conjugal, será interessante que as mulheres saibam: se o Código Penal não especifica o estupro marital, tampouco excepciona o marido deste crime. Desse modo, qualquer mulher que tenha sido forçada a manter relações sexuais com seu companheiro mediante violência ou grave ameaça pode levar a *notitia criminis* à autoridade policial. Não importa que o criminoso seja o marido. Se sua prática se enquadra no artigo 213 do Código Penal, ele deverá responder por este crime. O mesmo se passa com o abuso se ele for abarcado pelo artigo 214, atentado violento ao pudor.

MATERNAGEM E PATERNAGEM

O brasileiro não é cordial. Ao contrário, a história do país revela uma sociabilidade violenta. Ações afirmativas por parte do Estado poderão desempenhar papel positivo na redução da violência contra mulheres. Para eliminá-la, porém, outras medidas são necessárias. Pode-se tomar, para fins de ilustração, a maternagem, tão bem estudada por Badinter, combinando seu estudo com um de Chodorow (1978) e avançando um pouco mais. Contrariamente ao que afirmou Freud, Chodorow analisou a individuação da menina e do menino, mostrando o oposto do que havia asseverado o maior misógino da história da humanidade: a separação do menino em relação à mãe é muito mais difícil do que a da menina. Esta conta com duas vias para construir sua identidade de gênero. A primeira consiste na observação dos papéis sociais desempenhados por sua mãe. Observando, cotidianamente, uma mulher a atuar nos mais diferentes papéis, a menina se separa da mãe, de forma parcial, aprendendo a ser mulher. A segunda via diz respeito a uma identificação pessoal, porque, ao maternar a filha, esta também aprende a fazer a maternagem, primeiro das bonecas e, posteriormente, de seus próprios filhos. *O importante a frisar é que a mulher materna*. Ela não precisa, necessariamente, ser a mãe da criança; pode ser uma parenta, uma amiga ou pessoa para isto assalariada. *O pai paternava antes da emergência do capitalismo. Com este advento, deixou de paternar*. Sai para o trabalho e, quando retorna ao lar, está “demasiadamente” cansado para se desincumbir desta tarefa. Mal vê os filhos, dependendo de sua ocupação. Afortunadamente, inicia-se agora um movimento de pais que, porque desejam paternar seus filhos, em caso de separação conjugal, solicitam sua guarda. Para o garoto, é difícil

construir sua identidade de gênero. O pai é um ausente. O filho raramente o vê. Como o pai não paterna, não se cria aquele vínculo profundo entre filho e pai, como se estabelece entre a filha e a mãe. O menino observa o desempenho de papéis por parte dos homens que aparecem, de vez em quando, em sua casa. Também faz esta observação, quando maior, de homens nas ruas e em outros lugares. Tudo que ele vê em casa é a mãe, ou seja, é feminino. Assim, só lhe resta a alternativa, para construir sua identidade de gênero, de negar tudo que é feminino. Sua individuação faz-se pela linha da negatividade, da negação do feminino. Logo, se realiza por uma ruptura brusca com a mãe.

A mãe, ao maternar, dá banho no bebê, veste-lhe as roupas, faz-lhe carinhos. *Maternar é cuidar com afeto*. Pela manipulação do corpinho da criança e pela reação desta, que põe sua mãozinha no rosto ou no seio da mãe enquanto é amamentada, há entre mãe e filho(a) uma troca de prazeres sexuais. Não se trata de sexualidade genitalizada. O prazer é sexual, tanto para a criança como para a mãe, em sentido amplo. Esta troca de prazeres é extremamente saudável para os dois protagonistas. A mãe não alimenta nenhuma curiosidade com relação ao corpo da criança, pois tem contato cotidiano com ele. Para o pai, nada disto existe quando ele não paterna. À medida que a criança cresce, a curiosidade do pai aumenta em relação àquele corpo. Por outro lado, o desejo sexual, que existe no adulto e certamente também na criança, é soterrado nos porões do inconsciente. Um belo dia, este desejo sufocado pode explodir e o pai estupra a filha ou abusa sexualmente do filho. Se os pais paternassem, a violência sexual contra crianças e adolescentes, até no seio da família, seria, pelo menos, drasticamente reduzida, se não eliminada. Em outros termos, o homem teria a oportunidade de desenvolver sua *anima*, deixando tempo a sua parceira para que ela pudesse desenvolver seu *animus*. Pais e filhos seriam mais equilibrados, mais sensíveis, mais saudáveis. A nova geração não nasceria sob o signo da violência.

Referências Bibliográficas

- BADINTER, Elisabeth (1980). *L'amour en plus*. Montrouge, Flammarion.
- BEM, Sandra Lipsitz (1993). *The Lenses of Gender – Transforming the Debate on Sexual Inequality*. New Haven/Londres, Yale University Press.
- BOURDIEU, Pierre (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CHODOROW, N. (1978) *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*. Berkeley, University of California Press.
- DELPHY, Christine (1998). *L'ennemi principal*. Paris, Éditions Syllèphe, Collection Nouvelles Questions Féministes.

- HARDING, Sandra (1986). "The Instability of the Analytical Categories of Feminist Theory". *Signs – A Journal of Women in Culture and Society*, v. 11, n. 4, Chicago.
- _____. (1979). "Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex". In: EISENSTEIN, Zillah R. (org.). *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. Nova York/Londres, Monthly Review Press.
- JOHNSON, Allan G. (1997). *The Gender Knot – Unraveling our Patriarchal Legacy*. Filadélfia, Temple University Press.
- JUNG, Carl Gustav (1982). *Aspects of the Feminine*. Londres, Ark Paperbacks. Trata-se de reimpressão da Routledge, levada a cabo pela Ark Paperbacks. Recomenda-se a leitura de todo o livro, especialmente da parte III e, mais particularmente ainda, do capítulo final, com o título de "The Shadow and the Syzygy".
- KERGOAT, Danièle (1982). "Em defesa de uma sociologia das relações sociais". In: *O sexo do trabalho*. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LAURETIS, Teresa de (1987). *Technologies of Gender*. Bloomington/Indianápolis, Indiana University Press, especialmente o prefácio (p. IX-XI) e o primeiro capítulo, "The Technology of Gender", p. 1-30.
- LERNER, Gerda (1979). *The Majority Finds Its Past: Placing Women in History*. Nova York, Oxford University Press.
- _____. (1986). *The Creation of Patriarchy*. Nova York, Oxford University Press.
- LESSA, Sergio (1997). *A ontologia de Lukács*. Maceió, UFAL.
- LUKÁCS, Georg (1976-81). *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Roma, E. Riuniti.
- MARX, Karl (1957). *Contribution à la critique de l'économie politique*, Introduction. Paris, Éditions Sociales, p. 149-175.
- MATHIEU, Nicole-Claude. (s/d). "Quand céder n'est pas consentir. Des déterminants matériels et psychiques de la conscience dominée des femmes, et de quelques-unes de leurs interprétations en ethnologie". In: MATHIEU, N.-C. (org.). *L'arrasonnement des femmes*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- MEMMI, Albert (1967). *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MITCHELL, Juliet (1966). "Women: The Longest Revolution". *New Left Review*, Londres, n. 40.
- PATEMAN, Carole (1993). *O contrato sexual*. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SAFFIOTI, H. I. B. (1969). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*.

- São Paulo, Livraria Quatro Artes Editora. Posteriormente, o livro passou a ser editado pela Vozes: 1976, 1979. Em inglês, sua publicação é de 1978.
- _____. (1987). *O poder do macho*. São Paulo, Moderna.
- _____. (1988). “Movimentos sociais: face feminina”. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.). *A condição feminina*. São Paulo, Revista dos Tribunais/Vértice.
- _____. (1989). “A síndrome do pequeno poder”. In: AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A. (orgs.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo, Iglu.
- _____. (1991). “Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero”. In: MORAES SILVA, M. A. (org.). *Mulher em seis tempos*. Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, Unesp.
- _____. (1993). “Círculo cerrado: abuso sexual incestuoso”. In: *Vigiladas y castigadas*. Lima, CLADEM. Edição brasileira: “Círculo fechado: abuso sexual incestuoso”. In: *Mulheres: vigiadas e castigadas*. São Paulo, CLADEM, 1995.
- _____. (1996). “No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual”. In: MADEIRA, Felícia R. (org.). *Quem mandou nascer mulher?*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Unicef.
- _____. e ALMEIDA, S. S. (1995). *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro, Revinter.
- _____. (1997a). “Eqüidade e paridade para obter igualdade”. *O Social em Questão*, n. 1, Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio, jan./jun., p. 63-70.
- _____. (2001). *Gênero e patriarcado*, inédito.
- _____. (2003). *Violência doméstica sob a Lei 9.099/95*. Relatório apresentado ao CNPq, 140 p.
- SCOTT, Joan W. (1986). “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. *American Historical Review*, vol. 91, n. 5. Também publicado em HEIL-BRUN, Carolyn G. e MILLER, Nancy K. (orgs.) (1988). *Gender and the Politics of History*. Nova York, Columbia University Press. Versão brasileira: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação e Realidade*. Porto Alegre, UFRGS, 1990.

UMA REFLEXÃO SOBRE PODER, MULHER E SAÚDE: DILEMAS PARA A SAÚDE REPRODUTIVA

ANA MARIA COSTA

Médica sanitária. Diretora de Articulação Intersetorial do Ministério da Saúde.

ROSA MARIA SILVESTRE

Odontóloga sanitária. Profissional nacional da OPAS-Brasil (Organização Pan-Americana da Saúde-Brasil) e docente da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

Este artigo enfoca a discussão sobre a mulher no espaço público a partir da análise da sua presença no cenário do poder institucional da saúde, na equipe de profissionais e na condição de usuária dos serviços de saúde.

Desenvolve um breve histórico e uma análise do processo de construção das políticas de saúde da mulher, no Brasil, entendendo que esse processo foi suficientemente representativo na expressão de diferentes concepções de saúde. Nesse sentido, recuperam-se os antecedentes políticos do debate sobre a saúde da mulher das últimas três décadas, alinhavando o curso da reforma sanitária à atuação do movimento feminista na luta pela saúde, adentrando as políticas e os programas que desembocaram no conceito político da *saúde reprodutiva*.

Esse percurso convoca o leitor a realizar uma reflexão crítica sobre o conceito de saúde reprodutiva, valorizando seus contextos e avanços, mas confrontando-o à dimensão da integralidade, esta tomada como marco utópico da reforma brasileira. A integralidade deve ser perseguida na formulação das políticas, na organização de serviços e nas práticas cotidianas da atenção.

Finalmente, a partir da discussão iluminada pelos dados da pesquisa de opinião realizada pela Fundação Perseu Abramo, e, ao mesmo tempo, apoiada em dados complementares provenientes de outras fontes, são analisados aspectos

fundamentais da saúde reprodutiva, destacando a morte materna, o uso de métodos contraceptivos e o aborto. O conjunto das análises sugere desafios ao Estado (governo e sociedade), os quais são esboçados nas conclusões do capítulo.

A MULHER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA SAÚDE

Nas últimas décadas as mulheres têm conquistado um significativo espaço na arena política, o que, de certa forma, gera repercussões no campo da saúde. No entanto ainda se encontram em franca desvantagem na ocupação de espaços de poder. Isto é constatado nos registros de 2001 sobre a participação feminina na administração pública federal a partir da distribuição dos cargos DAS (cargos de direção e assessoramento superior), ficando evidente que a participação proporcional da mulher diminui à medida que aumenta o nível de poder do cargo. Estes registros revelam que as mulheres ocupavam 49% dos cargos DAS 1 e 32% dos cargos DAS 4, enquanto nos cargos DAS 5 esta proporção diminuía para 20,4% e chegava a somente 13% dos cargos DAS 6 (CEDAW, 2002).

A pequena participação das mulheres em posições de poder nos cargos diretivos também é sentida nos partidos políticos, independentemente de sua tendência ideológica. A maior participação se dá no Partido dos Trabalhadores, cuja Executiva Nacional é composta por 33,4% de mulheres, refletindo o impacto da política de discriminação positiva na definição de cotas, por sexo, implementada pelo partido (CEDAW, 2002).

A distribuição do poder entre homens e mulheres nas instituições do Sistema Único de Saúde (SUS) também dá uma dimensão da assimetria nessas relações, à semelhança da situação encontrada na administração pública federal.

Em 2003, no Ministério da Saúde, as mulheres ocupavam 47% dos cargos DAS 4, o que indica uma participação mais equânime para o nível de poder mediano, uma vez que este cargo é destinado a coordenações e assessorias. No entanto, do total de 42 cargos DAS 5, destinados a diretores, com maior poder decisório, apenas nove são ocupados por mulheres. Já no caso do primeiro escalão, das seis secretarias existentes na estrutura do Ministério da Saúde (DAS 6), apenas uma delas é ocupada por mulher (MS/SE/Subsecretaria de Assuntos Administrativos).

Nos cargos de secretários estaduais de Saúde tem predominado, de forma expressiva, a participação masculina. Hoje, entre as 27 unidades federadas, apenas o estado do Amazonas tem uma mulher como secretária estadual de Saúde, de acordo com a informação fornecida pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, o Conass.

Entre os secretários municipais de Saúde, embora não haja informação disponível sobre o número preciso de mulheres que, no universo dos 5.561 municípios, ocupam este cargo, o cenário tem mostrado uma discreta tendência feminilizante. Esta tendência talvez se dê pela pequena atratividade do cargo, com muitas obrigações e responsabilidades e poucos recursos financeiros. Porém, nas representações estaduais destes secretários, as mulheres ocupam apenas cinco das 26 coordenações estaduais (Espírito Santo, Rondônia, Sergipe, Pará e Piauí), segundo informações fornecidas pelo Conasems, o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde.

Como protagonistas dos movimentos sociais, as mulheres têm assumido importante liderança na luta pela melhoria da qualidade de vida e saúde. Desde a histórica mobilização popular da Zona Leste paulista, ocorrida no início dos anos 1980, até a atual presença das mulheres no controle social da saúde, nos milhares de conselhos municipais em atuação no país, a participação das mulheres tem sido amplamente reconhecida.

A participação das mulheres na luta pela saúde está explicitada na sua forte presença como conselheiras estaduais de saúde, segundo dados levantados junto às Secretarias Estaduais de Saúde. Em vários conselhos, entre eles os de Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraíba, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, a participação feminina é superior a 40%. Nos estados do Acre e de Pernambuco as conselheiras representam, respectivamente, 52% e 64% do total de conselheiros. Entre os 16 conselhos que forneceram informações, do total de 26 conselhos estaduais, a composição total é de 61% de homens e 39% de mulheres. Contudo, ainda que seja significativa a presença das mulheres na condição de conselheiras, esta ainda não tem produzido um impacto nas relações de simetria de poder favorável às mulheres.

No trabalho em saúde, o número de mulheres sempre prevaleceu, especialmente entre os cuidadores das categorias de menor salário (atendentes, assistentes sociais, enfermeiros etc.). Esta forte presença não corresponde à participação das mulheres nos cargos e profissões de maior prestígio e poder.

Entre as profissões da saúde, a que goza de maior prestígio, a medicina, ainda é predominantemente masculina, embora haja uma tendência recente de feminilização. Esta tendência tem sido atribuída, em grande parte, à perda do *status liberal* da profissão médica, responsável pelo relativo desvio dos estudantes do sexo masculino da formação médica. Do total de médicos em 1995, 67,3% eram homens e 32,7% mulheres (MACHADO, 1998).

Já no que diz respeito à utilização de serviços, as mulheres são as grandes usuárias, havendo uma clara diferenciação nas motivações para a busca de cuidados. As mulheres buscam mais os serviços por atendimentos de rotina ou

prevenção (40,5% contra 32,2% para homens), enquanto os homens buscam mais atenção por motivo de doença (PNAD, 1998).

Tal como nos demais setores sociais, no campo da saúde prevalecem as regras determinantes na construção dos papéis sexuais entre homens e mulheres, que são originadas das relações materiais e simbólicas significantes na estruturação da organização social e nas subjetividades dos indivíduos.

BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE DAS MULHERES

Durante a década de 1970 e início dos anos 1980, a sociedade brasileira tornou-se refém de um acirrado debate em torno do tema do controle demográfico. Nesse momento, sem uma clara política de governo, as práticas e opiniões polarizavam-se. De um lado, a Igreja, com sua visão dogmática sobre o assunto, fechava questão, proibindo o uso de métodos contraceptivos, e, do outro lado, as agências de planejamento familiar realizavam o controle da fecundidade com farta distribuição de pílulas contraceptivas e cirurgias de esterilização. Devido a essas práticas indiscriminadas, as agências tiveram nos movimentos de resistência à ditadura militar seus principais críticos.

O Programa de Assistência Integral à Saúde das Mulheres (PAISM), criado em 1983 pelo Ministério da Saúde, rompeu com a imobilidade do Estado em relação a esse assunto, propondo uma política específica de atenção à mulher e aos casais, incluindo as ações de planejamento familiar, entre outras (FONSECA SOBRINHO, 1991). O PAISM se insere no contexto da política geral de universalização da atenção à saúde, defendendo a integração programática da atenção e dos serviços. Esta política define para as mulheres um conceito de saúde integral que não se restringe à oferta de assistência médica, mas abrange a vigilância à saúde. Esta concepção avançou com o processo da Reforma Sanitária, em que a saúde é concebida como resultado da implementação de outras políticas sociais, como emprego, habitação e educação, voltadas para o bem-estar e a qualidade de vida.

Especificamente no tocante à assistência, o PAISM inova ao propor formatos de organização de serviços abrangentes, nucleados pela abordagem da mulher como sujeito integral. Este modelo recomenda a incorporação de ações para o cuidado da saúde, nas suas diferentes fases e necessidades, com forte componente educativo voltado para a promoção da consciência e autonomia sobre o corpo, a sexualidade e a saúde.

A política do PAISM, incorporada pelo Sistema Único de Saúde, após a reestruturação determinada pela Constituição de 1988, teve o apoio dos movimentos sociais envolvidos na luta pela saúde das mulheres. Estes movimentos

sociais, nessa época, desenvolveram um importante trabalho de controle social sobre as instituições de saúde, demandando a implantação de ações integrais de saúde para as mulheres (COSTA e AQUINO, 2000).

Assim, o PAISM passou a ser defendido e negociado nos dissídios sindicais e nas lutas sociopartidárias. Entre os atores do setor saúde, gestores e técnicos, de forma geral, o PAISM passou a ser referência comum. Foi nesse contexto que diversos estados incorporaram em suas Constituições estaduais a garantia à assistência integral à saúde da mulher, por exemplo nas Constituições da Bahia, do Ceará, do Mato Grosso do Sul, do Paraná, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Tocantins (CEDAW, 2002).

A expectativa do movimento de mulheres era que o PAISM, de certa forma, solucionasse seus problemas de saúde. De fato, não se pode afirmar que houve um estágio avançado de funcionamento adequado do PAISM, mas também não se pode esquecer que as questões da saúde transcendem em muito as de organização de serviços, qualquer que seja a orientação adotada. Como dizia Illich, *a saúde, antes de ser um direito, é uma liberdade civil*. Embora estes aspectos tenham sido posteriormente discutidos em paralelo pela via feminista, este debate não teve efeito dialógico capaz de ocasionar impacto no movimento ou mesmo na política oficial. Esta seguiu restrita à oferta de determinadas ações de saúde, muitas vezes remetida a uma “intenção de ser integral”.

A concepção de políticas para a saúde da mulher tem avançado no cenário internacional, estimulada, fundamentalmente, pelas Conferências convocadas pela ONU (Conferência sobre População, realizada em 1993, no Cairo, e a Conferência Internacional da Mulher, realizada em 1995, em Beijin, na China). Em ambas foram contabilizadas importantes conquistas, apesar das dificuldades no enfrentamento com a Igreja quanto às questões reprodutivas, em particular o aborto.

Apesar de estas conquistas significarem um avanço no campo internacional, a proposta oriunda da Conferência do Cairo, que orienta os países signatários a oferecerem atenção à saúde reprodutiva para as mulheres, no que tange à concepção de atenção e cuidado, não alcança a dimensão proposta pela integralidade e seus sentidos polissêmicos, nos seus distintos lugares de práticas. Nessa perspectiva, importante parte do movimento feminista e mesmo o governo brasileiro voltaram seu olhar para a implementação da saúde reprodutiva, enfraquecendo o PAISM como política de programa governamental.

Isso certamente não se deu pela perda de sua validade conceitual e estratégica, mas provavelmente porque deixou de “interessar” aos diversos atores sociais de sua base de sustentação política. Nesse período, de franco enfoque neoliberal no âmbito da saúde, a integralidade, mesmo como pilar estruturante

do SUS, não pôde mais desempenhar o papel de agregar para o consenso, apesar do reconhecimento de sua importância para uma boa qualidade da atenção. No que se refere às estratégias de organização de serviços, a tendência governamental teve o predomínio da focalização de problemas.

Nos anos 1990, o movimento feminista, importante ator na defesa da integralidade nos anos 1980, investiu grande ênfase em formas autônomas de promoção da saúde, entendidas como variante do *empowerment*, combinadas a formas específicas de garantia da assistência, variante do *entitlement*. Isso expressou uma influência do debate ocorrido nas Conferências do Cairo e de Beijin sobre a saúde da mulher. Esta tendência, mais identificada às concepções de políticas neoliberais, substituiu a concepção de integralidade como eixo da política para a saúde das mulheres, esta mais associada a uma concepção de *Welfare State*.

O forte apelo à fragmentação do cuidado à saúde, inspirado pelo modelo biológico hegemônico, é um dos maiores desafios para a integralidade. Os diversos programas concebidos para a assistência às mulheres gerados pelo Ministério da Saúde, nos últimos dez anos, estiveram voltados para o cuidado de determinada parte do corpo, agravo ou função, o que resultou no esfacelamento do modelo de atenção no SUS. A vinculação de recursos para a implementação dos programas tornou-se uma estratégia de indução para que os municípios adotassem estes programas. Como consequência, essa fragmentação distanciou o modelo de atenção à saúde do sentido estruturante da integralidade, ou seja, a concepção do sujeito como integral e indissociável em suas necessidades subjetivas e nas identificadas pelos serviços.

É nesse contexto que surgem no Ministério da Saúde os programas caracterizados pela intenção de “humanização” do atendimento às pessoas, nem sempre claros quanto às propostas operativas “humanizadoras”. Para as mulheres foi criado, por exemplo, o Programa de Humanização do Pré-Natal, que normaliza procedimentos e rotinas para a melhoria da qualidade do pré-natal, mas não explora mudanças nas relações intersubjetivas entre as mulheres e os profissionais da saúde, fundamentais aos objetivos da humanização.

Diversos outros programas e campanhas para as mulheres foram implementados nessa época, como, por exemplo, controle de câncer de colo uterino, de mama, violência sexual e controle de morte materna. Assim, o conceito de integralidade na política e na oferta da atenção e do cuidado foi paulatinamente sendo substituído pelo somatório de programas fragmentados.

Apesar dessas tentativas de esvaziamento da integralidade como eixo das políticas de saúde da mulher, esta ainda persiste no ideário dos atores da saúde. A integralidade é um termo cunhado para designar atributos desejáveis na configuração de um sistema de saúde e nas próprias práticas, contrastantes

com as existentes na situação atual, que suscitam a indignação de atores sociais que a reivindicam (MATTOS, 2001). É neste contexto que os delegados das três últimas conferências nacionais de saúde reafirmaram a demanda pelo PAISM como política, conforme está registrado nos respectivos relatórios (Relatórios da CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 9, 10 e 11).

Apesar do refluxo dos últimos anos, a experiência brasileira de atenção integral à saúde da mulher tem grande importância e reconhecimento internacional pelo potencial de mudança no paradigma da atenção que proporciona. Essas mudanças estão relacionadas ao reconhecimento da complexidade e diversidade dos problemas de saúde das mulheres, não restritos à esfera da saúde reprodutiva, assim como à crítica aos modelos fragmentados, tão próprios das ciências da saúde, que orientam a formação dos profissionais e a estruturação da atenção clínica.

A complexidade dos problemas e questões de saúde das mulheres se relaciona, entre outros aspectos, à sua crescente incorporação ao mercado de trabalho e à transição demográfica. A Plataforma de Ação da Quarta Conferência de Beijin-1995 refere-se extensamente ao papel da mulher ao discutir o processo de desenvolvimento, analisando sua participação na economia dos países. As características de sua inserção no trabalho no mundo atual e as condições desfavoráveis a que os distintos tipos de trabalho as submetem acarretam novos riscos e vulnerabilidades a sua saúde.

O capítulo da Plataforma que trata da Mulher e da Economia estabelece claros objetivos estratégicos, apontando as medidas que os governos, as ONGs e o setor privado devem adotar, promovendo os direitos econômicos da mulher. O impacto disso na saúde é imediato, em decorrência do surgimento de problemas de saúde, tanto os decorrentes do trabalho como os gerados pela interseção entre os papéis sociais desempenhados pela mulher. Esse quadro demanda respostas nas políticas de atenção e cuidado à saúde em que sejam consideradas as diversas dimensões e complexidades.

O conceito de integralidade em saúde vem recebendo, ao longo das duas últimas décadas, contribuições permanentes que vão além da necessária integração e articulação complementar entre ações e serviços ou entre as instituições. A integralidade da atenção às mulheres envolve a transformação das práticas de cuidado pautadas pela universalidade do acesso, equidade com atenção diferenciada para grupos mais vulneráveis e qualidade, do cuidado, nas suas múltiplas dimensões. Deve prover um conjunto coordenado de ações e produtos para cada mulher e para o conjunto da população, em que o desafio para gestores e profissionais é produzir uma assistência à saúde articulada aos princípios tecnocientíficos, organizacionais e éticos-políticos.

Assim, a integralidade é um princípio polissêmico, com capacidade de sintetizar uma mudança de paradigma da atenção e do cuidado que deve estar refletido na política, na organização dos serviços, nas relações entre os profissionais da equipe de atenção e na sua relação com os usuários dos serviços e cidadãos em geral. Advém do sentido de *integrar*, e esse sentido deve estar movido pela ética da solidariedade e do reconhecimento da dor do outro, portanto do outro como merecedor de compaixão.

QUESTÕES PARA A SAÚDE REPRODUTIVA

Os aspectos da saúde reprodutiva das mulheres devem ser sempre valorizados neste debate, não apenas pela importância que representam como problema de saúde, mas também pelo seu potencial em caracterizar evidências para circunscrever a reprodução humana como responsabilidade social e coletiva.

A taxa de mortalidade materna refere-se ao número de mulheres que morrem por causas relacionadas à maternidade, incluindo o período entre o início da gestação e o pós-parto. O denominador desse indicador é o número de recém-nascidos vivos, ao longo de um período dado. Este é considerado um dos indicadores mais sensíveis para expressar o nível de saúde de uma população, justamente porque manifesta a importância que um governo atribui às suas mulheres como objeto de política de saúde. Por outro lado, a morte em razão da maternidade provoca grande indignação moral, já que, na maioria dos casos, se trata de mortes evitáveis, de fácil e barata prevenção.

É sabido que as ações mais importantes para o controle da mortalidade materna dependem do acesso e da qualidade da assistência realizada pelos serviços de saúde, tanto nas ações de pré-natal como nas de assistência ao parto. Estas compreendem ainda a prevenção da gravidez indesejada, por meio da oferta de métodos para a anticoncepção e do controle de agravos que envolvem riscos para a mulher e para o seu filho.

A cada dia são mais claras as evidências da forte influência da eqüidade e da qualidade dos serviços na redução e no controle das mortes maternas. Isto pode ser visto a partir dos estudos comparativos de mortalidade materna entre os países latino-americanos, em que, por exemplo, Cuba, Uruguai e Costa Rica apresentam taxas mais baixas que Brasil, Argentina e México. Estes últimos possuem indicadores econômicos comparativamente melhores que os primeiros, mas naqueles são melhores e mais universalizadas as políticas de assistência à saúde.

No Brasil, desde 1997, está sendo utilizado para fins de cálculo deste indicador o número de nascidos vivos registrados no Sinasc (Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos), em substituição aos dados do IBGE. Por isso, ao se analisar as taxas atuais comparativamente aos anos anteriores (de 45,8/100

mil n.v. no ano 2000 e de 68,0/100 mil n.v. no ano de 1998), há que se ter cuidado, pois não há indícios de melhora dos serviços e da atenção de forma a causar impacto tão significativo do indicador. O que melhorou foi, na verdade, a contabilidade do denominador nascidos vivos, por consequência a taxa.

Além disso, a taxa de morte materna é um indicador de acentuada subnotificação dos seus dados de base, requerendo o uso de ajustes conferidos pelos fatores de correção. Pode-se atribuir uma discreta tendência de queda das mortes maternas no nosso país, em decorrência do aumento de cobertura ocasionado pela ampliação da rede básica e da ação dos programas de atenção domiciliar às famílias que foram implementados nos últimos anos. Mas as diferenças regionais revelam a sua sensibilidade para evidenciar as iniquidades macrorregionais do acesso e da qualidade da atenção. A taxa de mortalidade materna desagregada por macrorregiões revela que no Norte este índice aproxima-se de 500 óbitos por 100 mil n. v., enquanto no Sul e no Sudeste não ultrapassa 50 óbitos /100 mil n. v. (DUARTE, 2002).

O uso de métodos contraceptivos no Brasil apresenta muitas peculiaridades às quais os gestores públicos e os movimentos sociais devem estar atentos na formulação e no controle social das políticas públicas de saúde para as mulheres. Em 1996, a proporção da população feminina que utilizava algum método anticoncepcional era de 55,4% do total das mulheres em idade fértil. Entre estas, 27,3% eram esterilizadas por via cirúrgica e 15,8% eram usuárias de pílulas. Nesse caso, prevaleciam as mulheres jovens entre as que mais usavam pílulas contraceptivas (BENFAM, 1997).

Essa tendência está confirmada pela distribuição de métodos utilizados segundo a pesquisa da Fundação Perseu Abramo (FPA), que revela 23% de mulheres esterilizadas e 21% de usuárias de pílulas (ver Anexo, quadro 42). Curiosamente, entre os métodos contraceptivos mais conhecidos pelas mulheres estão a pílula e a camisinha, seguidas de DIU e laqueadura. Isso não impede que, mesmo em quarto lugar entre os métodos conhecidos, a laqueadura seja o método mais praticado entre as mulheres (FPA).

O conhecimento, o uso e a preferência por DIU, diafragma e vasectomia são significativamente maiores entre as mulheres com maior escolaridade (FPA) (ver Anexo, quadro 43). Isso pode evidenciar uma maior dificuldade de acesso a essas informações e tecnologias para as mulheres de menor estrato social. A disponibilidade de métodos contraceptivos apresenta desigualdades regionais e tendência a concentrar a oferta de pílulas contraceptivas (COSTA, 2000).

No que diz respeito aos agravos decorrentes de prática sexual e Aids, o Brasil apresenta dados preocupantes, apesar do programa de controle desenvolvido pelo Ministério da Saúde. A taxa de incidência de AIDS registrada em

2000 é de 13,6% entre os homens e 7,1% entre as mulheres (MS-Datasus). A celebrada desaceleração do crescimento da epidemia infelizmente tem-se dado somente na região Sudeste, havendo aceleração nas demais regiões (Wilza Villela, REDE FEMINISTA DE SAÚDE).

A vulnerabilidade das mulheres em relação a estes agravos está ligada, em grande parte, aos valores morais da sociedade. Este aspecto assume importância maior quando 39% das mulheres têm “certeza sobre as relações extraconjugais” de seus companheiros, contra 65% das mulheres de todas as classes sociais, praticantes usuais de sexo, que não usam nenhum método para se proteger de doenças de contaminação sexual. Entre estas, as moradoras do interior e da zona rural são as mais desprotegidas (FPA).

O número de mulheres que revelam usar a camisinha, de forma sistemática, em todas as relações sexuais é significativamente maior entre aquelas que ganham mais de 10 salários mínimos. Mais da metade das mulheres entrevistadas e que não usam preservativos atribuem à “certeza da fidelidade” a razão e a justificativa para não adotar esta prática (ver Anexo, quadro 50). A persistência e a força do mito da fidelidade são, portanto, matriz de vulnerabilidade e risco para as mulheres (FPA).

A reflexão sobre o aborto, sua legalização e sua prática clandestina, exige análises baseadas nos fundamentos morais formadores de opiniões. A moralidade do aborto envolve basicamente duas questões: a submissão das mulheres, com perda de sua autonomia para decidir sobre seu corpo e seu destino, e a intolerância da Igreja.

Ainda que timidamente, o debate sobre o aborto tem sido realizado por grande mérito do movimento feminista e isto tem resultado na lenta, mas gradativa, mudança da opinião pública. Com isso tem-se ampliado a parcela da população com opinião laica, entendendo que o aborto deva ser compreendido como direito de cidadania.

No entanto, não existe ainda um consenso social capaz de interferir nas mudanças das leis que regem o assunto. As próprias mulheres não são favoráveis às mudanças das leis para descriminalização do aborto, mesmo como as maiores beneficiadas desta iniciativa. A moralidade das mulheres, expressando-se pelo seu avesso revelado na culpa e na dor de suas vivências relacionadas ao aborto, é a explicação encontrada para o fato de apenas 16% das mulheres ouvidas na pesquisa de opinião entenderem que o aborto deva deixar de ser crime em todos os casos (FPA) (ver Anexo, quadro 58).

Os momentos de decidir sobre o aborto e o de sua realização são, geralmente, vivenciados solitariamente pelas mulheres, apesar de 66% das entrevistadas desejarem o compartilhamento da decisão com o companheiro. É por isso

que 84% das mulheres que interromperam a gravidez contaram aos parceiros sobre ela (ver Anexo, quadro 54). Destes, apenas 38% foram favoráveis ao aborto, enquanto os demais se omitiram ou foram contra a sua realização (ver Anexo, quadro 55).

A ocorrência de aborto em nosso país é elevada, assim como a mortalidade em sua decorrência. As causas pelas quais as mulheres o realizam são diversas, e hoje as mulheres podem expressá-las melhor sem atribuir o seu ato a externalidades. Assim, justifica-se o aborto pela falta de dinheiro, mas também pelo desejo livre de realizá-lo.

Estima-se que perto de um terço das gravidezes que ocorrem no Brasil seja indesejado. Isso coincide com dados da pesquisa de opinião, em que 33% das mulheres entrevistadas revelaram ter vivenciado interrupção de gravidez. Destas, 20% foram abortos provocados (FPA) (ver Anexo, quadro 51).

O método mais utilizado é o Citotec, um abortífciente amplamente conhecido, mas de venda restrita e clandestina no mercado nacional. O uso do misoprostol, substância ativa do Citotec, tem representado um fator de proteção contra mortes de mulheres que, desde sempre, vivem precárias condições técnicas e higiênicas na realização do aborto.

Mesmo os casos de interrupção da gravidez previstos na lei ainda hoje não são facilmente atendidos pelos serviços de saúde. No final dos anos 1980 iniciou-se um processo de implantação de serviços de atendimento aos casos de aborto legal, inaugurado na gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo. Desde então, a criação desses serviços tem sido incluída na agenda das lutas das mulheres. No final dos anos 1990, o Ministério da Saúde editou uma norma de assistência às mulheres violentadas em que se prevê a interrupção das gestações originadas de violência sexual. Na atualidade, as mulheres ainda não dispõem de amplo acesso a essa modalidade de atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como nos outros espaços públicos, na saúde as mulheres estão submetidas a condições desprivilegiadas quando se trata de relações de poder. Um Estado que se pretenda mais justo deve, portanto, pautar suas políticas tendo por referência e meta a promoção da equidade do poder entre homens e mulheres.

Esta sociedade mais justa envolve o reconhecimento dos Direitos da Mulher e dos Direitos Reprodutivos como integrantes essenciais dos Direitos Humanos. Isto envolve a garantia de que o governo e a sociedade acolham, com tolerância, própria de um Estado laico, todas as necessidades afetas à saúde reprodutiva, incluindo o aborto.

Este acolhimento também deve estar voltado para o controle e a prevenção de mortes maternas, a oferta de métodos contraceptivos e o controle das doenças sexualmente transmissíveis. A cidadania das mulheres não suporta mais a humilhação e os maus-tratos dos serviços que elas vivenciam quando interrompem a gestação. Assim, a sociedade deve avançar no debate sobre o aborto e a necessidade de sua descriminalização, reconhecendo-o como uma situação freqüente e geradora de vulnerabilidades para a saúde e a vida das mulheres.

A utopia da Reforma Sanitária, nutriente de todas as inovações que vão se produzindo nas inúmeras experiências exitosas do SUS, é constituída de um corolário de princípios e atributos para a qualificação da atenção e do cuidado à saúde, que deverão ser destinados a todos, indistintamente.

A melhoria da qualidade representa uma ampla tarefa que não se restringe ao aperfeiçoamento da gestão e da gerência do SUS. No cerne desta deve estar o desejo de nova cultura em saúde regida pelo compromisso com a transformação da concepção dos serviços, que sempre trabalharam na lógica da objetividade da assistência, para outra lógica, a da solidariedade e do reconhecimento do outro como pilares da atenção e do cuidado.

O acesso aos serviços é desigual nas diferentes regiões, municípios, cidades e bairros. Também está influenciado transversalmente pelas características de classe social, gênero e etnia. O acesso a serviços básicos e aos mais sofisticados e especializados é condição inegociável para a integralidade da atenção à saúde.

A autonomia de decisão das mulheres e dos homens sobre o tamanho da família e o controle de sua fecundidade é questão de cidadania. Por isso, difundir informações sobre os métodos disponíveis e existentes é ainda muito necessário. Da mesma forma, de nada adianta divulgar informações se as tecnologias não estão universalmente disponíveis.

Para toda a sociedade está colocada a conquista da saúde como um direito, fazendo valer o preceito constitucional. Para o movimento feminista, em particular, está posto o desafio de redefinir seus caminhos de luta, recuperando o debate sobre as necessidades de saúde das mulheres e alinhando-se ao movimento pela Reforma Sanitária na busca e na concretização dos vários sentidos da integralidade.

Com isso, as autoras deste capítulo esperam seduzir o leitor a compartilhar algumas preocupações contemporâneas sobre a saúde da mulher. Ao mesmo tempo, pelo reconhecimento da amplitude do tema, esperam que este texto suscite novas reflexões, análises e novos estudos, agregando a este assunto distintas leituras em suas múltiplas dimensões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA MULHER. (2002). *CEDAW: Relatório nacional brasileiro: convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher; Protocolo facultativo*. Brasília.
- BARBOSA, R. M. e ARILHA, M. (1993). “A experiência brasileira com o Citotec. *Estudos Feministas*, v. 1, n. 2, p. 408-417.
- BENFAM-DHS. (1997). *Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, 1996. Relatório Macro Internacional*.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 9. (1992). *Relatório final*. Brasília, Ministério da Saúde.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 10. (1996). *Relatório final: SUS: construindo um modelo de atenção à saúde para a qualidade de vida*. Brasília, Ministério da Saúde.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 11. (2000). *Relatório final: efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde, com controle social*. Brasília, Ministério da Saúde.
- COSTA, A. M. (1992). “O PAISM: uma política de assistência integral a ser resgatada. São Paulo, Comissão de Cidadania e Reprodução”. *Caderno CCR 1*, São Paulo.
- COSTA, A. M. et alii. (2000). *Controle social e a política de atenção à saúde das mulheres*. Pesquisa “Assistência integral à saúde da mulher, quo vadis?”. Brasília.
- COSTA, A. M. e AQUINO, E. L. (2000). “Saúde da mulher na reforma sanitária brasileira”. In: COSTA, A. M.; MERCÁN-HAMANN, E.; TAGER, D. (orgs). *Saúde, eqüidade e gênero: um desafio para as políticas públicas*. Brasília, Universidade de Brasília.
- DUARTE, E. C. et alii. (2002). *Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil*. Brasília, OPAS.
- FONSECA SOBRINHO, D. (1991). *Estado e população: uma história de planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar)-UFMG/Rosa dos Ventos.
- GIFFIN, K. (1995). *Saúde da mulher e aborto no Brasil. Saúde reprodutiva e fecundidade no Brasil*. FHI, mimeo.
- GIFFIN, K. e COSTA. S. H. (orgs). (1999). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ.
- IBGE. (2000). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: acesso e utilização de serviços de saúde – 1998, Brasil*. Rio de Janeiro.

- ILLICH, I. (1975). *A expropriação da saúde. Nêmesis da medicina*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MACHADO, M. H. (1998). “A profissão médica no contexto de mudanças”. In: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Os médicos e a saúde no Brasil*. Brasília.
- MATTOS, R. A. (2001). “Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos”. In: PINHEIRO, R. e MATTOS, R. A. (orgs.). *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro, UERJ-IMS, ABRASCO.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Datasus*. www.datasus.gov.br.
- NÚCLEO DE OPINIÃO PÚBLICA – FPA. (2001). *A mulher brasileira nos espaços público e privado. Como vivem e o que pensam as mulheres brasileiras no início do século XXI*. Fundação Perseu Abramo, disponível em www.fpabramo.org.br/nop.
- PITANGUY, J. e GARBAYO, L. S. (1995). *Relatório do seminário: a implementação do aborto legal no serviço público de saúde*. Rio de Janeiro, CEPPIA.
- REDE FEMINISTA DE SAÚDE. (2002). *Mulher e AIDS: enfrentando as desigualdades*. São Paulo.

CORPO E SEXUALIDADE DA MULHER BRASILEIRA

ALESSANDRA SAMPAIO CHACHAM

Professora-adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), vice-presidente da organização feminista MUSA – Mulher e Saúde – Centro de Referência de Educação em Saúde da Mulher.

MÔNICA BARA MAIA

Bolsista do Programa de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Direitos Reprodutivos do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas – Nepo/Unicamp. Presidente da organização feminista MUSA – Mulher e Saúde – Centro de Referência de Educação em Saúde da Mulher. Coordenadora da Área de Comunicação da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

INTRODUÇÃO

A sexualidade, como objeto de estudo, tem sido investigada e discutida nas mais diversas disciplinas. A experiência sexual humana, assim como qualquer outra experiência humana, é produto de um complexo conjunto de processos sociais, culturais, históricos e, também, biológicos. O corpo e seus usos se estruturam como linguagem que simboliza, significa e comunica as expectativas abarcadas por um determinado contexto histórico e cultural.

Considerando a complexidade da sociedade brasileira, para pensar corpo e sexualidade da mulher brasileira, a inclusão de questões de diversidade e diferença, dentro de uma realidade maior, é importante nas tentativas de entender as características da vida sexual, que toma formas plurais. Parker (1991) nos alerta que é “menos adequado falar de um só e unificado sistema de significados sociais na cultura contemporânea brasileira do que pensar em termos de múltiplos sistemas [...] que, de alguma maneira, conseguiram entrelaçar e interpretar a tessitura da vida social”.

Dada a grande importância que especialistas de várias áreas dão ao tema, e mais ainda a popularidade da temática em todos os meios de comunicação de massa, é gritante como as informações sobre como as pessoas exercem sua sexualidade “de verdade” são escassas no Brasil. São poucas as pesquisas de grande envergadura, nas quais um grande número de pessoas é entrevistado e com abrangência nacional, que foram feitas sobre esse tema, sendo que, em geral, elas enfocam mais o comportamento reprodutivo e/ou a saúde sexual. Nesse sentido, são importantes os dados colhidos pela Pesquisa de Opinião Pública “A mulher brasileira nos espaços público e privado” realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001, que nos proporcionam uma dimensão dos significados da sexualidade na vida da mulher brasileira.

Contudo é necessário salientar que em pesquisas com um maior número de entrevistadas, especialmente devido aos tabus relacionados ao tema e à relutância das pessoas em expor sua vida privada, na análise crítica dos dados tem-se que levar em consideração a maior probabilidade de respostas mais superficiais e/ou artificiais. Por outro lado, pesquisas com um menor número de pessoas, ainda que permitam entrevistas mais profundas, em geral não são representativas de setores mais amplos da população.

O que fazer, então, para superar as superficialidades e/ou artificialidades das respostas dadas? Nossa proposta é interpretar os dados coletados menos como uma manifestação quantitativa da experiência das mulheres em seu cotidiano e mais como a expressão do que é socialmente legítimo e aceito dizer sobre o exercício da sexualidade pelas mulheres brasileiras contemporâneas. Entendemos que essa interpretação dos dados enriquece nossa análise, evita especulações superficiais sobre a veracidade ou não dos dados e aponta para as expectativas das brasileiras em face de sua sexualidade.

SEXUALIDADE, ENTRE O MODERNO E O TRADICIONAL

O primeiro dado que chama a atenção, ao analisar os resultados obtidos, é o número impressionantemente alto de mulheres que se declararam satisfeitas com a sua sexualidade, ou vida sexual: 79% do total (incluindo aí 77% das virgens). Mais interessante ainda é que 61% do total afirmaram estar “totalmente satisfeitas” com a sexualidade (ver Anexo, quadro 37). Agora, o que realmente impressiona nessa análise é a pouca variação na resposta em relação às tradicionais variáveis sociodemográficas, como renda, cor, idade, educação, local de residência e local de origem (rural ou urbana).

Alguma variação certamente aparece quando se considera faixa etária: mulheres entre 18 e 24 anos tinham maior probabilidade de se declarar totalmente satisfeitas com sua vida sexual (69% delas) do que mulheres com mais

de 45 anos (em torno de 53%). Mulheres com maior escolaridade e maior nível de renda também tendiam a se declarar mais satisfeitas com sua sexualidade do que mulheres com níveis de educação e de renda mais baixos. Entre mulheres de origem urbana ou rural, entre capitais e regiões e entre raças, a variação foi muito pequena.

Essa homogeneidade de resposta em relação a um aspecto da vida tão complexo é surpreendente. Parece-nos que o discurso de uma felicidade geral na cama reafirma nosso autoconceito de povo sensual e sexual. É fato a grande importância que brasileiros(as) conferem ao sexo e à sensualidade nas suas interpretações sobre si mesmos como povo. Se na Europa e nos Estados Unidos a vida sexual tem sido tratada como um fenômeno essencialmente individual, no Brasil ela foi tomada como uma espécie de chave para a “natureza” peculiar da realidade brasileira. A sensualidade é celebrada e se relaciona com o que significa ser brasileiro(a) e é apresentada não apenas pelos(as) brasileiros(as) a si mesmos(as), mas pelos(as) brasileiros(as) ao mundo estrangeiro (PARKER, 1991).

Com relação à iniciação sexual, a maioria das entrevistadas teve a primeira relação sexual entre os 15 e 20 anos (63%), sendo que 14% iniciaram sua vida sexual antes dos 15 anos (ver Anexo, quadro 40). No entanto, a tendência é de queda dessa idade média entre as mulheres mais jovens: na faixa etária de 15 a 17 a idade média de iniciação sexual foi de 14,6 anos, enquanto entre as mulheres com 35 anos ou mais a média ficava acima dos 18 anos. Esses dados coincidem com os da pesquisa sobre Comportamento Sexual da População Brasileira e Percepções do HIV/AIDS, e reforçam o fato de que a vida sexual das jovens começa cada vez mais cedo, já que o estudo citado faz uma análise da idade da primeira relação sexual com a idade da entrevistada e comprova que, quanto mais alta a faixa etária, maior a idade média na iniciação sexual: de 14,8 anos, para a faixa etária de 16 a 19 anos, passa a 18,6 anos para o segmento com 40 anos ou mais de idade¹.

Na amostra, 86% das entrevistadas já não eram virgens (ver Anexo, quadro 38) e 70% estavam vivendo uma relação de intimidade com um parceiro. Apesar disso, apenas 47% declararam ter tido pelo menos uma relação sexual na semana anterior. Somando-se a esses resultados o fato de mais da metade (51%) declarar ter sentido muito prazer na maior parte de suas relações sexuais

1. Pesquisa sobre Comportamento Sexual da População Brasileira e Percepções do HIV/AIDS. Ministério da Saúde, Secretaria Nacional de Assistência à Saúde – Programa Nacional de DST e AIDS/Cebrap, setembro de 2000, disponível em www.aids.gov.br.

e 27% terem achado gostoso (ver Anexo, quadro 39), algumas questões problemáticas se colocam: como medir a satisfação sexual? A que as entrevistadas estavam se referindo quando afirmaram tanta satisfação com sua vida sexual? À capacidade de ter orgasmos, à qualidade da intimidade e da relação afetiva, à freqüência de relações sexuais ou a outros indicadores que talvez nem tenhamos imaginado? É realmente difícil construir um critério que não seja o subjetivo para avaliar a satisfação com a sexualidade, mesmo entre mulheres que nunca tiveram relações sexuais.

Uma coisa é clara e pode ser afirmada com certeza: as mulheres brasileiras vêm como legítimo, aceitável e, talvez, esperado responder afirmativamente a uma enquete sobre a vida sexual e o grau de prazer. Talvez o inadmissível seja questionar a qualidade da sua vida sexual e o prazer que obtêm. Se não, os resultados podem ser simplesmente o reflexo de uma baixa expectativa das mulheres sobre o que esperar do sexo.

Outros resultados que merecem destaque em relação ao comportamento sexual são os relativos à fidelidade, à monogamia e à orientação sexual. Os baixos números declarados nesses itens contrastam enormemente com os citados anteriormente – que expressam um exercício da sexualidade pouco problematizado, intenso, sem culpas e prazeroso –, já que apontam para um comportamento sexual mais tradicional: a baixa média de parceiros sexuais declarados (em média 2,5) (ver Anexo, quadro 41); o comportamento predominantemente monogâmico e fiel entre as mulheres, enquanto o mesmo não ocorre ou não é esperado dos homens, expressando o tradicional duplo padrão de comportamento (somente 7% das mulheres declararam ter tido outro parceiro sexual dentro de uma relação estável, no entanto 70% declararam ter certeza ou suspeitar de já terem sido traídas) e heterossexualidade quase absoluta entre as entrevistadas (apenas 1% das mulheres se declarou bi ou homossexual)².

Os dados relatados fazem sentido quando confrontados com a afirmação de Rubin de que a sexualidade socialmente admitida e aceitável é aquela que está no topo da hierarquia sexual. Segundo Rubin (1984, p. 279), as sociedades ocidentais modernas avaliam os atos sexuais de acordo com um sistema hierárquico de valor sexual. Heterossexuais casados, em idade reprodutiva, estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Logo abaixo estão heterossexuais não-casados, em relações monogâmicas, seguidos pela maioria dos heterossexuais. O sexo solitário (masturbação) flutua ambiguamente na escala, já que o poderoso

2. Segundo a pesquisa sobre Comportamento Sexual da População Brasileira e Percepções do HIV/AIDS, 2,5% das mulheres declararam ter tido relações sexuais com outras mulheres, nos últimos cinco anos.

estigma do século XIX contra a masturbação ainda permanece, menos potente e de forma modificada, como um substituto inferior do sexo com outra pessoa. Casais estáveis de gays e lésbicas estão adquirindo certa respeitabilidade, mas os que são “promíscuos” sexualmente estão perto dos grupos situados nos níveis mais baixos da pirâmide, na faixa reservada aos transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo e todos os outros cujos comportamentos diferem da norma de que o sexo tem que ocorrer em condições bem determinadas para merecer o título de “normal”.

A categorização de Rubin reflete o quanto as relações sexuais legítimas estão atravessadas pelo mito do amor romântico e pelo valor da reprodução na relação sexual, se não mais como finalidade principal, pelo menos como potencialidade. De fato, persiste uma sacralidade com relação ao sexo que se sobrepõe ao discurso contemporâneo do sexo “recreativo”.

Desta forma, Rubin observa que as pessoas cujo comportamento as situa no nível mais alto dessa hierarquia são recompensadas com o reconhecimento de sua saúde mental, respeitabilidade, legalidade, mobilidade física e social, apoio institucional e benefícios materiais. Na medida em que o comportamento sexual de uma pessoa “cai” nessa escala, os indivíduos responsáveis por ele são submetidos à presunção de doença mental, perda de respeitabilidade, criminalidade, restrição à mobilidade social e física, perda de apoio institucional e sanções econômicas. Estigmas violentos e punitivos mantêm alguns comportamentos sexuais como sendo de baixo *status*, e, apesar desses estigmas se enraizarem na tradição das religiões ocidentais, a maior parte do seu conteúdo contemporâneo deriva do opróbrio médico e psiquiátrico, que toma para si a função de regular o que é “normal” e o que é “anormal” em relação às formas que o desejo erótico pode tomar.

O sexo apenas pelo prazer, a “promiscuidade” sexual, a prostituição e a homossexualidade são objeto de estigma e repressão na cultura brasileira pelo menos desde a metade do século XIX, formalizados pela religião como pecado e pela medicina como doença. A modernização dos valores sexuais a partir de meados do século XX ainda não foi suficiente para apagar esse imaginário (PARKER, 1991). Assim, é possível que em uma tentativa de evitar o estigma as mulheres entrevistadas recorram mais aos padrões de normalidade e saúde para responder às enquetes sobre sexualidade do que às suas próprias experiências e práticas.

CORPO FEMININO: OBJETO DO DESEJO E DA VIOLÊNCIA

No que se refere ao corpo estético, 75% das entrevistadas afirmaram estar satisfeitas com sua aparência física (ver Anexo, quadro 33), havendo

uma tendência de que mulheres com mais de 45 anos, menor escolaridade e menor renda estejam mais satisfeitas. Menos da metade (42%) das mulheres entrevistadas declarou estar insatisfeitas ou apenas parcialmente satisfeitas com seu corpo, sendo que estar acima do peso (29%) e ter barriga (26%) eram as principais queixas delas (ver Anexo, quadro 34). Mulheres negras, apesar de declararem o mesmo grau de satisfação com o corpo que mulheres brancas (78%), tinham maior probabilidade de se queixar do cabelo (17%) do que do excesso de peso (11%). Mulheres viúvas e mulheres com mais de 45 anos tendiam a declarar maior satisfação com a aparência física do que outros grupos de mulheres, mas, novamente, a variação das respostas em relação a esse item entre os diversos grupos não é especialmente significativa.

O alto nível de satisfação declarado pelas mulheres com sua aparência física se contrapõe à enorme demanda das mulheres brasileiras por serviços estéticos (comésticos, cirurgias plásticas, tratamentos para a perda de peso etc.). Associa-se a isso o aumento do relato da ocorrência de distúrbios alimentares como bulimia e anorexia, ambos relacionados com a pressão cultural por um modelo estético relacionado com a magreza. O mais intrigante com relação à busca das mulheres por estar em conformidade com o modelo estético contemporâneo é a legitimação pelo discurso da saúde. A falácia que associa estética e saúde autoriza as mulheres (e cada vez mais os homens) a se submeterem a procedimentos que podem, inclusive, prejudicar a saúde.

Segundo Mello e Souza (1996), no Brasil essa excessiva manipulação do corpo mediante intervenções invasivas como cirurgias plásticas e cesáreas revelaria “uma concepção de corpo maleável, sujeito a alterações e correções para a constituição do indivíduo”. Para a autora, a maleabilidade das fronteiras corporais no Brasil é reforçada pela fragilidade da noção de direitos individuais e pelo sistema de gênero que define o corpo feminino como um objeto a ser manipulado e controlado. Ela se utiliza do conceito de *unbounded body* ou “corpo sem fronteiras”, proposto por Caldeira (*apud* MELLO E SOUZA, 1996) – de um corpo em que não há fronteiras nítidas de separação, maleável, aberto a intervenção e manipulação dos outros, um corpo que não é protegido pela titularidade dos direitos individuais –, para caracterizar a concepção brasileira do corpo e seu uso, também para os grupos dominados de forma geral (pobres, crianças, mulheres, loucos), que são sujeitos a intervenções físicas variadas como práticas disciplinares legítimas de rotina. É no corpo que se inscreveria a marca do poder e da autoridade.

Contradicoriatamente ao que vemos como parte do nosso cotidiano, apesar de estarem satisfeitas com sua aparência física, 59% das entrevistadas não aprovam

a exposição deste corpo, seja por meio do uso de roupas que marcam o corpo (ver Anexo, quadro 35), seja pela exposição do corpo por meio da televisão (56%), justificando que essas atitudes significam uma perda para a mulher (ver Anexo, quadro 36). Esse resultado pode estar indicando duas situações: a prevalência de uma certa moralidade na exposição do corpo ou o sentimento de que a exposição do corpo *objetifica/coisifica* a mulher. A celebração da sensualidade da construção da identidade da mulher brasileira manifesta sua ambivalência no desconforto das mulheres diante da exposição do corpo. Ambigüidade essa, segundo Parker, essencial à compreensão do universo sexual brasileiro.

Com relação a ser desejada e cortejada, as entrevistadas se mostraram divididas quanto à cantada: para 32% é desrespeito e para 27%, elogio. Para 8% pode ser elogiosa ou desrespeitosa, sendo que mulheres mais jovens e mais educadas tendiam a ver mais como desrespeito. A forte herança patriarcal do Brasil Colônia ecoa nos dias atuais.

Na Colônia, todo o poder emanava do patriarca, que organizava a ordem social em uma região geograficamente imensa, sem aparato coercitivo e dependente de trabalho escravo. No modelo clássico da família patriarcal, unidade social dominante, havia um núcleo (patriarca, esposa e filhos legítimos) e sua periferia (concubinas, amantes, filhos ilegítimos, escravos, amigos, clientes etc.). Esse modelo, segundo Freyre, gera o duplo de moralidade para homens e mulheres brasileiros, resultando em extrema diferenciação entre os sexos, sendo que o homem é superior, forte, viril e ativo, e a mulher é inferior, fraca, bela, desejável e sujeita à dominação do patriarca. Esse modelo dá ao “homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limita o da mulher a ir para a cama com o marido, toda santa noite que ele estiver disposto a procriar” (FREYRE, *apud* PARKER, 1991, p. 58).

A tradição patriarcal está na origem da hierarquia de gênero no Brasil e se manifesta de diversas formas, sendo uma delas a linguagem usada para se referir ao corpo. Com relação ao corpo do homem, a linguagem sobre o pênis elabora a força e a superioridade dos genitais masculinos, bem como a sua função como instrumento ligado à atividade, à violência e à violação (pau, caralho, cacete, pica, ferro, vara). Com relação ao corpo da mulher, a linguagem aponta para uma anatomia deficiente, inferior e passiva, objeto da violência e paradoxalmente, ao mesmo tempo, um local de perigo por si só (buraco, gruta, racha, boca mijada).

A ambivalência da brasileira contemporânea diante das cantadas parece ter sua explicação no conflito entre querer ser desejada, e assim cumprir seu papel de gênero, e o medo de ser violada, um risco permanente em virtude do mito da potência e do poder do homem brasileiro.

DIREITOS SEXUAIS: A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO E O RISCO DA NORMATIZAÇÃO

A ampliação da discussão pública de temas até então considerados da esfera privada, como sexo e reprodução, cria uma questão: como construir mecanismos que possam garantir que a experiência da sexualidade não permaneça como espaço de submissão e dominação da mulher, do seu corpo e do seu desejo? Seriam esses mecanismos a definição dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais?

Os direitos sexuais incluem, entre outros: a liberdade de finalidade do exercício da sexualidade, seja recreativa, comunicativa ou reprodutiva; o respeito às decisões pessoais em torno da preferência sexual; a expressão e o livre exercício da orientação sexual; a liberdade de escolha de companheira/o sexual; a escolha de atividades sexuais de preferência da pessoa.

A expansão dos direitos ligados ao exercício da sexualidade, ou direitos sexuais, tem avançado de maneira progressiva, ainda que lenta se comparada ao nível de reconhecimento obtido pelos direitos reprodutivos por organismos e documentos internacionais, como os da Organização das Nações Unidas (ONU). Entretanto, esse é um avanço expressivo se considerarmos que os direitos sexuais e reprodutivos são conceitos relativamente novos dentro do paradigma dos direitos humanos, não remontando a mais do que 30 anos a luta por seu reconhecimento como parte desses direitos. Esse reconhecimento reflete o resultado de décadas de luta em que o movimento feminista conseguiu firmar a legitimidade e o reconhecimento internacional dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais.

Um longo e tortuoso caminho que vem desde o levante da “segunda onda” feminista nas décadas de 1960 e 1970, perpassando a chamada “revolução sexual”, a invenção da pílula anticoncepcional e as conferências mundiais da ONU sobre população e desenvolvimento, culminando, apesar de tantas disputas, na plataforma de ação elaborada para a IV Conferência Mundial da Mulher em Pequim, em 1995. A referida Conferência avançou alguns passos no sentido de afirmar o direito ao livre exercício da sexualidade como parte dos direitos humanos. Pela primeira vez em um documento da ONU, as mulheres são consideradas seres sexuais além de seres reprodutivos, detentoras de direitos humanos para decidir livremente sobre sua sexualidade, sem qualquer menção qualificando sua idade, estado civil ou orientação sexual, apesar da expressão “direitos sexuais” ter sido substituída por “direitos humanos” na versão final (PETCHESKY, 1999).

A concepção de direitos sexuais tal como estabelecida nessa declaração está baseada na construção destes como direitos “negativos”: o direito de não ser vítima de estupro, de abuso, de tráfico, de exploração, de mutilação e de

violência sexual. Obviamente, é indiscutível que ser livre de coação, violência e abusos sexuais é um direito fundamental da mulher (nenhuma mulher pode gozar plenamente de sua sexualidade sob ameaça de estupro, espancamento e de uma gravidez indesejada), no entanto, o fato de as mulheres só constarem como vítimas – em vez de como agentes no exercício da sua sexualidade – reforça a visão patriarcal na qual as mulheres são seres dessexualizados, sem poder e vítimas passivas da violência do macho. “Em nenhum lugar da Plataforma de Beijing aparecem menções aos corpos femininos sexualizados e aos corpos não-heterossexuais, reclamando o direito ao prazer ao invés de rechaçar abusos” (PETCHSKY, 1999, p. 21).

Entretanto, mesmo que de modo limitado, a inclusão da atividade sexual como parte dos direitos humanos foi um avanço inegável, emergindo de um consenso internacional, pois é crucial que os direitos sexuais e reprodutivos sejam construídos como dois corpos separados de direito, que devem ser independentemente protegidos e promovidos, apesar de estarem interligados de muitas maneiras. Essa distinção é importante, porque desafia o controle vigente e o não-reconhecimento da sexualidade da mulher fora dos seus papéis reprodutivos, como se mulheres – e também homens – não tivessem o direito de gozar da sexualidade quando esta não estiver ligada à reprodução. Em outras palavras, a sexualidade deve ser reconhecida como existindo à parte da reprodução. Isso permite o reconhecimento e a legitimação da sexualidade e das necessidades sexuais das mulheres antes, durante e depois do período reprodutivo e de mulheres e homens com diferentes orientações sexuais. Logo, os direitos sexuais têm uma validação independente e devem ser reconhecidos sem que estejam, invariavelmente, ligados à reprodução (SEN e BATLAWALA, 2001).

Que referencial teórico, então, podemos utilizar para uma conceituação dos direitos sexuais como positivos e construídos à parte dos direitos reprodutivos? Corrêa e Petchesky (1994), em um texto já clássico, propõem, como princípios básicos dos direitos sexuais, a igualdade de todos perante a lei, o respeito à integridade física e à autonomia da pessoa e o respeito à diversidade. Partem dos princípios da liberdade e da igualdade, na possibilidade de demandar tratamento igual para todos perante a lei. Não importa aí o que seres humanos são, que tipo de anatomia apresentam ou que tipo de práticas sexuais preferem: todos devem receber tratamento igual em casa, no trabalho e nas instituições sociais em geral. O princípio de igualdade sustenta o respeito pela diversidade em termos de opções sexuais, expressões da sexualidade e mesmo transformações da anatomia (CORRÊA, 2002).

Ao mesmo tempo, Corrêa aponta algumas questões que podem ser levantadas em relação à adoção desses preceitos: podemos assumir que igualdade,

neste caso, significa que todos os parceiros devam ser “iguais”? Ou, posto de outra maneira, o que significa ser igual na sexualidade? Significa que tudo é permitido entre adultos ou deveríamos falar sempre de adultos que consentem? Como discutir consentimento entre adultos com posições de poder diferenciadas? Pode a idade adulta constituir o domínio exclusivo da sexualidade e ser definida exclusivamente em termos civis e legais por meio da idade? Ou deve incluir aspectos relatados ao poder diferenciado entre indivíduos? Será que o princípio da igualdade, concebido apenas como possível entre adultos que consentem, excluirá experiências sexuais entre adolescentes ou entre crianças? Como conciliar o princípio da integridade corporal automática com práticas sadomasoquistas entre adultos que consentem? Ou como classificar o abuso à integridade pessoal de crianças que podem ser psicologicamente afetadas por terem assistido a práticas sexuais “alternativas” na internet, quando ao mesmo tempo nós apoiamos a premissa do respeito à diversidade? Há certas áreas cinzentas que ainda requerem um trabalho maior de reflexão e de elaboração teórica para o desenvolvimento desses princípios.

Alice Miller (2001) traz outras reflexões muito importantes para essa discussão. Ela lembra a necessidade de se reconhecer a interseção de poderes entre raça, gênero, classe e identidade sexual. Ela lembra que, recentemente, na Conferência Mundial contra o Racismo, mecanismos específicos foram aceitos, assim como os danos causados pela interseção de discriminação. A delegação do Brasil, entre outras, reafirmou a importância de se dirigir às “múltiplas formas de discriminação, as quais ocorrem quando racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relativa a essa interseção com discriminação baseada em orientação sexual”.

Para Miller, uma importante implicação prática para entender como discriminações se inter-relacionam será testar qualquer conceituação teórica dos direitos sexuais em sua capacidade de servir igualmente bem a pessoas de diferentes práticas e identidades: identidade de gênero, orientação sexual, idade, raça, condições de saúde física e mental e diferentes capacidades. Isto significa que qualquer suporte teórico para os direitos sexuais que consideremos deve caminhar através das implicações não apenas para os grupos ao redor daqueles para os quais nós conceitualizamos o direito – se lésbicas, “transgêneros”, profissionais do sexo, mulheres jovens heterossexuais em comunidades indígenas –, mas também para grupos que assumimos não precisar ou que não serão afetados pela articulação desse aspecto dos direitos sexuais. Será que esse novo direito será neutro, melhorará sua qualidade de vida, limitará uma capacidade que eles já têm?

Segundo Miller, precisamos reconfigurar nossa formulação de não-discriminação, para assegurar que identidades e atos consensuais não-conformistas

possam ser protegidos. Ela propõe que qualquer referencial teórico utilizado como substrato dos direitos sexuais reconheça:

1. a primazia da não-discriminação e da igualdade, um enfoque na dignidade da pessoa, a compreensão que todos os direitos se interconectam e a interdependência de sua realização;
2. a participação de indivíduos e grupos na determinação das questões que os afetam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade da mulher brasileira contemporânea está presa na ambigüidade do discurso progressista e dos modelos tradicionais. Ao mesmo tempo que a mulher sente necessidade de afirmar publicamente a satisfação com sua sexualidade, ela se mostra conservadora para relatar aspectos mais controversos e ainda estigmatizados, como orientação sexual, número de parceiros sexuais e ocorrência de infidelidade. Ao mesmo tempo que as mudanças sociais das últimas décadas tornaram legítima a busca do prazer sexual pela mulher, o que ainda não foi possível mudar mantém este prazer sexual inscrito nas parcerias heterossexuais românticas.

A disseminação do discurso da medicina sexual, ou sexologia, principalmente pelos meios de comunicação, ao mesmo tempo que autoriza o prazer feminino, categoriza as práticas em saudáveis e em patológicas, reforçando a saúde da categoria “sexo com afeto”, principalmente para as mulheres.

Por outro lado, também é preciso problematizar as metodologias de pesquisas normalmente utilizadas quando se trata de investigar a sexualidade. Algumas pesquisas apontam para diferentes respostas à mesma pergunta, dependendo de quem responde, para quem responde, em que circunstâncias responde. Criatividade e originalidade em novas propostas metodológicas, que não firam os princípios éticos das pesquisas com seres humanos, precisam ser incorporadas nos protocolos de investigação³.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREA, Sonia e PETCHESKY, Rosalind. (1994). “Sexual and Reproductive Rights in the Feminist Perspective”. In: SEN, Germain Chen (org.). *Population Policies Reconsidered: Health, Empowerment, and Rights*. Cambridge, Harvard School of Public Health.

3. Um exemplo seria investigar casais, entrevistando-os separadamente, sobre a vida sexual conjugal e comparando as equivalências e as ambivalências que surgem nos discursos e nas vivências entre homens e mulheres.

- CORREA, Sonia. (2002). *Gender and Sexuality: Difference, Rights and Tolerance*.
- MELLO E SOUZA, Cecília. (1996). *Intervenções médicas e a integridade do corpo feminino na cultura reprodutiva brasileira*. Artigo apresentado no XX Encontro da Anpocs, Caxambu.
- MILLER, Alice. (2001). “Sexual Rights, Conceptual Advances: Tensions in Debate”. Trabalho apresentado em Sexual, Reproductive and Human Rights Seminar organizado pelo CLADEM, Lima, nov.
- PARKER, Richard G. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. 2^a ed. São Paulo, Best Seller.
- PETCHESKY, Rosalind. (1999). “Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional”. In: BARBOSA, R. e PARKER, R. (orgs.). *Sexualidades pelo avesso*. Rio de Janeiro/São Paulo, IMS/UERJ/Editora 34.
- RUBIN, Gayle. (1984). “Thinking of Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”. In: VANCE, C. (org.). *Pleasure and Danger: Exploring Sexuality*. New York, Routledge and Kegan.
- SEN, Gita e BATLIWALA, Srilatha. (2000). “Empowering Women for Reproductive Rights”. In: SEN, Gita e PRESSER, Harriet B. (orgs.). *Women's Empowerment and Demographic Processes*. Oxford, Oxford University Press.

RELAÇÕES RACIAIS NAS PESQUISAS E PROCESSOS SOCIAIS: EM BUSCA DE VISIBILIDADE PARA AS MULHERES NEGRAS

MATILDE RIBEIRO

Assistente social, mestre em psicologia social e doutoranda no Programa de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Desde 2003, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, é ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial.

“Mudança, esta é a palavra-chave; esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro.

A esperança venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.”

(Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – 1/1/2003)

1. APRESENTAÇÃO

A formulação em epígrafe pode ser considerada a síntese da realidade brasileira nas últimas décadas, principalmente a partir do pleito eleitoral de 2002. Vivemos profundas mudanças e, entre elas, destaca-se a opção da população brasileira por um programa de governo que reorienta a nação rumo ao desenvolvimento econômico, cultural e político.

A perspectiva da inclusão social está na ordem do dia. Nesse sentido, enfocam-se como pontos importantes a promoção da igualdade racial e os direitos das mulheres. Pela primeira vez na história brasileira estruturaram-se dois organismos vinculados à Presidência da República, com *status* de ministérios: a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

O reconhecimento “oficial” do racismo e do machismo unido à proposição de uma política de governo eficaz aponta para possibilidades concretas de superação de tais desigualdades. Um passo importante é o aprofundamento

da reflexão das bases teóricas e a reinterpretação sobre as questões raciais e de gênero na área de pesquisa.

Com este intuito será abordada a pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em 2001, principalmente no que diz respeito às relações raciais, destacando a situação da mulher negra.

No início do século XXI, as mulheres brasileiras anunciam, de maneira geral, boas mudanças em suas condições de vida. No entanto é necessário aprofundar a análise quanto a esta declaração: Quem são essas mulheres? Em que condição social, econômica e racial vivem? Qual a percepção que estas mulheres têm de mundo e das desigualdades raciais?

É perceptível na pesquisa da FPA que a variável cor/raça foi tratada de maneira genérica, pois não traz diretamente dados sobre a condição da mulher negra. Localizamos, objetivamente, os dados de perfil e renda familiar segundo ascendência racial. Assim, a perspectiva sobre relações raciais será analisada brevemente neste artigo, de forma a contribuir para a ampliação da compreensão dos anúncios apresentados pelas mulheres pesquisadas.

2. A BUSCA DE VISIBILIDADE PARA AS RELAÇÕES RACIAIS

2.1 – A naturalização das desigualdades

A reflexão sobre a vida de mulheres e homens, negros e brancos traz à tona a necessidade da análise do fato de que os seres humanos são singulares e vivem situações relacionais, tendo por base a construção social das diferenças. As relações de gênero¹ (masculino e feminino) se embasam em confronto de poderes entre a vida pública e privada, resultando em vivências hierarquizadas entre os dois sexos, em que a mulher ocupa uma posição inferior. Já as relações raciais, com o foco para negros e brancos, são exercidas em contexto de total desigualdade e invisibilidade para os negros. Quando nos deparamos com a realidade das mulheres negras, intensifica-se o quadro de desigualdades e opressões, sendo intercruzadas as questões de gênero e raça.

Com isso questiona-se um paradigma da sociologia clássica que afirma que por meio da socialização o ser humano torna-se um verdadeiro indivíduo. Este modelo clássico pode, sim, construir indivíduos semelhantes, porém desi-

1. Enquanto “sexo” se refere às diferenças biológicas, “gênero” se refere às diferenças construídas socialmente. Nas análises sobre relações de gênero, Joan Scott (1995), Maria Jesus Izquierdo (1994) e M. Teresita Barbieri (1996) constroem reflexões que se complementam em vários aspectos, principalmente no que diz respeito à estreita relação do indivíduo com o sistema social, econômico e político como parte da produção e reprodução da vida humana.

guais; ele está, portanto, em frontal oposição à proposta que associa igualdade de direitos a garantia das diferenças. É nessa perspectiva que queremos tratar as relações de gênero e raça e as desigualdades.

Em nossa sociedade, por intermédio da perpetuação do machismo e do racismo, são muitos os estigmas em relação à mulher negra, destacando-se os de objeto sexual, serviçal e subserviente. Tais situações interferem na construção da identidade, nos direitos reprodutivos, na sexualidade, na anticoncepção, na maternidade, na posição que ocupa na família, união ou casamento.

O processo de socialização baseia-se, em geral, na visão de que “negro é ruim, feio e sujo” e de que “mulher deve ter lugar menos favorecido”. Assim sendo, olhar-se no espelho e reconhecer características como o nariz chato, o cabelo pixaim, a bunda grande como atributos valorativos torna-se muito difícil².

Assim, aos negros, a partir de características como a cor da pele (a mais escura) aliada aos aspectos sociais e culturais, associa-se não apenas a feiúra, mas a subalternidade e a invisibilidade. Entretanto, isto ocorre de maneira ambígua e perversa: de um lado, o homem negro é rejeitado como desinteressante, de outro enaltecido como potente e viril, ou ainda temido como violento. Já a mulher negra é rejeitada pela cor, enquanto muitas vezes, especialmente a mulata, é vista como disponível e sedutora, cujo atributo maior seria o de “ser quente”, mas desprovida de desejo próprio e feita apenas para “servir” ao outro.

Em geral as mulheres pobres, e mais diretamente as mulheres negras, são vistas como “parideiras”, devendo ter sua função reprodutiva controlada. Os métodos anticoncepcionais são dirigidos e, de certa maneira, impostos às mulheres, recaindo somente sobre elas a responsabilidade de seu uso. Não há preocupação voltada para que a maior parte destas mulheres tenha acesso regular aos métodos, nem ao conhecimento adequado sobre o uso deles. O controle do próprio corpo torna-se, então, questão de domínio público, externo.

A sexualidade e a afetividade historicamente foram (e em certa medida ainda são) vivenciadas com repressão e desconhecimento, com privilégios para os homens em detrimento das mulheres, supondo-se que abrangem também diferenças entre as raças. Consideram-se o branco e a branca como modelos de beleza e objetos de desejo.

2. Santos (1980) traz em alguns depoimentos a percepção de mulheres negras quanto a esse processo: “Minha mãe mandava eu botar pregador de roupa no nariz para ficar menos chato. Depois eu fui sentindo que aquele negócio de olhar no espelho era coisa ruim [...] Minha avó era bem negra: nariz grosso, beiços grossos, voz grossa. Não gostava de negro. Ela dizia: ‘se você vir confusão, saiba que é o negro que está fazendo; se vir um negro correr, é ladrão. Você tem que casar com um branco pra limpar o útero.’”

Estudos em relação à solidão das mulheres negras (BERQUÓ, 1991) demonstram que se casam mais tarde que as pardas e as brancas; o celibato das primeiras é superior ao das demais. Além desses dados, na maior parte dos casamentos o casal tem a mesma cor e, quando ocorre a exogamia, esta se dá mais por intermédio da opção do homem negro por uma mulher branca do que pelo oposto; a viúvez das negras também é superior à das pardas e brancas.

Portanto, preconceito e discriminação não são questões apenas subjetivas, fazem parte da vida concreta dos indivíduos: expressam-se no corpo, no trabalho, no lazer etc. Assim, crenças, estigmas, mitos e realidade se confundem, provocando uma repetição de fatos que reafirmam a continuidade do racismo e do machismo.

2.2 – Diálogos descontínuos sobre relações raciais

Para retratar de forma mais precisa a realidade racial brasileira, os dados qualitativos e quantitativos, resultados de pesquisas gerais e parciais, mostram as condições de subumanidade vividas pela população negra³. É flagrante a enorme concentração de negros nas faixas de menor renda da população brasileira. Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em 2002, os negros representavam, em 1999, 45% da população brasileira. Entre os 53 milhões de pobres, os negros correspondem a 64% do total e a 69 % da população de indigentes. Da mesma forma, é majoritariamente negra a massa de desempregados e subempregados em todo o país.

Constata-se que as mulheres negras são mais freqüentemente submetidas a ocupações precárias, seguidas das mulheres brancas e dos homens negros, como por exemplo no serviço doméstico, que é a maior área profissional feminina do país, ocupando aproximadamente 4,6 milhões de mulheres em um total de 5 milhões de trabalhadores em 2000, sendo 71% dessa mão-de-obra composta por mulheres negras. A ausência de regulamentação profissional permite uma série de violações, que submetem as trabalhadoras domésticas, dentre outros constrangimentos, à violência sexual e moral por parte dos empregadores, à jornada de trabalho escravizante e a salários irrigários sob a falsa argumentação do acolhimento.

Esta realidade é corroborada por Abramo (2003), referindo-se a estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que reafirmam a persistência e a reprodução das desigualdades e a existência de um grande déficit de eqüidade

3. Aqui utilizamos o termo “negro” como o somatório dos pretos e pardos, conforme pesquisa e dados de institutos nacionais – IBGE, PNUD e IPEA.

de gênero e raça no mercado de trabalho e na sociedade brasileira. Ainda, em recente estudo da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (2003)⁴, além dos dados é apontado o distanciamento entre a lei e a realidade social, sobretudo quando se observa a situação das populações negras e indígenas.

Não há intenção aqui de fazer uma correspondência direta entre os dados gerais e os parciais, como os apresentados na amostragem da FPA; a aproximação entre estes serve como parâmetro para maior compreensão da realidade revelada pelas mulheres pesquisadas. Na pesquisa foram ouvidas 2.502 mulheres, com dados sistematizados por idade, em áreas urbanas e rurais de 187 municípios de 24 estados brasileiros. Os dados propiciam a análise das condições de vida da mulher brasileira sob vários aspectos: diferenças entre as mulheres, relações homem *versus* mulher, regionalidade, situação conjugal, raça e religião, aspectos econômicos e sociais, entre outros.

O perfil sociodemográfico das mulheres pesquisadas apontado é: 38% das brasileiras têm ascendência étnico-racial branca e negra; as de ascendência branca somam 29%; as de ascendência negra são 6%; as de ascendência branca, negra e indígena totalizam 12%; as de ascendência branca e indígena totalizam 9% (ver Anexo, quadro 6).

Duas em cada três brasileiras avaliam que a vida melhorou nos últimos 20 ou 30 anos (65%). Para um quarto, ou 24%, a vida piorou e 10% não observam mudanças em suas vidas nas últimas décadas (ver Anexo, quadro 18). De maneira geral, reflete-se que a maioria das mulheres brasileiras convive bem com sua condição feminina e tem consciência das conquistas obtidas (direito ao trabalho e à autonomia social), mas reclama do peso da jornada e reivindica o fim das discriminações, seja no mercado de trabalho, seja sob a forma de violência. No entanto, ao analisar as melhorias nas condições de vida das mulheres em geral, espera-se que no caso da mulher negra tais mudanças aconteçam na mesma proporção.

O cruzamento dos dados da pesquisa nos ajuda nas reflexões. Um exemplo disso é destacar a escolaridade, a renda familiar e o trabalho remunerado das mulheres que responderam à pesquisa:

- um terço (32%) dos domicílios em que reside uma mulher é provido, principalmente, por mulheres (39% com ascendência racial só negra e 30% com ascendência racial só branca). Considerando-se apenas as

4. Relatório da Secretaria Especial de Política para as Mulheres para a Convenção da ONU para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, realizada de 30 de junho a 18 de julho de 2003, na ONU, em Nova York.

entrevistadas, 21% relataram ser principais provedoras (sendo 22% com ascendência racial só negra e 25% com ascendência só branca) e outras 28% auxiliam nas despesas da casa (28% entre as mulheres com ascendência negra e 27% entre as mulheres com ascendência só branca), chegando assim à participação de 49% das mulheres na renda familiar;

- se pudessem escolher livremente, 55% das mulheres optariam por ter uma profissão, trabalhar fora e dedicar-se menos às atividades domésticas e à família, enquanto pouco mais de um terço (38%) delas preferiria dedicar-se mais às atividades domésticas e à família, deixando a profissão em segundo plano (ver Anexo, quadro 28); entre as mulheres brancas essas taxas são respectivamente 53% e 40%, enquanto entre as negras atingem respectivamente 60% e 39%;
- 38% acreditam que, entre as mudanças, o trabalho é uma das vitórias (sendo desse universo 45% de ascendência racial só negra e 35% de ascendência só branca). Outras 14% percebem que ainda existe desigualdade em relação aos homens no que se refere às funções exercidas e à remuneração (8% são mulheres de ascendência racial só negra e 15% mulheres de ascendência racial só branca) (ver Anexo, quadro 20);
- pode-se observar que o grau de instrução das entrevistadas é baixo, pois 18% nem sequer possuem o primário completo (mulheres com ascendência racial só negra atingem 24% e só branca 16%), sendo que 30% justificam o abandono dos estudos em função do trabalho (39% são de ascendência racial só negra e 22% só branca); outra causa apontada é o sustento próprio, totalizando 16% (19% mulheres de ascendência racial só negra e 10% só branca); outras 9% indicam a manutenção da família (mulheres de ascendência racial só negra 15% e só branca 8%). Além disso, somente 9% elegem a educação como direito social mais importante (sendo de ascendência racial só negra 9% e só branca 12%), depois do trabalho com 16% (sendo as mulheres de ascendência racial só negra 17% e só branca 13%) e da saúde com apenas 12% (só negra 12% e só branca 14%);
- a porcentagem de entrevistadas de ascendência negra é de 58% (sendo de ascendência só negra 6% e miscigenada [branca+negra+indígena], 61%) (ver Anexo, quadro 6) e, embora inferior, é um índice próximo do percentual de entrevistadas com baixa escolaridade, que totaliza 73% (sem escolaridade nenhuma ou com escolaridade apenas até o ensino fundamental) (ver Anexo, quadro 2). Entre as mulheres de ascendência só negra, 82% não estudaram ou chegaram apenas até o ensino fundamental, sendo que entre as mulheres de ascendência só branca tal tendência corresponde a 62%, corroborando as estimativas de que as mulheres

de ascendência negra têm menor escolaridade em relação às brancas. Da mesma forma, essa tendência se verifica no que se refere à renda. Tanto é assim que 41% das entrevistadas são de famílias que recebem até 2 salários mínimos (s. m.) (dessas, 50% são de ascendência racial só negra e 34% só branca); 34% das entrevistadas pertencem a famílias cujas rendas compreendem de 2 a 5 s. m. (sendo de ascendência racial só negra 36% e só branca 32%); outras 12% das entrevistadas compõem famílias cujas rendas perfazem o total de 5 a 10 s. m. (dessas, 9% são de ascendência só negra e 16% só branca); 6% das entrevistadas são de famílias com renda entre 10 e 20 s. m. (dessas, 1% são de ascendência só negra e 7 % só branca) e apenas 2% das entrevistadas são de famílias cujas rendas estão acima de 20 s. m. (dessas, 1% compreende mulheres de ascendência só negra e 3% só branca) (ver Anexo, quadro 7).

É possível verificar pelos dados acima que a porcentagem de mulheres com baixa escolaridade e renda é próxima ao número de mulheres com ascendência negra.

Apesar da precariedade das condições de vida, a fala das mulheres e suas expectativas de vida são, de um lado, carregadas de perspectivas de mudança e, de outro, ainda refletem dificuldades para romper barreiras:

- 65% das entrevistadas avaliam que houve melhora em suas vidas (mulheres de ascendência racial só negra 54% e de ascendência racial só branca 67%), mas 89% ainda detectam o machismo na sociedade (ascendências: só negra 86% e só branca 88%) e 43% assumem ter sofrido algum tipo de violência sexista (mulheres de ascendência racial só negra 54% e só branca 33%), e isto é perceptível no número de entrevistadas que acreditam que seus direitos sociais não são respeitados. Além disso, 28% são adeptas do feminismo (total ou parcialmente), sendo 28% mulheres de ascendência racial só negra e 29% só branca. Outras 25% não sabem ou têm dúvidas sobre o que significa feminismo (32% entre as mulheres de ascendência racial só negra e 21% só branca), o que não impede que opinem e reconheçam os efeitos machistas, pois 89% souberam detectá-los na sociedade (ver Anexo, quadros 18, 21, 23 e 59);
- 70% das mulheres acreditam na importância da participação política (mulheres de ascendência racial só negra 58% e mulheres de ascendência racial só branca 69%); pouco mais da metade (55%) das entrevistadas acredita que o que acontece na política influencia sua vida pessoal (mulheres de ascendência racial só negra 41% e só branca 53%). Entre as entrevistadas, 59% acreditam que as mulheres estejam preparadas para

exercer o poder em qualquer instância (sendo 60% mulheres de ascendência racial só negra e 58% de ascendência só branca) – ver Anexo, quadros 76, 77, 81 e 82;

- 24% reclamam que os direitos sociais para a mulher não estão sendo respeitados (afirmação de 33% das mulheres de ascendência racial só negra e de 21% das mulheres de ascendência racial só branca) e apenas 7% das entrevistadas colocam o fator político como importante para suas vidas (mulheres de ascendência racial só negra 10% e de ascendência racial só branca 6%). Observa-se que o enfoque dado à definição de cultura política é amplo, no entanto, quando relacionamos mulher e poder, 59% das entrevistadas sentem-se pertencentes e preparadas para essa possibilidade (ver Anexo, quadro 82).

A visão de mudança das mulheres pesquisadas apresenta, então, potencial e disposição para a participação na vida pública, perspectiva já destacada em outras pesquisas e estudos.

Na pesquisa “Dimensões de gênero e raça no Orçamento Participativo em Santo André 1997-99” (RIBEIRO, 1999), foram verificados dados sobre o perfil de 22 conselheiras do Orçamento Participativo (OP), combinados com elementos quanto à percepção da sua participação nos espaços públicos. Além dos dados, é importante considerarmos a visão daquelas conselheiras, o que denotou aspectos de suas posturas e intervenções políticas. A maioria delas começou a atuar politicamente quando já eram mais velhas e com os filhos já criados, exatamente no período em que podiam desvincilar-se um pouco mais dos afazeres domésticos e das responsabilidades familiares, que se somaram à inserção política.

No que se refere à questão de gênero, as diferenças em relação à vida da mulher e do homem foram demarcadas pelas conselheiras, o que reafirmava o lugar social desfavorecido para as mulheres na estrutura organizativa do OP. Na justificativa das mulheres sobre o impedimento para sua participação, aparecem questões como: dificuldade de se manifestar em público, incompatibilidade dos horários de reuniões com os horários impostos pela vida doméstica e pelo trabalho, além da falta de familiaridade com a vida política, embora tivessem participação em movimentos sociais e políticos, em alguns casos ocupando funções de coordenação e/ou direção.

Quanto à identificação racial, ficou evidente o mito ou o terror de se pensar a cor como indicativo de diferença racial. Não chegava a ser um silêncio total sobre raça, mas, de certa forma, era uma questão de difícil abordagem. As conselheiras entrevistadas se posicionaram em duas vertentes quanto à exis-

tência ou não do racismo e/ou discriminação em relação aos negros: “Ainda é um grupo excluído na assistência social... ascensão social é difícil”, *versus* o posicionamento de que não existe mais racismo: “Não vejo mais racismo, hoje, em Santo André. Há 20 anos atrás era mais. Nos últimos 10 anos não existe mais”.

Por estes mesmos motivos, e também pela tradição de naturalização das diferenças, não foram apresentadas muitas reflexões sobre as formas diferenciadas de socialização e/ou construção social das desigualdades que definissem as questões de gênero e raça. As respostas por parte das conselheiras quanto às necessidades específicas das mulheres e da população negra estarem ou não contempladas no OP demonstraram que, para a maioria, o tema tratado era totalmente novo, causando até estranheza. Discorreram com maior facilidade sobre exemplos e questões relativas às necessidades das mulheres, embora nem todas tivessem feito afirmações positivas em relação à existência de necessidades específicas. Quanto à questão racial, as posições oscilaram entre umas que consideravam e outras que não consideravam a discriminação da população negra e também da indígena; em decorrência disto, a maioria não considerou a existência de necessidades específicas.

Embora o tratamento das relações raciais seja diferente no enfoque das duas pesquisas, em ambas a tendência é a não-consideração direta da abordagem por parte das entrevistadas.

Neste contexto, visualiza-se o que foi e continua sendo a realidade brasileira – um tabu engendrado pelo racismo (somado ao machismo) ocasionado pela herança deixada pela escravidão e pela não-inclusão da população negra como cidadã após a Abolição.

3. RELAÇÕES RACIAIS: DESIGUALDADES E PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS

3.1 – O lado explícito da desigualdade racial brasileira

Perguntar a cor da população brasileira é sempre um desafio⁵. Nos últimos anos têm sido desenvolvidas experiências de implementação do quesito cor em pesquisas e serviços públicos. Estes trabalhos têm ocorrido mediante potencialidades e dificuldades, mas é possível destacar algumas experiências

5. Sandra Azeredo (1991), ao analisar como é tratada a questão racial na pesquisa, destaca que, embora a raça não seja absolutamente pertinente para estabelecer diferenças, a exemplo das ciências biológicas, continua a ser utilizada como forma privilegiada de diferenciar culturas, idiomas, crenças e grupos diferentes, os quais, na maioria das vezes, têm também interesses econômicos fundamentais diferentes.

em administrações municipais – as prefeituras de São Paulo (1989-1992), Belo Horizonte (1993-1996) e Santo André (2000-2002).

Especificamente em Santo André, a implementação do quesito cor ocorreu a partir de uma experiência piloto como parte da pesquisa “Gestão local, empregabilidade e eqüidade de gênero e raça: uma experiência de política pública na região do ABC paulista”⁶. A experiência foi desenvolvida na CTR – Central de Trabalho e Renda (Agência Pública de Emprego) – de Santo André. Partiu-se da capacitação de gestores e de atendentes para a abordagem junto aos usuários, tendo como base a pergunta: “Qual é a sua cor? Só você pode responder!”⁷. Este trabalho transcorreu envolvendo vários parceiros, constituindo-se numa desafiadora experiência.

Dadas as dificuldades de reconhecimento das desigualdades raciais e do racismo no Brasil, coletar informações sobre a cor dos usuários do serviço público não é tarefa fácil. Em âmbito federal as experiências desta coleta têm sido precárias e descontínuas, como por exemplo a Rais (Relação de Empregados) e o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Todas as experiências traduzem que a coleta do quesito cor é necessária, porém muito complexa, rebatendo na falta de informação de funcionários, gestores públicos e usuários sobre a importância da obtenção de dados e indicadores sobre as relações raciais e também no intercruzamento com as questões de gênero, como referência estatística para elaboração de políticas públicas. Estes trabalhos necessitam ser divulgados, debatidos e incorporados pelas instituições, como elementos enriquecedores na prestação de serviços públicos e privados. Mesmo com a precariedade do alcance das experiências, estas significam uma mudança positiva no campo das pesquisas e ações políticas.

6. A pesquisa foi desenvolvida tomando como base a Prefeitura Municipal de Santo André, tendo como pesquisadoras quatro ONGs: o Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades); a ELAS (Elisabeth Lobo Assessoria), Trabalho e Políticas Públicas; o Instituto Cidadania; e Governo do ABC e o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). O apoio financeiro foi do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), contando ainda com o apoio da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

7. Para explicitar o porquê desta abordagem foi elaborado um material explicativo contendo as seguintes informações: “A Central de Trabalho e Renda quer conhecer melhor a população andrenense. Este trabalho visa a promoção de igualdade de direitos, oportunidades e tratamento para grupos da população historicamente discriminados. Para isto é necessário conhecer melhor a distribuição e a composição dos moradores da cidade, principalmente quanto a sua cor/raça. Assim, no momento do atendimento, é importante que você responda qual é a sua cor, da mesma forma que é respondido qual o seu sexo, estado civil, RG. Você pode ajudar nisso. Responda corretamente os dados para o preenchimento do cadastro”.

Voltando-se, mais atentamente, para as investigações sobre as mudanças das condições de vida das mulheres na área do trabalho, percebe-se que o componente racial é pouco analisado, conforme salienta Bento (2000):

“As mudanças que vêm ocorrendo na situação da mulher, num mercado de trabalho em rápida transformação, têm sido alvo de diferentes investigações. Entretanto, a esmagadora maioria desses estudos não focaliza a mulher negra, a despeito da sua expressiva presença no contingente populacional brasileiro [...]”.

A ausência ou o tratamento precário das relações raciais no campo da pesquisa faz parte da dinâmica de exclusão social. São inúmeras as explicações acerca desta situação. Lélia Gonzáles (1980) contribui para a reflexão sobre o intercruzamento entre racismo e machismo e seu rebatimento para as mulheres negras: “Para nós, o racismo constitui uma sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexism produz efeitos de violência sobre a mulher negra [...]”. Sonia Giacomini (1988) aponta para a necessidade de uma visão crítica da história, sugerindo que em relação às mulheres negras não se pode fazer reduções: “ao trabalho forçado chamar de liberdade econômica, ao estupro institucionalizado chamar de sensualidade e liberdade sexual da negra e/ou mulata”. Isto traduz uma situação de perversidade sociorracial brasileira, resultando na invisibilidade e/ou ocultamento da presença da população negra e das mulheres negras na sociedade.

É fundamental a análise das relações raciais, tendo como foco o período pós-escravidão, na América Latina, considerando as semelhanças e diferenças entre os diversos países, e entre estes o Brasil. Carlos Hasembalg (1992, p. 52) alega que é possível identificar “sintomas do tipo latino” de relações raciais e apresenta duas visões que estabelecem as semelhanças:

- harmonia, tolerância e ausência de preconceito e discriminação racial são concepções desenvolvidas por elites políticas e intelectuais. Isto traz como resultado a subordinação social ou a virtual desaparição dos descendentes de africanos;
- as sociedades constituem-se, essencial ou preponderantemente, como brancas e de cultura européia ou hispânica. Isto traz como consequência o embranquecimento, entendido como projeto nacional implementado em políticas de povoamento e imigração.

Essas premissas resultam no efeito mágico de “ocultamento” do racismo, da discriminação e do preconceito. Torna-se automático que as

desigualdades não sejam percebidas como relacionadas à raça, mas sim, e prontamente, a fatores sociais e econômicos. Esta situação torna complexo o estudo sobre as implicações teóricas, políticas e ideológicas no tratamento das relações raciais.

3.2 – Novos olhares para a participação social

Os resultados negativos das ações das elites dominantes sobre a população negra são, em geral, omitidos em nossa história oficial. O que se torna público e registrado, oficialmente, são as histórias dos heróis e os fatos a partir da ótica dos “vencedores”.

A ausência da população negra na vida pública brasileira resultou na condução histórica da não-colocação das relações raciais com o devido destaque nos processos organizativos dos movimentos sociais e na agenda política nacional. Lógica que passa a ser alterada, como podemos ver nos estudos de Eder Sader (1988) sobre os novos personagens da cena histórica brasileira a partir dos anos 1980:

“[...] na emergência de novos atores sociais, das novas configurações e identidades dos trabalhadores no cenário público, no que parece ao início de um outro período na história social de nosso país, nos deparamos com o nascimento de formas discursivas que tematizam de um modo novo os elementos que compõem as condições de existência desses setores sociais”.

Inicia-se nesta mesma década a ampliação do reconhecimento das dimensões de gênero e raça na vida pública e política. Explicitando-se as situações em que as/os principais agentes – mulheres e negros em geral, e as mulheres negras, em particular – assumiram um papel vigilante de pressionar pela visibilidade de sua existência e de sua participação política, enfatizando a existência do racismo, da construção da desigualdade entre as raças e desmascarando a tentativa social de negar os resultados das raízes históricas da escravidão. Mesmo considerando o descompasso de interesses, é notório o avanço das questões raciais na cena política. Por intermédio de sua persistência organizativa, ao longo da história, os setores democráticos e populares foram contagiados.

Pelas ações desempenhadas e o compromisso de luta firmado, merece destaque especial a organização de mulheres negras que, conscientes de seu papel na história, procuraram desmascarar situações de conflito e de exclusão associadas às desigualdades de gênero e raça. As fontes principais de diálogos no âmbito dos movimentos sociais foram os movimentos feminista⁸ e negro; muitas críticas foram feitas pelas mulheres negras quanto à invisibilidade de sua ação política.

No movimento negro partiu-se da generalização entre os sexos; assim sendo, as mulheres negras durante longos anos não recebiam, na mesma proporção que os homens negros, destaque como interlocutoras políticas. Estas sempre estiveram presentes no movimento, porém suas questões específicas foram secundarizadas.

Em 1988 as mulheres negras deram impulso para a construção de sua organização com fisionomia própria e caráter nacional, visando intensificar as reflexões e ações para o combate às opressões racial e de gênero, o que se expressou por intermédio da realização de três Encontros Nacionais de Mulheres Negras (ENMN – 1988, 1991 e 2000). Este processo foi reafirmado em outros espaços, reforçando o entrecruzamento entre gênero e raça: nos Encontros Nacionais Feministas, nos Encontros Nacionais de Entidades Negras⁹, nas mobilizações em razão do Centenário da Abolição da Escravatura¹⁰.

Em 1995, o movimento anti-racismo (com um forte protagonismo das mulheres negras) realizou importante atividade em âmbito nacional – a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, como um ato do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. Nessa ocasião, cerca de 30 mil manifestantes estiveram presentes em Brasília, numa postura de reafirmação do Programa para Superação do Racismo, que contém proposições para a superação do racismo e das desigualdades raciais no país. A partir daí inicia-se um novo ciclo de diálogos com a administração pública federal, resultando em diversas ações no campo da promoção da igualdade racial.

Sem dúvida esta situação alterou-se muito, sobretudo na última década. Com isso, as mulheres negras conquistaram maior visibilidade como sujeitos políticos, destacando-se duas expressões de organização: a Articulação de ONGs de Mulheres Negras e o Fórum Nacional de Mulheres Negras. Percebe-se que, no jogo de poder existente no movimento negro – assim como em todo

8. No movimento feminista as dificuldades de lidar com a diversidade existente entre as mulheres (por exemplo as diferenças raciais, étnicas, de condições sociais, de orientação sexual, de geração ou culturais) e mesmo de ter uma visão mais ampla dos processos organizativos vieram a reforçar a imagem da feminista como branca, de classe média, intelectualizada. Sendo assim, as questões raciais e étnicas são vistas como responsabilidade das mulheres negras. No Brasil, ao longo das últimas décadas, foram realizados 13 Encontros Nacionais Feministas (ENF). Têm ocorrido mudanças quanto às participantes destes eventos, que passam a ter interferência mais efetiva das mulheres dos movimentos sindical, popular e negro.

9. Ocorreram até o momento dois ENEM (Encontro Nacional de Entidades Negras): 1991 e 2001.

10. Em 1988, o Movimento Negro mobilizou-se em relação ao Centenário da Abolição, denunciou as reais condições de vida da população negra e trouxe a público suas reivindicações. Este foi um momento oportuno para o fortalecimento da organização das mulheres negras.

movimento social –, a participação das mulheres negras é “negociada” a partir de interesses próprios e coletivos, o que contribuiu para a quebra da lógica de que as lideranças são “naturalmente” masculinas. Isto altera, sem dúvida, a agenda pública nacional.

3.3 – Relações raciais nas Conferências Mundiais

As mulheres negras tiveram destacado papel no processo da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Beijing’95, quando foram colhidos os frutos dos trabalhos realizados nos anos precedentes (RIBEIRO, 1995). Esta intervenção possibilitou ampliar a discussão sobre relações raciais e étnicas em âmbito mundial. Segundo declaração de feministas brasileiras (CORRÊA, 1996), “se quiséssemos resumir a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em uma palavra, ela seria vitória; as mulheres organizadas no mundo todo driblaram as dificuldades colocadas pela censura do governo chinês, a ineficiência do secretariado e a omissão da ONU”. Além da plataforma de ação, a Conferência produziu a “Declaração de Beijing’95”, um documento que diagnostica e prevê medidas de alteração das condições de vida das mulheres, reafirmando compromissos em prol de seus direitos humanos.

O uso dos termos *raça* e *etnia* gerou longa e dura controvérsia, sobre a qual o Brasil e os Estados Unidos se manifestaram a favor da menção explícita de ambos para fins de dados estatísticos que pudessem gerar documentação sobre a injustiça social que se abate sobre a população discriminada pelo racismo. A delegação oficial brasileira teve um importante papel em impulsionar um esforço de *lobby* junto à União Européia e aos países africanos para a garantia da incorporação destes termos no documento da ONU. Esta vitória possibilitou acordos entre as mulheres de várias regiões, entre feministas brancas e negras, entre o movimento feminista e representações diplomáticas dos países. Constata-se que a IV Conferência demonstrou a possibilidade de diálogo e de solidariedade entre as mulheres que vivem diferentes situações sociais e raciais.

Depois de dez anos da realização desta Conferência, preparam-se os processos avaliativos e novas formas de monitoramento das políticas públicas voltadas para as mulheres, visando a construção de novos patamares de vida para elas.

Em 2001 realizou-se em Durban, África do Sul, a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, à Discriminação Racial, à Xenofobia e à Intolerância Correlatas¹¹, partindo do *slogan*: “Unidos para combater o racismo: Igualdade, Justiça e Dignidade”. Nessa ocasião o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, apresentou a seguinte formulação:

“Em todo o mundo, minorias étnicas continuam a ser desproporcionalmente pobres, afetadas pelo desemprego e menos escolarizadas do que os grupos dominantes. Estão sub-representadas nas estruturas políticas e super-representadas nas prisões. Têm menos acesso a serviços de saúde de qualidade e, consequentemente, menor expectativa de vida. Estas e outras formas de injustiça racial são a cruel realidade do nosso tempo, mas não precisam ser inevitáveis no nosso futuro”.

Essa proposição reforça a premissa de que governos e sociedades não podem se dar por satisfeitos com o simples combate às causas econômicas das múltiplas formas de desigualdade: é importante e necessário o desenvolvimento de políticas públicas e ações afirmativas para erradicar toda forma de discriminação e intolerância contra a população negra.

A III Conferência fortaleceu a construção de propostas de políticas públicas para a população negra formuladas há décadas pelo movimento negro. A importância dessa conferência pode ser compreendida a partir dos eventos preparatórios – encontros e seminários. Várias atividades que articularam o movimento negro em conjunto com o poder público ocorreram pelo país e foram fundamentais para o comprometimento dos governos municipais, estaduais e federal em relação ao racismo e à discriminação.

Os debates após a conferência contribuíram para o estabelecimento de uma relação mais objetiva entre escravidão e racismo, entre tráfico de negros e discriminação. Mais do que resultado do regime escravocrata, o racismo passou a ser encarado nas Américas como consequência da escravidão, o que figura como ponto de partida de todo mecanismo discriminatório. Historicamente, em nosso continente, a cor da pele dos negros determinou não apenas o lugar físico – a senzala – como também o lugar social a eles permitido.

Entre as conclusões e uma lista de intenções firmadas pelos países participantes dessa conferência está a proposição de que a escravidão deve ser considerada crime contra a humanidade e as nações devem se comprometer com a erradicação do racismo e estimular o desenvolvimento político, econômico e social da população negra, particularmente das mulheres. No documento oficial brasileiro está reconhecida a responsabilidade histórica pela escravidão e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos.

11. Cerca de 16 mil pessoas de 173 países participaram do debate político dessa conferência. Do Brasil, estiveram presentes 500 pessoas, entre representantes do governo, dos movimentos sociais (em especial o Movimento Negro e o de Mulheres Negras), de organizações não-governamentais, de partidos políticos e de sindicatos.

4. PASSO A PASSO CONCRETIZANDO MUDANÇAS

Por vários caminhos demonstrados anteriormente, é positivo o saldo de toda esta trajetória de busca de inserção das relações raciais na agenda pública do país. Podemos dizer que vivemos avanços, apesar das muitas marcas nefastas de um passado de escravidão e de um presente de profundas desigualdades. O futuro avizinha-se com perspectivas de continuidade de mudanças.

As formulações teóricas têm sido incontáveis no desvendamento da realidade a partir de proposições críticas a uma perspectiva de mitificação da democracia racial e da invisibilidade da população negra. Na atualidade aportam-se paradigmas que afirmam mudanças de enfoque em relação à participação social e à valorização da presença de setores excluídos historicamente: as mulheres, as mulheres negras e os negros.

No campo da participação social, como resultado da persistência dos movimentos feminista, negro e de mulheres negras, efetivamente torna-se possível um diálogo mais saudável e diversificado entre as forças políticas, conferindo um pouco mais de destaque a estes setores historicamente invisibilizados.

Na área de pesquisa, constata-se a existência de um novo fôlego no que diz respeito ao entrelaçamento entre as várias áreas de conhecimento e a diversidade da existência humana. Do ponto de vista das relações raciais, a constatação é simples: perguntar a cor não ofende! Muito pelo contrário, a informação sobre cor/raça é um componente extremamente necessário não só para o conhecimento da diversidade da população brasileira, mas também para a construção de bases de dados que possam orientar o desenvolvimento das políticas públicas.

Experiências como a da Fundação Perseu Abramo contribuem para a ampliação do conhecimento da realidade e impulsionam reflexões sobre as ações políticas, pois para a realização da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado” foram convocados diversos setores da sociedade, em especial o movimento de mulheres, para estruturar, analisar e debater os resultados obtidos.

No entanto fica evidente que é necessário avançar para o aprofundamento da questão racial como um diferencial para ampliar a compreensão da situação de vida das mulheres. Nessa mesma perspectiva, em 2003 a Fundação Perseu Abramo iniciou uma pesquisa específica sobre as relações raciais.

Um fator importante é o reconhecimento de que a ausência do quesito cor nas pesquisas é prejudicial para a compreensão da realidade brasileira. E que, comparativamente, a vida das mulheres brancas e negras é diferente, sendo necessário, portanto, identificar sempre suas necessidades e possibilidades.

A inclusão da dimensão racial em pesquisas, estudos e políticas públicas qualifica, cada vez mais, a agenda política nacional; não se pode pensar mudanças para uma nação que não se identifica pela sua principal característica: sua diversidade racial, social e cultural. Importante, ainda, é considerar que o entrelaçamento entre gênero, raça e classe social traduz dimensões da vida dos sujeitos, mulheres e homens; tais dimensões têm vida própria, mas também somando-se como explicitadoras das desigualdades e injustiças sociais.

Um exemplo recente na busca de impulsionamento de mudanças na ótica das políticas públicas foi a Conferência de Concertação – Gênero e Raça: um Diálogo Necessário no Trabalho e na Cultura, realizada em 21 e 22 de agosto pela Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em parceria com outros organismos do governo federal e demais instituições¹². Essa conferência reuniu representantes de diversos setores da vida pública brasileira: movimentos sociais, em especial os movimentos negro e feminista; organizações não-governamentais e governamentais, visando o aprofundamento de debates, indicando novas proposições para as políticas públicas, priorizando as necessidades das mulheres, das mulheres negras e da população negra e apontando a necessidade de acompanhamento delas.

É importante ressaltar que a firme e continuada presença do movimento feminista, negro e de mulheres negras no cenário político nacional e internacional foi determinante para os avanços apontados anteriormente. Com isto torna-se explícita a necessidade de parcerias efetivas entre os poderes públicos e a sociedade civil, tendo por base o planejamento, a execução e o monitoramento das políticas públicas.

As perspectivas de mudança quanto a maior visibilidade para as relações raciais e de gênero, apresentadas nas formulações teóricas, nos movimentos sociais, nas pesquisas e nas políticas públicas, são alentadoras. Contudo, é necessário aperfeiçoar os métodos das pesquisas (abrangendo as questões objetivas e subjetivas da vivência humana) e as formas de desenvolvimento dos projetos e programas, garantindo a potencialização das ações e a continuidade das experiências, inserindo mais e mais as relações raciais, como forma de fazer valer a tão almejada igualdade e justiça social em nosso país.

12. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Cultura e Ministério da Assistência Social.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, L. (2003). “Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro”. Brasília, mimeo. [Texto apresentado na Conferência de Concertação – Gênero e Raça: Um Diálogo Necessário no Trabalho e na Cultura – Salvador, 21 e 22 de agosto de 2003.]
- AZEREDO, S. (1991). “A questão racial na pesquisa”. In: AZEREDO, Sandra e STOLCKE, Verena (coords.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo, FCC [PRO-DIR].
- BARBIERI, M. T. (1996). “Certezas y malos entendidos sobre la categoría gênero”. In: GUZMÁN STEIN, Laura e OREAMUNO, Gilda P. (comps.). *Estudios básicos de derechos humanos IV*. San José, Instituto Interamericano de Derechos Humanos.
- BENTO, M. A. da S. (2000). “Raça e gênero no mercado de trabalho”. In: ROCHA, Isabel Baltar. *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo, Editora 34.
- BERQUÓ, E. (1991). “Como se casam negros e brancos no Brasil”. In: LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.
- CORRÊA, S. et alii. (1996). “Vitória sobre a incompetência”. *Boletim Viver Diferentemente – Beijing '95 – Número de Balanço*. Rio de Janeiro, Ibase.
- DECLARACÃO DURBAN (2001). *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, Durban.
- GIACOMINI, S. M. (1998). *Mulher e escrava*. Petrópolis, Vozes.
- GONZALES, L. (1980). *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, mimeo.
- HASENBALG, C. A. (1992). “Notas sobre relações raciais no Brasil e na América Latina”. In: HOLANDA, H. B. (org.). *Y nosotras latinoamericanas? Estudos sobre gênero e raça*. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina.
- IPEA (2002). *Desigualdades raciais no Brasil – um balanço da intervenção governamental*. Brasília.
- IZQUIERDO, M. J. (1994). “Uso e abuso del concepto de gênero”. In: VILANOVA, Mercedes (comp.). *Pensar las diferenças*. Barcelona, Universidad de Barcelona/ Instituto Catalan de la Dona.
- MARCHA A BRASÍLIA (1995). *Por uma política de combate ao racismo e à desigualdade social*. São Paulo, Coordenação Nacional de Entidades Negras.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1996). *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- RIBEIRO, M. (1995). “Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing”. *Revista de Estudos Feministas*, v. 3, n. 2. Rio de Janeiro.

- _____. (1998). “Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política”. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulher e política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- _____. (1999). *Gênero e raça no Orçamento Participativo em Santo André 1997-8*. São Paulo, PUC [dissertação de mestrado].
- _____. (2002). *O quesito cor como estratégias para as políticas públicas*. Central de Trabalho e Renda [www.central.org.br], jun.
- ROSEMBERG, F. (1997). *Educação, gênero e raça*. Gualajara, mimeo. [Trabalho apresentado no encontro da Latin American Studies Association, México.]
- SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SANTOS, N. (1983). *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro, Graal.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES (2003). *Relatório CEDAW/ONU-2003*. Brasília.
- SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (2003). *Conferência de Concertação – Gênero e Raça: um Diálogo Necessário no Trabalho e na Cultura*. Brasília, mimeo.
- SILVA, N. I. (1995). *Boletim CFEMEA*, n. 32. Brasília.
- SILVA, L. I. (2003). *Discurso de posse*. Brasília, 1º jan. 2003.
- SCOTT, J. (1995). “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, n. 2, Porto Alegre, jul/dez.

TRABALHO REMUNERADO E TRABALHO NÃO-REMUNERADO

BILA SORJ

Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autora de vários estudos na área de gênero e trabalho, entre os quais “O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil” (com Alice R. P. Abreu).

O trabalho remunerado e o trabalho não-remunerado, realizado comumente por mulheres na esfera privada, são duas dimensões do trabalho social que se encontram intimamente ligadas. Esta constatação é uma das principais contribuições dos estudos de gênero e dos estudos feministas ao entendimento das relações entre trabalho e família nas sociedades contemporâneas. De fato, até então prevalecia a noção de que a produção para o mercado e o trabalho doméstico seriam regidos por diferentes princípios, isto é, as regras do mercado se aplicariam à produção enquanto o trabalho doméstico seria, por assim dizer, um dote natural que as mulheres aportam ao casamento em troca do seu sustento. Por essa razão, o trabalho doméstico ficou por muito tempo invisível. Carente de um conceito que lhe conferisse existência social, só nas últimas décadas do século XX passou a ser problematizado e integrado aos estudos do trabalho.

As pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho são muito convincentes em mostrar que há, de fato, um estreito vínculo entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico, de tal forma que os indivíduos ou coletividades de trabalhadores não estão condicionados apenas por fatores de ordem econômica e tecnológica, fatores esses freqüentemente privilegiados nas explicações sociológicas¹. A ênfase na articulação entre a esfera da produção econômica (trabalho remunerado) e a esfera da reprodução (família) introduziu uma nova perspectiva de análise. Permitiu reconhecer que as obrigações domésticas impõem limites às opor-

1. Para um balanço recente do conceito de divisão sexual do trabalho em diferentes áreas disciplinares, ver HIRATA e KERGOAT (2003).

tunidades de trabalho oferecidas às mulheres no mercado de trabalho, cujas atividades se caracterizam por carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornadas em tempo parcial. Apontou também para os efeitos que os empregos de menor qualidade reservados às mulheres têm na manutenção de sua identidade doméstica. Bloqueadas nas suas carreiras profissionais e submetidas à pressão das normas sexuadas de emprego, muitas mulheres acabaram por priorizar investimentos pessoais na esfera privada.

As análises do estado atual da divisão sexual do trabalho na família dividem-se entre perspectivas mais e menos pessimistas quanto às possibilidades de a igualdade de gênero alcançar a esfera privada. Pode-se encontrar boas razões para apoiar ambos os prognósticos.

Nos países da União Europeia, por exemplo, a proporção de parceiros que, segundo suas esposas, não realizavam nenhuma atividade doméstica era de 65,4% em 1990 (*EUROBAROMÈTRE*, 1991). Este resultado difere ligeiramente daquele obtido por meio da auto-avaliação dos próprios parceiros, que apresentavam uma percepção um pouco mais generosa da sua contribuição ao trabalho doméstico: 61,6% declararam não realizar nenhuma tarefa doméstica. De qualquer forma, esses dados estão bastante distantes das imagens difundidas na mídia de que estaríamos diante da emergência de uma nova identidade masculina que valoriza o vínculo doméstico.

As versões menos pessimistas enfatizam que, apesar da considerável desigualdade no envolvimento de homens e mulheres nas tarefas domésticas, existem variações que merecem a atenção dos pesquisadores. Assim, no âmbito europeu, segundo a mesma pesquisa, se quase 80% das mulheres espanholas declararam que seus maridos não realizavam nenhum trabalho doméstico, isto só é verdade para 47,5% das dinamarquesas. Essa diferença pode refletir, ao menos em parte, a operação de distintos sistemas de valores quanto ao papel social de homens e mulheres em cada país.

Muitos autores concordam que a participação masculina nas rotinas domésticas vem aumentando. Entretanto, o ritmo da mudança é extremamente lento. Na França, por exemplo, entre 1986 e 1999, os homens aumentaram em apenas dez minutos o tempo consagrado às tarefas domésticas (HIRATA, 2002). As razões que explicam por que a esfera doméstica é uma das mais resistentes à igualdade de gênero devem ser mais pesquisadas. Podemos apenas especular que esta esfera, mais do que qualquer outra, realiza o valor cultural de que o principal compromisso das mulheres é com a família, ou talvez o que esteja em jogo, em uma versão da sociologia da ação racional, seja o fato de que os homens não têm nenhuma interesse em mudar sua posição na esfera doméstica pois, simplesmente, não teriam nada a ganhar.

No caso brasileiro, não se pode desconsiderar as importantes mudanças culturais e estruturais que estão ocorrendo e suas consequências sobre o modelo dicotômico que designa o homem como o principal provedor dos recursos para a família e a mulher como responsável pela esfera privada. Além da vontade das mulheres de conquistar novos espaços de autonomia e desenvolvimento pessoal e da emergência de um novo senso de justiça que valoriza a igualdade de gênero, transformações de caráter estrutural perturbam a tradicional divisão sexual do trabalho na família. O acelerado processo de urbanização, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, especialmente das mulheres casadas e mães, o rápido avanço da escolaridade feminina e a intensa queda da taxa de fecundidade ocorridos nas últimas décadas são alguns dos fatores responsáveis por mudanças nas representações e práticas familiares².

Neste trabalho pretendemos ir além da constatação de que no Brasil a divisão sexual do trabalho é claramente desfavorável às mulheres, o que seria chover no molhado. Procuraremos explorar se a participação diferenciada de mulheres no mercado de trabalho implica representações e práticas familiares distintas. Particularmente, examinaremos se à participação das mulheres em empregos de melhor qualidade corresponde uma maior participação dos homens no trabalho doméstico. Ou, ao contrário, se quando as mulheres se inserem em empregos precários sua posição na distribuição das tarefas domésticas é mais desvantajosa.

Tomaremos a inserção no setor formal ou no informal como indicadora de condições laborais de melhor ou pior qualidade, respectivamente. Nossa análise tem como base os resultados da pesquisa de opinião pública “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001.

Como sabemos, o setor formal agrupa empregos que pagam, em média, melhores salários e exigem níveis de escolaridade mais elevados, além de estarem protegidos por vários benefícios garantidos pela legislação trabalhista. Entre as mulheres que trabalhavam, 42% delas encontravam-se no setor formal, que reúne assalariadas com carteira assinada, funcionárias públicas e autônomas/conta-própria que contribuem com a Previdência. No setor informal encontravam-se 57% das mulheres, que trabalham como autônomas/conta-própria que não contribuem para a Previdência, assalariadas sem carteira assinada, trabalhadoras rurais/bóia-fria e em outras situações (ver Anexo, quadro 9). Tomemos apenas os rendimentos obtidos pelas mulheres nos dois setores de

2. Para um balanço atualizado da participação no mercado de trabalho por sexo, ver BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003.

atividade para ilustrar a diferença na qualidade das ocupações neles abrangidas. Enquanto 59% das mulheres do setor informal ganhavam até um salário mínimo, no setor formal apenas 17% encontravam-se neste patamar de rendimentos.

PERCEPÇÕES SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A percepção das mulheres sobre a divisão sexual das responsabilidades familiares aponta simultaneamente para a presença de valores igualitaristas e valores que admitem a divisão tradicional de papéis sexuais. Se pudessem escolher livremente, pouco mais da metade das mulheres optaria por ter uma profissão, trabalhar fora e dedicar-se menos às atividades domésticas e à família (55%), enquanto 38% prefeririam dedicar-se mais às atividades domésticas e à família, deixando a profissão e o trabalho fora de casa em segundo plano (ver Anexo, quadro 28). Este resultado mostra que um número expressivo de mulheres aspira desenvolver uma atividade profissional e, em função disto, reajustar a intensidade de sua participação na esfera doméstica. Quando comparamos o percentual de mulheres que priorizavam a participação no mercado de trabalho (55%) com a proporção de mulheres que efetivamente exerciam trabalho remunerado (41%) (ver Anexo, quadro 8), fica evidente que o mercado de trabalho brasileiro não atende às expectativas laborais femininas.

A percepção das mulheres sobre a divisão sexual do trabalho doméstico não segue um único padrão. Alguns itens pesquisados são mais consensuais, outros dividem as mulheres. Instadas a se posicionar (segundo uma escala de concordância) a respeito da seguinte afirmação: “Homens e mulheres deveriam dividir igualmente o trabalho doméstico”, a concordância³ é elevada, alcançando 87% das respostas ante 11% que discordam da afirmação e 1% que não se posicionou (ver Anexo, quadro 29). É precisamente esta resposta a que reúne maior consenso entre as entrevistadas. Pode-se afirmar, pois, que valores igualitaristas orientam a percepção das mulheres sobre a divisão das tarefas domésticas. Esta quase unanimidade entre as mulheres se repete apenas quando estão em pauta as atribuições com os cuidados de filhos pequenos, mas na direção inversa, que favorece o modelo tradicional de papéis sexuais.

Confrontadas com a afirmação: “Quando tem filhos pequenos, é melhor que o homem trabalhe fora e a mulher fique em casa”, 85% concordam, ante 13% que discordam, e 2% não sabem/não responderam (ver Anexo, quadro 29). A forte preferência das mulheres pelo tradicional modelo dicotômico de

3. Estou somando os dois extremos da variação: “concorda totalmente” e “concorda em parte” e “discorda totalmente” e “discorda em parte”.

papéis sexuais nesse momento específico do ciclo de vida familiar pode refletir tanto a força do valor cultural que associa a maternidade à maternagem como a presença de um julgamento realista que acomoda as expectativas igualitaristas às possibilidades reais de realizá-las. Pelo menos duas limitações se impõem ao projeto redistributivo a que as entrevistadas aspiram. A primeira diz respeito às desigualdades de renda entre homens e mulheres. As mulheres que participam do mercado de trabalho recebem, em média, uma renda inferior à dos homens. Quando as condições de vida das famílias não são significativamente melhoradas pela renda que as mulheres aportam, elas são e se sentem encorajadas a abrir mão do trabalho remunerado para se dedicar aos cuidados dos filhos. A segunda refere-se à limitada oferta pública de serviços destinados ao cuidado de crianças no país. De fato, a Pesquisa Nacional por Amostragem (PNAD), do IBGE, de 1999, aponta uma taxa de freqüência à creche/pré-escola das crianças de 0 a 3 anos irrisória, de cerca de 9,2%. Para a faixa de 4 a 6 anos, a freqüência à creche/pré-escola era de 52,1%, além de 8,1% que já se encontravam no ensino fundamental. Quando se considera a renda familiar das crianças atendidas, percebe-se uma pronunciada desigualdade social: se na classe de renda maior (acima de 5 salários mínimos *per capita*) 32,5% das crianças de 0 a 3 anos já freqüentavam creches, na de menor renda (menos de 0,5 salário mínimo) a cobertura não chegava a 6%. Das crianças de 4 a 6 anos de famílias de maior renda, cerca de 90% já freqüentam pré-escola ou ensino fundamental; para as de menor renda, este percentual é de apenas 50% (*apud* BARRETO, 2002). Assim, os cuidados com as crianças, particularmente aquelas de famílias mais pobres, permanecem um assunto privado das famílias.

Os dois estilos de julgamento, orientado por valores e orientado por cálculos racionais de custos e benefícios que interferem na preferência das mulheres pelo cuidado com os filhos, não são excludentes. Pelo contrário, estão conectados. Quando as mulheres acomodam o valor igualitarista que orienta sua concepção ideal da divisão do trabalho doméstico com as limitações impostas a sua concretização, elas o fazem tendo como referência um campo de possibilidades que torna certas escolhas socialmente mais aceitáveis do que outras. A escolha pela dedicação à maternagem leva em conta tanto um julgamento pragmático como um sistema de valores que se inscreve na longa tradição que legitima o vínculo entre maternidade e maternagem, como se uma implicasse, necessariamente, a outra. Não obstante, quando outros encargos domésticos são considerados, há maior clivagem entre as mulheres, sugerindo que a adesão ao modelo dicotômico de papéis sexuais não apresenta a mesma unanimidade.

As respostas às asserções “Os homens, mesmo que queiram, não sabem fazer o trabalho de casa”, “O cuidado com as pessoas doentes ou idosas que

ficam em casa deve ser da mulher” e “É principalmente o homem que deve sustentar a família” dividem as entrevistadas, embora a maior proporção concorde com essas afirmações (55%, 54% e 65%, respectivamente) (ver Anexo, quadro 29). Apesar de a maioria das entrevistadas valorizar as competências tradicionalmente atribuídas às mulheres, creio que seria muito apressado concluir, com os dados disponíveis, que quem concorda com estas frases submete-se à norma patriarcal. Talvez o que esteja em jogo aqui seja mais um sentimento de valorização pessoal que se expressa por meio da afirmação de competências próprias adquiridas na experiência doméstica do que uma simples aceitação de um discurso que naturaliza os papéis sexuais.

A REPARTIÇÃO DAS TAREFAS DOMÉSTICAS

O padrão de atribuir as responsabilidades domésticas e familiares aos indivíduos do sexo feminino constitui uma das principais convergências da experiência feminina independentemente de qualquer variação ou especificidade da situação familiar ou laboral das mulheres. Em 96% dos domicílios pesquisados, a principal responsável pelas tarefas domésticas era uma mulher (ver Anexo, quadro 30). Além disso, quando outra pessoa participava das responsabilidades pelo trabalho doméstico, em 49% dos casos tratava-se também de uma mulher. A distribuição desigual dos investimentos femininos entre o mercado e a família se sustenta no princípio cultural de que as prioridades femininas residem na esfera doméstica e as masculinas nas atividades profissionais. Este princípio faz que homens e mulheres entrem no mercado de trabalho em posições qualitativamente diferentes. Os homens estão em uma situação privilegiada porque o contrato de casamento os libera das responsabilidades domésticas. Seu contrato de trabalho, com as atividades e atribuições decorrentes, pressupõe um “contrato sexual” (PATEMAN, 1988) que inclui uma contraparte feminina, uma esposa que se ocupa das necessidades diárias do grupo familiar. Por sua vez, quando as mulheres entram no mercado não estão livres, da mesma maneira que os homens, para o trabalho contratado e o fazem a partir de uma posição inferiorizada pelo trabalho doméstico. Os empregadores, por sua vez, privilegiam os membros do grupo sexual considerado mais capacitado a cumprir com os compromissos laborais. Operando uma gestão diferenciada da força de trabalho em função do gênero, acabam contribuindo para reforçar o compromisso das mulheres com o espaço privado.

São os indicadores relativos às práticas cotidianas na família que permitem apreender a atribuição prioritária das mulheres ao trabalho doméstico e a fraca participação masculina. Permite também colocar em relevo a enorme distância existente entre o critério igualitarista que fundamenta a aspiração das

mulheres e a pronunciada desigualdade que caracteriza as práticas sociais no contexto doméstico.

Nada menos do que 67% das mulheres casadas ou com parceiros declararam que seus maridos não realizaram nenhum trabalho doméstico na semana anterior à entrevista. Para ir além de uma análise dicotômica (participa/não participa), vamos olhar mais de perto a natureza das tarefas assumidas pela minoria dos parceiros que realizou alguma atividade doméstica. As mulheres declararam que na semana anterior à entrevista seus parceiros gastaram, em média, 5,32 horas nos afazeres domésticos, enquanto elas comprometeram cerca de 48 horas. Vejamos em que atividades os cônjuges usam o pouco tempo que consagram ao trabalho doméstico (ver Anexo, quadro 32).

Na limpeza da casa, cozinhar, lavar e passar roupa e outros cuidados da casa os maridos dedicam, em média, menos que 2,5 horas por semana, enquanto as mulheres investem quase 28 horas. Com os cuidados com as crianças, os maridos gastam quase 3 horas, enquanto suas companheiras comprometem mais de 18 horas. Com os cuidados dos idosos, os maridos gastam menos que meia hora ante quase duas horas investidas pelas mulheres.

Esses dados permitem constatar até que ponto a participação dos homens no trabalho doméstico se limita a uma ajuda pontual dada às mulheres, que permanecem, assim, as responsáveis principais pela gestão da organização doméstica. É nos cuidados com os filhos que os homens gastam a maior parte do tempo que dedicam ao trabalho doméstico. Este resultado confirma pesquisa qualitativa (ABREU e SORJ, 1993) que encontrou um tipo de participação masculina na vida doméstica na qual a presença dos maridos é mais marcante em atividades que envolvem interação, como cuidar das crianças e ajudar nos trabalhos da escola, ou que representa uma mediação entre a família e o mundo público, como fazer compras para a casa ou levar as crianças ao médico. Seu envolvimento tende a diminuir, no entanto, na medida em que as atividades implicam trabalho manual, rotineiro e solitário. A participação masculina no domínio privado é, portanto, não só limitada, mas seletiva, e corresponde às tarefas socialmente mais valorizadas.

Em suma, a análise do trabalho familiar mostra que existe uma pronunciada defasagem entre o ideal igualitarista que as mulheres projetam sobre a divisão do trabalho doméstico – que, como vimos, predomina em 87% delas – e a realidade das práticas familiares francamente desiguais.

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO

Comecemos por examinar se é possível diferenciar as percepções de

mulheres casadas do setor formal e informal sobre a divisão sexual do trabalho doméstico. A primeira conclusão a que se chega é que há diferenças, mas elas são pequenas (Tabela 1). A segunda conclusão é que a proporção de mulheres do setor formal que aderem ao ideário igualitarista é superior à do setor informal, e isso se repete em cada um dos itens pesquisados.

Já na Tabela 2 temos uma resposta que se desvia deste padrão de atitudes mais igualitaristas apresentadas na Tabela 1. É a que diz respeito à pergunta “Se você pudesse escolher livremente, o que você escolheria: Ter uma profissão, trabalhar fora de casa e dedicar-se menos às atividades com a casa e a família *ou* Dedicar-se mais às atividades com a casa e a família, deixando a profissão e o trabalho fora de casa em segundo lugar?”. Surpreendentemente, as mulheres que estão no setor informal parecem valorizar mais a escolha de ter profissão (54%) do que as mulheres que estão no setor formal (47%). Seria mais plausível supor que as mulheres que se encontram em empregos de melhor qualidade valorizassem mais a dedicação ao trabalho em detrimento das atividades domésticas, já que elas são mais bem recompensadas pelo mercado. Se a inserção nos mercados de trabalho formal e informal não confirmou diretamente a nossa suposição, os dados sobre a distribuição desta preferência por níveis de escolaridade – que também é um forte indicador de perfis ocupacionais de qualidades diferentes – repõem o nosso argumento principal. A Tabela 2 mostra que, quanto maior a escolaridade das mulheres casadas, mais elas estão dispostas a ter uma profissão e dedicar-se menos à família, tanto para as que estão no setor formal como para as que estão no informal. Assim, daquelas que têm no máximo o primeiro grau, 40% e 49%, respectivamente, escolheriam ter uma profissão. Este percentual se eleva significativamente quando as mulheres têm o segundo grau. Neste caso, 58% das ocupadas no setor formal e 61% do informal preferem se dedicar mais à profissão.

Os dados sobre a divisão dos afazeres domésticos entre as mulheres e seus parceiros nos segmentos formal e informal do mercado de trabalho mostram que a inserção ocupacional das mulheres afeta a dedicação dos parceiros às tarefas domésticas (Tabela 3). Embora os homens contribuam muito pouco com o trabalho doméstico, os maridos de mulheres empregadas no setor formal despendem, em média, quase uma hora a mais por semana com tarefas domésticas que os das mulheres do setor informal⁴. Provavelmente, o que está em jogo aqui é que os maridos se dispõem a abrir mão de uma parcela do seu poder de omissão no espaço doméstico quando o retorno obtido com o trabalho

4. O dispêndio de horas de trabalho no domicílio pelos maridos independe do nível de instrução das esposas.

remunerado da mulher implica alcançar um melhor nível de vida e elevar o *status* social da família. É de supor também que as mulheres que trabalham em tempo integral, como acontece com freqüência entre aquelas que estão no setor formal, têm a sua capacidade de negociação com os maridos fortalecida.

As mulheres ocupadas no setor informal gastam mais horas com atividades domésticas do que as mulheres do setor formal, cerca de 42 e 32 horas, respectivamente. Este resultado é esperado, já que as primeiras têm horários de trabalho mais flexíveis e, em geral, cumprem jornadas de trabalho em tempo parcial, enquanto as do setor formal têm que cumprir uma jornada de trabalho estabelecida pelo empregador e regulada pela legislação trabalhista. Nesse sentido podemos inferir que o tempo de trabalho “livre” proporcionado por jornadas mais reduzidas é investido no trabalho doméstico.

Nessa primeira aproximação dos resultados da pesquisa de opinião pública em pauta parece ser plausível sustentar que o tipo de inserção ocupacional das mulheres e seu nível educacional têm impactos positivos sobre representações e práticas mais igualitárias da divisão sexual do trabalho. Embora os padrões de desigualdade entre homens e mulheres no trabalho doméstico sejam extremamente pronunciados, podemos sugerir que quanto melhor for a inserção feminina no mercado de trabalho e mais elevado o seu nível educacional, menos desvantajosa será sua posição na divisão do trabalho doméstico. Por sua vez, as mulheres que se inserem mais precariamente no mercado de trabalho estão em pior condição para negociar a repartição das tarefas domésticas com os parceiros.

Tabela 1

Percepções sobre a divisão do trabalho doméstico das entrevistadas que são casadas/moram com seus maridos

Percepções	Setor formal			Setor informal		
	Concorda	Discorda	Não sabe/não respondeu	Concorda	Discorda	Não sabe/não respondeu
Homens e mulheres deveriam dividir igualmente o trabalho doméstico	94%	3%	3%	88%	10%	1%
O cuidado com as pessoas doentes ou muito idosas que ficam em casa deve ser da mulher	41%	55%	4%	52%	39%	8%
É principalmente o homem que deve sustentar a família	52%	45%	3%	61%	34%	4%
Quando tem filhos pequenos, é melhor que o homem trabalhe fora e a mulher fique em casa	80%	19%	1%	86%	13%	1%
Os homens, mesmo que queiram, não sabem fazer o trabalho de casa	47%	49%	4%	53%	40%	6%

Obs.: Quando os totais não somam 100%, a diferença é atribuída aos que não responderam.

Fonte: “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, Fundação Perseu Abramo, 2001.

Tabela 2
Se você pudesse escolher livremente, o que escolheria:
(Estimulada e única, em %)

Pergunta	Setor formal					Setor informal						
	Nunca foi à escola	1 ^a a 8 ^a série	1 ^a a 4 ^a série	5 ^a a 8 ^a série	2 ^o grau	Superior ou +	Nunca foi à escola	1 ^a a 8 ^a série	1 ^a a 4 ^a série	5 ^a a 8 ^a série	2 ^o grau	Superior ou +
Ter uma profissão, trabalhar fora de casa e dedicar-se menos às atividades com a casa e a família	-	40%	37%	43%	58%	46%	57%	49%	48%	51%	61%	78%
Dedicar-se mais às atividades com a casa e a família, deixando a profissão e o trabalho fora de casa em segundo lugar	100%	55%	63%	49%	26%	38%	43%	48%	46%	49%	34%	-
Outras respostas	-	-	-	-	9%	8%	-	2%	3%	-	5%	12%
Não sabe/não consegue escolher	-	5%	-	8%	6%	8%	-	2%	3%	-	-	10%
Não respondeu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: "A mulher brasileira nos espaços público e privado", Fundação Perseu Abramo, 2001.

Tabela 3
Horas gastos com o trabalho doméstico entre casais por setor de atividade

Tarefas	Setor formal		Setor informal	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Serviços de limpeza da casa, cozinhar, lavar e passar roupa e outros cuidados da casa	18,01	4,16	24,76	2,90
Cuidados com os filhos e crianças	12,4	3,58	15,57	3,57
Acompanhamento de pessoas idosas ou doentes	1,52	0,05	1,84	0,48
Total de horas trabalhadas	31,67	7,79	42,17	6,95

Fonte: "A mulher brasileira nos espaços público e privado", Fundação Perseu Abramo, 2001.

Gráfico 1

Percentual do total de horas gasta com o trabalho doméstico entre casais por setor de atividade – Setor formal, por gênero

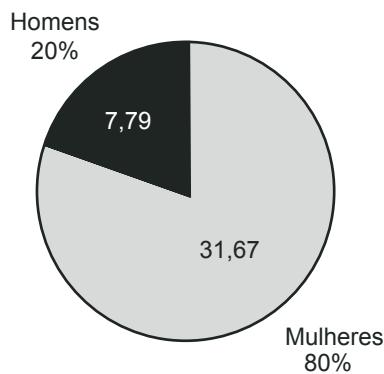
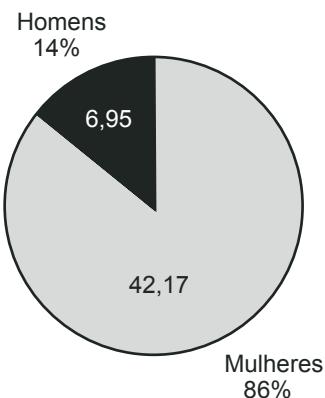


Gráfico 2

Percentual do total de horas gasta com o trabalho doméstico entre casais por setor de atividade – Setor informal, por gênero



De qualquer forma, o padrão mais geral não deixa dúvidas. Existem fortes desigualdades entre os sexos no mercado de trabalho e na esfera privada. Todavia, a expressiva aspiração das mulheres por uma divisão igualitária do trabalho doméstico é um ponto de partida auspicioso para impulsionar mudanças nas relações familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. R. P. e SORJ, B. (1993). “Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro”. In: ABREU, A. R. P. e SORJ, B. (orgs.). *O trabalho invisível. Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora.
- BARRETO, A. M. R. F. (2002). *A educação infantil no contexto das políticas públicas*. GT 7, 25^a. Reunião Anual da Anped, Caxambu.
- BRUSCHINI, C. e LOMBARDI, M. R. (2003). Capítulo Suplementar – “Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990”. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Senac.
- EUROBAROMÈTRE spécial 52 (1991). *Famille et emploi dans l'Europe des douze, Commission des Communautés Européennes*. Bruxelas, dez.
- HIRATA, H. (2002). “Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual?” In: BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM, S. G. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Editora 34.
- HIRATA, H. e KERGOAT, D. (2003). “A divisão sexual do trabalho revisitada”. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Senac.
- PATEMAN, C. (1988). *The Sexual Contract*. Cambridge, Polity Press.

URBANAS E RURAIS:

A VIDA QUE SE TEM, A VIDA QUE SE QUER

EMMA SILIPRANDI

Engenheira agrônoma, mestre em sociologia, integrante da Rede Economia e Feminismo (REF) e da Rede Interamericana Agricultural e Democracia (RIAD) e consultora da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

“Sem o corpo, a alma não goza”

Adélia Prado

Há muita discussão sobre o real significado das mudanças que vêm acontecendo nos espaços rurais do Brasil nos últimos 30 anos: “industrialização” da agricultura, pluriatividade dos moradores do mundo rural, crescente combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas, mudanças de perfil produtivo e econômico no campo, urbanização do campo etc. Muitas vezes, no entanto, nos deparamos com o pouco interesse dos pesquisadores em saber onde estão e que papel cumprem as mulheres nessas transformações.

A Fundação Perseu Abramo, em sua pesquisa sobre como vivem e o que pensam as brasileiras no início do século XXI, entrevistou 2.502 mulheres em 187 municípios de 24 estados, nas cinco regiões do país. Os resultados obtidos oferecem algumas pistas sobre diferenças entre as formas de refletir destas mulheres urbanas e rurais diante de temas polêmicos relacionados à sua participação no mundo atual, a seu universo cultural, bem como a questões relativas à sua posição nos universos público e privado.

Aceitando como pressuposto que a população brasileira está dividida em 84% urbanos e 16% rurais (segundo dados do Censo IBGE 2000), constituiu-se amostra de âmbito nacional, que levou em consideração também cotas de estratificação por idade e agrupamento de municípios, de acordo com o número de habitantes.

Há muitos questionamentos sobre a validade de realizar este corte (urbano/rural) com base nos números do IBGE. Como veremos mais adiante, há vertentes do pensamento acadêmico brasileiro que sustentam ser o país, hoje, menos urbano do que sugerem estes dados, e vice-versa, o que traz implicações importantes para as propostas de políticas de desenvolvimento e para metodologias de mobilização dos “atores” sociais.

No entanto, apesar das polêmicas, todos concordam que nem o rural nem o urbano continuam os mesmos de décadas passadas e aceitam que a principal mudança resulta das atividades desenvolvidas em cada caso. Há mais ocupação e gera-se maior renda com serviços e menos com a atividade agrícola, no meio rural. Entretanto, outras distinções continuam presentes, o que nos permite falar, ainda, em espaços social, econômica e culturalmente diferenciados para o rural e o urbano.

Neste artigo levanto algumas questões com base no que é revelado pela pesquisa, aceitando que os resultados ali obtidos constituem razoável aproximação do que pensam e de como vivem estas mulheres, situadas em contextos que se supõem tão diferentes. Entre o conjunto de informações oferecidas pela pesquisa, escolhi alguns itens que, evidenciando resultados distintos, permitem reflexão sobre as diferenças inerentes ao mundo público e privado destas mulheres. Trata-se, obviamente, de discussões abertas, diálogos inconclusos.

O tema principal que abordo neste artigo pode ser resumido na seguinte questão: como as mulheres que têm vivido as transformações que se operam nestes mundos pensam o seu futuro e as suas relações (familiares e de trabalho)?

QUAL URBANO? QUAL RURAL?

As preocupações da sociologia quanto ao urbano e o rural, em que pesem as antigas, se mantêm em aberto. José de Souza Martins (1981), retomando uma introdução crítica à sociologia rural, refere-se, no começo da década de 1980, a uma discussão que remonta às origens da própria sociologia como ciência. Questões como a crise de perspectivas (dada pelo êxodo campo/cidade e pela urbanização do meio rural), a discussão sobre quais fatores caracterizariam o sistema rural, a existência ou não de um *continuum* rural/urbano já estavam na origem dessa discussão.

Autores como Sorokin e Zimmerman (conforme MARTINS, 1981), já em 1929, apontavam cinco fatores como essenciais para a definição do rural: a ocupação agrícola da população, a relação com a natureza, a baixa densidade demográfica, a homogeneidade das sociedades rurais e sua baixa mobilidade na estrutura social. Criticando aquela perspectiva, Martins lembrava que, ao desconsiderarem a própria mobilidade espacial campo/cidade (e, por que não dizer,

cidade/campo?) como um dos elementos definidores da dinâmica de mudança social, tais análises mascaravam os verdadeiros processos de mudança.

Para Martins, o rural não se caracterizaria pela qualidade da ocupação (agricultura, extrativismo etc.), nem pela diferença ambiental (campo x cidade) e, portanto, não poderia ser visto apenas como um ambiente separado, “coisificado”, em cuja conformação não interviessem as relações sociais (da sociedade como um todo).

Por outro lado, ele sustenta: o rural não é uma ficção ou mistificação, mas sim o produto necessário de um modo de construir aquela específica realidade social, que foi histórica e concretamente formada. Não há rural sem a totalidade concreta que lhe dá sentido, e que é fruto da circulação dos produtos do trabalho humano.

Na verdade, desde seu início, a sociologia rural foi criada como uma sociologia do urbano sobre o rural, conformando uma forma de refletir sobre um mundo que deveria ser mudado à semelhança de um outro já existente. A sociologia rural seria, então, a expressão da hegemonia do urbano sobre o rural, da necessidade do urbano de transformar o rural.

Hoje em dia esta discussão reaparece, embora, de certa forma, com outra roupagem. Para os pesquisadores do Projeto Rurbano, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)¹, por exemplo, existe um “novo rural brasileiro”, em que se misturam cada vez mais não só as atividades econômicas como também os valores, os modos de vida. Silva (1997) afirma que hoje as cidades invadiram a tal ponto o espaço rural que as interações entre as diversas atividades e modos de ser se dão em um mundo “globalizado”, onde as fronteiras estão cada vez mais difíceis de ser definidas. A televisão e os avanços nos sistemas de transportes seriam os grandes veículos dessa “urbanização” do campo, ampliando impactos decorrentes de mudanças nos processos produtivos e, em especial, na agricultura. Do ponto de vista da organização da atividade econômica, nem as cidades podem (atualmente) ser identificadas apenas com as atividades industriais, nem os campos apenas com a agricultura e a pecuária. Nesse sentido, existiriam superposições de processos simultâneos: a industrialização da agricultura e o transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultante desta sinergia, estaria ocorrendo uma integração cada vez mais complexa da agricultura ao restante da economia.

1. O Projeto Rurbano surgiu na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) no final dos anos 1990, reunindo pesquisadores que, inicialmente, se propunham a analisar os dados das novas PNADs (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar) do IBGE, de 1992 e 1995. Um de seus objetivos centrais seria explorar a relevância e as possibilidades analíticas do corte rural/urbano. Mais informações podem ser obtidas em: <http://www.eco.unicamp.br/rurbano>.

Um processo inverso, ainda que em menor grau, também estaria acontecendo: a volta dos cidadãos ao campo, seja como usuários de serviços de turismo e lazer, seja como participantes diretos de atividades econômicas e produtivas (como empreendedores). Isto estaria, de certa forma, promovendo uma sorte de recuperação, ou de reintegração, de valores das sociedades tradicionais no conjunto da sociedade².

Esta visão é contestada, por exemplo, por José Eli da Veiga (2002), que entende ser exagerada a interpretação dos fenômenos de urbanização e industrialização dos espaços rurais no Brasil de hoje. Esta posição é sustentada com base no fato de que os dados censitários do IBGE partem de uma definição equivocada³ de “urbano”. Pelos cálculos de José Eli da Veiga, considerando o número de habitantes dos municípios, a densidade demográfica e as relações com as cidades próximas, teríamos, na verdade, pelo menos, cerca de 30% da população vivendo em zonas rurais, com tendência à manutenção deste percentual nas próximas décadas (e não diminuição)⁴.

Maria José Carneiro (1999), em um estudo sobre jovens urbanos e rurais em regiões com maior integração entre estes espaços (pelo desenvolvimento do turismo e pelo fato de os jovens saírem para estudar fora), mostra que esses jovens enfrentam uma “hibridização” entre as identidades culturais (resultante da combinação “tradicional” x “moderno”) que é dada também, concretamente, pelas chances de inserção na vida econômica a que têm acesso. Isto interfere na formulação de projetos e trajetórias individuais, sobre o que pretendem como ocupação produtiva, onde pretendem residir, como esperam constituir família etc.

Esta autora já alertava, em outro estudo (CARNEIRO, 2003), para a necessidade de relativizar os efeitos que um processo de integração poderia causar sobre o meio rural, destacando que as medidas modernizadoras sobre a agricultura não seriam uniformes⁵, assim como seus efeitos sobre a população

2. Uma das principais interpretações que os pesquisadores do Projeto Rurbano extraem desta análise é a constatação de que a dinâmica econômica do mundo rural não deve ser associada apenas às atividades agrícolas, mas também aos serviços e, especialmente, às atividades de turismo e lazer.

3. Para o IBGE, qualquer habitante de sede municipal é considerado “urbano”, independentemente das características daquele ambiente e das atividades desenvolvidas por aquele indivíduo. Vale lembrar que estes critérios variam enormemente de país para país, como vários autores reconhecem.

4. Ele reafirma, no entanto, que é fundamental levar em conta que esta população – ao contrário do que geralmente se imagina – não está ocupada necessariamente com atividades agrícolas. Para este autor, privilegiar o território como uma articulação de espaços rurais – e não as atividades setoriais – seria a forma mais adequada de implementar ações de desenvolvimento, inclusive por possibilitar a incorporação das questões ambientais, que, na sua visão, seriam a chave para a recuperação das atividades em áreas hoje deprimidas economicamente.

5. Segundo a autora, “é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo”.

local, ou mesmo a maneira como esta reagiria àquelas mudanças. Assim, não se poderia falar de uma ruralidade “em geral”, porque ela se expressaria de formas distintas, em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos.

Vale lembrar aqui que as noções de campo (rural) e cidade (urbano) estão presentes, desde há muito tempo, em nosso imaginário social, como mundos diferentes e contraditórios. Gislene Silva (2000), citando o crítico literário Raymond Williams, mostra como o rural já foi associado tanto a coisas boas (seria uma forma natural de vida – de paz, inocência, tradição, virtude, harmonia, abundância, bucolismo e berço da natureza) como a coisas ruins (lugar de atraso, ignorância, limitação e rotina). O mesmo ocorria com o universo urbano: seria o centro de realizações, do saber, das comunicações, da civilização, da luz e da instrução, mas também seria associado ao lugar do barulho, da “mundanidade”, do vício, do tumulto, da burocracia, da ambição, do crime e do conflito.

A autora mostra que o campo sempre foi, ao mesmo tempo, um local de tensões sociais: da desigualdade na posse da terra, da ausência de direitos civis, das relações de poder arcaicas, enquanto a cidade seria “o lugar das conquistas democráticas, do voto, da educação, dos sindicatos e do avanço de outras formas de organização social”.

Porém é preciso considerar que em países periféricos como o Brasil o campo tem sido historicamente um local de precariedade social, especialmente quanto à infra-estrutura e às oportunidades de trabalho. Não por acaso, é aí que se concentram os maiores índices de pobreza e carências sociais. Gislene Silva lembra que

“para a maioria dos brasileiros, o rural foi aprendido como o lugar das ausências. É onde faltava energia elétrica, água encanada, hospital, escola, estrada, transporte, telefone, televisão, cinema, poderes públicos. O lugar das desqualificações. Era apêndice do centro urbano, de quem dependia política, econômica, social e culturalmente”.

Daí decorrem ainda o fascínio pela cidade (vista como lócus do desenvolvimento) assim como o desprezo e o preconceito com que os cidadãos olham para o campo.

Assim, olhar para o rural e o urbano existentes no Brasil hoje, apesar das enormes diferenças regionais existentes, nos impõe outros tipos de cuidados: não os considerar exclusivamente carentes ou dinâmicos economicamente; não os relacionar apenas com o atraso ou com o progresso; não pressupor que sejam exclusivamente agrícolas ou exclusivamente industriais e de serviços; e sobretudo não os tomar como mundos estanques, sem comunicação ou interdependência.

As mulheres que vivem nestes dois mundos interagem entre si (e entre elas e os homens urbanos e rurais, evidentemente), influenciam-se mutuamente, num movimento permanente e dinâmico, que tem a ver com os seus meios de vida, o acesso a bens e serviços materiais e culturais, as possibilidades de organização social etc., em que têm peso fundamental os fenômenos migratórios, independentemente da direção. Portanto, pensar hoje em dia no urbano e no rural e nas mulheres que estão nestes dois mundos exige consideração a estas questões: trata-se de partes de um todo interligado, com relações econômicas, políticas, sociais e culturais permeadas por relações de poder. Ademais, estes mundos mantêm diferenças históricas, concretas, que também sofrem constantes modificações.

O fato de que mulheres jovens queiram sair do campo atualmente (ABRAMOVAY, 1997) pode ter tanto a ver com a falta de opção de trabalho como com a busca de uma vida pessoal mais livre, mais autônoma. Mas aquelas que optam por permanecer no campo também se encontram em meio a um complexo jogo de forças: motivações pessoais, pressão social e familiar, projetos de vida centrados na agricultura familiar, falta de melhores opções... Em todos os casos, vamos encontrar pessoas mais ou menos permeáveis às mudanças sociais, mais ou menos inovadoras em termos de visão pessoal e de organização social, mais ou menos dispostas a modificar a realidade em que vivem.

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Sustentação econômica

Uma primeira questão a ser analisada diz respeito às condições de sustentação econômica dessas mulheres. Aqui é relevante identificar se o acesso aos meios de sobrevivência (trabalho, propriedade, rendas etc.) é garantido a elas ou em que condições ele se dá. De uma forma geral, percebe-se que este será mais uma decorrência das relações de gênero que estruturam a sociedade, à medida que estas definem a divisão sexual do trabalho, o direito das mulheres a ser proprietárias, o acesso ao trabalho assalariado e à instrução, a expectativa dos papéis sociais relacionados com os gêneros etc.

No período da pesquisa da Fundação Perseu Abramo, 40% das mulheres, tanto urbanas como rurais, declararam estar exercendo algum tipo de trabalho remunerado; entretanto, para 20% das rurais, isto era eventual (12%, no caso das urbanas). As 60% restantes declararam não estar exercendo trabalho remunerado, sendo que, destas, 21% das rurais e 16% das urbanas afirmaram que nunca haviam trabalhado.

Sabemos que, no campo, principalmente na agricultura familiar, é comum as próprias mulheres não se identificarem como trabalhadoras, sobretudo se realizam apenas algumas tarefas consideradas secundárias com relação aos produtos

economicamente mais importantes para a conformação da renda familiar. Ainda que seu trabalho cotidiano inclua a elaboração de produtos que serão vendidos e gerarão receitas para a propriedade (sejam não-transformados, como ovos, pequenos animais, verduras etc.; sejam artesanais, como pães, doces, conservas), elas raramente irão considerar estas tarefas como trabalho remunerado.

Por outro lado, é também sabido que o trabalho assalariado das mulheres no campo é, em geral, sazonal, restrito a algumas etapas do ciclo produtivo, não se constituindo, na maioria dos casos, como uma opção de ocupação permanente (SILIPRANDI, NOBRE, QUINTELA e MENASCHE, 1998). Mesmo com a “urbanização” do meio rural, não há segurança quanto à existência de maiores oportunidades de empregos permanentes para as mulheres. De uma forma geral, as atividades econômicas continuam sob a tutela masculina.

Uma outra questão a ser considerada é o acesso dessas mulheres a rendas obtidas por meio de programas sociais (aposentadoria e outros). Há evidências de que o acesso a estas rendas melhora a posição das mulheres dentro das famílias e dentro das comunidades⁶.

No meio rural, um fator de garantia de sobrevivência é a propriedade e o acesso à terra, que também é precário para as mulheres. Diversos autores⁷, em estudos sobre vários países, já mostraram que tanto as regras de herança como o mercado de terras e as políticas de reforma agrária não são neutros quanto ao gênero, discriminando as mulheres. Assim, não é difícil entender por que as escolhas de vida pessoal e de trabalho no campo se mostram tão fortemente ligadas entre si. Cabe destacar, aqui, evidências de que a idéia da constituição de uma família tende a aparecer, para muitas mulheres rurais, como a única alternativa de permanência no campo, dentro de um projeto ao mesmo tempo econômico e de futuro pessoal.

Como se dá a relação entre o trabalho remunerado fora de casa e o trabalho doméstico? As urbanas trabalham, em média, mais horas em trabalhos remunerados que as rurais (34,6 horas por semana, ante 28,6).

As rurais, por outro lado, recebem remuneração menor: 57% ganham até 1 salário mínimo (37% das urbanas); apenas 5% das rurais afirmam receber mais de 5 salários mínimos (9% das urbanas).

Se pudessem escolher, 57% das mulheres urbanas gostariam de ter uma profissão e dedicar-se menos à casa (45% das rurais); mas 50% das rurais (e

6. Estudos sobre a aposentadoria e seus efeitos sobre a melhoria da posição das mulheres na agricultura familiar podem ser encontrados em: <http://www.deser.org.br>

7. Ver, em especial, os trabalhos de Deere e León (2002); assim como Carneiro (1999), Woortmann (1994). Sobre processos sucessórios na agricultura familiar e a exclusão das mulheres da herança, ver também Silvestro (2001).

36% das urbanas) declararam que prefeririam dedicar-se mais à casa que ao trabalho remunerado. Levando-se em consideração que, no mundo rural, hoje, o trabalho assalariado exercido fora da propriedade familiar muitas vezes está relacionado com uma situação de especial necessidade financeira, pode-se imaginar que as mulheres rurais (apesar de declararem, como veremos mais adiante, o desejo de ter uma profissão e ter mais acesso a outras ocupações) estejam aqui expressando o desejo de poder dedicar-se mais a atividades produtivas dentro da propriedade da família. Ao mesmo tempo, pode expressar que as mulheres rurais mantêm, mais que as urbanas, o ideal dos papéis feminino e masculino dentro da família (homem “provedor”, mulher “do lar”) – ideal que vem sendo crescentemente desmentido, ao longo do tempo, tanto pelas condições concretas de sustentação das famílias como pelas escolhas das pessoas.

Em média, as rurais declaram passar mais tempo por semana nos trabalhos ditos “reprodutivos”: cuidando dos afazeres domésticos (lavar, cozinhar, limpar a casa), 27,93 horas, ante 23,11 (urbanas); cuidando das crianças, 16,71 horas, ante 13,43 (urbanas); e cuidando de idosos e doentes, 2,13 horas, ante 1,72 (urbanas). Seus parceiros também ocupam mais tempo com esses trabalhos do que os homens urbanos (7,34 horas por semana, ante 5,13 horas, considerando as três categorias de trabalho); mesmo assim, a contribuição dos homens é significativamente menor do que a das mulheres nas tarefas reprodutivas. Seria interessante saber até que ponto as mulheres rurais declaram como trabalho doméstico aquele que realizam como parte das atividades da agricultura familiar (e que, portanto, poderiam ser considerados “produtivos”).

Precariedades que persistem no meio rural: saúde reprodutiva, educação, lazer, informação

Como decorrência do menor acesso aos serviços de saúde e aos meios de comunicação em geral, já era esperado que as mulheres rurais declarassem ter menos informações sobre métodos contraceptivos e de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS) do que as urbanas (o que foi confirmado pela pesquisa). Mesmo assim, a porcentagem de mulheres com vida sexual ativa que utilizam os métodos contraceptivos é semelhante: 59% usam e 41% não usam. O método mais utilizado, tanto pelas urbanas como pelas rurais, é a laqueadura (25% das rurais, 23% das urbanas), seguido da pílula (20% rurais, 21% urbanas). Entre as urbanas que usam métodos contraceptivos, 21% declaram que usam a camisinha masculina em todas as relações sexuais, o que já é um número pequeno, mas, entre as rurais, somente 14% dizem utilizar. Entre as rurais, 72% declararam não utilizar nenhum método para se proteger contra DST/AIDS (64% das urbanas). A maioria, tanto das rurais como das urbanas, alega como razões a fidelidade do

parceiro ou ainda o fato de que o parceiro não quer usar. Apenas 12% das rurais declararam já ter feito alguma vez o teste de HIV, contra 28% das urbanas. Estes resultados mostram uma realidade de desproteção brutal, em ambos os casos, mas mostram também que as rurais estão em situação ainda pior.

Cerca de 33% das mulheres que já tiveram relações sexuais, tanto urbanas como rurais, já tiveram alguma gravidez interrompida, sendo que 22% das urbanas declararam ter provocado o aborto, contra 6% das rurais. Entre as que provocaram abortos, chama a atenção o fato de que, em 49% dos casos, as rurais o fizeram com remédios caseiros (contra 21% das urbanas); 26% utilizaram remédios industrializados (tipo Citotec)⁸; 13% foram a parteiras e a mesma porcentagem teve acesso a clínicas. No caso das urbanas, 37% fizeram o aborto com remédios industrializados, 31% recorreram a clínicas e 13% a parteiras.

Em somente 25% dos casos, as rurais decidiram por si próprias sobre realizar o aborto; na maioria, houve a interferência dos companheiros e/ou da família. Em 25% dos casos, elas declararam que foi o próprio companheiro quem tomou a decisão. Esta situação é bem diferente entre as urbanas: 63% declararam ter tomado a decisão sozinhas, enquanto apenas 8% declararam que foi o companheiro. Entre as rurais, 75% declararam não ter recebido orientação ou acompanhamento médico; entre as urbanas, 65%. Uma vez que quase metade das mulheres rurais que fizeram aborto utilizou métodos caseiros e a grande maioria não teve nenhum tipo de acompanhamento médico, é de se imaginar que as seqüelas desses procedimentos sobre a saúde das mulheres sejam alarmantes. Estes números podem, na realidade, ser maiores, pois este é um assunto ainda difícil de ser abordado, pela ilegalidade do aborto no Brasil e pelas questões religiosas que envolve.

É sabido que as condições de educação, informação e lazer no meio rural também são precárias – ainda é mais difícil estudar, há mais mulheres rurais que nunca foram à escola do que urbanas (11% ante 6%), assim como mais mulheres rurais analfabetas (62% ante 58%). As mulheres rurais estudaram, em média, menos anos que as urbanas, e a saída da escola se deu em razão das distâncias e da necessidade de trabalhar mais cedo.

Entre as rurais, 22% afirmam nunca ter visto um computador de perto (ante 8% das urbanas); apenas 2% afirmam usá-lo com regularidade (ante 10%); e 53% delas afirmam não saber o que é a internet (26% das urbanas).

8. O Citotec é um medicamento utilizado originalmente para casos de úlcera estomacal, que quando colocado diretamente dentro do útero provoca contrações que levam ao aborto. Apesar de não ser recomendado como tal, é largamente utilizado em todo o país, pois é um remédio encontrado em qualquer farmácia, a custo relativamente baixo, se comparado com outros métodos. É um procedimento de alto risco, pois, quando o processo de expulsão do feto não é completo, pode ocasionar danos graves à saúde das mulheres.

O lazer no final de semana é principalmente dentro de casa para as rurais (com destaque para atividades como assistir TV, descansar, fazer trabalhos manuais e conversar com vizinhos), enquanto para as urbanas é exercido mais fora de casa, em atividades culturais e religiosas. Porcentagens altas das mulheres rurais nunca foram ao cinema (58%), ao teatro (87%), a shows de música (53%), ou a outros lugares de lazer e de acesso a cultura (como bibliotecas, clubes, bares, parques etc.), enquanto a situação é bem diferente para as moradoras dos centros urbanos.

Identidade feminina, o bom e o ruim em ser mulher

É interessante ver como essas questões relacionadas ao cotidiano e à luta pela sobrevivência voltam mais tarde, quando se pergunta para estas mulheres sobre o significado de ser mulher.

As mulheres urbanas estão mais convencidas que as rurais de que a vida melhorou para todas as mulheres nos últimos anos. Cerca de 66% delas pensam assim, ante 57% das rurais. Para 39% das urbanas, o acesso ao mercado de trabalho é o fator mais importante que provocou esta melhoria para a vida das mulheres, porque lhes proporciona mais liberdade pessoal, econômica e social; ao mesmo tempo, acham que é no mercado de trabalho que mais se localizam as injustiças e discriminações contra as mulheres (35% delas acham que é neste espaço, principalmente, que se manifesta o machismo); 33% das urbanas declaram que, para melhorar a condição da mulher, é preciso mais empregos e melhores salários, assim como mais oportunidades educacionais. No entanto, é interessante lembrar que, como foi apontado anteriormente, 36% das mulheres urbanas expressaram que, se pudessem escolher, gostariam de dedicar mais tempo ao lar (à família) do que ao trabalho remunerado.

As rurais se ressentem de trabalhos pesados, da dupla jornada, da falta de apoio ao trabalho doméstico; ao mesmo tempo, aspiram também a um maior acesso ao mercado de trabalho e aos estudos como uma forma de melhorar de vida. Provavelmente, as urbanas se beneficiem, de alguma forma, da existência de equipamentos sociais que resolvem parte das tarefas reprodutivas (ainda que mediante pagamento), como creches, escolas, restaurantes, que não estão presentes no meio rural.

Para as rurais, ser mulher está mais relacionado com o casamento e a maternidade, ao mesmo tempo vividos como uma responsabilidade e um destino, e, de certa forma, como um peso nas suas vidas. Relacionam tanto as coisas boas de ser mulher como as ruins com as questões da família. Declaram que, para elas, o machismo está localizado mais nas relações pessoais (no poder dos homens sobre a vida privada das mulheres, no autoritarismo das relações). Vale como exemplo o fato de que 16% das rurais declararam ter relações sexuais

apenas por obrigação (8% das urbanas), sendo que 4% declararam que isto é motivo de sofrimento para elas (3% das urbanas).

Também chama a atenção o fato de que, embora mais da metade das mulheres, tanto urbanas como rurais, relatem já ter sido vítimas de algum tipo de violência por parte dos homens, as rurais digam ter sofrido mais violência que as urbanas, em todas as categorias (tentativas de estupro/abuso sexual, tapas, empurrões, uso de armas, bate-bocas, insinuações, xingamentos etc.), com exceção apenas para os casos de assédio sexual.

A convivência com algum tipo de violência é, portanto, uma realidade mais dura para as mulheres rurais do que para as urbanas. Esses dados, por si sós, já serviriam para questionar as imagens do rural como espaço romântico, da pureza, do convívio harmonioso das pessoas entre si e com a natureza. Assim, para as rurais, para que a vida melhorasse, além do trabalho e do estudo já apontados acima, seria preciso mudar o relacionamento entre homens e mulheres, havendo necessidade de maior respeito de parte da sociedade e de mais compreensão e cooperação por parte dos maridos/companheiros. Caberia discutir, aqui, o papel dos programas de comunicação que incidem sobre a cultura vigente no espaço rural, em que medida abordam ou não estes temas, e se reforçam ou questionam esse autoritarismo masculino, ao qual as mulheres tanto se referem.

Para as urbanas, ser mulher é bom porque elas se orgulham das qualidades que seriam próprias das mulheres. Qualidades como compreensão, altruísmo, tolerância são, na sua visão, a contribuição das mulheres para fazer um mundo melhor. Assim, o que lhes confere uma identidade positiva, mais do que a referência ao casamento e à possibilidade de ter filhos, são os atributos das próprias mulheres.

Claramente, as rurais têm uma percepção pior do significado de ser mulher que as urbanas – vêem mais coisas ruins em ser mulher, pela noção de terem que assumir mais responsabilidades e gozar de menos direitos (embora vejam também coisas boas). Ao mesmo tempo, reconhecem-se como lutadoras, como pilares de sustentação dessa mesma família e da sociedade, às quais se sentem fortemente ligadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem urbanas nem rurais vivem em mundos idílicos, seja com relação às oportunidades de trabalho, aos meios concretos de subsistência, seja com relação aos bens simbólicos ou culturais (sentirem-se valorizadas, gozarem da igualdade, de poderem optar livremente pelo estilo de vida que desejem ter etc.).

As primeiras expressam esse descontentamento mais diretamente relacionado com os problemas de trabalho: menores salários, menores oportunidades

de emprego, menores chances de se qualificar etc.

As rurais, cujas escolhas de vida estão fortemente limitadas pela forma como as relações de gênero se expressam no campo (e pelas dificuldades de acesso a outros meios de vida), se ressentem mais das desigualdades nas relações familiares, marcadas por padrões patriarcais.

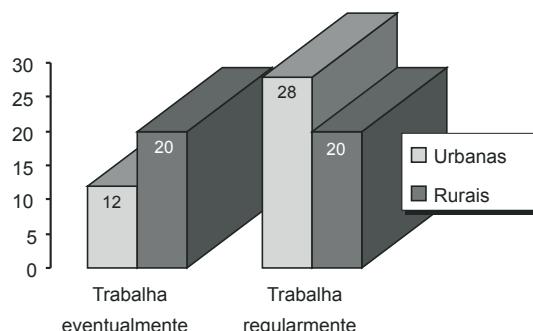
Talvez se possa afirmar que, apesar de todas as discriminações enfrentadas pelas mulheres nas cidades, elas ainda têm maiores vantagens que as rurais, no sentido de se sentirem mais livres, mais autônomas. Isto certamente tem a ver com a maior aceitação (da sociedade e da família), relativa a sua entrada no mercado de trabalho, bem como à crescente desvinculação entre as questões de família e de trabalho. Não por acaso, as opções que as jovens rurais estão buscando, hoje em dia, passam pela saída do campo, mesmo que para assumir trabalhos não-qualificados e com baixos salários nas cidades.

A educação é vista como uma possibilidade de melhoria nas condições de vida para ambas (urbanas e rurais), embora ainda se apresente como um sonho de difícil realização.

Estas mulheres apontam saídas políticas também diferenciadas; umas apostam mais no poder da política (eleitoral) para mudar as suas vidas (urbanas), enquanto outras acreditam que apenas apoiando os processos locais de organização (associações) poderão obter maiores conquistas, em termos de cidadania. Cabe destacar: todas apontam que, para as mulheres, é preciso garantir a conquista (e o exercício) de muitos outros direitos sociais (como o direito ao trabalho, à saúde e à educação), que hoje não são respeitados nem no campo, nem na cidade.

A pesquisa nos mostrou que, de fato, as condições de trabalho e vida, assim como as percepções sobre o futuro das mulheres, ainda guardam profundas diferenciações entre as urbanas e as rurais. Talvez isso signifique que a tal “dissolução” das fronteiras entre os dois mundos, referida pelos cientistas sociais citados, embora real, não seja suficiente para promover uma homogeneização do pensamento que estas mulheres têm sobre si mesmas e sobre o mundo em que vivem. Mas pode ser também que isto seja produto da lentidão das mudanças nas relações de gênero, que mantêm mulheres e homens permanentemente refazendo padrões de comportamento e de ação social. Cada vez mais se fazem necessários outros estudos que examinem a questão de gênero campo–cidade de forma mais detalhada, com ênfase para correlações que permitam discutir mais profundamente como as mudanças entre o urbano e o rural têm repercutido sobre a vida das mulheres.

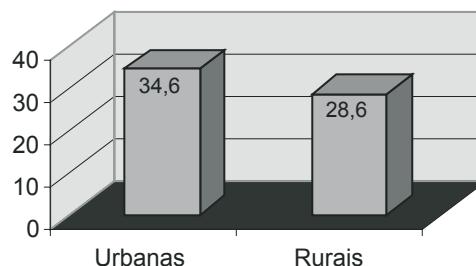
Gráfico 1
Trabalho remunerado



Fonte: NOP-FPA
Base: Total da amostra

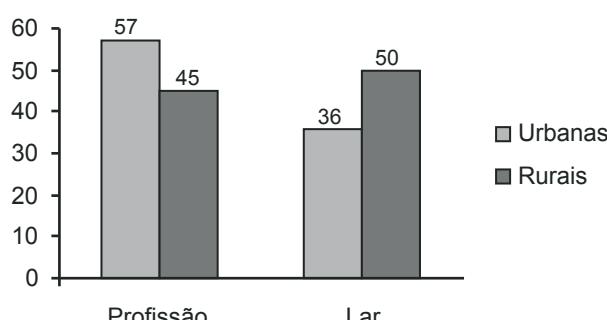
Gráfico 2
Horas gastas com trabalho remunerado

Trabalho remunerado (horas/semana)



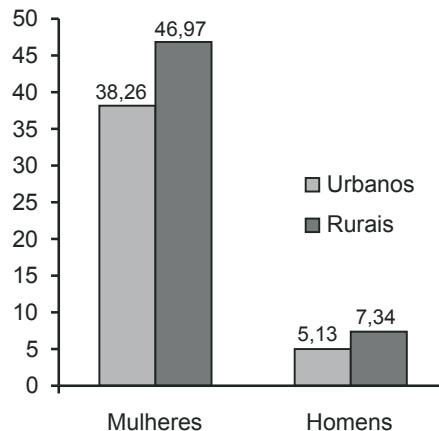
Fonte: NOP-FPA
Base: Entrevistadas que trabalham regular ou temporariamente

Gráfico 3
Escolha entre trabalho remunerado e dedicação ao lar



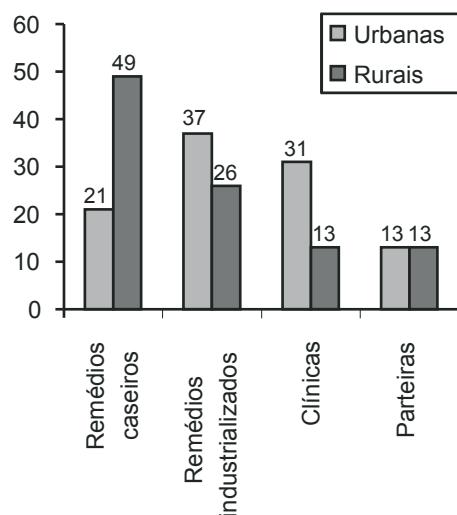
Fonte: NOP-FPA
Base: Total da amostra

Gráfico 4
Trabalho doméstico de mulheres e homens (horas/semana)



Fonte: NOP-FPA
Base: Total da amostra

Gráfico 5
Métodos mais comuns – aborto provocado



Fonte: NOP-FPA
Base: Entrevistadas que já tiveram aborto provocado

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo *et alli* (1997). *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Chapecó/Brasília, FAO/INCRA, EPAGRI, CPPP.
- CARNEIRO, Maria José (1999). “O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais”. In: SILVA, Teixeira da F.C.; SANTOS, R. e COSTA, L. F. C. (orgs.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Campus/ Pronex.
- _____. (2003). *Ruralidades: novas identidades em construção*. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos> (acesso em julho de 2003).
- MARTINS, José de Souza (1981). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec.
- SILIPRANDI, Emma; NOBRE, Miriam; QUINTELA, Sandra e MENASCHE, Renata (orgs.) (1998). *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo, SOF.
- SILVA, Gislene (2000). *O imaginário rural do leitor urbano – o sonho mítico da casa de campo*. São Paulo, PUC (tese de doutorado).
- SILVA, José Graziano da (1997). “O novo rural brasileiro”. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte. 7 (1):43-81 (mai.).
- SILVESTRO, Milton *et alii* (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis/Brasília, EPAGRI/NEAD-Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- VEIGA, José Eli da (2002). *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, Autores Associados.
- WOORTMANN, Ellen (1994). *Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo/Brasília, Hucitec/Editora da UnB

EM BUSCA DE KAIROS

MARTA PORTO

Jornalista, coordenadora do Núcleo de Políticas Culturais do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade e diretora corporativa de Responsabilidade Social do Grupo Takano.

“A gente não escapa totalmente da culpa, mas vai aprendendo com o tempo a administrá-la, a domar esse bicho que faz com que a gente se sinta sempre devendo para os outros, para o mundo. Tem o trabalho, tem os filhos, tem o marido, tem a casa... e eu, como fico? [...] Aí, um belo dia, a gente vai olhar a agenda e descobre que não tem tempo para nada que não seja trabalhar e cuidar dos outros. [...] A gente tem de se permitir ser mais feliz”

Eliana Martinez¹

“A salvação consiste em exorcizar a ameaça que a mulher representa para o triunfo da ordem dos homens”

Richard Wagner em *Parsifal*

As mulheres brasileiras, como mostra a extensa pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, são otimistas com sua condição feminina, com o futuro de sua vida pessoal e familiar, e afirmam estar satisfeitas com a sua aparência (75%), com sua vida sexual (79%) e o uso do seu tempo livre (75%) (ver Anexo, quadros 33 e 37). Dados surpreendentes diante de uma realidade nacional – diga-se de passagem, identificada e compreendida pelas brasileiras

1. Em CARREIRA *et alii* (2201).

pesquisadas – que parece chocar-se com a noção de otimismo e satisfação pessoal nos níveis apresentados pela pesquisa. Ou que de forma geral contradizem os depoimentos de várias lideranças femininas no Brasil, como o de Eliana Martinez citado na epígrafe deste texto.

Porém, os dados nos instigam a pensar aspectos da vida feminina, em especial a relação com o tempo livre, que a pesquisa propõe, mas não revela por completo, e que tentaremos abordar neste artigo buscando tecer um diálogo entre as questões culturais do país, a relação entre lazer e cultura e o universo feminino.

TEMPO LIVRE, LAZER E BEM-ESTAR: QUAL O FIEL DA BALANÇA?

Como nos apropriamos de nosso tempo livre? Qual a qualidade desse tempo? Qual a sensação de perda e até de exclusão que sentimos quando o tempo livre não é utilizado com a fruição de alguma atividade preestabelecida como lazer: o consumo de espetáculos, *shows*, filmes, restaurantes, baladas e bares dançantes?

Será que o lazer, tal como ele é proposto pela moderna indústria do entretenimento, não é mais uma das obrigações que a vida urbana impõe sem tréguas a homens e mulheres, burocratizando a idéia de diversão, suprimindo o descanso e “as formas ingênuas de distração coletiva?” (SANTOS, 2000a).

Em seu artigo “A ditadura do tempo abstrato”, Robert Kurz afirma que “tudo agora se transformou em trabalho, independente de sua validade econômica. A quase economização da alma, da personalidade e até mesmo da sexualidade não deixa espaço para o relaxamento e o descanso”.

Relaxamento e descanso tão necessários na vida moderna, em que a extenuante jornada de trabalho impõe aos trabalhadores e trabalhadoras, vinculados ou não ao mercado formal de trabalho, mais o cuidado com filhos, pais e maridos e as atividades domésticas esgotam as energias físicas, emocionais e mentais de mulheres de todas as classes econômicas.

Nesse mesmo artigo, Kurz analisa o dilema imposto às mulheres modernas, que, se antes tinham o espaço do lazer capitalista suprimido pelo contínuo cumprimento das tarefas domésticas, hoje vêem este espaço reduzido pela desigualdade na divisão das tarefas e nos necessários cuidados com a esfera pessoal do lar. Assim, o dualismo entre trabalho e lazer, tão marcante na vida masculina, nunca chegou a pertencer ao mundo das mulheres e atualmente passa a ser mais um objeto de angústia na medida em que se converteu em uma indústria do entretenimento voraz que, por meio de estímulos incessantes, institucionaliza as formas de diversão, visando o lucro, e com isto esvazia o sentido das antigas práticas de solidariedade, distração e descanso.

O lazer contemporâneo exige o consumo permanente dos bens e serviços da indústria globalizada de entretenimento, ocupando o tempo do descanso e da re-humanização do indivíduo com outras formas de obrigações contínuas. Por outro lado, parece cada vez mais distante a apropriação do tempo de forma prazerosa, alegre e divertida, reabastecendo homens e mulheres de uma carga produtiva cansativa e muitas vezes desinteressante. O espaço dedicado ao conforto pessoal, ao cuidado consigo própria, ao bem-estar individual ou familiar, independentemente das formas como são praticados, está encoberto por uma atmosfera de alienação e cansaço. Chama a atenção o percentual de mulheres que espontaneamente indicam deitar/dormir (4% nas citações de primeira opção e 12% nas citações de primeira, segunda e terceira escolhas) (ver Anexo, quadro 89) como alternativa para o tempo do não-trabalho nos finais de semana.

Parece então um desafio analisar os dados fornecidos pela pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, pela variedade de questões que suscita. Em seu tempo livre, segundo a pesquisa, as mulheres optam por descansar, assistir televisão, vídeos e novelas (16%), ouvir música (3%), conversar com amigos e parentes (2% e 8%) ou freqüentar cultos religiosos (12%), percentuais que aumentam significativamente quando as menções incluem os três primeiros lugares de preferência para cada item e não só a primeira opção². O lazer doméstico, ou aquele circunscrito a ambientes familiares e pessoais, ainda é a forma mais generalizada de utilização do tempo livre.

Ou seja, mudou a relação da mulher com o mercado de trabalho, com a função produtiva remunerada, mas não com as formas de ocupação do seu tempo livre. Ainda predominam práticas domésticas de lazer, a conversa com as amigas e vizinhas, os trabalhos manuais como costura, crochê e tricô, o cuidado com as plantas e jardins, atividades que o geógrafo Milton Santos, ao discorrer sobre as formas de lazer popular, transgressoras das formas organizadas do lazer industrial, qualifica como “provindas do exercício banal da existência, criadas na emoção e geradoras de solidariedade. Sua espontaneidade é, na base da sociedade, a garantia de sua permanência, criatividade e renovação” (SANTOS, 2000a).

Talvez seja o caso de perguntar se a manutenção de antigas formas de lazer é considerada pelas mulheres uma perda, uma ausência ou mais uma exclusão, ou se é exatamente neste espaço que as mulheres rejeitam o modelo produtivo imposto, a ditadura do tempo do trabalho ou livre, buscando recompor seu espaço íntimo e interno, seus vínculos de afeto, promotores, estes sim,

2. Inquiridas sobre suas três primeiras opções de lazer, nos finais de semana ou em dias de semana, as mulheres brasileiras chegam a apontar o lazer doméstico como representando 63% de sua preferência, sendo 31% (finais de semana) na amostra que induz a apenas uma opção.

de bem-estar e de nutrição. Ou ainda se o tempo livre converteu-se apenas no espaço da alienação e do abandono. Ou no da reafirmação de antigas formas de imposição social e cultural que limitam a liberdade, os desejos e as aspirações de grande parte das mulheres.

É na intricada e variada maneira de estabelecer a relação prazer-desprazer-tempo do não-trabalho que se revelam de forma mais sutil os espaços de criação e alienação, os preconceitos sociais e culturais, a fadiga, a diversidade de jogos, brincadeiras, ritos e crenças e a maneira de vivenciá-los.

O DESPRESTÍGIO DA VIDA DOMÉSTICA

A vida doméstica sempre foi socialmente desprestigiada, por ser o lugar da atuação feminina por excelência. Ocultar a importância da vida privada e da complexa teia de relações e atos que pertencem a este universo é ocultar a importância social e histórica das mulheres. Assim também são tratadas as atividades de diversão em âmbito doméstico, desprezadas pela sociedade de consumo como formas de lazer, já que descontextualizadas da lógica da espetacularização da vida, da histeria em atender aos padrões sociais e econômicos vigentes.

“Da mesma maneira que as mulheres foram ocultadas como parte da humanidade, foi ocultada também a vida privada como promotora da civilização. [...] A prolongada anulação do valor civilizatório da vida privada conseguiu o prodígio de fazer com que todos acreditassesem que o papel das mulheres na construção da civilização fora simplesmente a ausência” (OLIVEIRA, 2003).

Afirmar que as práticas femininas de fruir o tempo livre não são produtoras de lazer, ou de prazer, porque se circunscrevem ao espaço doméstico é assumir sem críticas a tese da ausência, da ocultação do privado e do descaso com as formas femininas de ocupação da vida, produtivas ou não.

No debate atual sobre lazer, vários autores, entre eles Graciela Ortega, da Universidade do México, sustentam que o tempo-espacó do lazer deve ser compreendido como espaço criativo, e não mercantilizado, “um tempo-espacó livre que contribui para acabar com a alienação das coletividades ou, pelo menos, reduzi-la” (ORTEGA, 2000). Daí a importância de se valorizar os microuniversos de identidades, lugares ricos de liberdade e de humanismo, diferenciados da “indústria cultural enganosamente cativadora e instigante” (Idem).

Nesse sentido, é necessário que se aprofunde a dimensão do lazer feminino, recuperando a importância social do espaço doméstico, não só para as mulheres, mas também para os homens, crianças e jovens, como espaço

rico de construção de sentidos, afetos e diversão. É também importante sublinhar que recuperar esta dimensão não significa ocultar o conservadorismo imposto por uma sociedade masculinizada em que “lugar de mulher é em casa”. Ou de escamotear o impacto na qualidade do tempo livre da sobrecarga de atividades que faz que 96% das mulheres trabalhadoras arquem sozinhas com a orientação e a execução dos afazeres domésticos (dados da pesquisa em análise – ver Anexo, quadro 30).

O OUTRO LADO: FADIGA E ALIENAÇÃO

Pesquisa realizada pelo Datafolha em 1998 mostra que a mãe é a personagem mais importante da família atual. Acumula as funções tradicionais (o cuidado com a casa e com os filhos) com as de ser uma das principais, se não a única, fontes de renda da família³, e ainda exerce uma autoridade vinculada à idéia de “reserva moral” da família.

A esta sobrecarga de papéis, que produz um forte impacto sobre o uso e a qualidade do tempo livre, somam-se fatores indiretos, como os reduzidos percentuais de instrução (um quarto não possui sequer o primário completo, 13% completaram somente o primário, 21% possuem o primeiro grau, 16% o ensino médio, 6% ingressaram no ensino superior, mas apenas 3% o concluíram), a convivência em espaços domésticos muitas vezes marcados por violência, gravidez precoce, problemas financeiros e desemprego, que influenciam o desestímulo a práticas de lazer fora de espaços íntimos ou conhecidos (casa de parentes e amigos).

É interessante notar que três quartos das mulheres entrevistadas estão satisfeitas com seu tempo livre e que isto não pode ser desconsiderado nas eventuais análises feitas sobre a relação dessas variáveis com as distintas formas geradoras de bem-estar que qualificam o tempo do não-trabalho e que não são consideradas convencionalmente como lazer.

Mas deve-se sublinhar que a sensação de “estar satisfeito” pode esconder uma certa alienação, pois como ambicionar vivenciar experiências que sempre nos foram negadas?

As opções apontadas como lazer pela maioria das mulheres, em especial aquelas que nem chegam a ser mencionadas como opções, reforçam indicadores nacionais de exclusão de bens e serviços de entretenimento a que poucos podem ter acesso e sentem-se estimulados a usufruir. Teatros, centros culturais,

3. Dados da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo, apontam que em 76% dos lares brasileiros as mulheres participam da composição da renda familiar, e 32% deles são providos principalmente pelas mulheres.

bibliotecas, exposições de arte e mostras de cinema são recursos distantes e muitas vezes inalcançáveis para a maioria esmagadora da população brasileira. Não são, portanto, considerados opções, pois residem em um universo inexplorado e “para poucos”. Há nisso evidentemente uma atmosfera de alienação cultural que não pode ser lida apenas como o desejo legítimo de mulheres e homens de fruírem do seu espaço íntimo por intermédio de atividades de lazer doméstico, ou de negação aos apelos da indústria cultural, mas de um espaço de ausência, uma não-opção (portanto uma alienação) imposta por um modelo educativo e político que não assume o aprendizado e o acesso à cultura como um de seus principais desafios. Assim, as alternativas culturais passam a não ser percebidas como alternativas possíveis, situação que Korsgaard (1983) expressa em poucas palavras:

“Cremos que um ser humano é livre quando não só dispõe de um conjunto de opções, mas também quando possui uma educação que lhe permite reconhecer essas opções como tais e um auto-respeito que faz que a sua eleição seja verdadeira. A ignorância, a falta de imaginação e a falta de auto-respeito não são só limitações externas da gama de opções; também podem mutilar a própria capacidade de eleição. Uma vontade livre pode ser um bem em si mesmo”.

Há de se analisar as diferenciadas formas de não-acesso produzidas por uma sociedade desigual, que transforma bens e serviços culturais em artigos de luxo, supérfluos e distanciados da maioria esmagadora da população. Aspectos que analisaremos nos próximos itens deste artigo.

SÓ TEM VALOR AQUILO A QUE ATRIBUÍMOS VALOR

A dimensão cultural da vida está relacionada a fatores que extrapolam, e muito, o uso do tempo livre, mas que produzem forte impacto sobre a qualidade da ocupação desse tempo. O espaço dedicado à vida da cultura relaciona-se à condição de reconhecimento de si mesmo como agente criativo (a memória, as raízes, a qualidade das trocas simbólicas e a perspectiva de construção do próprio futuro), à curiosidade com os fatos, objetos e obras que constituem o universo abstrato da cultura, à necessidade de conhecimento e formação permanente. A cultura então se insere num marco maior de dignificar a vida humana, torná-la cheia de significados e rica de conhecimentos.

O desafio da cultura no século XXI propõe que pensemos em outras conexões que coloquem na ordem do dia as complexas relações entre cultura e desenvolvimento econômico, entre globalização e expressões locais, entre fluxos informacionais e identidade, e especialmente entre os aspectos inovadores dos

movimentos civis e comunitários emergentes, como os da juventude das grandes periferias urbanas, e o impacto sobre a democracia e o fortalecimento da vida pública. Ou seja, significa repensar todo o papel desempenhado pela cultura no plano mais radical da vida política de um país ou de uma comunidade.

“Um acesso desigual aos meios de expressão cultural, novos ou tradicionais, implica não somente uma negação do reconhecimento cultural, mas algo que afeta seriamente o sentimento de pertencimento de indivíduos e comunidades à sociedade do conhecimento, ou a sua exclusão dela. A cultura possui laços múltiplos e complexos com o conhecimento. A transformação da informação em conhecimento é um ato cultural, como é o uso a que se destina todo conhecimento. Um mundo autenticamente rico em conhecimento há de ser um mundo culturalmente diverso” (MATSUURA, 2001).

O acesso à cultura – pensada não só como memória ou ato criativo espontâneo ou artístico, mas como conhecimento –, ou a necessidade de apropiar-se continuamente de suas variáveis e disponibilizar seus dados culturais à comunidade, é um ato consciente que exige inserção coletiva e política de todos os cidadãos. Assim, exige um ambiente comunitário e político favorável à inserção cultural do indivíduo e dos grupos.

Mulheres e homens que crescem em um ambiente árido, avesso à formação criativa, vazio de espaços de convívio e encontro ou de oportunidades de acesso a bens e serviços culturais, dificilmente verão incorporados em seu dia-a-dia hábitos relacionados à prática cultural ou desenvolverão um sentido de memória coletiva relacionada a sua própria história, pois, como afirma o intelectual colombiano Germán Rey (2002), “muito mais que outras manifestações da vida humana, a cultura desenha com uma força enorme e veraz nossos modos de viver e nossas cotidianas maneiras de sonhar”.

Assim, nascemos em uma dada cultura, com seus ritos e significados, nossas formas de sentir e de opinar, nossos desejos e sonhos, nossa inesgotável maneira de amar e festejar e nos comunicar. Mas nossa disposição de aprender e dialogar com universos diversos é fruto dos estímulos que recebemos do ambiente vivenciado na infância, na adolescência, na fase adulta da vida. Estímulos e incentivos proporcionados pela riqueza dos encontros culturais proporcionados ao longo da vida, da nossa facilidade e curiosidade de apreendê-los e transformá-los em dados importantes da experiência humana. A cultura, tal qual é pensada no século XXI, é a experiência que marca a vida humana em busca do conhecimento, do alto aprimoramento, do sentido de pertencimento e da capacidade de trocar simbolicamente.

O valor que damos à cultura, a nossa ou a aprendida, é aquele que aprendemos a dar.

CULTURA: UMA AGENDA ESQUECIDA NO BRASIL

Ao contrário de nossos países vizinhos⁴, onde o tema da cultura é cada vez mais central nos programas de governo e nas discussões sobre desenvolvimento, no Brasil a pauta da cultura continua a ser menosprezada ou compreendida apenas como solicitação de artistas e intelectuais, e nunca como agente potencializador de capital social, de humanização e de consolidação de um desenvolvimento com liberdade⁵, ou simplesmente como a política responsável por acentuar os aspectos universais, humanos e existenciais de uma educação que pode conduzir o indivíduo a realizar com desenvoltura os quatro pilares da educação propostos por Jacques Delors no relatório da Comissão Mundial de Educação da Unesco: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conhecer e aprender a ser.

Em 1995, uma das prioridades estratégicas definidas pelos grupos latino-americanos de organização para a Conferência de Beijing já incluía a “luta por igualdade cultural e respeito pela diversidade cultural na região e na sociedade” como uma causa importante na luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres. No entanto, no Brasil, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, responsável pela elaboração e coordenação do Plano Nacional de atendimento às recomendações da Conferência de Beijing, não incluiu como área prioritária de ação a política de cultura. Segue, na verdade, a tradição do debate político nacional, em que a cultura é um apêndice, ocupando o lugar dos artistas e das personalidades intelectuais, nunca do processo educativo consciente e crítico ou da extensão de direitos sociais.

Esta ausência política produz consequências óbvias na forma como os cidadãos brasileiros se relacionam com os aspectos culturais da vida e como escolhem suas atividades de lazer e entretenimento. A ausência de equipamentos culturais acessíveis⁶ ao conjunto da população, em especial a de baixa renda, a aridez dos currículos e das práticas escolares e dos espaços urbanos, estéreis de conteúdo cultural e de espaços de convivência, o alto preço cobrado pelas pro-

4. Sobre o programa de política cultural de países latino-americanos, indico a leitura do Plano Nacional de Cultura do México 2001-2006, *La cultura en tus manos*; a publicação organizada pelo Ministério da Cultura da Colômbia *Modos de ser, maneras de sonar – retos para una agenda de políticas públicas de las Américas en Cultura*; o Plano Nacional de Cultura 2001-2010 da Colômbia, *Hacia una ciudadanía democrática cultural*, e, mais recentemente, o Plano Nacional de Desenvolvimento Cultural do Chile 2003.

5. Sobre o conceito de “desenvolvimento com liberdade” e o papel da cultura neste processo, ler o livro de Amartya Sen, prêmio Nobel de economia, *Desenvolvimento com liberdade* (São Paulo, Cia. das Letras, 2001).

duções artísticas, a distância dos locais de moradia dos eventos gratuitos – todo este conjunto de ausências permeia o distanciamento da população brasileira, e no caso das mulheres não seria diferente, do universo cultural, o próprio (espaço de criação e de exploração, raízes e memória) e o aprendido.

A despeito de todos os esforços que os governos e a sociedade organizada vêm empreendendo nos últimos anos para recuperar a dimensão política da cultura no Brasil, esta continua como uma tarefa inacabada e imediata que pode colaborar decisivamente com um processo de desenvolvimento gerador de eqüidade e justiça social.

Uma noção de justiça que, como afirma o último *Informe mundial de cultura da Unesco* (MATSUURA, 2001, p. 34), não pode prescindir da noção de justiça cultural:

“A justiça, no sentido que propomos aqui, constitui um todo formado pela justiça cultural, os direitos cívicos e as oportunidades e conhecimentos necessários para participar plenamente na vida econômica, política e cultural da comunidade, seja como indivíduos ou como membros de um grupo. Estes são os elementos básicos de uma sociedade baseada na igualdade. Para que a igualdade, neste sentido, seja eficaz, há de incorporar-se no marco institucional de uma sociedade e de seus sistemas de governo, através dos quais os indivíduos e os grupos possam realizar tudo o que considerem de valor”.

Também deve ser preocupação das políticas de eqüidade voltadas para a mulher brasileira, destacando este como um espaço de intervenção necessário, de qualificação do papel de agente da mulher na sociedade. É bom lembrar que práticas culturais milenares – artesanato, culinária, ritos religiosos e populares, vestimenta e indumentária etc. – estão integradas à vida produtiva de centenas de milhares de mulheres, garantindo o seu sustento e a sua sociabilidade. Lutar por ver estas práticas reconhecidas por sua importância social e econômica é reconhecer o papel protagonista da mulher em todas essas dimensões esquecidas da vida do país.

Em todas essas dimensões, comprehende-se o universo cultural, muito além do tempo livre, mas determinante do uso desse tempo e especialmente da ampliação das escolhas que se produzem no cotidiano de milhões de mulheres.

UNIVERSO DESCONHECIDO, UNIVERSO ESQUECIDO

Ao serem questionadas sobre quais os fatores mais importantes na vida

6.Ver a pesquisa do IBGE “Síntese dos indicadores sociais 2001”.

de um cidadão, as mulheres brasileiras (na verdade a população brasileira de forma indiscriminada) nem sequer consideram a cultura um direito social ou um elemento potencializador de qualidade de vida.

Ampliam este desconhecimento ao indicar a baixa freqüência a diversas atividades relacionadas à cultura, ou ao fato de elas nunca terem sido objeto de preocupação e de ação. Um terço das brasileiras (31%) nunca foi ao cinema, pouco mais da metade (55%) já foi, mas não no último ano, e somente 15% foram ao cinema no último ano (a pesquisa foi realizada em outubro de 2001). A ida ao teatro é uma atividade ainda menos praticada: quase dois terços (64%) nunca foram ao teatro, 28% já foram alguma vez na vida e somente 8% foram no último ano. Debates públicos e conferências são eventos que 70% do público feminino jamais freqüentou, taxas próximas às observadas em relação a bibliotecas (64% nunca foram e 13% foram no último ano). Shows musicais já são mais freqüentados, um terço foi no último ano (31%), outros 35% já foram alguma vez na sua vida, mas não no último ano, e 34% nunca foram a um show musical. O circo foi citado por 14% das mulheres como atividade praticada no último ano, mas 22% nunca tiveram esta experiência.

Já atividades relacionadas ao apelo comercial do consumo e dos meios de comunicação, como passeio em *shoppings* e idas a casas noturnas, são práticas conhecidas de um número muito mais expressivo de brasileiras: um quarto das mulheres (24%) afirma ter ido a *shoppings* nos 30 dias anteriores à data da pesquisa e 21% foram a alguma casa noturna neste mesmo período (ver Anexo, quadro 90).

Ou seja, atividades que exigem um estímulo cultural provocado pelo desejo, pelas condições financeiras, pelo hábito ou até pela curiosidade estão distantes ou inexistem no conjunto de opções da maioria esmagadora das mulheres brasileiras. São dados que reforçam a proposta de abrir espaços de acesso cultural, mediante a aposta na formação educativa cultural e na ampliação de espaços comunitários de criação e fruição de cultura.

A BUSCA DE KAIROS

Em “Um inimigo à espreita”, capítulo do livro *A liderança feminina no século XXI*, a autora cita Stephen Covey, ao propor uma nova forma de utilizar o tempo:

“A administração tradicional do tempo lida com o *chrónos*, a palavra grega que significa o ‘tempo medido no relógio’. *Chrónos* é o tempo linear e em seqüência. Entretanto, existe uma outra maneira de abordar a vida: *kairos*. Aqui o tempo torna-se algo a ser vivido, algo ao qual se agrega valor. Quando perguntamos: ‘Você

passou bem seu dia?", não estamos nos referindo ao tempo linear daquele dia, mas à qualidade desse tempo. Ou seja, *kairos* é o tempo qualitativo" (p. 134).

Kairos é então a conquista do tempo, da liberdade de escolha, do reconhecimento dessas escolhas como possibilidades concretas, de vivenciá-las de forma prazerosa e consciente. *Kairos* é o tempo vivido em coisas que de fato valorizamos, prestigiamos. É o tempo da liberdade que exige alargamento de visão, até para que selezionemos o que está próximo, o rotineiro e o casual, não como uma imposição alienada ou violenta, mas como uma opção consciente.

Conquistar *kairos* é conquistar a própria vida em seu sentido existencial mais profundo, e isto não é um desafio apenas pessoal, ou de gênero, mas de uma sociedade inteira. No caso das mulheres, este desafio duplica-se na medida em que discriminações históricas e culturais reduziram o espaço de livre-arbítrio, de mobilidade e de crença nas próprias escolhas pessoais. Somados às atuais condições precárias de vida, o excesso de responsabilidades e a falta de atenção das políticas públicas e dos movimentos afirmativos com a agenda da cultura tornam esta conquista de qualificar o tempo uma *tour de force*. Em especial o tempo livre e a relação com o lazer.

Destaca-se também a necessidade de, ao atentar para a afirmação dessa agenda, abrir o campo de oportunidades das mulheres à fruição de bens e serviços culturais, de não o formalizar como espaço único ou prioritário das escolhas de lazer e de uso do tempo livre, desprestigiando com isto formas casuais de diversão e de descanso, circunscritas ao espaço doméstico. Desde que esta seja uma escolha consciente, ela continuará por séculos como alternativa legítima de milhões de indivíduos, homens e mulheres, em busca de formas redentoras de prazer, conforto e descanso, a uma vida que teima em menosprezar o íntimo, as formas casuais de comunhão e de solidariedade. Práticas cotidianas que Milton Santos (2000b) qualifica como o "mundo dos homens lentos que lhes permite fruir, gozar, ampliar a cultura territorializada, onde se dá a fusão entre tempo e lugar, como expressão da vida em comunhão e da emoção".

Esta talvez seja a grande distinção entre a cultura e o lazer: a cultura deve sempre respeitar as variadas maneiras de ser e de sonhar, tempo e lugar plenos de significados, o que exige construção coletiva, participação política, intervenção pública. O lazer pode se converter no uso consciente do tempo livre, qualificando-o para a existência, ou no uso do tempo manipulado rendido aos ditames da indústria que burocratiza o seu uso e com isso esvazia seu potencial libertador.

A expansão das oportunidades de lazer e cultura para o conjunto das mulheres brasileiras, desafio das agendas políticas do Estado e da sociedade, deve considerar a sutileza dessas diferenciações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIZPE, L. (2001). *As dimensões culturais da transformação global*. Brasília, Unesco.
- CARREIRA, D. et alii (2001). *A liderança feminina no século XXI*. São Pau-lo, Cortez.
- COVEY, S. (2001). “Um inimigo a espreita”. In: CARREIRA, D. *A liderança feminina no século XXI*. São Paulo, Cortez.
- DELORS, J. (1999). *Educação, um tesouro a descobrir*. 2 ed. Brasília, Unesco.
- KORSGAARD, C. M. (1983). “Commentary on G. A. Cohen and Amartya Sen”. In: NUSSBAUM, Martha e SEN, Amartya (eds.). *The Quality of Life*. Oxford, Clarendon.
- MATSUURA, KAICHIRO (2001). *Informe mundial de cultura da Unesco 2000-2001*. Paris, Unesco.
- OLIVEIRA, R. Darcy de (2003). *A reengenharia do tempo*. Rio de Janeiro, Rocco.
- ORTEGA, G. (2000). “Identidade cultural, território e lazer”. *Lazer*, São Paulo, Sesc-SP.
- SANTOS, M (2000a). “Lazer em uma sociedade globalizada”. *Lazer*, São Paulo, Sesc-SP.
- _____(2000b). “Lazer popular e geração de empregos”. *Lazer*, São Paulo, Sesc-SP.
- SEN, A. (2001). *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo, Cia. das Letras.
- REY, G. (2002). *Modos de ser, maneras de soñar*. Bogotá, Ministério da Cultura da Colômbia.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Síntese dos indicadores sociais 2001*. Rio de Janeiro, IBGE, 2001.
- Plano Nacional de Cultura 2001-2010 da Colombia: hacia una ciudadanía democrática cultural*. Bogotá, Ministério da Cultura, 2001.
- Plano Nacional de Cultura do Mexico 2001-2006, La cultura en tus manos*. Cidade do México, Plano Nacional de Desarollo, 2001.

DEMOCRACIA E POLÍTICA NO COTIDIANO DAS MULHERES BRASI- LEIRAS

TATAU GODINHO

Mestre em ciências sociais, coordenadora-geral da Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo. Integrou a Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores durante vários anos e foi membro da Executiva Nacional do PT.

A participação das mulheres brasileiras no mundo público é um dos aspectos mais marcantes das mudanças na sociedade brasileira na segunda metade do século XX. É comum entre os pesquisadores ressaltar as profundas modificações ocorridas com o processo de urbanização e industrialização, a formação do proletariado industrial e de uma classe média urbana assalariada, produzindo grandes mudanças na estrutura e nas formas de organização social (SANTOS, 1994). No entanto, em geral é dado pouco destaque à profunda alteração que significou a entrada maciça das mulheres no mundo público.

Não bastassem os dados do mercado de trabalho, já bastante conhecidos, os crescentes índices de escolaridade que começam a saltar aos olhos ao atingir níveis comparáveis, e mesmo ligeiramente superiores, às taxas de escolaridade masculina, ou a significativa redução nas taxas de fecundidade, a profunda mudança na presença e na participação das mulheres cobra um estudo mais detido de seus reflexos nos diversos âmbitos da sociedade brasileira. As áreas em que as mudanças não podem ser captadas facilmente por meio de aspectos quantitativos são as que, muitas vezes, permanecem inexploradas.

O que se destaca na originalidade e no mérito desta pesquisa da Fundação Perseu Abramo é abrir um veio, de maneira abrangente e em âmbito nacional, em áreas que buscam desvendar mudanças, percepções e tendências a partir dessa presença maciça das mulheres no mundo público, em um contraponto permanente com o mundo privado.

Ainda que a formalidade da cidadania política por meio do voto tenha sido conquistada pelas mulheres brasileiras em 1932, sua presença como sujeito

político coletivo, que reivindica autonomia individual e direitos iguais em vários âmbitos, que questiona a subordinação familiar e individual aos homens, só emergiu com o surgimento de um movimento de mulheres com caráter feminista a partir dos anos 1970, no bojo de um processo internacional de ressurgimento do movimento, marcado por mudanças na área do trabalho, na educação, no acesso à anticoncepção e por enormes mudanças culturais pressionadas por fortes movimentos sociais e culturais. Embora não tendo como objetivo central a análise ou a avaliação das repercussões do movimento, das reivindicações e dos debates do feminismo no cotidiano das mulheres brasileiras, em vários aspectos esta pesquisa possibilita entrever sua ressonância concreta no dia-a-dia das mulheres. No âmbito específico da vida política, destacam-se questões como a interpretação do que é política e democracia; a relação entre cidadania, direitos e a situação das mulheres, em geral, e a situação particular de cada uma; a reação e a opinião a respeito de temas recorrentes no debate nacional; a participação em atividades e entidades existentes na diversidade de formas de organização presentes na sociedade brasileira.

POLÍTICA E DEMOCRACIA NO COTIDIANO DAS MULHERES

É significativa a identificação da importância geral da política e a relação de sua influência na vida de cada uma. A uma indagação genérica sobre “o que pensa sobre política, se é uma coisa muito importante, mais ou menos importante ou nada importante”, quase 40% responderam que a consideram muito importante. Não é surpresa que os índices sejam gradativamente mais altos em função dos níveis de escolaridade e de renda familiar. É grande o intervalo entre 26% para as que nunca foram à escola e 73% entre aquelas que cursaram nível superior (ver Anexo, quadro 76). Há também uma valorização maior nas capitais do que no interior, e a importância é significativamente maior para aquelas que estão de alguma forma no mercado de trabalho, na população economicamente ativa, com bastante destaque para quem se encontra no mercado formal de trabalho. De acordo com a identificação de raça/etnia, as diferenças não são muito significativas, embora o pequeno número de mulheres que declararam uma ascendência racial exclusivamente negra tenha, em uma porcentagem razoavelmente mais alta, atribuído nenhuma importância à política.

No geral, estes são resultados bastante positivos, mas que precisam ser relativizados diante da identificação com o significado da política, que é o que lhes confere ou não importância. A valorização da política como importante é decorrente de uma relação com as decisões sobre os rumos do país, a resolução e o encaminhamento dos problemas, e o processo de escolha de dirigentes. Por outro lado, as pessoas que consideram a política pouco importante ou nada im-

portante focalizam a sua visão de política nos agentes da política: nos políticos aí identificados com a corrupção, com a falta de seriedade, com o mau uso do dinheiro público etc. (ver Anexo, quadro 78).

Pouco mais da metade das mulheres consideram que a política influencia de alguma forma suas vidas. Mas é bastante alta a taxa das que acham que a política não influencia suas vidas (42%) e das que lhe atribuem nenhuma importância (23%), percepções que, provavelmente, refletem um distanciamento da população brasileira em relação ao cotidiano da vida política no país, já que dado de pesquisa anterior, realizada pela Fundação Perseu Abramo em 1997, apresentava um reconhecimento maior das mulheres em relação à influência da política em suas vidas (ver Anexo, quadros 76 e 77). Contradicitoriamente, as mulheres declaram hoje ter maior influência na política (41%) do que o fizeram em 1989 (31%) (ver Anexo, quadro 77), ainda que sua participação em organizações de caráter político, sindical ou em movimentos organizados tenha se reduzido. Tal flutuação talvez possa ser em parte explicada por uma redução dos processos de mobilização social ocorrida em toda a sociedade brasileira na década de 1990, com a importante exceção do momento do *impeachment* de Collor. Os anos 1980 foram profundamente mobilizadores, com uma intensa atividade política que abarcava a intelectualidade, setores populares, um forte movimento popular urbano e sindical e o processo de reorganização político-partidária no país. Foi o período de retomada das eleições diretas, das primeiras eleições presidenciais após 1964, dos debates e mobilizações em torno da Assembléia Nacional Constituinte, forjando um clima em que as questões diretamente identificadas com a política pareciam envolver mais fortemente a população.

As décadas de 1970 e 1980 representaram um período também de crescimento maciço na participação política das mulheres. A presença em movimentos sociais ativos, respondendo às novas demandas surgidas em particular nas grandes concentrações urbanas, introduziu novas formas de sociabilidade e oportunidades para as mulheres fora do âmbito familiar. Nos movimentos populares urbanos a presença marcante das mulheres é significativamente maior do que no movimento sindical e nos espaços da política partidária e parlamentar. Mas mesmo nas entidades sindicais e partidárias, mais marcadamente masculinas, é grande o crescimento de sua participação. A partir do final dos anos 1980 também ganhou fôlego a presença das mulheres nos movimentos rurais.

Se a presença maciça é incontestável nos movimentos populares desde a década de 1970, também no âmbito sindical e da política partidária novos desafios vão se apresentando. Fortemente minoritárias nas direções, a década de 1990 presenciará as mulheres em disputa pela entrada nos espaços de direção política e sindical. Concebidas em um período de intensos processos de auto-

organização e organização das mulheres nos espaços mistos, as estratégias de entrada nas direções sustentadas por políticas de cota frutificam em um período em que os processos de organização e a participação mais estruturada perdem peso, alimentando fortes contradições entre o espaço formal aberto e o efetivo exercício do poder e da direção, para não mencionar a pressão conservadora sobre as reivindicações pela igualdade entre homens e mulheres. Os dados da pesquisa revelam que, após quase três décadas, o engajamento em entidades organizadas parece ter arrefecido (ver Anexo, quadro 83).

No bojo desse processo, a presença das mulheres nos espaços parlamentares e do Executivo se amplia, mas permanece ainda em percentuais extremamente reduzidos: dos mais de 5.600 municípios brasileiros, apenas 315 são governados por mulheres, representando menos de 6%; e apenas dois dos 27 estados. Nos Legislativos, os percentuais giram em torno dos 10%. Mesmo nas Câmaras Municipais as mulheres são apenas 11,6%; na Câmara Federal são 8%. O fato é que, seja nestes âmbitos ou nas várias organizações de caráter político, a presença das mulheres nos espaços de poder e direção continua tendo um caráter de exceção. Reflete-se assim na política a resistente divisão do trabalho social calcada nas relações sociais de sexo, no gênero, em que os homens se apoderam das “funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)” (KERGOAT, 2003).

Os dados da pesquisa em 2001 apontam que o contato com atividades relacionadas à política é bastante difuso e irregular. É alto o número que declara ler ou assistir ao noticiário sobre política, chegando a 65%. No entanto, a maior parte (48%) só o faz de vez em quando. A forma de interação mais presente é a conversa com outras pessoas sobre a questão, o que, ainda assim, para muito poucas é um hábito regular. É difícil apreender a real freqüência dos níveis de informação e troca de informações sobre a política no cotidiano das mulheres. No acompanhamento do noticiário e na participação em manifestações, houve uma redução da atividade política, se comparada à de 1989. Em outras questões mais gerais, que vão desde conversar com alguém sobre política ou participar de reuniões até tentar convencer a votar em algum candidato em período eleitoral, não há alterações significativas, observando-se uma pequena elevação em alguns itens (ver Anexo, quadro 83).

A democracia é identificada de forma positiva, relacionada prioritariamente com direitos e liberdade. No entanto, nos marcos históricos da sociedade brasileira, com passado recente de ditadura militar, chama a atenção que, a uma afirmação contrapondo democracia e ditadura, 25% ainda considerem que tanto faz “se o governo é uma democracia ou uma ditadura” e 13% que pode ser melhor uma ditadura (ver Anexo, quadro 80).

TRABALHO: PORTA DE ENTRADA PARA A CIDADANIA

O destaque para os direitos considerados mais importantes na sociedade brasileira é dado ao que podemos englobar como direitos sociais: direito ao trabalho (16%), à saúde (12%), à educação (9%). Na cidade de São Paulo, este último é superado pelo direito à moradia. Em destaque, mas com menos peso, também aparecem direitos individuais e liberdade, como ter seus direitos respeitados, o direito de sair de casa/de ir e vir, e o direito de voto e escolha de candidatos.

Um olhar em detalhe nos aponta várias menções à questão do trabalho, expressas como liberdade de trabalhar/poder trabalhar/poder trabalhar no que deseja/trabalho mais bem remunerado/melhor salário ou ainda salários iguais aos dos homens. O percentual chega a quase 20%, deixando ainda de lado questões específicas de direitos trabalhistas, como licença-maternidade, aposentadoria etc. Este resultado distancia significativamente a questão do trabalho dos outros direitos sociais. Não há dúvida de que isto reflete a situação geral da sociedade brasileira, em que o direito ao trabalho, ao emprego, acrescido de elementos importantes como a identificação de melhoria salarial, de melhores condições de trabalho, vem aparecendo em outros estudos como o principal problema a ser enfrentado. O que é interessante destacar é que, quando perguntadas sobre o que identificam como direitos mais importantes *especificamente para as mulheres*, aumenta ainda mais o destaque para o trabalho e para a liberdade de trabalhar/poder trabalhar/poder trabalhar no que desejar, que, mais uma vez agrupados a salários e direitos iguais no trabalho (de novo sem acrescentar as menções específicas a direitos trabalhistas), chegam a quase quatro vezes mais que as questões identificadas à saúde, e outras questões, como educação ou moradia, perdem ainda mais o destaque.

Um dos resultados mais interessantes da pesquisa foi uma avaliação positiva e bastante significativa das mudanças da situação das mulheres nos últimos anos, na qual a possibilidade de entrada no mercado de trabalho e a conquista da independência econômica aparecem em primeiro lugar. Em seguida, e também com grande destaque, aparecem as questões associadas à liberdade e à independência pessoal, de agir como se quer, de tomar as próprias decisões. Mas é preciso mencionar que, diante da disjuntiva do trabalho fora de casa e a dedicação à família e o trabalho doméstico, pouco mais de um terço das mulheres preferiria dedicar-se mais a estas atividades, deixando a profissão e o trabalho fora de casa em segundo plano.

Na identificação dos direitos, a percepção da desigualdade e do direito ao trabalho como uma conquista transparece na menção a outros aspectos específicos dos direitos das mulheres, como direitos iguais no trabalho, direitos

iguais entre homens e mulheres, igualdade entre os sexos, salários iguais aos dos homens, poder exercer os mesmos cargos e funções que os homens no mercado de trabalho.

No universo pesquisado, que são mulheres acima de 15 anos, não aparece grande discrepância observando-se as diversas faixas etárias. Curiosamente, as mulheres que nunca freqüentaram escola e as que têm nível superior ou mais apresentam índices mais baixos e iguais de valorização do direito ao trabalho no universo de direitos importantes para as mulheres, em relação àquelas com alguma escolaridade e até o nível médio. E, como era de esperar, quanto à renda familiar, são as mulheres que estão em níveis de renda familiar de até 2 salários mínimos ou entre 2 e 5 salários mínimos as que mais valorizam o direito ao trabalho como o mais importante.

LIBERDADE E AUTONOMIA A CONQUISTAR E MANTER

As últimas décadas do século XX testemunharam um intenso processo de questionamento da dependência feminina confrontada com a sistemática hegemonia masculina no mundo público. Em um processo inacabado e com enormes lacunas, é inegável o reconhecimento de que convivemos com padrões de desigualdade e dominação de gênero remodelados a partir de um novo reequilíbrio da desigualdade, assentado em uma parcial conquista das mulheres do direito de participar dos espaços públicos e na forte manutenção da divisão sexual do trabalho de forma quase inalterada no mundo privado (HIRATA, 2002).

A construção da autonomia das mulheres, questão indissociável da definição de sua cidadania, talvez possa ser vista refletida na freqüente menção a vários aspectos da liberdade e da igualdade no âmbito dos direitos apontados pelas entrevistadas. Para as mulheres, o destaque para a liberdade e a igualdade sugere com freqüência a relação com liberdades individuais no campo da vida pessoal e familiar. Ser respeitada e ter seus direitos respeitados é a expressão mais freqüente relacionada a direitos individuais. Também mencionada genericamente como um direito, a liberdade é associada à liberdade de poder trabalhar, de poder decidir, de escolher, de poder fazer o que quiser, de poder sair de casa, de sair/casar ou namorar quem quiser, ser independente, e ao direito de ir e vir para onde quiser.

E, ainda que a questão da liberdade também apareça na discussão sobre qual é o direito mais importante para o cidadão e a cidadã brasileiros, esta questão ganha maior ênfase quando a pergunta é dirigida especificamente ao direito das mulheres. Expressas em diferentes âmbitos, como visto acima, surpreende que não se detectem diferenças importantes entre faixas etárias ou níveis de escolaridade, exceto, como parece natural, entre as mulheres mais idosas, na faixa acima de 60 anos, em que estas questões aparecem com menor freqüência.

E, finalmente, em relação a direitos sociais ou individuais, predomina uma percepção crítica de que, fundamentalmente, tais direitos não são respeitados ou o são de forma apenas parcial, tanto para os homens como para as mulheres.

ENFRENTANDO POLÊMICAS

A discussão de algumas questões polêmicas presentes na sociedade brasileira demonstra um grau de diferenciação significativo entre as mulheres. Em alguns casos as diferenças regionais entre capitais e interior se destacam, em outros casos prevalecem diferenças relacionadas a idade, escolaridade ou níveis de renda.

Perguntadas sobre sua concordância pessoal com a questão da legalização da união entre pessoas do mesmo sexo, um quarto das mulheres brasileiras (25%) expressa concordância com a legalização (ver Anexo, quadro 86). Por um lado, este percentual razoavelmente pequeno deve ser visto em um contexto de uma pergunta bastante definida: não se trata apenas de concordar que haja uma relação entre pessoas do mesmo sexo ou de reconhecer a existência de tais relações, mas de uma concordância ativa sobre a legalização de tais relações. Para além do índice reduzido, o que mais preocupa é a negação do debate, da discussão sobre as diversas questões.

De maneira genérica, sem precisar qualquer tema ou assunto, há uma recusa ao direito de se questionar idéias que não sejam já majoritárias: 48% das entrevistadas admitem que as pessoas que pensam diferente da maioria possam ter suas idéias, desde que não tentem convencer os demais; e 14% argumentam mesmo contra este direito, apontando que devem deixar de lado suas idéias e obedecer à maioria. Apenas um terço aceita a divergência como parte de um direito legítimo de tentar convencer do outro (ver Anexo, quadro 85). Estes índices sobem ainda mais quando a pergunta é apresentada com uma questão concreta. Em relação à legalização da união entre pessoas do mesmo sexo, 59% declararam que as pessoas que assim pensam (não necessariamente as que são homossexuais) não devem tentar convencer outras de suas idéias.

Ao se analisar a concordância pessoal com a questão, fica evidente que as diferenças regionais são bastante significativas, com os índices de concordância nas capitais bastante maiores que no interior. Chamam a atenção diferenças entre as capitais, em São Paulo chegando a 39% e, curiosamente, em Recife com um índice extremamente baixo, abaixo da média nacional, com apenas 21% de concordância. As regiões do interior permanecem basicamente na faixa dos 20%, sendo que o interior da região Sul do país apresenta a taxa mais baixa, com concordância de apenas 17%.

Também é bastante relevante a diferença de opinião entre faixas etárias e níveis de escolaridade e renda. Como era de esperar, as mulheres mais jovens

estão mais abertas a uma nova forma de relacionamento e a taxa de concordância é decrescente, em sentido inverso da idade, atingindo 36% na faixa entre 15 e 24 anos, e caindo para apenas 11% na faixa acima de 45 anos. Da mesma forma, em relação à escolaridade, encontramos um processo quase linear de crescimento: quanto mais baixa a escolaridade, menor a taxa de concordância, ficando em apenas 13% para as mulheres que têm escolaridade até a 4^a série do ensino fundamental e pulando para 43% quando a escolaridade é de nível superior. As diferenças de renda seguem o mesmo padrão, embora sejam menos significativas que a escolaridade ou a idade. Entre as mulheres cuja renda familiar é de até 2 salários mínimos, a concordância com a legalização da união entre pessoas do mesmo sexo é de apenas 18%, índice que chega a 43% para aquelas cuja renda familiar está acima de 10 salários mínimos.

Sobre a questão do aborto, as variações são ligeiramente diferentes, ainda que, mais uma vez, uma posição mais aberta, favorável à descriminalização, encontre melhor ambiente nas capitais, mas com índices que dificilmente chegam a 30%. A média nacional que responde positivamente, concordando que o aborto deixe de ser crime, é de 18% (ver Anexo, quadro 86). Estes números são contraditórios com a declaração de metade das mulheres (48%) dizendo concordar que a mulher deveria ter o direito de decidir se continua uma gravidez ou faz um aborto e, mais ainda, com os 61% que total ou parcialmente avaliam que a decisão deve ser da mulher ou do casal, e não da lei (ver Anexo, quadro 57). Em uma questão em que há muito pouco espaço para debate e as posições dogmáticas contrárias ganham suporte de crença religiosa, permanecemos diante da incógnita sobre a coerência entre a concordância explícita com a interrupção voluntária da gravidez e número real de abortos provocados no país.

Aqui parece que, ao se expressar como opinião política a ser defendida, a posição contrária é mais forte; e perde significativamente esta força quando colocada diante do enfrentamento cotidiano do problema. Para a pergunta se a entrevistada concordava ou discordava que o aborto deixasse de ser crime, os índices de concordância no interior são bastante mais baixos do que os índices das capitais. Mas mesmo entre as capitais as diferenças são grandes, com índices claramente mais altos entre as capitais do Sudeste e do Sul do país e significativamente menores no Norte e no Centro-Oeste (em Belém a concordância é de 18% e nas outras capitais do Nordeste e do Centro-Oeste, de apenas 12%).

As diferenças são mais significativas em função dos índices de escolaridade e renda. Embora também haja uma diferença entre faixas etárias, desta vez não são as mulheres mais jovens as mais favoráveis, mas sim a faixa entre 25 e 34 anos, na qual a concordância que o aborto deixe de ser crime é de 22%

das mulheres, ficando apenas em 19% entre as mais jovens e caindo para 13% entre as mulheres acima de 45 anos. Não há uma grande oscilação nas diversas faixas etárias para as mulheres entre 15 e 44 anos, em idade reprodutiva, mas é possível imaginar que a concordância ligeiramente maior para as mulheres entre 25 e 34 anos corresponda ao período de sua vida em que a decisão sobre a gravidez indesejada é mais presente. As diferenças se destacam quando analisamos escolaridade e renda familiar. Tanto em relação à escolaridade como à renda, a diferença entre níveis mais baixos e mais altos praticamente dobra. Entre as mulheres que cursaram apenas até a 4^a série do ensino fundamental a taxa de concordância é de apenas 14%, atingindo 30% para aquelas com curso superior ou mais. Da mesma maneira, nas faixas até 2 salários mínimos a concordância é de 16%, e acima de 10 salários mínimos é de 31%, o que são índices ainda baixos de concordância explícita, considerando-se que são as mulheres de maior escolaridade e com maior nível de renda.

Como já era de esperar, a declaração de religião tem uma relação bastante definida com a opinião sobre o aborto. As católicas que se declaram praticantes apresentam um posicionamento contrário ao aborto (80%) mais alto que a média nacional. Curiosamente, as que se declaram católicas, mas não praticantes, apresentam um índice de aceitação um pouco acima da média. Entre as formas de religião declaradas, o posicionamento mais favorável se encontra entre as espíritas kardecistas (33%) e as que se declaram seguidoras da umbanda e do candomblé (42%). Também na questão da união civil entre pessoas do mesmo sexo permanece um mesmo padrão semelhante quanto à religião. São as mulheres espíritas kardecistas e as seguidoras do candomblé e da umbanda as que apresentam maiores índices de concordância, respectivamente 52% e 43%. Aqui são as evangélicas as que mais se opõem.

IGUALDADE: AINDA UM DESAFIO

Em diversos momentos da pesquisa é possível destacar uma expressão positiva, de auto-afirmação das mulheres. Mas, ao mesmo tempo, é curioso perceber o quanto papéis e referências tradicionais de gênero reaparecem denunciando a força de relações sociais desiguais impregnadas em nossa sociedade. Seja no peso da violência de gênero, na desigualdade quanto à liberdade, no excesso de responsabilidade com o trabalho doméstico e a vida familiar, nas desigualdades no âmbito do trabalho ou em vários outros momentos, aparece a tensão que marca as relações sociais ainda profundamente desiguais entre os sexos. O quanto estas relações ainda permanecem impregnadas em uma parcela importante das mulheres demonstra a força das estruturas de dominação de gênero.

Ainda no debate das polêmicas, foi elaborada uma questão sobre a pretensa superioridade masculina sobre as mulheres. Diante de uma afirmação de que “os homens são, no geral, superiores às mulheres”, ainda encontramos um índice de concordância que chega a um quinto das mulheres brasileiras: 19% das entrevistadas expressaram concordância com tal afirmação (ver Anexo, quadro 86). Analisando as características, destaca-se uma diferença não tanto entre capitais e interior, mas principalmente entre as regiões do país. Em São Paulo o número chega a significativos 15%, quando no conjunto das outras capitais do Sul e do Sudeste é de 11%. No Norte-Nordeste os índices são bem mais acentuados. Recife se destaca de maneira extremamente negativa, com a concordância com tal afirmação atingindo 33%; em Belém do Pará, o índice é de 24%. A diferença de idade não é tão relevante, mas chama a atenção de forma preocupante que, nas faixas abaixo de 60 anos, é ligeiramente maior entre as mulheres jovens, que nesta questão se aproximam das maiores de 60 anos. As distâncias são maiores se verificamos níveis de escolaridade e renda familiar. Entre as mulheres que nunca foram à escola, 35% aceitam esta premissa; mas mesmo entre as que chegaram ao curso superior ainda há 14% de concordância com tal afirmação. Na faixa de renda até 2 salários mínimos a concordância é de 21%, baixando para 12% na faixa acima de 10 salários mínimos.

Instadas a dar sua opinião sobre as mulheres que governam, desta vez a idade tem forte incidência sobre a afirmação da capacidade das mulheres. As jovens e adultas até 34 anos são as mais confiantes: 63% consideram que as mulheres estão preparadas para governar em todos os níveis: o país, o estado e a cidade; entre as mulheres acima de 60 anos, apenas 43% concordam com tal afirmação. A taxa é ainda menor entre as mulheres que nunca foram à escola (34%), mas atinge 87% entre as mulheres com curso superior ou mais. O que se destaca, de todas as formas, é o que tais índices espelham, ou seja, a significativa quantidade de mulheres que ainda aceitam a direção política como tarefa a ser desempenhada pelos homens (ver Anexo, quadro 82).

Infelizmente, em várias das questões discutidas na pesquisa não dispomos de dados anteriores que nos permitam realizar uma análise comparativa em todos os âmbitos. Mas a própria resposta das entrevistadas, convencidas de que a vida das mulheres mudou para melhor nas últimas décadas, nos inspira a imaginar o que ainda pode ser mudado, sem deixar de reconhecer que o desafio da igualdade, proposto pelo feminismo rebelde, vivo e militante, tão presente na formação do movimento de mulheres no Brasil, se defronta com um muro de resistência que encontra terreno fértil em nossos tempos bicudos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Sonia (1988). “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CHAUI, Marilena (1988). “Prefácio”. In: SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DELGADO, Maria Berenice Godinho (1995). *A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores: a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora*. São Paulo, PUC, Faculdade de Serviço Social (dissertação de mestrado).
- HIRATA, Helena (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo.
- KERGOAT, Danièle (2003). “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo, PMSP, Coordenadoria Especial da Mulher.
- KURZ, Robert (2000). “O eterno sexo frágil”. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mais, 9 jan., p.12-3.
- SADER, Éder (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1994). In: SALLUM JÚNIOR, Brasílio. “Transição política e crise do Estado”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, CEDEC, n. 32.
- SARTI, Cynthia (2001). “Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro: uma trajetória particular”. *Cadernos Pagu*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, (16): 31-48.
- SINGER, Paul (1980). “O feminino e o feminismo”. In: SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis/ São Paulo, Vozes/Cebrap.
- SORJ, Bila (1992). “O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade”. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas.

O FEMINISMO E O MACHISMO NA PERCEPÇÃO DAS MULHERES BRASILEIRAS

VERA SOARES

Militante e pesquisadora feminista, integrante do Conselho Diretor da AGENDE e do Conselho Científico do Núcleo de Estudos da Mulher e das Relações de Gênero USP-NEMGE.

APRESENTAÇÃO

Este texto discute as questões da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, relativas à percepção que as mulheres expressam em relação ao feminismo e como captam a presença do machismo em nossa sociedade. Na primeira parte estão apresentados os dados que sistematizam as respostas das mulheres com relação ao feminismo e ao machismo. Foram incluídas também as respostas de duas outras perguntas que situam a percepção das entrevistadas em relação à sua condição de ser mulher na atualidade em nosso país. Na segunda parte do texto se discute o feminismo e estão apresentados alguns dados que identificam a condição das mulheres brasileiras. Na parte final estão os comentários das respostas relacionados à sua condição de mulher.

A metodologia da pesquisa permite inúmeras desagregações e segmentações, como está apontado na introdução deste livro. As características pessoais, como ascendência étnico-racial/cor da pele, idade, grau de escolaridade, situação conjugal, junto com as informações de local de residência, renda familiar, situação em relação ao trabalho remunerado, são as variáveis que buscamos

identificar nas respostas de modo a explicar os resultados. No Anexo estão as principais tabelas dessas questões.

O conceito de feminismo aqui utilizado parte do princípio de que ele é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação da sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. O feminismo se expressa em ações coletivas, individuais e existenciais, na arte, na teoria, na política. Reconhece o poder não somente no nível do público-estatal, mas também o poder presente em todo o tecido social, fazendo a concepção convencional da política e a noção de sujeito se ampliarem. Todos aqueles que têm uma posição subalterna nas relações de poder existentes são chamados a transformá-las. Não existe pois um só sujeito histórico que enfrenta e transforma estas relações em nome de todos os subalternos. Reconhece uma multiplicidade de sujeitos que, desde sua opressão específica, questionam e atuam para transformar esta situação (SOARES *et alli*, 1995).

O movimento feminista também propõe que, para um entendimento das condições feminina e masculina em nossa sociedade, é necessário acoplar outras categorias além do gênero, como as de classe e raça/cor da pele, pois é necessário ressaltar que convivemos com um racismo que alguns chamam de “cordial” (TURRA e VENTURI, 1995), e este entendimento é essencial na compreensão da situação das mulheres (brancas e negras) no Brasil.

O termo “gênero” será utilizado para se referir à construção social do sexo e, assim, distinguir a dimensão biológica do social. Isto quer dizer que a palavra “sexo” será utilizada somente para uma caracterização fisiológica dos seres humanos. “O raciocínio que apóia essa distinção baseia-se na idéia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura” (HEILBORN, 1991). O conceito de gênero foi criado para expressar as diferenças entre os sexos construídas em diversas formações culturais, que concebem e definem papéis bastante particulares para homens e mulheres, a despeito das semelhanças físicas entre os homens, em qualquer cultura, e entre as mulheres. Uma dimensão da vida social na qual se expressam essas diversas representações sobre masculino e feminino é a divisão sexual. Muito embora todas as sociedades definam uma divisão sexual do trabalho, isto é, como certos trabalhos são designados para cada um dos sexos, esta designação é particular de cada cultura. Isto quer dizer que a capacitação para uma certa tarefa não é determinada pela natureza dos sexos, mas pelas representações das atividades masculinas e femininas.

1. AS PERCEPÇÕES DAS MULHERES SOBRE FEMINISMO, MACHISMO E SUA CONDIÇÃO DE MULHER

a) sobre o feminismo

As questões apresentadas diretamente sobre o feminismo foram duas: uma indagava se a entrevistada se considerava feminista e a outra sobre o entendimento do conceito de feminismo, sendo esta uma questão aberta e com múltiplas respostas¹.

Das respostas à questão se se considerava feminista, cerca de uma em cada cinco brasileiras (28%) considera-se total (12%) ou parcialmente feminista (16%), enquanto 71% não seriam: 43% não se consideram, 18% disseram não saber o que é feminismo ou não souberam se classificar (4%) e 7% disseram ser feministas mas confundiram feminista com feminina (ver Anexo, quadro 21). Estes números surpreendem pela não-rejeição ao termo feminismo, que, como veremos mais adiante, as mulheres identificam com ideários desse movimento.

Quando segmentadas pelas macrorregiões do país, é no Norte/Centro-Oeste que aparecem os maiores índices daquelas mulheres que se consideram feministas (33%), e no Nordeste estão os menores índices (25%) – ver Tabela 1. Nas outras regiões as variações não são significativas².

Quando se observa a separação entre as respostas das mulheres que vivem em capitais dos estados e cidades do interior, a porcentagem de respostas das que se consideram feministas é praticamente a mesma (22% e 21%, respectivamente), variando pouco segundo o porte do município (pequeno 27%, médio 28% e grande 28%), e o mesmo resultado aparece em relação a sua atual situação de moradia: o fato de morar na cidade ou no campo não apresenta diferença significativa (28% e 29%, na ordem).

São as características pessoais como escolaridade e faixa etária que parecem ser condicionantes das respostas. Separando as jovens: de 15 a 24 anos, 35% se consideram feministas; das que têm mais de 60 anos, a porcentagem foi de 17%. A escolaridade também é um fator que as diferencia no tipo de resposta: 15% entre as que nunca foram à escola, e 35% daquelas que

1. As perguntas estavam formuladas da seguinte forma: “Tem mulheres que dizem que são feministas. Você se considera uma feminista? Totalmente ou em parte?” E a outra pergunta: “O que você entende por feminismo? Mesmo só de ouvir falar, o que você acha que é feminismo? Em que você pensa quando ouve a palavra feminismo?” (resposta espontânea e múltipla).

2. A margem de erro para estas respostas é de três pontos percentuais.

3. Também são significativas as respostas das que têm escolaridade superior (30%), mas estão em número inferior a 10% na amostra.

freqüentaram até o 2º grau se consideram feministas³. Outro fator é a situação conjugal: entre as solteiras, 34% se consideram feministas. Não existe diferença significativa quando as respostas são separadas segundo sua ascendência étnico-racial/cor da pele⁴.

O fator renda familiar⁵ também apresenta interessantes diferenças: entre as que vivem em famílias que ganham até 2 salários mínimos, 26% se consideram feministas. Há um aumento significativo de identificação com o conceito à medida que aumenta o poder aquisitivo das famílias, chegando a 39% entre as que vivem em domicílios com renda familiar igual ou superior a 20 salários mínimos, muito embora estas representem apenas 2% da amostra.

Quanto à situação de trabalho das mulheres que responderam à pesquisa, entre as que estão na População Economicamente Ativa (PEA), 30% se consideram feministas, postura mais presente entre as que estão no mercado formal (31%), ante 29% das que atuam no informal e 30% entre as desempregadas. A maior diferença está entre as que não estão na PEA (26%), pois entre as estudantes 37% se reconhecem como feministas.

O que mais chama a atenção nessas respostas, além do número expressivo de mulheres que se identificam com o feminismo, é o fato de não serem encontradas diferenças significativas nas respostas entre aquelas que vivem no interior e aquelas que vivem nas capitais, bem como em relação ao porte dos municípios, pois poderíamos esperar que esta identificação fosse uma questão urbana, meio no qual as pessoas convivem com maior circulação de informações e manifestações dos movimentos sociais. Não causa estranheza o fato de a escolaridade, a idade e o nível de renda segmentarem significativamente as respostas, pois as transformações na vida das mulheres nos últimos dez, 20 anos foram muito grandes, como discutiremos em outra seção. Podemos dizer que as mulheres, brancas e negras, chegaram no início do século XX analfabetas e terminaram com um nível de escolaridade maior do que o dos homens.

Ao somarmos a esta pergunta a que buscou o entendimento do que seja o feminismo, os dados ficam mais interessantes ainda. Pelo fato de as respostas

4. Existe uma enorme discussão sobre o conceito de raça e se o preconceito é de cor ou de raça (ver por exemplo GUIMARÃES, 1995; SCHWARCZ e QUEIROZ, 1996; SCHWARCZ e REIS, 1996; MUNANGA, 1996). Houve tentativas de mudar a terminologia de raça para etnia, no sentido de enfatizar os fenômenos histórico e cultural que determinam as diferenças, mas isto não transformou a realidade nem as maneiras de percebê-la. O termo “raça” tem sido usado como indicador de diferença e desigualdade sociais, considerando-o como uma construção sócio-histórica (STOLCKE, 1991). As mulheres negras, ao agredarem raça, querem dizer que “ser uma mulher de cor não é uma questão de agregar duas categorias essencialistas e a-históricas” (HARAWAY, 1995), mas resulta de uma experiência de opressão cultural, econômica, política e historicamente situada. O movimento feminista e o movimento de mulheres negras têm utilizado o termo “raça/cor da pele”.

5. O salário mínimo na época da pesquisa era de 140 reais.

serem abertas, foram agregadas por blocos para cômputo das porcentagens, independentemente de corresponderem aos conceitos assumidos pelo movimento feminista:

- a) lutar pelos direitos/igualdade de direitos (lutas das mulheres por seus direitos/conquistar seu espaço na sociedade)
- b) mulheres livres/independentes socialmente (a mulher que faz o que quer, não depende de aprovação dos outros/competentes/competitivas/corajosas)
- c) superioridade da mulher (mulheres que se julgam superiores/melhores que os homens)
- d) igualdade de direitos relacionados ao trabalho (conquistar os mesmos direitos no mercado de trabalho/poder ocupar os mesmos cargos/ter as mesmas oportunidades)
- e) vaidade/beleza (mulheres preocupadas com a beleza/vaidosas)
- f) mulheres autoritárias/briguentas (são mulheres mandonas/gostam de mandar/autoritárias)
- g) mulheres que pensam e agem diferente (mulheres que defendem/apóiam sempre as mulheres)
- h) cuidar da família/filhos/casa/marido (só ficam em casa/são mulheres que cuidam da casa)
- i) mulheres que querem comandar a casa/marido (mulheres que querem estar acima do marido/mandar no marido)
- j) não sabem/never ouviram falar

Pelas respostas, o feminismo está principalmente associado à luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, seja em sentido amplo (22%), seja especificamente no mercado de trabalho (8%); outros 15% o identificam com mulheres livres, social ou economicamente independentes, com autonomia para fazer o que querem, sem depender da aprovação do parceiro/marido ou de terceiros. Respostas que, somadas, surpreendem pela taxa de compreensão do conceito de feminismo entre as mulheres brasileiras.

Menções de superioridade da mulher em relação ao homem são associadas ao feminismo por 12%, enquanto para 7% feministas são mulheres autoritárias, genericamente mandonas ou briguentas.

Cerca de uma em cada seis brasileiras (7%) (ver Anexo, quadro 21) definiu erroneamente ser feminista como ser feminina, seja com referência a mulheres que cultivam a vaidade e a beleza (11%) – atributos não incompatíveis com uma postura feminista, mas conceitualmente equivocados –, seja referindo-se a mulheres dedicadas à casa e ao marido (5%). Outras 23% não souberam dizer o que entendem por feminismo (ver Anexo, quadro 22).

Estas respostas, quando cruzadas com a pergunta anterior, que indagava se se considerava feminista, tornam os dados ainda mais significativos, pois surpreende a taxa alta de compreensão do feminismo, ou seja, ao se identificar com o feminismo, a grande maioria sabe do que se trata. Por exemplo, das que se identificam como feministas, 43% responderam que o feminismo estava identificado com lutar pelos direitos/igualdade de direitos, 22% com a luta pela igualdade de direitos relacionados ao trabalho, 28% o identificaram com mulheres livres/independentes.

b) percepções sobre o machismo

Para obter informações sobre as percepções das mulheres em relação ao machismo, também foram formuladas duas questões: uma sobre a existência do machismo em nossa sociedade e outra buscando identificar definições⁶.

A percepção entre as mulheres da existência do machismo na sociedade brasileira é quase absoluta (89%, sendo que para 73% há muito machismo, para 17% um pouco). Apenas 2% afirmam que no Brasil não existe machismo e 7% não sabem o que é machismo (ver Anexo, quadro 23).

Estas respostas, quando segmentadas por região, mostram que na região Nordeste, quando comparada a outras regiões, as mulheres têm uma menor percepção da existência do machismo (82%, ante taxas superiores a 90% nas demais regiões), e as mulheres que vivem nas capitais o percebem mais (95%) do que as que vivem no interior (86%). Assim, quem mora nas cidades identifica mais o machismo (91%) do que quem vive no campo (80%) – ver Tabela 2.

Nesta questão, as respostas são um pouco diferentes em relação às anteriores; somente as mulheres mais velhas apresentam menor percepção do machismo, pois entre as que têm até 44 anos a taxa de percepção do machismo é superior a 90%, cai para 86% entre aquelas com mais de 45 a 59 anos e para 74% entre as que têm 60 anos ou mais.

Quase a totalidade das mulheres que completaram o segundo grau aponta a existência do machismo (99%), assim como as que vivem em famílias com renda entre 5 e 10 salários mínimos (99%), enquanto entre as que vivem em famílias com renda de até 2 salários mínimos a percepção da existência do machismo é de 82%, porcentagem expressivamente alta de reconhecimento do machismo.

6. Uma questão era: “Na sua opinião existe machismo no Brasil? Muito ou pouco?” (com resposta espontânea e única); a outra questão: “O que você entende por machismo? Mesmo só de ouvir falar, o que você acha que é o machismo? Em que você pensa quando ouve a palavra machismo?” (resposta espontânea e múltipla).

Não há diferença de percepção quando analisada pela sua ascendência étnico-racial/cor da pele, ou quanto à situação conjugal. As casadas e solteiras têm a mesma percepção. São as mulheres que estão no trabalho formal que indicam a presença do machismo (92%, ante 86% das que estão fora da PEA). Entre as mulheres que estudam, 95% apontam a existência do machismo no Brasil. Assim, parece que a experiência no mercado de trabalho traz uma maior percepção do machismo.

Sobre o entendimento do que é o machismo, de como se manifesta, por se tratar de pergunta espontânea e aberta, mais de uma resposta era possível. Foram separadas em dois blocos:

- a) poder do homem em relação à mulher (são homens autoritários/mandam e acham que a mulher tem que obedecer/ser submissa)
- b) relação de poder do homem em relação a outras pessoas (são homens que querem ser mais/poder mais que todas as outras pessoas/se acham melhores que os outros)

A identificação do machismo com o poder do homem sobre a mulher é verbalizado por 78%, enquanto 20% o relacionam à superioridade do homem em relação às pessoas em geral, ou de alguns homens em relação aos outros, incluindo o uso da violência. Menos de 1% definiu machismo com referências à homossexualidade.

A pesquisa aponta informações surpreendentes pela alta porcentagem de mulheres que percebem o machismo em nossa sociedade, conhecem o conceito, e também pela não-recusa ao termo “feminismo”, identificando o conceito com o mesmo significado que é dado pelo movimento.

c) as percepções da condição de ser mulher

Outras questões que valem a pena ser apontadas para discussão das respostas às questões anteriores em relação ao feminismo e ao machismo dizem respeito à percepção que as mulheres têm sobre sua situação – se melhorou ou piorou, numa escala de 20 a 30 anos, e outra sobre como é ser mulher na sociedade de hoje⁷.

As respostas mostram que duas em cada três brasileiras (65%) avaliam que a vida das mulheres melhorou nos últimos 20 ou 30 anos. Para uma em cada quatro mulheres, porém, a vida piorou (24%) e 10% não observam mudanças na

7. A pergunta estava formulada da seguinte forma: “Em comparação com a vida há 20 ou 30 anos atrás, você diria que a situação das mulheres hoje está melhor, está pior ou não teve mudanças?” (resposta espontânea e única).

vida das mulheres nas últimas décadas (ver Anexo, quadro 18). As que moram no campo têm uma percepção de melhoria menor (57%), quando comparadas com as que moram nas capitais (70%). A idade somente diferencia quem tem mais de 60 anos, pois as que têm até 59 apresentam o mesmo nível de percepção de que a vida está melhor, de cerca de dois terços (62%). A escolaridade novamente é fator importante para a percepção das mulheres, pois enquanto 46% das que nunca freqüentaram a escola acreditam que a vida tenha melhorado, 78% das que freqüentaram até o 2º grau e 93% das que fizeram curso superior têm esta visão. A renda familiar também é um fator fortemente determinante na percepção da melhoria nas condições de vida das mulheres brasileiras, que cresce de 55% entre as que vivem em famílias com rendimentos até 2 salários mínimos para 67% entre as que vivem com renda de 2 a 5 salários mínimos, 77% de 5 a 10 salários, 81% entre dez e 20 salários e chega a 84% entre as que possuem renda familiar superior a 20 salários mínimos. E, quando esta pergunta é cruzada com a questão sobre se se considera feminista, tem-se que 73% das que responderam que são feministas acreditam que a vida melhorou, e 62% das que não se consideram feministas compartilham a mesma opinião.

Quando solicitadas a definir “como é ser mulher hoje”⁸, a maioria associa a condição feminina atual, em respostas espontâneas, à possibilidade de inserção no mercado de trabalho e à conquista da independência econômica (38% e 12%, respectivamente), à liberdade e à independência social de agir como quer, de tomar as próprias decisões (33%), ou ainda a direitos políticos conquistados e à igualdade de direitos diante dos homens (3% e 5%, na ordem – ver Anexo, quadro 20). Como discutiremos posteriormente, estas foram as grandes mudanças na vida das mulheres nas últimas duas décadas⁹.

Os papéis tradicionais de mãe e de esposa também aparecem na definição de ser mulher, ainda que em grau menor (com 21% e 16%), tanto como fatores positivos quanto como elementos negativos de sua condição – o primeiro pelo acúmulo de responsabilidades na criação dos filhos (10%), o segundo pela falta de autonomia decorrente do vínculo com o marido (1%). Dificuldades e excesso de responsabilidades, atribuídas principalmente à dupla jornada de trabalho, o doméstico e o remunerado, são lembrados por 10% como definidores da situação atual da mulher.

Outros componentes negativos apontados são as discriminações no mercado de trabalho, tanto de funções como de salários, e o preconceito social que

8. A pergunta era: “Para você, como é ser mulher hoje? O que você acha de ser mulher?” (resposta espontânea e múltipla).

9. As informações a seguir estão na síntese dos resultados da pesquisa elaborada pelos organizadores.

lhes reserva discriminações e um lugar inferior em relação aos homens (5%). Maior exposição à violência foi citado por 2% (ver Anexo, quadro 20).

Indagadas sobre o peso das coisas boas e ruins em ser mulher, quase três quintos das brasileiras (58%) disseram que há mais coisas boas. Uma em cada cinco avalia que há mais coisas ruins (21%), e também para um quinto há coisas boas e ruins, na mesma proporção (20%). Estas percepções refletem as poucas mudanças que ocorreram na esfera do privado (ver Anexo, quadro 19).

A possibilidade da maternidade é vista como uma das melhores coisas de ser mulher (55%), mais por seu aspecto biológico, ligado à possibilidade de engravidar e gerar filhos, dando continuidade à vida (48%), que pelo papel social, ligado aos cuidados e à educação dos filhos (20%).

Outras qualidades tidas mais como femininas quando comparadas aos homens, tais como ser mais sensíveis, carinhosas, solidárias, fortes, guerreiras, são apontadas por 23% como as melhores coisas de ser mulher.

A liberdade vista por meio da independência social, com a possibilidade de tomada de decisões, é mencionada por 11%, quase tantas quanto as que se referem à possibilidade de estar presentes no mercado de trabalho (13%) e à independência econômica (9%) conquistada pela mulher.

Opostamente, o machismo e a discriminação social sofrida pela mulher despontam como as piores coisas de ser mulher hoje, com 18% de menções. Aspectos relacionados a maternidade, casamento e marido aparecem empatados, logo a seguir, com 16% de menções para cada um, sucedidos por discriminação no mercado de trabalho e questões relacionadas à saúde (ambas com 14%). Referências à violência contra a mulher (11%) completam a lista das principais respostas espontâneas sobre as piores coisas de ser mulher.

Indagadas sobre as principais diferenças entre mulheres e homens, um terço refere-se novamente ao mercado de trabalho (34%), sobretudo às diferenças salariais (13%); mesmo exercendo as mesmas funções, as mulheres recebem menos e ainda sofrem discriminação no mercado de trabalho (13%), não sendo valorizadas, enquanto para o homem haveria mais oportunidades de trabalho, o mercado estaria mais aberto.

Ainda sobre o mundo do trabalho, 2% dizem que o homem pode trabalhar enquanto a mulher tem que ficar em casa, além de 9% que mencionam diferenças relacionadas ao trabalho doméstico, sobretudo com menções à ausência de obrigações domésticas do homem (7%). A dupla jornada enfrentada pela mulher é apontada por 8%, enquanto a responsabilidade com os filhos é uma diferença que 7% mencionam.

Duas em cada dez mulheres afirmam que não há diferença entre homens e mulheres, os direitos são iguais; por outro lado, o machismo e a discrimi-

nação social vivida pela mulher, marcada sobretudo pelo autoritarismo e pela pretensa superioridade masculina, são observados por uma parcela um pouco maior (23%), refletidos sobretudo na postura do homem que quer mandar na mulher, sendo grosso e “machão”.

Também são apontadas diferenças no que diz respeito à liberdade (15%) – o homem é mais livre, pode fazer o que quer, enquanto a mulher é mais controlada, não pode sair, se divertir, tem horários mais rígidos e nem mesmo pode namorar quem quer.

Há, no entanto, as que afirmam a superioridade feminina, marcada pela garra e pela força da mulher para alcançar seus objetivos, assim como observam a liberdade e as conquistas da mulher e sua independência econômica (4%, ambas).

Para que a vida das mulheres melhorasse é principalmente o mercado de trabalho que precisaria ser alterado, com sua desigualdade de oportunidades e de remuneração (respostas citadas espontaneamente por 47%). A igualdade de direitos, de forma mais ampla, é mencionada por 10% e o fim da violência contra as mulheres por 9% (ver Anexo, quadro 20).

Em suma: a maioria das mulheres brasileiras convive bem com sua condição feminina, tem consciência das conquistas obtidas (direito ao trabalho e à autonomia social), mas reclama do peso da dupla jornada e reivindica o fim das discriminações, seja no mercado de trabalho, seja sob a forma da violência, e a divisão de responsabilidade no cuidado dos filhos e da casa.

2. O MOVIMENTO FEMINISTA E DADOS DA CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL

O feminismo como movimento coletivo de lutas das mulheres se manifesta como tal na segunda metade do século XIX. Estas lutas repousam sobre o reconhecimento das mulheres como específica e sistematicamente oprimidas e sobre a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e de que existe a possibilidade política da sua transformação. A reivindicação dos direitos das mulheres nasce da distância entre a afirmação dos princípios universais da igualdade e a realidade da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres. Nesse sentido, a reivindicação política do feminismo emerge de uma re-conceitualização dos direitos universais, apoiando-se nas teorias dos direitos dos cidadãos que são resultados das revoluções americana e francesa (HIRATA *et alli*, 2000).

Essa luta pela igualdade entre homens e mulheres teve início no século XIX e marcou a discussão sobre a democracia ao longo de todo o século XX, trazendo como resultado avanços importantes no cenário social, político e

cultural no Brasil e em quase todo o mundo. Nas últimas décadas, associadas entre si, as mulheres criaram um novo discurso, elaboraram novas demandas, deslocaram os limites do que se considera privado e público, mostraram que os problemas que derivam das relações de gênero devem ser considerados públicos e objeto de políticas. Porém, apesar de a maior participação das mulheres na esfera pública constituir-se em conquista indiscutível, a incorporação da perspectiva de gênero na ação do Estado e nas instituições privadas ainda ocorre de maneira tímida e esporádica.

O movimento feminista que reapareceu no Brasil a partir de meados dos anos 1970 teve algumas características daqueles que surgiram na Europa e nos Estados Unidos nos anos 1960 (em geral mulheres brancas, de classe média). Esse movimento recuperou a experiência histórica de participação política das mulheres, mas rompeu com os limites de seu papel tradicional. Esse movimento tem características próprias, mas também é influenciado pelos ideais de contestação social que surgiram na Europa e nos Estados Unidos nos anos 1960, em especial os movimentos feminista, negro, pacifista e os *hippies*. Tratava-se de um movimento feminista que questionou o papel da mulher na família, no trabalho e na sociedade, lutou por uma transformação nas relações humanas e pela extinção das relações baseadas na discriminação social e de gênero, e agregou a dimensão de raça/cor da pele para uma maior compreensão da situação das mulheres (SOARES, 1999).

Nos anos 1970 e 1980, os movimentos de mulheres alcançaram saldos positivos com conquistas simbólicas, como a ampliação da consciência dos direitos e da igualdade. Esse processo se manifestou na explosão dos movimentos sociais do final dos anos 1970 (jovens, negros, mulheres, homossexuais, índios, ecologia), inscrevendo novos temas na política e criando novos direitos, cujos reflexos aparecerão mais tarde, no processo constitucional, no número e na diversidade das emendas populares e no surgimento de outros movimentos políticos¹⁰. Criaram espaços próprios para a reflexão e a ação em prol de seus direitos; paralelamente reivindicaram espaços institucionais governamentais específicos para a abordagem das “questões da mulher” e introduziram a heterogeneidade como marca deste movimento.

O movimento de mulheres continuou a desempenhar um papel relevante no processo posterior à democratização, no sentido da ampliação e da consoli-

10. Utilizamos o conceito de explosão como formulado por Leslie R. Wolfe e Jennifer Tucker, ou seja, eventos que ajudam a transformar a consciência (no caso citado das mulheres) e a situam num outro nível de ativismo (WOLFE e TUCKER, 1995).

dação dos direitos humanos, entendidos como direitos políticos, sociais e econômicos. Quando se consolidou a democracia política, houve uma permanência de um modelo econômico excludente e uma situação de miséria inaceitáveis. O tempo político avançou sem a devida correspondência do tempo social, no sentido da conquista dos direitos sociais como elementos fundamentais da cidadania. Assim, o movimento de mulheres, durante todos estes anos, se manteve organizado, ampliando suas formas de articulação e organização, sua agenda de reivindicações e seus espaços de intervenção.

Foi nos anos 1980 que o feminismo passou a ser incorporado por outras parcelas do movimento de mulheres. São as mulheres das periferias das grandes cidades, as trabalhadoras rurais e urbanas. Uma das principais contribuições do feminismo tem sido evidenciar a complexidade da dinâmica social e da ação dos sujeitos sociais, revelando o caráter multidimensional e hierárquico das relações sociais e a existência de uma grande heterogeneidade de campos de conflito.

Nos anos 1990 o movimento feminista introduziu novos temas e reivindicações: ações afirmativas, cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, nos partidos e nas listas para candidaturas aos cargos legislativos como medidas para superar a quase ausência das mulheres nesses ambientes. A luta pelo direito das mulheres ao aborto foi alvo de muitos debates e reportagens na grande imprensa, motivados por ações do movimento.

O conceito de cidadania que o feminismo vai explorar está vinculado ao acesso e à redefinição de direitos: direitos a ter direitos. Identifica a cidadania com o processo de criação de espaços públicos novos e múltiplos, não com a mera ocupação de espaços existentes anteriores à prática dos sujeitos políticos. Portanto não é uma conquista legal, ou o acesso a direitos previamente definidos, ou a implementação de direitos abstratos e formais (NEDER, 1997). Vincula-se fortemente com a invenção/criação de novos direitos, que emergem das lutas concretas (direito à vida sem violência; direito à posse da terra e à moradia; direito à autonomia do seu corpo). O movimento feminista explora o conceito de *sujeitos ativos*: definem o que consideram ser seus direitos e lutam pelo seu reconhecimento. *É a capacidade dos indivíduos de participarem na organização do Estado e da sociedade, contribuindo na elaboração de políticas públicas capazes de concretizarem direitos* (BENEVIDES, 1991).

As desigualdades entre homens e mulheres se constroem em diferentes âmbitos sociais e nas distintas instituições. As idéias e crenças sobre o feminino e o masculino, as normas que regulam o comportamento de homens e mulheres, a divisão sexual do trabalho, entre outros fatores, intervêm na construção das relações entre gêneros e estimulam o desenvolvimento de características

psicológicas e sentimentos distintos num e outro sexo. Por isso, as mulheres têm afirmado que a realidade social é sexuada e que as experiências de homens e mulheres os diferenciam ao longo de toda a vida.

No nível socioeconômico, as desigualdades se manifestam na divisão sexual do trabalho, nas menores oportunidades das mulheres para entrar no mercado de trabalho, na baixa qualidade da maioria dos empregos femininos e numa maior privação no acesso aos bens materiais. Fazem mais esforços que os homens para ser escutadas e valorizadas. Seus pontos de vista raras vezes se fazem refletir nas produções científicas e culturais. São menos convidadas a participar de debates públicos, mesmo quando contam com a qualificação necessária. De outro lado, as mulheres são tratadas com menos respeito; associa-se, por exemplo, o feminino ao fraco, é estimulada a agressão sexual como meio de mostrar a masculinidade e se aceita o assédio sexual. Estas formas de desigualdade restringem a liberdade de ação das mulheres e dificultam uma compreensão positiva de si mesmas (SOARES, 2003).

A crescente participação da mulher no mercado de trabalho nas últimas quatro décadas é um fato notável no Brasil e em todo o mundo capitalista, por ter se mantido como um contínuo, apesar das crises econômicas dos anos 1970-1980 e do intenso processo de reconfiguração da estrutura produtiva e de transformações no mundo do trabalho. As mulheres vão participar mais intensamente desse mercado, no qual há também uma reestruturação da composição da população: diminui a taxa de crescimento populacional, há um maior envelhecimento da população, as mulheres casadas e com filhos ficam no mercado de trabalho, não mais se retirando para dar conta da maternidade. Esse movimento tem sido acompanhado por um significativo aumento tanto dos níveis de escolaridade das mulheres como da sua participação econômica, medida em termos da sua contribuição ao PIB (Produto Interno Bruto) e ao rendimento familiar.

Os traços mais marcantes da evolução da participação feminina no mercado de trabalho nos anos 1990 foram os seguintes: em primeiro lugar, e confirmado a tendência já verificada nas décadas de 1970 e 1980, aumentam significativamente as taxas de participação das mulheres. A População Economicamente Ativa, em 2000, totalizava 76,2 milhões de pessoas, sendo constituída por 45,6 milhões de homens ao lado de 30,5 milhões de mulheres. Uma das principais tendências observadas no mercado de trabalho, nas últimas décadas, o crescente ingresso e a presença das mulheres levam a que sua participação na população ocupada alcance 37,9% em 2000 (BEATO, 2002).

Também se observa um aumento significativo (e ainda mais acentuado) da taxa de participação das mulheres mais pobres, e isso é uma novidade

em relação às décadas anteriores. A taxa de participação das mulheres mais pobres costuma ser significativamente inferior à das mulheres que provêm de famílias com rendimentos médios ou altos, devido a vários fatores: menores níveis de escolaridade e qualificação, maiores barreiras culturais para sair em busca de um trabalho remunerado, maiores dificuldades de contar com qualquer apoio ao cuidado infantil e às demais responsabilidades domésticas e familiares (ABRAMO, 2002).

Esse aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho fez elevar a sua contribuição aos rendimentos familiares. Essa contribuição é cada vez mais importante para que uma parcela significativa de famílias consiga garantir a sua sobrevivência, superar a linha da pobreza ou melhorar as suas condições de vida. A proporção de mulheres responsáveis pelas famílias continua aumentando em relação à década passada: atingiu 26,7%, somando um total de 12,8 milhões de famílias. Além disso, em um quarto das famílias urbanas nas quais ambos os membros trabalham, as mulheres contribuem com 50% ou mais da renda total. Há pesquisas que comprovam que, no que se refere à utilização dos rendimentos do trabalho, aqueles obtidos pelas mulheres são fundamentais para romper o ciclo de reprodução intergerações da pobreza: uma maior proporção deles, se comparados aos rendimentos dos homens, se destinam a itens tão fundamentais quanto saúde, educação e nutrição dos filhos (CEPAL, 1995).

Mas a inserção das mulheres no mundo do trabalho continua marcada por fortes desigualdades. Apesar de serem as mulheres as que mais entram no mercado de trabalho, o principal aspecto negativo dos anos 1990 foi o significativo aumento das taxas de desemprego feminino. A diferença de rendimentos auferidos pelo trabalho entre homens e mulheres ainda é muito acentuada. No final dos anos 1990, as mulheres recebiam, em média, 66% do que recebiam os homens, configurando portanto uma diferença de 34%, que é bastante alta em termos internacionais.

As *imagens de gênero* sobre os homens e as mulheres no trabalho são também elementos poderosos na reprodução das desigualdades que continuam sendo observadas e vividas pelas mulheres trabalhadoras. Os estereótipos relativos a homens e mulheres no trabalho, que em geral desvalorizam a mulher como trabalhadora, continuam tendo forte permanência, apesar de mudanças muito significativas que vêm ocorrendo na realidade. Entre os estereótipos (ou *imagens de gênero*) que mais contribuem para a persistência e a reprodução de distintas formas de discriminação contra a mulher está aquele que define a mulher como uma “força de trabalho secundária”.

Na reprodução das desigualdades de gênero, que continuam sendo observadas no mercado de trabalho após três décadas de um aumento constante da

participação feminina, incidem diversos fatores. Muitos deles de caráter estrutural, vinculados aos determinantes mais gerais de uma ordem de gênero e de uma divisão sexual do trabalho que têm um caráter muito arraigado na sociedade e que tendem a se reproduzir, inclusive em contextos de grandes transformações como o da atual reestruturação produtiva. Entre as características mais marcantes e permanentes dessa ordem de gênero, está uma distribuição muito desigual das tarefas reprodutivas e das responsabilidades familiares, que onera em muitos sentidos a mulher, em especial a mulher trabalhadora. Também influí significativamente o caráter das políticas públicas, a depender dos seus conteúdos, tanto na reprodução dessas desigualdades como nos avanços rumo a sua superação.

A penetração do capitalismo na periferia rural desorganizou as formas que sustentavam o “sistema clássico patriarcal” – o sistema no qual o poder dos homens estava assentado econômica e politicamente na propriedade do homem e no poder de decisão interno à família – e reintroduziu novas formas de subordinação das mulheres. Além disso, houve no Brasil um enorme processo de urbanização, sendo que, de acordo com dados do Censo Demográfico 2000, o Brasil possui 169,8 milhões de habitantes, dos quais quase 138 milhões (ou 81,2%) residem em áreas urbanas. Se considerarmos apenas os 224 municípios com mais de 100 mil habitantes, nos quais residem 86,6 milhões de pessoas (51% da população brasileira), a taxa de urbanização chega a 96,4%¹¹. Assim, a taxa de urbanização evoluiu a um ritmo impressionante.

Apesar dos entraves culturais, a participação feminina na vida pública, em espaços formais de representação como Legislativo, Executivo e Judiciário, vem aumentando, embora em todas essas áreas as mulheres continuem desempenhando papéis secundários. No Legislativo cresceu a quantidade de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal: a participação das mulheres é de 11,11% no Senado e 8,77% na Câmara. Dessa forma, as mulheres, como já foi afirmado antes, de analfabetas no início do século, terminaram com enormes modificações no seu cotidiano, mas as enormes dificuldades para exercer sua cidadania plenamente continuam presentes, como percebem as mulheres nesta pesquisa.

11. Segundo Milton Santos (1993, p. 29), o Brasil vivenciou, a partir de 1940, “uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população”, em um ritmo relativo comparável ao de poucos países, mas sem paralelo quando considerados os números absolutos. Utilizando-se os dados organizados por este autor para o período 1940-1991 e acrescentando-se os resultados apurados pelo Censo Demográfico 2000, pode-se concluir que, enquanto no período 1940-2000 a população total brasileira aumentou 4,1 vezes (ou seja, de 41,3 para 169,8 milhões de pessoas), a população urbana aumentou 12,7 vezes (de 10,9 para 138 milhões), ao mesmo tempo que a taxa de crescimento da população rural manteve-se praticamente estagnada, aumentando a uma taxa de apenas 1,05 (ou seja, apenas 5% em 60 anos, passando de 30,4 para 31,8 milhões de pessoas).

3. COMENTÁRIOS

Os dados da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado” abrem um horizonte para a reflexão sobre a incidência do movimento feminista em nosso país e as formas como seu ideário está espalhado em nossa sociedade, pois um grande número de mulheres brasileiras, ao mesmo tempo que percebem a presença do machismo em nossa sociedade, identificando-o conceitualmente, também se identificam com as idéias feministas e percebem corretamente os limites e as mudanças em suas vidas.

A percepção das mulheres, como revelou esta pesquisa, e as estatísticas nos demonstram a existência de uma situação de desigualdade entre homens e mulheres. Os últimos indicadores sociais a respeito das condições de exercício da cidadania na sociedade em geral e nos espaços socioprofissionais evidenciam que ainda existem profundas disparidades. Por exemplo, os dados do Censo de 2000, do IBGE, apontam que as mulheres pobres chefes de família empobreceram mais; que metade dos brasileiros ganha até 2 salários mínimos, mas a proporção dos que ganham até 1 salário é maior entre as mulheres. Houve uma maior escolarização das mulheres sem alteração na mesma proporção nas diferenças salariais entre homens e mulheres. Como consequência das grandes mudanças que têm ocorrido nos últimos tempos, podemos dizer que, se há um movimento em direção à inclusão (ampliam-se as conquistas de direitos), também se acentuam formas de *precariização* (tanto do trabalho como das condições de vida) e de exclusão social.

Se a democracia é, antes de tudo, um sistema político com caráter inclusivo, podemos perguntar qual é a sua legitimidade quando exclui metade da população das possibilidades de representação, quando ignora suas necessidades e a alija de medidas concretas que possibilitem a melhoria de suas condições de vida. Assim, há uma lógica que confina as mulheres ao mundo doméstico e as concebe basicamente em sua identidade como mães, e fora de casa como demandantes de ações comunitárias, algumas vezes como beneficiárias das políticas públicas, mas raramente como sujeitos capazes de protagonizar processos políticos. O movimento feminista tem mostrado a necessidade de construir uma nova ordem de gênero, sem os preconceitos de raça e etnia, baseada na equidade como parte substantiva de uma ordem social mais plural e democrática. Uma nova ordem que não se sustente na subordinação e na dependência das mulheres, mas na igualdade e, portanto, em relações sociais mais justas, democráticas e plurais. E este parece ser também o sentido das respostas das mulheres sobre sua condição de ser mulher brasileira.

Trabalhadoras ou mães? – este é um dilema que não pode mais ocorrer neste século. A transferência para a esfera pública de uma maior parte do tra-

lho com os cuidados com os filhos, os velhos e enfermos é uma forma de aliviar este trabalho reprodutivo não-remunerado e convertê-lo em trabalho produtivo e remunerado, que por sua vez criaria mais empregos e daria oportunidade para a profissionalização de muitos destes serviços. As relações de trabalho tradicionais não permitem compatibilizar o trabalho produtivo com o reprodutivo em condições aceitáveis, tanto para as mulheres como para os homens. Foram construídas sobre a base de um modelo de trabalhador com total disponibilidade para o trabalho remunerado, porque delega a maior parte do trabalho reprodutivo para as mulheres. Desse modo, ao entrarem no mercado de trabalho, elas enfrentam uma estrutura masculina que dificulta compatibilizar o trabalho remunerado com a vida pessoal e comunitária. Os homens, por sua vez, estão submetidos a um sistema de rígidas regulações de trabalho que os impede de viver uma vida integrada, não somente de trabalho. Estes são dois pólos da realidade que se condicionam mutuamente. Nenhum dos dois é passível de modificação sem a mudança do outro, e as mulheres estão cansadas de ser as únicas responsáveis pelos cuidados dos filhos e da casa. Recordemos que a maternidade é uma responsabilidade de toda a sociedade, e não somente das mulheres; assim, é necessário discutir as tarefas que competem ao Estado, aos empresários e ao casal com respeito ao nascimento e à educação das gerações que virão.

O que se observa com as mulheres é uma variabilidade e persistência na divisão sexual do trabalho: há uma evolução nos níveis de escolaridade, com as mulheres ocupando postos de trabalho mais qualificados e de maior responsabilidade – mesmo que em percentuais ainda relativamente reduzidos. O que parece é que a cada passo da sociedade em direção à igualdade se constituem simultaneamente processos sociais visando reconstruir imediatamente a diferença. Os deslocamentos das fronteiras do masculino e feminino se movimentam, mas deixam intacta a hierarquia social que confere superioridade ao masculino sobre o feminino, hierarquia sobre a qual se assenta a divisão sexual do trabalho. Enquanto a atribuição social das responsabilidades domésticas e familiares continuar a recair sobre a mulher e o modelo da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar for pertinente exclusivamente para as mulheres, as bases em que se sustenta a divisão sexual do trabalho não parecem estar ameaçadas nos seus fundamentos (HIRATA, 2002).

Se o preconceito misógino é um traço cultural marcante na sociedade brasileira, a discriminação e a violência não poderiam deixar de estar presentes no cotidiano das mulheres. A violência perpetrada contra os diferentes segmentos de mulheres brasileiras é um exemplo disso. Essas violências revelam a existência de mecanismos de legitimação da sujeição das mulheres aos homens, sendo o uso do poder e da força sua principal característica como ação,

e o descaso e a naturalização por parte do Estado e dos poderes públicos, em geral, como omissão.

O movimento de mulheres no Brasil tem buscado ao longo das últimas quatro décadas promover mudanças nos comportamentos, nas mentalidades e na estrutura social do país, reivindicando transformações políticas amplas e significativas. Há uma pluralidade de vozes de mulheres reivindicando um mundo melhor, mais justo. Cada vez mais avança a consciência da necessidade de estabelecer medidas legislativas, judiciais e muito especialmente políticas públicas que possam garantir o acesso de todas aos direitos humanos fundamentais e à conquista da cidadania.

A possibilidade de um mundo comum e compartilhado, com a criação de espaços públicos em que os indivíduos possam afirmar suas identidades e estabelecer relações de reciprocidade e solidariedade, é o que dá condições de ação da cidadania. Esta noção enfatiza não somente a igualdade de acesso aos direitos, mas também o protagonismo público. Quando tratamos do enfoque de gênero, isso significa promover as mulheres como agentes sociais e políticos, assim como tratar de eliminar as restrições que sofrem para assumir a condição de par no espaço público dominado pelos homens. Uma nova ordem que não se sustente na subordinação e na dependência das mulheres, mas na igualdade e, portanto, em relações sociais mais justas, democráticas e plurais, é a mensagem dos resultados desta pesquisa.

Tabela 1

1) Dados das respostas da questão: Tem mulheres que dizem que são feministas. Você se considera uma feminista? Totalmente ou em parte? (resposta espontânea e única), e considerando a porcentagem das que responderam que são feministas: 28% das entrevistadas.

a) macrorregiões

Brasil	N/CO	NE	S	SE
28%	33%	25%	30%	27%

b) segundo o porte do município

Brasil	Pequeno	Médio	Grande
28%	27%	28%	28%

c) local atual de moradia

Brasil	Mora na cidade	Mora no campo
28%	28%	29%

d) faixa etária

Brasil	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	Mais de 60
28%	35%	30%	24%	27%	17%

e) escolaridade

Brasil	Nunca foi à escola	1 a 8 anos de estudo	2º grau de escolaridade	Superior
28%	15%	26%	35%	30%

f) renda familiar

Brasil	Até 2 S. M.	2 a 5 S. M.	+ de 5 a 10 S. M.	+ de 10 a 20 S. M.	Mais de 20 S. M.
28%	26%	29%	33%	25%	39%

g) situação conjugal

Brasil	Solteira	Casada civil	Casada s/ registro	Separada/divorc.	Viúva
28%	34%	25%	29%	28%	20%

h) participação ou não na PEA

Brasil	Total PEA	PEA			Total fora do PEA	Não tem trabalho remunerado		
		Mercado formal	Mercado informal	Desempregada		Dona-de-casa	Estudante	Aposentada
28%	30%	31%	29%	30%	26%	25%	37%	19%

Fonte: NOP-FPA

Tabela 2

2) Dados da questão sobre a existência do machismo: Na sua opinião existe machismo no Brasil? Muito ou pouco? (com resposta espontânea e única), considerando somente as porcentagens das respostas que apontam a existência de machismo na nossa sociedade.

a) macrorregiões

BRASIL	N/CO	NE	S	SE
89%	94%	82%	92%	92%

b) segundo o porte do município

Brasil	Pequeno	Médio	Grande
89%	87%	84%	87%

c) local atual de moradia

Brasil	Mora na cidade	Mora no campo
89%	91%	80%

d) faixa etária

Brasil	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	Mais de 60
89%	92%	93%	92%	86%	74%

e) escolaridade

Brasil	Nunca foi à escola	1 a 8 anos de estudo	2º grau de escolaridade	Superior
89%	64%	88%	99%	93%

g) renda familiar

Brasil	Até 2 S. M.	2 a 5 S. M.	+ de 5 a 10 S. M.	+ de 10 a 20 S. M.	Mais de 20 S. M.
89%	82%	93%	99%	93%	100%

h) situação conjugal

Brasil	Solteira	Casada civil	Casada s/ registro	Separada/divorciada	Viúva
89%	92%	91%	85%	96%	80%

i) participação ou não na PEA

Brasil	Total PEA	PEA			Total fora do PEA	Não tem trabalho remunerado		
		Mercado formal	Mercado informal	Desempregada		Dona-de-casa	Estudante	Aposentada
89%	92%	97%	90%	91%	86%	85%	95%	77%

Fonte: NOP-FPA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. (2002). “Custos do trabalho de homens e mulheres na América Latina: mitos e realidade”. In: COSTA, Ana Alice; AVILA, Maria Betânia; LIMA, Maria Ednalva Bezerra de e SOARES, Vera (orgs.). *Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero*. São Paulo, CUT.

- BEATO, L. (2002). *Relatoria do Direito Humano do Trabalho*. Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais.
- GUIMARÃES, A. (1995). “Racismo e anti-racismo no Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 43, São Paulo.
- HIRATA, Helena *et alli* (2000). *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris, Presses Universitaire de France.
- HIRATA, Helena (2002). *A nova divisão sexual do trabalho? – Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- HIRATA, Helena e MARUANI, Margaret (orgs.) (2002). *As novas fronteiras da desigualdade – Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Editora Senac.
- HARAWAY, D. (1995). “Saber localizado: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, n. 5, Campinas, Unicamp.
- MUNANGA, K. (org.) (1996). *Estratégias de combate à discriminação racial*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- STOLCKE, V. (1991). “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?”. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, Rio de Janeiro.
- SOARES, Vera (1999). “Feminismo e as ONGs”. In: *As ONGs no Brasil*. São Paulo, ABONG.
- _____. (2000). “Verso e reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra no Brasil”. In: GUIMARÃES, Antonio Sergio e HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a máscara – Ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.
- _____. (2003). “A longa caminhada: construção das políticas públicas para a igualdade entre homens e mulheres”. In: BITTAR, J. (org.). *Governos estaduais, desafios e avanços – Reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- SOARES, Vera e DELGADO, M. B. (1995). “O movimento de mulheres na transição democrática brasileira”. In: HELLMANN, M. (org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo, Marco Zero/ILDES/FES/Labor.
- SOARES, Vera *et alli* (1995). “Brazilian Feminism and Women’s Movements: A Two-Way Street”. In: BASU, Amrita (ed.). *The Challenge of Local Feminisms – Women’s Movements in Global Perspective*. Oxford, Westview Press.
- TURRA, C. e VENTURI, G. (orgs.) (1995). *Racismo cordial – A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo, Ática.
- WOLFE, L. R. e TUCKER, J. (1995). “Feminism Lives: Building a Multicultural Women’s Movement in the United States”. In: BASU, Amrita (ed.). *The*

Challenge of Local Feminisms – Women's Movements in Global Perspective. Oxford, Westview Press.

BASTIDORES DA PESQUISA: REVELAÇÕES DE IDENTIDADES DE GÊNERO

ALCILENE CAVALCANTE

Historiadora e doutoranda em literatura brasileira na
Universidade Federal de Minas Gerais.

Com o intuito de captar a vivência das pesquisadoras de campo no ato da realização das entrevistas – uma dimensão qualitativa sempre presente nos estudos quantitativos, embora geralmente ignorada –, solicitou-se às 187 entrevistadoras participantes da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado” que, ao término do trabalho, prenchessem um formulário padronizado para o registro de suas impressões. A sistematização e a análise de suas respostas tanto reiteram tendências resultantes da pesquisa como chamam a atenção para a identidade de gênero partilhada entre entrevistadoras e entrevistadas.

Mesmo não tendo havido contato entre as pesquisadoras, oriundas que são de diferentes regiões do país, sem que compartilhassem portanto suas observações, seus relatórios convergem em muitos aspectos, como por exemplo em relação à solidão das mulheres entrevistadas, à violência vivenciada por elas, especialmente no âmbito doméstico, e quanto à capacidade de reação dessas mulheres, que, apesar de todas as adversidades, se esforçam para reverter contingências.

No que se refere à temática da solidão, as pesquisadoras apontam que esse sentimento decorre do fato de as entrevistadas serem as únicas responsáveis pela criação dos filhos, ou de não terem parceiros, ou ainda de terem maridos que não partilham com elas o cotidiano. No entanto, essa solidão não

está somente associada ao tipo de relacionamento que as mulheres vivenciam com seus amantes, familiares e amigos; ela também está presente ao se tratar de aspectos como renda, trabalho, violência doméstica, entre outros. Tanto é assim que uma pesquisadora de Pernambuco assinalou que uma de suas

“entrevistada[s] disse que ser mulher é ter uma vida de sofrimento porque trabalha muito e ganha muito pouco. Os homens hoje são muito irresponsáveis; só fazem os filhos e jogam nas costas das mulheres para elas criarem sozinhas sem ter muito recurso; aí começou a chorar na minha frente como se estivesse pedindo socorro para sua situação” (PE – 15/1).

Do mesmo modo, outra entrevistada de Pernambuco, de acordo com o relato de uma segunda pesquisadora, “fala que o problema pessoal dela é a falta de alimentação dos filhos, não ter comida para dar a eles todo dia” (PE – 16/1).

Essa preocupação com a alimentação dos filhos, que torna em alguns casos as mulheres ensimesmadas e tristes, é também tratada por uma pesquisadora de Minas Gerais. Entretanto, a entrevistada mineira não apenas se sente responsável pela alimentação dos filhos, como também é espancada por não alimentá-los, conforme informação da pesquisadora, que registra: “Uma mulher era espancada pelo marido porque os filhos não tinham o que comer e ela dava a entender que realmente era culpada” (MG – 0/15).

O envolvimento das pesquisadoras com as problemáticas vividas pelas mulheres entrevistadas, verificado por meio dos registros de percepções, remete à identidade de gênero, como podemos constatar a partir da descrição de um episódio de violência vivenciado por uma entrevistada de São Paulo, em que a pesquisadora ao final assinala:

“Para mim, de todas as minhas entrevistas essa foi a mais triste e marcante, pois ela falando parecia um filme de terror. Já pensou você ter no tão sonhado filho o fruto de um terror, porque ela amava o marido mas ele só a maltratava e espancava” (SP – 32).

A sensibilidade das pesquisadoras com os dramas das mulheres brasileiras, isto é, com o drama de suas entrevistadas, expressa-se pela indignação e pela solidariedade, enfim, pelo registro que, no limite, configura denúncia. Esse foi o tom de inúmeros relatórios, como, por exemplo, o de uma pesquisadora capixaba que imprime a fala de uma de suas entrevistadas que fora abandonada pelo marido e que, tendo que criar seus 14 filhos, voltou a estudar e a trabalhar e, aos 60 anos, passou a viver com um rapaz 30 anos mais jovem:

“Segundo ela [a entrevistada], ele a fazia feliz, ela adorava dormir junto com ele, fazer comida, sair com ele etc. Até que uma de suas filhas chamou sua atenção, dizendo que o que ele queria era ter um lugar para morar, para encostar. Fez tanta pressão até que o sujeito foi embora. Desde então vive sozinha, profundamente triste”.

A pesquisadora observa ainda:

“A tristeza que constatei nessa senhora me afetou tanto que eu senti não ter podido passar o resto da tarde para podermos conversar mais e poder confortá-la, pois, segundo ela, não fala disso com ninguém. Pretendo voltar à cidade para vê-la. Me marcou muito vê-la chorar. Aliás, várias mulheres choraram quando relembravam seus casamentos fracassados, seus amores não correspondidos, seus defeitos físicos, sua aparência, seus maridos mortos, seus ex-companheiros agressivos etc.” (ES – 0/0).

O registro dessa pesquisadora nos conduz a outro aspecto bastante recorrente nos relatórios, segundo o qual a pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado” teria servido também como instrumento de desabafo para as entrevistadas. Esse dado é verificado nas impressões das pesquisadoras ao assinalarem a percepção do sentimento predominante de suas entrevistadas, conforme tabela abaixo:

Relatório das pesquisadoras	
SENTIMENTO PREDOMINANTE	INCIDÊNCIA
Desabafo	56
Sinceridade	56
Vergonha	22
Surpresa	16
Entusiasmo	06
Tristeza	06
Medo	04
Falsidade	03
Impaciência	03
Espontaneidade	02
Descontração	01
Expectativa	01
Frustração	01
Ignorância	01

► Indiferença	01
Sofrimento	01
Tranqüilidade	01
Em branco	05
Curiosidade	01
TOTAL	187

Note-se, ainda, que o sentimento de sinceridade percebido e indicado pelas pesquisadoras pode denotar também uma disposição para o rompimento do silêncio, assim como para o desabafo. Portanto, o desabafo e a sinceridade, que, somados, representam quase 60% dos sentimentos predominantes, desvelam uma forma de tornar públicas as condições de maus-tratos e de exclusão experimentadas pelas entrevistadas, o que indica, de certo modo, uma expectativa de resolução de seus problemas, como sugere o relato de uma pesquisadora do Paraná ao registrar a dificuldade de uma entrevistada em resolver a situação de sua pensão na Justiça, após separação conjugal:

“A dona Evelize pediu para que se eu pudesse escrever toda a indignação que ela estava, talvez algum governante pudesse ajudar mais as mulheres nesse sentido” (PR – 5/5).

Outra temática recorrente nos relatórios é a violência doméstica, que se revelou na pesquisa um dos dados mais alarmantes e como tal foi percebido, ainda em campo, pelas pesquisadoras. Em vários relatórios há registros que expressam o estado atônito dessas mulheres que ouviram outras apontarem que foram estupradas por pais, tios, primos, amigos de irmãos, maridos ou namorados, enfim, pessoas do âmbito doméstico. Do mesmo modo, as pesquisadoras ouviram tantas outras mulheres narrarem, em prantos, histórias de espancamentos, agressões físicas e morais nas quais foram vítimas de seus maridos, parceiros, companheiros, namorados, irmãos ou pais. Trata-se de registros de pesquisadoras de diferentes regiões do Brasil, conforme quadro abaixo:

Relatório das pesquisadoras – quadro da violência

ESTADO	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	VIOLÊNCIA EXTERNA	INCIDÊNCIA
AC	01	00	01
AM	00	01	01
BA	04	03	07
CE	02	00	02

GO	04	02	06
MA	01	00	01
MG	07	00	07
PA	01	00	01
PB	00	01	01
PE	03	03	06
PI	01	00	01
PR	01	01	02
RJ	05	03	08
RS	06	02	08
SC	01	02	03
SE	01	00	01
SP	07	02	09
TOTAL	45	20	65

As pesquisadoras enfrentaram, em campo, expressões mais sutis desse tipo de violência que se verifica em quase todo o Brasil. Elas se depararam com diferentes tentativas de impedir que as mulheres entrevistadas falassem, isto é, respondessem ao questionário da pesquisa. Foram maridos, tios, filhos, sogros que, de algum modo, interferiram na realização da pesquisa, buscando impor o silêncio às mulheres.

Um caso ilustrativo de impedimento é registrado por uma pesquisadora da Bahia, que suspeitou da sinceridade da entrevistada ao responder às questões sobre violência. Para ela, a entrevistada tinha algum histórico de violência, mas não falava, o que ficou ainda mais perceptível com a chegada do marido. Segundo o registro dessa pesquisadora, “o marido dela chegou quase no final da entrevista [e] a partir daí ela não quis falar mais nada. Aí [foi] um sacrifício terminar a entrevista” (BA – 110/3).

Do mesmo modo, uma pesquisadora de Goiás, referindo-se a uma entrevistada, assinalou:

“Percebi receio, medo na entrevistada pelo tom de voz ao responder a entrevista. [...] Ele [o marido] ia toda hora até o cômodo, mal-encarado, foi à sala, colocou o som muito alto. Terminando a seqüência de perguntas pedi para terminarmos (a partir da P37) em outro local. Ela concordou e fomos para a porta da casa. Logo, o esposo apareceu, com a cara ainda mais fechada” (GO – 6/1).

Além dessa tentativa de impedir a fala das mulheres, é possível notar, a partir dos registros de percepções das pesquisadoras, que muitas mulheres

vivem em estado de constrangimento latente no âmbito doméstico, seja pelas dificuldades materiais, seja pelos perfis violentos de seus parceiros, seja pela embriaguez, seja pela falta de privacidade. Tanto é assim que a mesma pesquisadora de Goiás, ao entrevistar uma outra mulher, tratando-se, então, de uma senhora de 75 anos que foi agredida fisicamente pelo filho, registrou: “[...] a senhora contou a agressão, em tom de medo, mágoa e começou a passar mal” (GO – 6/1), tendo a pesquisadora de anular a entrevista, já que não pôde concluir-la.

De outro modo, uma pesquisadora do Rio Grande do Sul registrou que o episódio que mais a marcou “foi quando a mulher [a entrevistada] disse pra mim que apanha [há] 30 anos e o marido saiu na porta. Ela, diz a moça [ao marido], é da delegacia das mulheres” (RS – 0/7). Observa-se, nesse relato, que a entrevistada conseguiu romper o silêncio, mesmo que para isso tenha tido que atribuir autoridade legal à pesquisadora para se defender.

No Piauí, as pesquisadoras também enfrentaram dificuldades em realizar as entrevistas, a ponto de uma pesquisadora afirmar que

“quando estava [com] mais da metade da entrevista [feita], o sogro começou a chamar pela entrevistada [dizendo] que a esposa [a sogra] estava precisando dela para fazer as coisas. E eu tive que segurar a entrevista até o fim, vendo a hora em que ele ia me botar pra fora da casa, terminei a entrevista no portão” (PI – 21/1).

Esse registro apresenta indícios de tratamentos desrespeitosos recebidos por mulheres de diferentes estados brasileiros e que demonstram a tentativa de impedimento do exercício de suas individualidades. Um caso semelhante ocorreu no Rio de Janeiro, quando a pesquisadora relatou que estava na casa de uma entrevistada e teve dificuldades de realizar a entrevista:

“Um tio bêbado que chegou e queria ficar escutando a entrevista e ela [a entrevistada] pediu licença pra ele se retirar e ele [...] ficou com raiva e ficou sentado no portão, mas toda hora vinha e a gente tinha que parar a conversa e a entrevista acabou demorando muito” (RJ – 122/3).

Em outra entrevista, desta vez no Rio Grande do Sul, a situação implícita de impedimento provocou uma reação de medo na entrevistada, conforme salientou a pesquisadora:

“no momento da abordagem, pedi que conversássemos a sós, então a mulher pediu que as filhas fossem brincar e o marido avisou que iria na casa de alguém.

Após ter dito que sofria agressões, o marido da entrevistada voltou e entrou para dentro de casa, foi assistir futebol. A partir desse momento, ela me mandava embora a cada duas perguntas, apesar de ele não estar ouvindo a nossa conversa” (RS – 11/4).

A dificuldade de realizar a pesquisa indica, entre outros aspectos, a falta de autonomia das mulheres, bem como a tentativa de lhes impedir o rompimento do silêncio. Contudo, as pesquisadoras observaram que, apesar das adversidades, muitas das mulheres entrevistadas também demonstraram capacidade de resistência.

Destaca-se que, no relato de uma pesquisadora de Goiás, diante da tentativa de um homem de dificultar o desenrolar da entrevista de sua mãe, esta não se deixou afetar, ignorando os comentários do filho e continuando a responder o questionário até concluí-lo (GO – 1/4).

A capacidade de resistência das mulheres não se limitou às tentativas de silenciamento durante as entrevistas, como é possível verificar no relato de uma pesquisadora do Maranhão, no qual se constata que uma de suas entrevistadas conseguiu reagir à tentativa de abuso sexual empreendida pelo seu pai, quando ainda tinha 13 anos de idade. De acordo com a pesquisadora:

“essa garota tem hoje 19 anos e aos 13 anos ela teve que tomar a decisão de sair de casa, pois o pai dela tentou agarrá-la para tê-la nos braços como mulher [...] o pior é que esse pai estava lúcido, pois ele não bebia bebidas alcoólicas; foi quando o padrinho apareceu por lá e ela pediu por tudo que ele a levasse para morar com a madrinha. Ela está até hoje estudando, fazendo o 2º grau – uma pessoa muito inteligente, que quer vencer na vida, e esse fato ela não tinha contado pra ninguém e aproveitou o nosso estudo e desabafou comigo” (MA – 20/6).

Para finalizar, saliente-se que essa força para resistir à adversidade não se restringe apenas à esfera individual. Em diferentes relatos é possível observar registros de entrevistas em que as mulheres expressaram a vontade de realizar mudanças, de contribuir para a melhoria da situação das mulheres e da vida social. Um exemplo dessa vontade foi impresso por uma outra pesquisadora do Maranhão ao entrevistar uma mulher que tinha como atividade remunerada quebrar cocos de babaçu. Esta teria dito, em caso de poder realizar mudanças, que “abriria uma fábrica para o coco ser quebrado na máquina e não na mão; porque quebrar babaçu [na mão] não dá futuro para ninguém” (MA – 24/4).

Vê-se, da mesma forma, que o envolvimento das pesquisadoras manifesta a reflexão sobre a coletividade, sobretudo quando há o sentimento de identidade, como se verifica no relato de uma pesquisadora de Pernambuco:

“A entrevistada tinha sofrido várias vezes tentativas de estupro. Porque ela trabalha de empregada doméstica em casa de família e durante o seu relato nós duas ficamos muito emocionadas. Ela por estar me confessando pela primeira vez tudo o que tinha acontecido com ela. E eu por ver tão próxima a realidade absurda que mulheres como eu sofrem” (PE – 1/4).

ANEXOS

BOX METODOLÓGICO

Universo: mulheres brasileiras, com 15 anos de idade ou mais (61,5 milhões, *Censo IBGE 2000*).

Abordagem: aplicação de questionário estruturado, por meio de entrevistas pessoais e domiciliares, realizadas por equipes compostas exclusivamente por pesquisadoras. Checagem posterior, com retorno aos domicílios, de 25% a 30% das entrevistas.

Amostra: 2.502 entrevistas estratificadas em cotas de idade e em áreas urbana e rural, distribuídas geograficamente em 187 municípios de 24 estados das cinco macrorregiões do país (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste). Capitais e municípios com mais de 500 mil habitantes tiveram inclusão obrigatória, com peso auto-representativo, e os demais municípios foram selecionados para representar seus pares, segundo controle de porte e mesorregião, conforme sua distribuição em tercis macrorregionais (municípios grandes, médios e pequenos).

Fontes: *Contagem Populacional*, IBGE, 1996, para a distribuição das cotas de idade e agrupamento dos municípios em tercis, e *Censo IBGE 2000* para a ponderação urbano-rural (84% e 16%, respectivamente).

Margens de erro: ± dois pontos percentuais para os resultados com o total da amostra; três pontos para os resultados das perguntas aplicadas apenas nas subamostras A ou B (1.254 e 1.248 entrevistas, respectivamente), com intervalo de confiança de 95%.

Data do campo: outubro de 2001.

Núcleo de Opinião Pública – FPA: sociólogos Gustavo Venturi (coordenador), Marisol Recamán (coordenadora-assistente) e Vilma Bokany (analista). Rita Dias: processamento de dados.

NOTAS: (1) em razão do arredondamento dos percentuais, suprimindo a casa decimal, as somas podem não totalizar exatamente 100%, sem que isto constitua erro de cálculo; (2) para consultar a íntegra dos resultados, acessar www.fpabramo.org.br.

LEIA TAMBÉM DA
EDITORAS FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Gênero, patriarcado, violência

Heleieth Saffioti

Coleção Brasil Urgente

Uma história do feminismo no Brasil

Céli Pinto

Coleção História do Povo Brasileiro

A mulher brasileira nos espaços público e privado foi impresso na cidade de São Paulo em julho de 2004 pela OESP Gráfica para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 3.000 exemplares. O texto foi composto em Times New Roman 11/14. Os fotolitos da capa foram executados pela Graphbox e os fotolitos do miolo fornecidos pela OESP Gráfica. A capa foi impressa em papel Cartão Supremo 250g; o miolo foi impresso em Offset 75g.